

OS CIRCUITOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS ORGÂNICOS E
AGROECOLÓGICOS DE PRESIDENTE PRUDENTE/SP: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS
MODALIDADES DE VENDA E PADRÕES DE CONSUMO



CAMILA DE SOUZA PEREIRA

CAMILA DE SOUZA PEREIRA

Os circuitos de comercialização de produtos orgânicos e agroecológicos de Presidente Prudente/SP: uma análise a partir das modalidades de venda e padrões de consumo

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Câmpus de Presidente Prudente, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Geografia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol.

PRESIDENTE PRUDENTE/SP

2025

P436c Pereira, Camila de Souza

Os circuitos de comercialização de produtos orgânicos e agroecológicos de Presidente Prudente/SP : uma análise a partir das modalidades de venda e padrões de consumo / Camila de Souza Pereira. -- Presidente Prudente, 2025

254 p. : tabs., fotos, mapas

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente

Orientadora: Rosangela Aparecida de Medeiros Hespanhol

1. Geografia Agrária. 2. Cadeias Produtivas. 3. Circuitos de Comercialização. 4. Agroecologia. 5. Agricultura Orgânica. I. Título.

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: "OS CIRCUITOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS ORGÂNICOS E AGROECOLÓGICOS DE PRESIDENTE PRUDENTE/SP: uma análise a partir das modalidades de venda e padrões de consumo"

AUTORA: CAMILA DE SOUZA PEREIRA

ORIENTADORA: ROSANGELA APARECIDA DE MEDEIROS HESPAHOL

Aprovada como parte das exigências para obtenção do Título de Mestra em Geografia, área: Produção do Espaço Geográfico pela Comissão Examinadora:



Documento assinado digitalmente

ROSANGELA APARECIDA DE MEDEIROS HESPAHOL

Data: 09/12/2025 12:09:48-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. ROSANGELA APARECIDA DE MEDEIROS HESPAHOL (Participação Virtual)
Departamento de Geografia / Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente - FCT/Unesp

Prof. Dr. JOÃO OSVALDO RODRIGUES NUNES (Participação Virtual)
Departamento de Geografia / Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente - FCT/Unesp

Prof. Dr. CLÉCIO AZEVEDO DA SILVA (Participação Virtual)
Departamento de Geociências / Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Presidente Prudente, 24 de outubro de 2025

Dedico às minhas maiores inspirações — minha mãe Leila e meu pai Victor — que, com as mãos que lavraram a terra e, sob o sol, abriram caminhos, tornaram possível que eu alçasse voo.

Agradecimentos

Recordar cada passo desta jornada e rememorar os rostos que me acompanharam é algo profundamente especial. Este trabalho foi construído por muitas mãos e mentes que me iluminaram, inclusive nos dias mais sombrios. A cada um, deixo o meu mais sincero agradecimento.

Sinto, portanto, a necessidade de reconhecer especialmente aqueles que estiveram ao meu lado, independentemente da distância geográfica, assim como o apoio institucional indispensável para a conclusão desta pesquisa

Apoio Institucional

O presente trabalho foi realizado com apoio da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES)** - Código de Financiamento 001.

Assim, registro meus agradecimentos à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (FCT/UNESP), pela acolhida e pelas condições essenciais oferecidas ao desenvolvimento do mestrado, assim como ao Programa de Pós-Graduação em Geografia de Presidente Prudente, que desde minha graduação representava um objetivo a ser alcançado, constituindo-se como parte fundamental da minha trajetória acadêmica.

Expresso, ainda, minha gratidão à Coordenadoria de Permanência Estudantil e aos funcionários da universidade, cujo trabalho, embora muitas vezes invisibilizado, é imprescindível para o funcionamento da instituição, bem como à Universidade Estadual do Norte do Paraná – campus Cornélio Procopio –, que marcou o início da minha formação acadêmica e possibilitou meus primeiros passos na vida universitária.

A minha orientadora e à banca avaliadora

Minha profunda gratidão vai, também, à Prof.^a Dr.^a Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol, por sua orientação cuidadosa, acolhimento e incentivo ao longo de toda a construção desta pesquisa.

Agradeço igualmente à banca avaliadora – Prof. Dr. Clécio Azevedo da Silva e Prof. Dr. João Osvaldo Rodrigues Nunes – pelas valiosas contribuições, que foram essenciais para o aprimoramento deste trabalho.

Aos professores e colaboradores

Expresso minha sincera gratidão aos professores e funcionários do PPGG/UNESP, que contribuíram para a consolidação do programa e me ofereceram apoio ao longo de toda a trajetória acadêmica. Em especial, agradeço à Aline, à Damaris, ao Prof. Dr. João Osvaldo, à Profa. Dra. Maria Cristina Perusi, ao Prof. Dr. Nécio Turra Neto, ao Prof. Dr. Eliseu Sposito, ao Prof. Dr. Bernardo, ao Prof. Dr. Marcelo Carvalho, ao Prof. Dr. Antônio Thomaz Júnior, ao Prof. Dr. Arthur Magon Whitaker e ao Prof. Dr. Antônio Nivaldo Hespanhol, cujas orientações e contribuições foram fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa e da minha formação acadêmica.

Aos grupos de estudo e pesquisa

Sou grata aos grupos de estudo, verdadeiros espaços de troca e crescimento.

Ao GEDRA, pelo sentimento de pertencimento, pelas parcerias e pelas discussões que ampliaram minha visão acadêmica e pessoal. Ao NEAPO, CEETAS, CEGET, NERA e ao Coletivo Saruê, agradeço pela acolhida, rodas de conversa, apoio em atividades de campo e eventos acadêmicos.

Manifesto reconhecimento especial ao GAIA e ao LabSolos, que mantiveram viva minha paixão pela pedologia, bem como pelos momentos de descontração — cafezinhos, passeios e conversas informais que tornaram a jornada mais leve.

Registro ainda minha gratidão ao GEOFOME, grupo de pesquisa vinculado à UENP, que desde a graduação se constituiu como um espaço de escuta e acolhimento sensível.

Aos espaços pesquisados

Registro minha gratidão a todos que compõem o *Coletivo Cultural do Galpão da Lua*, ao Projeto de Extensão *Cestas Raízes do Pontal*, ao SESC de Presidente Prudente — em especial ao Cadu e à Lúcia — e aos responsáveis pelos estabelecimentos *Sinal Verde* e *Vida Orgânica*, que gentilmente colaboraram com a realização desta pesquisa.

Aos agricultores e agricultoras

Desde a primeira vez que pisei na feira e compartilhei minha intenção de pesquisa, fui recebida com acolhimento, sorrisos e palavras de encorajamento. Vocês me motivaram a seguir em frente, mesmo nos momentos mais desafiadores.

Conhecer suas histórias, ouvir suas lutas, receber abraços sinceros e ver o amor dedicado à agroecologia foi transformador. Perceber de perto as dificuldades para manter certificações orgânicas reforçou em mim que esta pesquisa vai além de um título acadêmico — ela é também um compromisso social.

Aos consumidores que valorizam e apoiam o trabalho desses agricultores, deixo igualmente meu reconhecimento: vocês são parte essencial dessa rede.

À minha família

A vida acadêmica exige ausências, e sou grata a todos que compreenderam minhas faltas em aniversários, encontros e celebrações.

Aos meus pais, Leila Izabel de Souza e Victor Pereira Lameu, agradeço pelo amor incondicional e por serem minha base. Vocês são minhas maiores referências e fontes de inspiração. Aos meus irmãos e cunhados — Altieres e Janaína, Vinícius, Bruno e Iohana —, pelo carinho e leveza. Aos meus sobrinhos — Anthony, Henry e Vicente —, que me enchem de alegria, e ao pequeno Victor, que em breve conhecerá o mundo. À minha prima Tainá, pelo apoio e admiração constantes.

Ao meu noivo, João Pedro Felipe Godoi, agradeço pelo companheirismo e incentivo incansável, e aos meus sogros, Rosecler e Rodrigo Godoi, pelo carinho e apoio constantes. Amo e sou profundamente grata a cada um de vocês.

Aos meus parceiros de longa data

Às amigadas que se tornaram família, deixo meu carinho eterno.

À minha amiga de infância, Alexandra Gaspar, e à sua família, pelo acolhimento constante, e àqueles que me acompanham desde o ensino médio — Victor Venâncio, Carol Sabino e Guilherme Ribeiro —, pela presença contínua.

Aos colegas de faculdade, especialmente Mateus Pereira, pelas conversas e conselhos, e aos que formam meu trio geográfico — Daisson Felix Jacinto e Leandra Eduarda Fabri Rezende —, minhas maiores parcerias acadêmicas e de vida. Amo e admiro cada um de vocês.

À Milena Ap. Dias da Silva, minha parceira de campo e de jornada acadêmica, registro minha gratidão por todas as trocas, o encorajamento e o carinho.

À Vanessa Maria Ludka e sua família, que se tornou mais do que uma orientadora, mas uma amiga, agradeço por abrir suas portas e seu coração.

À Jully Gabriela Retzlaf e sua família, pelo acolhimento e pelos ensinamentos compartilhados.

Aos amigos e colegas

Às amizades formadas na pós-graduação, que levarei para toda a vida, deixo meu sincero agradecimento: Tatiane, pelo carinho e acolhimento; Húrbio, vizinho de laboratório e de casa, sempre atencioso; Raísa, que me integrou com generosidade; Anderson e Jatanael, parceiros de aventuras gastronômicas; Gustavo, pessoa iluminada; Monique, pela doçura; Mariana, companheira de grandes aventuras. Agradeço ainda ao Ramon pelo apoio e pelas trocas sinceras, assim como a todos que, em algum momento, cruzaram meu caminho em eventos, corredores e disciplinas.

Aos companheiros de grupo de pesquisa, Taynara, com quem iniciei esta caminhada; Igor e Jéssica, que me apresentaram o Maranhão e me acolheram com carinho; Lucas, sempre compreensivo e motivador; e Jean, solícito e prestativo, deixo meu sincero agradecimento.

Por fim, reconheço que é impossível traduzir integralmente em palavras toda a gratidão que sinto. Este trabalho é reflexo de cada gesto, palavra e apoio recebidos ao longo desta trajetória.

*Colocar a literatura nas mãos dos filhos de trabalhadores braçais é
uma forma de transformar destinos que, à primeira vista, parecem já
estar definidos*

Autor desconhecido

Resumo

As agriculturas de base ecológica e regenerativa vêm ganhando centralidade nos debates acadêmicos e nas práticas sociais, impulsionadas por demandas socioambientais e pela necessidade de redefinir os modelos de produção e consumo. No entanto, a inserção de sistemas alternativos nos mercados ainda enfrenta desafios estruturais e lógicas comerciais que limitam sua expansão, tornando o acesso aos produtos restrito mesmo em ambientes agroecológicos. Partindo desse contexto, a pesquisa teve como objetivo principal analisar como se constituem as relações de comercialização de produtos agroecológicos e orgânicos certificados na cidade de Presidente Prudente/SP, identificando suas vulnerabilidades e potencialidades. Embora o recorte inicial privilegiasse a escala municipal, a análise foi ampliada para a região do Pontal do Paranapanema, já que grande parte dos produtos comercializados em Presidente Prudente é proveniente de agricultores residentes em municípios vizinhos. Com abordagem qualitativa, o estudo envolveu entrevistas, observações ativas em campo e levantamento de dados junto a consumidores e estabelecimentos, o que permitiu comparar os circuitos de comercialização e os perfis sociais atendidos. Os resultados indicam que a produção agroecológica, organizada majoritariamente em feiras e cestas, mantém forte vínculo com a economia solidária e prioriza os circuitos curtos de comercialização, favorecendo a aproximação entre produtores e consumidores. Observou-se, contudo, que o acesso permanece restrito a uma parcela da população, e que programas institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), ainda se configuram como uma alternativa de renda mais estável para os agricultores. Por sua vez, os produtos orgânicos certificados, comercializados em estabelecimentos especializados e redes institucionais, tendem a alcançar um público de maior poder aquisitivo, reforçando desigualdades no acesso à alimentação saudável. Constatou-se também que, embora a agroecologia tenha se expandido entre agricultores familiares — especialmente entre famílias assentadas — o número de certificações orgânicas tem diminuído gradualmente nos últimos anos. Essas diferenças revelam que, embora ambos os sistemas representem alternativas concretas ao modelo agroalimentar hegemônico, ainda enfrentam barreiras relacionadas à ampliação do consumo, à valorização do trabalho e à democratização do acesso. Ao evidenciar as potencialidades e vulnerabilidades dos circuitos de comercialização agroecológicos e orgânicos em Presidente Prudente/SP e no Pontal do Paranapanema, este estudo contribui para a compreensão do papel social dessas agriculturas, que se expressam não apenas como formas de produção, mas também como projetos políticos voltados à transformação social e ambiental.

Palavras-chave: Produção Agroalimentar. Cadeias Produtivas Curtas. Feiras. Cestas Agroecológicas. Estabelecimentos de Comercialização. Pontal do Paranapanema.

Abstract

Ecological- and regenerative-based agricultures have increasingly gained prominence in academic debates and social practices, driven by socio-environmental demands and by the need to redefine models of production and consumption. Nevertheless, the integration of alternative systems into markets still faces structural challenges and commercial logics that constrain their expansion, rendering access to these products restricted even within agroecological environments. Within this context, the main objective of this research was to analyze how marketing relations for agroecological and certified organic products are constituted in the city of Presidente Prudente, São Paulo State, Brazil, identifying their vulnerabilities and potentialities. Although the initial scope privileged the municipal scale, the analysis was expanded to the Pontal do Paranapanema region, since a large share of the products marketed in Presidente Prudente originates from farmers residing in neighboring municipalities. Adopting a qualitative approach, the study involved interviews, active field observations, and data collection from consumers and commercial establishments, which enabled a comparison of marketing circuits and the social profiles they serve. The results indicate that agroecological production, predominantly organized through farmers' markets and food baskets, maintains strong ties to the solidarity economy and prioritizes short food supply chains, fostering closer relationships between producers and consumers. It was observed, however, that access remains restricted to a segment of the population and that institutional programs, such as the Food Acquisition Program (Programa de Aquisição de Alimentos – PAA), continue to represent a more stable source of income for farmers. Certified organic products, in turn, marketed through specialized retail outlets and institutional networks, tend to reach consumers with greater purchasing power, thereby reinforcing inequalities in access to healthy food. It was also found that, although agroecology has expanded among family farmers—especially among settled families—the number of organic certifications has gradually declined in recent years. These differences reveal that, while both systems represent concrete alternatives to the hegemonic agri-food model, they still face barriers related to expanding consumption, valuing labor, and democratizing access. By highlighting the potentialities and vulnerabilities of agroecological and organic marketing circuits in Presidente Prudente and the Pontal do Paranapanema region, this study contributes to a broader understanding of the social role of these agricultures, which are expressed not only as modes of production but also as political projects aimed at social and environmental transformation.

Keywords: Agri-food production. Short food supply chains. Farmers' markets. Agroecological food baskets. Retail establishments. Pontal do Paranapanema.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Exemplos de sistemas de Comercialização em Circuitos Curtos.....	73
Quadro 2. Possíveis causas de perdas de alimentos por estágio da cadeia de suprimentos e tipo de produto.....	78
Quadro 3. Informações gerais sobre os(as) agricultores(as) da Feira da Reforma Agrária, em Presidente Prudente/SP.....	113
Quadro 4. Origem dos produtos comercializados pelos pesquisados na Feira da Reforma Agrária, Presidente Prudente.....	114
Quadro 5. Municípios de destino dos produtos, segundo os agricultores entrevistados na Feira da Reforma Agrária.....	119
Quadro 6. Espaços que concentram a comercialização dos produtos agroecológicos, de acordo com os agricultores entrevistados na Feira da Reforma Agrária.....	124
Quadro 7. Dados gerais dos agricultores entrevistados na Feira dos Pequenos Produtores do SESC (Presidente Prudente).....	134
Quadro 8. Dados gerais dos agricultores entrevistados na Feira dos Pequenos Produtores do SESC (Presidente Prudente).....	148
Quadro 9. Origem dos produtos comercializados pelos pesquisados na Feira dos Pequenos Produtores – SESC.....	150
Quadro 10. Municípios de destino dos produtos, segundo os agricultores entrevistados na Feira dos Pequenos Produtores - SESC.....	155
Quadro 11. Espaços que concentram a comercialização dos produtos agroecológicos, de acordo com os agricultores entrevistados na Feira dos Pequenos Produtores – SESC.....	160

Quadro 12. Produtos consumidos pelos frequentadores pesquisados da Feira dos Pequenos Produtores - SESC.....	171
Quadro 13. Ações de extensão voltadas à comercialização de produtos de base agroecológica.....	183
Quadro 14. Síntese da entrevista com agricultor realizada no momento de entrega das cestas agroecológicas no Projeto Raízes do Pontal.....	190
Quadro 15. Itens encomendados pelos consumidores pesquisados do Projeto de Cestas Agroecológicas e Solidárias “Raízes do Pontal”.....	203
Quadro 16. Origem dos produtos comercializados em um estabelecimento comercial de produtos orgânicos em Presidente Prudente/SP.....	215

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Crescimento da população de Presidente Prudente/SP (1940 - 1980).....	44
Tabela 2. Crescimento da população de Presidente Prudente/SP (1991 2010).....	46
Tabela 3. Distribuição da população rural e urbana nos municípios do Pontal do Paranapanema, São Paulo, Brasil (2010).....	47
Tabela 4. Número de Estabelecimentos Agropecuários – 2006 e 2017.....	50
Tabela 5. Produtores Orgânicos Certificados no município de Presidente Prudente – 2022.....	55

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Porcentagem da área ocupada por estabelecimentos da agricultura familiar no município de Presidente Prudente/SP, conforme dados do Censo Agropecuário do IBGE de 2017.....	51
Gráfico 2. Áreas de cultivo (em %) e suas respectivas culturas no município de Presidente Prudente/SP (área média cultivada entre os anos de 2017 – 2022).....	52

Gráfico 3. Índice de exportação de <i>commodities</i> entre os anos 2000 – 2024 no Brasil e nos EUA, em bilhões de dólares correntes e crescimento médio (% ao ano).....	67
Gráfico 4. Número de certificações orgânicas registradas no Ministério da Agricultura e Pecuária (2022, 2024 e 2025)).....	95
Gráfico 5. Distribuição do número de certificações orgânicas registradas por região do Brasil no ano de 2025).....	96
Gráfico 6. Comparativo do número de certificações orgânicas na região do Pontal do Paranapanema (2022, 2024 e 2025)).....	98
Gráfico 7. Forma de comercialização dos agricultores pesquisados na Feira da Reforma Agrária.....	118
Gráfico 8. Porcentagem de produtores certificados pesquisados na Feira da Reforma Agrária.....	120
Gráfico 9. Fatores que afetam a rentabilidade dos agricultores pesquisados da Feira da Reforma Agrária.....	126
Gráfico 10. Distribuição por faixa etária e gênero dos consumidores pesquisados da Feira da Reforma Agrária.....	129
Gráfico 11. Grau de escolaridade dos consumidores pesquisados da Feira da Reforma Agrária.....	130
Gráfico 12. Estado civil dos consumidores pesquisados da Feira da Reforma Agrária.....	131
Gráfico 13. Regularidade da participação dos consumidores pesquisados na Feira da Reforma Agrária.....	133
Gráfico 14. Motivações dos consumidores pesquisados para adquirir produtos na Feira da Reforma Agrária.....	137
Gráfico 15. Percepção dos consumidores pesquisados sobre os preços dos produtos da Feira	139

da Reforma Agrária em comparação com produtos da agricultura convencional.....	
Gráfico 16. Percepção dos consumidores pesquisados sobre os preços dos produtos da Feira da Reforma Agrária em comparação com produtos da agricultura orgânica certificada.....	140
Gráfico 17. Forma de comercialização dos agricultores pesquisados da Feira dos Pequenos Produtores - SESC.....	154
Gráfico 18. Porcentagem de produtores certificados pesquisados na Feira dos Pequenos Produtores – SESC.....	157
Gráfico 19. Fatores que afetam a rentabilidade dos agricultores da Feira dos Pequenos Produtores – SESC, de acordo com os entrevistados.....	162
Gráfico 20. Distribuição por faixa etária e gênero dos consumidores pesquisados na Feira dos Pequenos Produtores do SESC.....	165
Gráfico 21. Grau de escolaridade dos consumidores pesquisados na Feira dos Pequenos Produtores do SESC.....	166
Gráfico 22. Estado civil dos consumidores pesquisados na Feira dos Pequenos Produtores no SESC.....	167
Gráfico 23. Regularidade da participação dos pesquisados na Feira dos Pequenos Produtores.....	170
Gráfico 24. Motivações dos consumidores pesquisados para adquirir produtos na Feira dos Pequenos Produtores - SESC.....	175
Gráfico 25. Percepção dos consumidores pesquisados sobre os preços dos produtos da Feira dos Pequenos Produtores em comparação com produtos da agricultura convencional.....	177
Gráfico 26. Percepção dos consumidores pesquisados sobre os preços dos produtos da Feira dos Pequenos Produtores em comparação com produtos da agricultura orgânica.....	178

certificada.....	
Gráfico 27. Distribuição por faixa etária e gênero dos consumidores pesquisados do Projeto de Cestas Agroecológicas e Solidárias “Raízes do Pontal”	199
Gráfico 28. Grau de escolaridade dos consumidores pesquisados do Projeto de Cestas Agroecológicas e Solidárias “Raízes do Pontal”	200
Gráfico 29. Estado civil dos consumidores pesquisados do Projeto de Cestas Agroecológicas e Solidárias “Raízes do Pontal”	201
Gráfico 30. Regularidade das encomendas dos pesquisados no Projeto de Cestas Agroecológicas e Solidárias “Raízes do Pontal”	202
Gráfico 31. Motivações para a realização de encomendas pelos pesquisados no Projeto de Cestas Agroecológicas e Solidárias “Raízes do Pontal”	206
Gráfico 32. Percepção dos consumidores pesquisados sobre os preços dos produtos do Projeto de Cestas Agroecológicas e Solidárias “Raízes do Pontal” em comparação com produtos da agricultura convencional.....	207
Gráfico 33. Percepção dos consumidores pesquisados sobre os preços dos produtos do Projeto de Cestas Agroecológicas e Solidárias “Raízes do Pontal” em comparação com produtos da agricultura orgânica certificada.....	208

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Mapa de localização da Região do Pontal do Paranapanema e do município de Presidente Prudente, São Paulo, Brasil.....	39
Figura 2. Mapa de localização dos assentamentos rurais na região do Pontal do Paranapanema, São Paulo, Brasil.....	58
Figura 3. Recorte de uma notícia sobre a primeira ocupação no Pontal do Paranapanema.....	60

Figura 4. Distribuição Espacial dos Agricultores Entrevistados – Pontal do Paranapanema.....	104
Figura 5. Espaço Galpão da Lua, localizado em Presidente Prudente, onde é realizada a Feira da Reforma Agrária.....	109
Figura 6. Espaços de convivência na Feira da Reforma Agrária em Presidente Prudente.....	111
Figura 7. Variedade de produtos comercializados na Feira da Reforma Agrária em Presidente Prudente.....	117
Figura 8. Identidade visual da Feira da Reforma Agrária em Presidente Prudente.....	123
Figura 9. Registros da Feira da Reforma Agrária no município de Presidente Prudente/SP.....	128
Figura 10. Produtos comercializados na Feira da Reforma Agrária em Presidente Prudente/SP.....	135
Figura 11. Estrutura para identificação dos produtores na Feira dos Pequenos Produtores – SESC.....	143
Figura 12. Espaço coberto destinado a realização da Feira dos Pequenos Produtores Rurais – SESC.....	145
Figura 13. Variedade de produtos comercializados na Feira dos Pequenos Produtores – SESC.....	152
Figura 14. Variedade de produtos comercializados e relações estabelecidas na Feira dos Pequenos Produtores – SESC.....	153
Figura 15. Identidade desenvolvida por agricultora pesquisada da Feira dos Pequenos Produtores – SESC.....	159
Figura 16. Registros da Feira dos Pequenos Produtores no município de Presidente Prudente/SP.....	164
Figura 17. Estrutura e adesão do público na Feira dos Pequenos Produtores – SESC.....	169

Figura 18. Produtos artesanais comercializados na Feira dos Pequenos Produtores – SESC.....	173
Figura 19. Retratos das relações firmadas e da variedade presente na Feira dos Pequenos Produtores – SESC.....	181
Figura 20. Banner de divulgação das encomendas e entregas das cestas agroecológicas.....	187
Figura 21. Organização da entrega das cestas agroecológicas.....	189
Figura 22. Variedades de produtos comercializados nas entregas das cestas agroecológicas do projeto “ <i>Raízes do Pontal</i> ” no segundo semestre de 2024.....	193
Figura 23. Representação do contato direto entre consumidores e agricultores, evidenciando a importância das relações de proximidade construídas no processo de comercialização.....	195
Figura 24. Uso de embalagem reutilizável por consumidor no ato da compra.....	197
Figura 25. Produtos comercializados no Projeto de Cestas Agroecológicas e Solidárias “ <i>Raízes do Pontal</i> ”.....	204
Figura 26. Principais selos de certificação de produtos orgânicos no Brasil.....	210
Figura 27. Distribuição espacial dos consumidores entrevistados por bairro - Presidente Prudente/SP.....	220
Figura 28. Feira popular realizada durante a entrega das cestas no campus da UNESP, em Presidente Prudente, no mês de novembro de 2024.....	223
Figura 29. Registros das visitas realizadas em dois lotes de agricultores inseridos nos circuitos de comercialização estudados.....	225

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO	25
1.1.Procedimentos Metodológicos	31
2.CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	37
2.1.Um breve retrospecto sobre a formação do município de Presidente Prudente e da Região do Pontal do Paranapanema, São Paulo, Brasil	41
2.2.As conexões entre o passado e o presente prudentino: uma discussão sobre os aspectos gerais, características dos estabelecimentos agropecuários e da agricultura familiar no local	48
2.3.A Reforma Agrária e as lutas fundiárias no Pontal do Paranapanema: reflexões finais do capítulo	57
3.ANÁLISE DAS DINÂMICAS COMERCIAIS AGRÍCOLAS EM CADEIAS PRODUTIVAS LONGAS E CURTAS.....	63
3.1.O impacto das cadeias agroalimentares longas no desenvolvimento da economia local e na soberania alimentar	66
3.2.Potencial dos circuitos curtos de comercialização no fortalecimento de mercados agrícolas alternativos	71
3.3.Entre idas e vindas, do campo à mesa: reflexões finais do capítulo.....	77
4.PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE SISTEMAS ORGÂNICOS E AGROECOLÓGICOS: CAMINHOS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS	83
4.1.A emergência da agroecologia e da agricultura orgânica: alternativas socioambientais à modernização	85
4.2. Panorama geral da produção orgânica e agroecológica no território brasileiro – Reflexões Finais do Capítulo.....	93

5. A COMERCIALIZAÇÃO DE ORGÂNICOS E PRODUTOS AGROECOLÓGICOS EM PRESIDENTE PRUDENTE/SP: DESAFIOS E OPORTUNIDADES	101
5.1. As feiras livres como espaços tradicionais de emancipação dos pequenos produtores	106
<i>5.1.1 Dinâmicas da Comercialização de Produtos Orgânicos e Agroecológicos na Feira da Reforma Agrária (Galpão da Lua)</i>	<i>107</i>
<i>5.1.2 Dinâmicas da Comercialização de Produtos Orgânicos e Agroecológicos na Feira dos Pequenos Produtores (SESC – Thermas).....</i>	<i>141</i>
5.2. A Comercialização de Cestas Agroecológicas como Estratégia de Fortalecimento do Vínculo entre Produtor e Consumidor	182
<i>5.2.1 O Protagonismo do Projeto de Extensão Raízes do Pontal na Promoção da Agroecologia</i>	<i>185</i>
5.3. Estabelecimentos Locais como Vetores da Comercialização de Orgânicos	209
<i>5.3.1 Um estudo sobre os estabelecimentos Vida Orgânica e Sinal Verde no município de Presidente Prudente/SP</i>	<i>211</i>
5.4. Entre Feiras, Encomendas, Conexões e Vendas: Reflexões Finais sobre as Dinâmicas Locais de Comercialização	217
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	227
REFERÊNCIAS	231
APÊNDICES	242
Apêndice A	242

Apêndice B	244
------------------	-----

LISTA DE SIGLAS

ABIA – Associação Brasileira da Indústria de Alimentos

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BTG Pactual – Banking and Trading Group Pactual

CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

DIT – Divisão Internacional do Trabalho

EFS – Estrada de Ferro Sorocabana

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura

FCT – Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista

IBD – Instituto Biodinâmico

IBD Certificações – Instituto Biodinâmico

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFOAM – International Federation of Organic

MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

OAC – Organismo de Avaliação da Conformidade

OIA Brasil – Organización Internacional Agropecuaria

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PEAE – Plano Estadual de Alimentação Escolar

PIB – Produto Interno Bruto

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNAD-C – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

POF – Pesquisa de Orçamentos Familiares

Rede PENSSAN – Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania Alimentar e Nutricional

SAFs – Sistemas Agroflorestais

SECEX – Secretaria de Comércio Exterior

SESC – Serviço Social do Comércio

Agriculture Movements

INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia,
Qualidade e Tecnologia

ITESP – Instituto de Terras do Estado de São Paulo

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário e
Agricultura Familiar

MHD – Materialismo Histórico-Dialético

MAPA – Ministério da Agricultura e Pecuária

SisOrg – Sistema Brasileiro de Avaliação da
Conformidade Orgânica

SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural

TECPAR – Instituto de Tecnologia do Paraná

UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio
de Mesquita Filho”



Ilustração elaborada pela autora com auxílio da inteligência artificial do Canva Pro (2025)

1. INTRODUÇÃO

O desenvolvimento desta pesquisa exigiu, desde seus primeiros passos, um processo contínuo de reflexões, ajustes e aprofundamentos, tanto no campo teórico quanto no metodológico. Trabalhar com as dinâmicas dos circuitos comerciais agroecológicos e de produtos orgânicos demandou não apenas o domínio dos referenciais que sustentam esse debate, mas também um olhar atento às especificidades do território de estudo — a cidade de Presidente Prudente (SP) e a região do Pontal do Paranapanema —, cuja realidade carrega marcas históricas profundas, contradições socioeconômicas evidentes e potências invisíveis que precisavam ser cuidadosamente compreendidas e valorizadas.

Trata-se de um território em constante disputa, onde diferentes projetos de campo, de vida e de sociedade se entrecruzam, e onde a agroecologia emerge como um contraponto simbólico e prático ao modelo dominante de produção e consumo de alimentos. Neste cenário, a pesquisa se configurou como um exercício de escuta, de presença e de sensibilidade — não apenas uma busca por dados, mas uma tentativa genuína de compreender os significados que se entrelaçam na produção, na circulação e no consumo de alimentos oriundos de práticas sustentáveis. Ao longo deste caminho, o rigor científico caminhou lado a lado com o envolvimento afetivo, pois os espaços estudados não revelam apenas números ou estatísticas: são feitos de histórias, sonhos, esforços cotidianos e resistências silenciosas.

A imersão na literatura especializada foi o primeiro passo nessa jornada, e rapidamente se revelou muito mais do que um instrumento para sustentar o recorte teórico. As leituras foram se transformando em encontros — com ideias, com autores, com experiências. Elas serviram de alicerce para compreender as transformações do meio rural nas últimas décadas, os impactos da Revolução Verde e os desafios enfrentados por aqueles que constroem alternativas agroecológicas em um sistema fortemente marcado pela lógica do agronegócio e pela subordinação do campo às demandas do mercado global.

Como já apontava Ehlers (1999), a partir da década de 1970 surgem vozes dissonantes que contestam os rumos da modernização agrícola. Gradualmente, foram sendo evidenciadas as limitações sociais, ambientais e econômicas dos sistemas intensivos e baseados em monoculturas, abrindo espaço para experiências que buscavam resgatar e reinventar práticas agrícolas mais alinhadas aos princípios ecológicos e aos saberes locais. No Brasil, esse movimento consolidou-se especialmente nas últimas décadas, impulsionado pelas lutas pela reforma agrária, pelo

fortalecimento das políticas públicas voltadas à agricultura familiar e pela construção de mercados alternativos fundamentados em circuitos curtos de comercialização.

A intensa modernização do campo brasileiro a partir dos anos 1960, compreendida à luz do período técnico-científico-informacional, modificou profundamente a relação do ser humano com o território. Conforme Santos e Silveira (2013), inovações técnicas e organizacionais impuseram um novo uso do tempo e da terra, pautado na velocidade, na produtividade e na mercantilização da vida. Nesse contexto, pensar em agroecologia é também propor uma outra lógica de tempo, de relações e de sentidos: uma lógica que reconhece a importância do cuidado, da solidariedade e da autonomia dos sujeitos e dos territórios.

O aprofundamento teórico, portanto, seguiu como uma construção permanente, guiada pelas inquietações surgidas no campo e pelas nuances reveladas no contato com os sujeitos da pesquisa. Os procedimentos metodológicos precisaram ser continuamente ajustados, demandando flexibilidade e sensibilidade para acolher os tempos e modos de vida dos agricultores, comerciantes e consumidores. O caráter informal de muitas práticas agroecológicas — que não se enquadram em modelos rígidos de certificação — exigiu abordagens qualitativas e comprometidas com o respeito às singularidades de cada experiência.

Os debates epistemológicos que fundamentam a agroecologia, compreendida como ciência, prática e movimento social (Altieri, 2012), foram essenciais para a condução deste estudo. Caporal e Costabeber (2002) destacam a complexidade dos sistemas agroecológicos, que envolvem desde o manejo do solo até a chegada do alimento ao consumidor final. Essa abordagem adota uma perspectiva holística e integradora, rejeitando a fragmentação típica da ciência moderna e valorizando uma análise transversal, intersetorial e transdisciplinar.

Tal perspectiva é compartilhada por Gúzman (2002), que enfatiza a natureza social da agroecologia e sua dimensão profundamente sociológica. Segundo o autor, os sistemas agroecológicos promovem a aproximação entre diferentes agentes, fortalecendo laços comunitários e redes de solidariedade entre agricultores que compartilham recursos, estratégias de comercialização e projetos de vida. Nesse contexto, o reconhecimento mútuo e o sentimento de pertencimento tornam-se pilares fundamentais para a construção de mercados mais justos, éticos e ambientalmente sustentáveis.

No Brasil, a ausência de uma legislação específica que defina e regule as práticas agroecológicas confere uma grande responsabilidade aos próprios agricultores e coletivos envolvidos na produção. Esse “auto-reconhecimento” como agroecológico, embora possa gerar ambiguidades, também abre espaço para a valorização dos saberes locais, para a autonomia dos sujeitos e para o fortalecimento de vínculos baseados na confiança e na partilha. As experiências observadas ao longo desta pesquisa evidenciam como esse reconhecimento mútuo entre produtores e consumidores pode consolidar redes de cooperação, ampliar o alcance das práticas sustentáveis e fomentar uma cultura de resistência ao modelo hegemônico de produção e consumo.

As visitas técnicas e as observações diretas nos espaços de comercialização proporcionaram importantes subsídios para a compreensão dos circuitos curtos de comercialização. A análise das bancas de feira, das interações com os produtores, das cestas de alimentos comercializadas e dos trajetos entre a cidade e a zona rural permitiu identificar práticas, estratégias e desafios da produção agroecológica. Os registros sistematizados no diário de campo, as fotografias e os relatos dos interlocutores constituíram fontes de dados que evidenciam a diversidade, a organização e a dinâmica das agriculturas alternativas, contribuindo para a análise integrada entre teoria e prática.

O levantamento de dados secundários, especialmente junto ao Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), foi uma etapa importante para traçar um panorama inicial da produção orgânica no recorte espacial pesquisado. No entanto, também revelou os limites das bases oficiais, que muitas vezes não captam a riqueza e a pluralidade das práticas agroecológicas não certificadas. Esses limites reforçam a importância de metodologias qualitativas, centradas nos sujeitos e nos territórios, capazes de captar as dimensões simbólicas, afetivas e políticas que atravessam os processos de produção e comercialização agroecológica.

As entrevistas semiestruturadas, realizadas ao longo de 2024, foram aplicadas junto a produtores e consumidores de cinco espaços: a *Feira dos Pequenos Produtores Rurais do SESC Thermas*, a *Feira da Reforma Agrária no Galpão da Lua*, o *Projeto de Extensão Raízes do Pontal* e os empreendimentos *Vida Orgânica* e *Sinal Verde*. Esses espaços, embora localizados na zona urbana de Presidente Prudente, conectam diversos municípios vizinhos e assentamentos da reforma agrária, evidenciando a dimensão regional dos circuitos analisados. Cada feirante, cada consumidor

entrevistado, revelou camadas de sentido que não poderiam ser acessadas sem o envolvimento direto e comprometido com o campo.

Dentre os municípios de origem dos agricultores entrevistados, destacam-se: Presidente Bernardes/SP, Mirante do Paranapanema/SP, Martinópolis/SP e Panorama/SP. Essas localidades evidenciam a abrangência territorial dos circuitos curtos de comercialização estudados, conectando diferentes realidades rurais à dinâmica urbana de Presidente Prudente.

No que se refere aos consumidores entrevistados, com exceção de um participante residente no município de Regente Feijó/SP, todos os demais estavam domiciliados em Presidente Prudente/SP. Esses consumidores estavam distribuídos em diversos bairros da cidade, com maior concentração no Jardim das Rosas (9), seguido por Jardim Cinquentenário (2), Vila Santa Helena (2), Jardim Humberto Salvador (1), Centro (1), Estoril (1), Jardim Bongiovani (1), Jardim Maracanã (1), Residencial Santo Expedito I (1) e Jardim Caiçara (1). Essa diversidade espacial demonstra que o interesse pelos produtos agroecológicos e orgânicos alcança diferentes áreas intraurbanas, articulando um público heterogêneo em termos de localização, mas conectado por valores comuns relacionados à saúde, ao meio ambiente e ao consumo consciente.

Os dados obtidos a partir da aplicação de questionários com os consumidores permitiram compreender motivações, valores, obstáculos e percepções associadas ao consumo de alimentos orgânicos e agroecológicos. Percebeu-se que, para além da preocupação com a saúde, há um desejo latente de reconexão — com o alimento, com o território, com os saberes tradicionais e com os sujeitos invisibilizados pelas dinâmicas convencionais de mercado. Os circuitos curtos de comercialização, nesse sentido, não são apenas mecanismos logísticos: são espaços de sociabilidade, de construção de vínculos e de afirmação de outros modos de vida.

Por outro lado, o fator econômico e o poder aquisitivo dos consumidores inseridos nesse espaço revelam uma contradição relevante. Isso porque a maioria não considerou o valor monetário dos produtos como elemento central em suas escolhas, o que evidencia a permanência de barreiras ao acesso pleno a esses alimentos. Em muitos casos, ainda que haja reconhecimento da qualidade e dos benefícios dos produtos agroecológicos e orgânicos, o preço limita sua aquisição regular, restringindo-os a determinados grupos sociais e reforçando desigualdades no consumo.

Assim, a pesquisa teve como objetivo principal analisar como se constituem as relações de comercialização dos produtos agroecológicos e orgânicos certificados no município de Presidente Prudente/SP, identificando suas vulnerabilidades e potencialidades.

Esse objetivo se desdobra em metas específicas, sendo elas:

- a. identificar os referenciais teóricos sobre agroecologia e produção orgânica e as abordagens práticas existentes;
- b. avaliar as potencialidades dos circuitos curtos de comercialização;
- c. reconhecer as condições dos produtores e os fluxos de circulação dos produtos;
- d. traçar o perfil dos consumidores atendidos, analisando suas motivações, valores e formas de engajamento.

A estrutura desta pesquisa contempla quatro eixos centrais: (1) a caracterização geral da área de estudo; (2) a discussão sobre os circuitos curtos de comercialização; (3) a análise das diferenças e semelhanças entre a agroecologia e a agricultura orgânica; e (4) a sistematização dos dados empíricos levantados nas entrevistas, observações e registros de campo. Essa organização visa oferecer ao leitor uma compreensão progressiva e integrada do fenômeno pesquisado.

Importa destacar que o propósito desta pesquisa não foi hierarquizar experiências ou emitir juízos de valor entre os diferentes espaços e práticas observados. Ao contrário, buscou-se evidenciar as múltiplas formas pelas quais os circuitos curtos podem contribuir para o fortalecimento da agroecologia e para o acesso ampliado a alimentos saudáveis, cultivados com respeito à natureza e às relações humanas. Notou-se, ainda, que esses espaços se constituem como territórios de resistência simbólica para os agricultores e, quando articulados a políticas públicas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), podem também representar importantes fontes de renda.

Por fim, a dimensão afetiva se mostrou um elemento recorrente nesta pesquisa. Os relatos obtidos em campo indicam que, para os consumidores, a relação estabelecida nos circuitos curtos de comercialização ultrapassa a simples aquisição de produtos, envolvendo vínculos simbólicos que remetem a experiências pessoais, recordações familiares e práticas cotidianas associadas ao cuidado e à valorização do alimento.

1.1. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Delinear os procedimentos metodológicos de uma pesquisa constitui um desafio que acompanha o pesquisador desde a elaboração do projeto até sua execução prática. Nesse contexto, é fundamental manter-se aberto a adaptações e adequações frente à realidade construída ao longo do processo de investigação, procurando traçar caminhos coerentes com as circunstâncias impostas ao pesquisador. Assim, buscando demonstrar como foi o caminho traçado nesta pesquisa, este trabalho apresenta um subcapítulo dedicado à descrição metodológica¹, atendendo à necessidade de detalhar o processo investigativo e os procedimentos que culminaram na obtenção dos resultados.

Conforme afirmam Marconi e Lakatos (2003), as etapas iniciais de uma pesquisa científica consistem no levantamento de dados. Nesse sentido, a primeira fase do estudo foi estruturada na coleta de dados secundários provenientes da base do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), com foco nas certificações de produtos orgânicos emitidas no biênio 2022-2024. Complementarmente, foram consultadas fontes adicionais relevantes para o estudo da produção e comercialização de orgânicos e agroecológicos no Brasil, incluindo a atualização do cadastro de certificações do MAPA no ano de 2025. Com base nessas informações, foi possível estabelecer, de forma preliminar, o número de certificações orgânicas por município e obter uma visão geral do panorama estadual – paulista – e nacional.

O segundo passo envolveu o aprofundamento teórico acerca dos principais conceitos e temas discutidos no trabalho. Entre os assuntos estudados destacaram-se: o processo de regionalização, especialmente na região do Pontal do Paranapanema, localizada no extremo oeste do estado de São Paulo; as cadeias longas e as cadeias curtas de produtos agrícolas; os efeitos dos sistemas agroalimentares hegemônicos; as concepções da agroecologia e da agricultura orgânica como ciência e prática. Para tanto, foram consultadas referências fundamentais que dialogam com as temáticas abordadas, consolidando um arcabouço teórico-conceitual.

¹ Trata-se, ainda, de uma forma de amparar futuras pesquisas que almejem seguir um caminho similar ao atravessado neste estudo ou que pretendam fundamentar-se nos procedimentos adotados.

O terceiro passo consistiu na observação ativa dos espaços de comercialização selecionados para a pesquisa. A escolha dos locais foi motivada pela inquietação acerca do papel desempenhado por Presidente Prudente/SP como polo regional, além da consolidação de espaços destinados à comercialização de produtos agroecológicos e orgânicos certificados no município. Cabe salientar que essa realidade está bastante condicionada à significativa presença de assentamentos rurais vinculados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)² na região.

O município de Presidente Prudente/SP se encontra em uma região marcada por uma expressiva luta fundiária. Segundo dados do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP, 2017), há 99 (noventa e nove) assentamentos distribuídos em 13 (treze) municípios da região. Essa realidade, aliada às observações em campo, orientou a delimitação do recorte espacial da pesquisa.

De acordo com Gil (2004), a observação ativa é caracterizada pelo envolvimento dinâmico do pesquisador com os sujeitos e o ambiente pesquisado. Neste estudo, esse contato precedeu a aplicação do roteiro de entrevista, a realização das entrevistas e a redação dos capítulos. Os espaços de comercialização pesquisados incluíram o Projeto de Extensão *Cestas Raízes do Pontal*, que ocorre às sextas-feiras, entre uma e duas vezes por mês, no campus da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP); a *Feira da Reforma Agrária*, realizada no espaço cultural Galpão da Lua, no sábado subsequente ao quinto dia útil de cada mês; a *Feira dos Pequenos Produtores* realizada no SESC Thermas de Presidente Prudente ao terceiro sábado do mês, além de dois estabelecimentos comerciais com sede em Presidente Prudente/SP: *Vida Orgânica* e *Sinal Verde*.

Na etapa inicial de levantamento dos dados secundários, foi identificada uma disparidade relevante a partir das informações do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA, 2022; 2024): apesar da expressiva presença de espaços destinados à comercialização de produtos no município de Presidente Prudente/SP, haviam sido concedidas apenas duas certificações de produção orgânica. A atualização mais recente desses dados apontou uma redução ainda mais acentuada, com o registro de apenas uma certificação vigente no município (MAPA, 2025). A investigação das causas dessa discrepância revelou-se decisiva para a delimitação do presente estudo.

² A relevância dos assentamentos do MST para a produção agroecológica e orgânica, já evidenciada na literatura, foi corroborada pela observação empírica realizada neste estudo, cujos resultados estão apresentados e sistematizados no capítulo 5.

Além disso, a vinculação da pesquisa ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista (FCT/UNESP), localizado no próprio município, contribuiu para a escolha do recorte espacial da pesquisa.

Complementarmente, a etapa de observação de campo possibilitou uma aproximação direta com os organizadores das feiras, comerciantes e agricultores. Esse contato envolveu tanto a aquisição de produtos quanto conversas informais, o que permitiu avaliar a viabilidade da aplicação de entrevistas e planejar o desenvolvimento das demais etapas metodológicas. Realizadas de forma intercalada entre os anos de 2023 e 2024, as observações tiveram como objetivo compreender as dinâmicas desses espaços, seus processos de organização e divulgação, bem como as especificidades de cada iniciativa analisada.

A partir de maio de 2024, intensificaram-se as visitas aos locais de estudo e a realização de entrevistas semiestruturadas³ com agricultores e consumidores. Essa técnica, conforme apontam Gerhardt e Silveira (2009), favorece uma maior liberdade de expressão por parte dos entrevistados, permitindo abordagens mais aprofundadas sobre a temática em questão, sem a limitação de um roteiro fixo. As entrevistas foram analisadas considerando os perfis dos participantes e os contextos específicos dos espaços investigados, o que possibilitou a identificação de particularidades e nuances em cada local estudado.

Os dados coletados revelaram que, embora a comercialização dos alimentos ocorra majoritariamente na cidade de Presidente Prudente/SP, a maioria dos agricultores envolvidos reside e mantém suas produções em municípios vizinhos. Diante desse cenário, foi necessário expandir o trabalho de campo para além dos limites municipais, realizando visitas a lotes rurais localizados em outras áreas da região, cujos produtores participam das feiras e comercializam seus produtos em Presidente Prudente/SP. Essas visitas contribuíram significativamente para uma compreensão mais ampla das práticas agrícolas adotadas, das condições de produção e das dinâmicas territoriais envolvidas, além de viabilizarem a triangulação dos dados e ampliarem a abrangência e a consistência da análise.

No que diz respeito aos estabelecimentos comerciais com sede fixa em Presidente Prudente/SP, observou-se, em ambos os locais analisados, a oferta de uma

³ Os roteiros das entrevistas utilizados nesta pesquisa estão disponíveis para consulta no Apêndice A deste trabalho, a fim de garantir a transparência metodológica.

variedade de produtos orgânicos devidamente certificados por meio de selos de conformidade. Considerando que a maior parte desses itens era fornecida por distribuidores externos e apresentava origens geográficas diversas, adotou-se, como procedimento metodológico, a leitura e o registro sistemático das informações de procedência disponíveis nos rótulos dos produtos. Essa estratégia permitiu mapear a cadeia de abastecimento e compreender a relação entre produção, distribuição e consumo no contexto local.

As entrevistas com os consumidores foram conduzidas sem quaisquer intercorrências em três espaços específicos: o Projeto de Extensão – Cesta Raízes do Pontal, a Feira da Reforma Agrária e a Feira dos Pequenos Produtores, realizada no SESC. Em contrapartida, nos estabelecimentos com sede fixa, a aplicação das entrevistas não foi viabilizada. Isso se deve às particularidades das dinâmicas de comercialização nesses locais, marcadas por um fluxo reduzido de clientes, o que levou à negativa de autorização para a realização das abordagens com os consumidores.

Apesar das limitações, foi possível obter informações complementares a partir dos relatos coletados durante os eventos, uma vez que um dos estabelecimentos com sede fixa também participa da Feira dos Pequenos Produtores no SESC. Os demais entrevistados (consumidores) foram selecionados de forma aleatória, sendo abordados enquanto realizavam suas compras ou faziam a encomenda das cestas. Em razão do caráter breve e objetivo do questionário, as entrevistas transcorreram de forma fluida, sem quaisquer dificuldades. Em média, foram entrevistados sete consumidores em cada um dos espaços onde a aplicação foi autorizada.

A pesquisa apresentada neste trabalho caracteriza-se, portanto, como qualitativa, com o objetivo de compreender os fenômenos por meio da análise detalhada e aprofundada dos dados coletados. Conforme aponta Gil (2004), a pesquisa qualitativa permite identificar categorias e padrões em dados complexos. É válido ressaltar que se optou por aplicar procedimentos metodológicos uniformes – como observações ativas e entrevistas com base nos mesmos roteiros – para garantir a comparabilidade dos resultados entre os espaços estudados.

Desse modo, classificada como um estudo de caso⁴, a pesquisa analisa detalhadamente o mercado de produtos agrícolas de base ecológica em Presidente

⁴ Para Gil (2004, p. 54), o estudo de caso pode ser entendido como um [...] “estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento”.

Prudente/SP. Ademais, cabe ressaltar, que a pesquisa foi conduzida em conformidade com as normas de ética em pesquisa, garantindo o anonimato dos participantes.

A dissertação está estruturada em quatro capítulos, além da introdução e das considerações finais, com o objetivo de aprofundar a análise dos resultados obtidos ao longo da pesquisa. Inicialmente, o Capítulo 2 dedica-se à caracterização da área de estudo, apresentando um breve retrospecto histórico da formação do município de Presidente Prudente e da região do Pontal do Paranapanema. Em seguida, discute-se a relação entre passado e presente no território, com ênfase nos aspectos gerais da agricultura local, nas características dos estabelecimentos agropecuários e no papel da agricultura familiar, culminando em reflexões sobre a reforma agrária e as lutas fundiárias na região.

O Capítulo 3 analisa as dinâmicas comerciais agrícolas a partir da comparação entre cadeias produtivas longas e curtas, destacando os impactos das cadeias agroalimentares longas sobre a economia local e a soberania alimentar. O capítulo também evidencia o potencial dos circuitos curtos de comercialização no fortalecimento de mercados agrícolas alternativos, encerrando-se com reflexões sobre os fluxos que conectam o campo à mesa.

O Capítulo 4 aborda a produção e a comercialização de sistemas orgânicos e agroecológicos, discutindo a emergência da agroecologia e da agricultura orgânica como alternativas socioambientais ao modelo de modernização agrícola. Apresenta-se ainda um panorama geral da produção orgânica e agroecológica no território brasileiro, enfatizando desafios, avanços e perspectivas.

Por fim, o Capítulo 5 concentra-se na comercialização de produtos orgânicos e agroecológicos em Presidente Prudente/SP, analisando desafios e oportunidades no contexto local. São examinadas as feiras livres como espaços tradicionais de fortalecimento dos pequenos produtores, com destaque para a Feira da Reforma Agrária (Galpão da Lua) e a Feira dos Pequenos Produtores (SESC Thermas). O capítulo também discute a comercialização de cestas agroecológicas, ressaltando o protagonismo do projeto de extensão Raízes do Pontal, bem como o papel de estabelecimentos locais na difusão desses produtos. As reflexões finais integram as diferentes estratégias de comercialização, evidenciando suas contribuições para o fortalecimento das dinâmicas locais e dos vínculos entre produtores e consumidores.

Sendo assim, esta etapa metodológica delineou o percurso da pesquisa, justificando a escolha temática e o escopo do estudo. A discrepância entre as

certificações orgânicas emitidas para Presidente Prudente/SP e a disponibilidade desses produtos no mercado local levantou questões cruciais, analisadas sob a perspectiva das relações comerciais, da atuação de possíveis intermediários e das dinâmicas produtivas na região.



Ilustração elaborada pela autora com auxílio da inteligência artificial do Canva Pro (2025)

2. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

Antes de iniciar uma pesquisa, especialmente no campo da ciência geográfica, é imprescindível definir o recorte espacial. A análise de um espaço específico e dos fenômenos que nele se manifestam, frequentemente associados à sua formação, possibilita a problematização e a construção de uma linha de pensamento fundamentada. No presente trabalho, a delimitação da área de estudo foi elaborada ao longo do processo investigativo, a partir dos relatos fornecidos pelos entrevistados e das observações realizadas em campo. Apesar dos desdobramentos enfrentados durante o percurso metodológico, o ponto de partida e o núcleo central das discussões aqui apresentadas é a cidade de Presidente Prudente/SP.

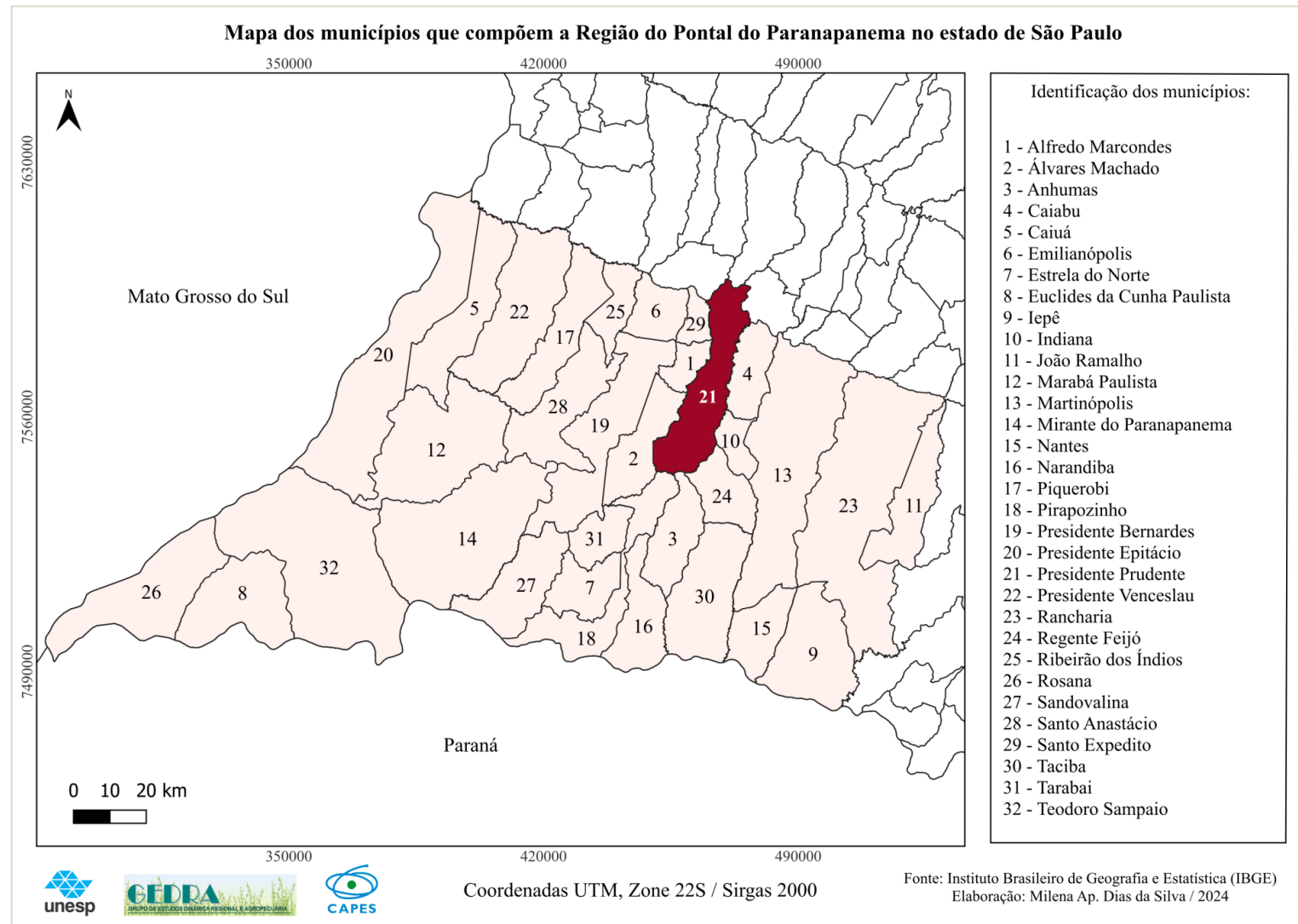
A seleção da área de estudo foi motivada por uma inquietação acerca da influência regional exercida por Presidente Prudente/SP, notadamente pelos serviços concentrados em seu perímetro urbano, os quais atraem a população da região circundante e impulsionam as trocas comerciais e o consumo de serviços do setor terciário⁵. Além disso, embora o município não possua assentamentos rurais em seu território, sua localização em uma região marcada por conflitos fundiários despertou interesse e contribuiu para a definição do objeto de pesquisa.

A região denominada Pontal do Paranapanema⁶ (Figura 1) concentra, segundo dados do Instituto de Terras do Estado de São Paulo – ITESP (2017), o maior número de assentamentos da Reforma Agrária no estado de São Paulo. Por ser a área onde se localiza o município de Presidente Prudente/SP e considerando sua influência regional, a cidade possui potencial para atuar como um centro estratégico de escoamento da produção agrícola, abrangendo tanto agricultores assentados quanto outros produtores não vinculados a movimentos sociais ou organizações políticas.

⁵ O setor terciário é um segmento da economia que concentra a prestação de serviços e o comércio de bens e produtos (Krugman e Wells, 2018). Em Presidente Prudente/SP o setor é expressivo, uma vez que o município se projeta como uma capital regional.

⁶ A sub-região conhecida como Pontal do Paranapanema, embora não seja oficialmente reconhecida como unidade regional pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), permanece uma referência geográfica e identitária significativa. Essa designação, amplamente adotada tanto pela população local quanto por pesquisadores, desempenha um papel importante na delimitação simbólica e social do território. O uso contínuo do termo revela a força de uma construção histórica e cultural que transcende classificações administrativas formais, evidenciando a importância de considerar os saberes e as práticas locais na compreensão da dinâmica regional.

Figura 1 – Mapa de localização da Região do Pontal do Paranapanema e do município de Presidente Prudente, São Paulo, Brasil



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2024.

Conforme indicado no mapa representado na Figura 1, a região do Pontal do Paranapanema compreende 32 (trinta e dois municípios, a saber: *Alfredo Marcondes, Álvares Machado, Anhumas, Caiabu, Caiuá, Emilianópolis, Estrela do Norte, Euclides da Cunha Paulista, Iepê, Indiana, João Ramalho, Marabá Paulista, Martinópolis, Mirante do Paranapanema, Nantes, Narandiba, Piquerobi, Pirapozinho, Presidente Bernardes, Presidente Epitácio, **Presidente Prudente**, Presidente Venceslau, Rancharia, Regente Feijó, Ribeirão dos Índios, Rosana, Sandovalina, Santo Anastácio, Santo Expedito, Taciba, Tarabai e Teodoro Sampaio* (IBGE, 2019).

No contexto deste estudo, optou-se por aprofundar a análise nos espaços de comercialização localizados na área urbana de Presidente Prudente/SP. Apesar de o município não apresentar um volume expressivo de certificações de produtos orgânicos, sua influência regional justifica a escolha.

Do ponto de vista formal, Presidente Prudente está situado no extremo oeste do estado de São Paulo, abrangendo uma área total de 560,637 km² e abrigando uma população de 225.669 habitantes, segundo dados do Censo Demográfico de 2022 (IBGE, 2022). Em comparação com os demais municípios da região, destaca-se por apresentar a maior densidade populacional, configurando-se como uma cidade de porte médio com expressiva concentração demográfica. Sua centralidade regional manifesta-se na constante demanda por serviços médicos, educacionais, comerciais e de lazer por parte da população dos municípios vizinhos, consolidando seu papel como polo de referência.

A presença da FCT/UNESP, com campus em Presidente Prudente, associada à importância do município no contexto do Pontal do Paranapanema, torna a região um ponto estratégico para investigações que privilegiam a escala local. Assim, reforça-se a relevância do município e da região para estudos geográficos nessa perspectiva.

Sem a intenção de aprofundar a discussão teórica acerca do conceito de região, cabe destacar que, conforme aponta Corrêa (1997), esse conceito reflete uma relação entre o local e o global. Tal relação se manifesta, por exemplo, nas interações entre Presidente Prudente e os demais municípios do Pontal do Paranapanema, especialmente no âmbito das relações comerciais envolvendo produtos agrícolas e industrializados, incluindo os derivados do agronegócio, tema que será explorado em maior detalhe nos subcapítulos seguintes.

Outro aspecto que fundamenta a escolha do recorte espacial para esta pesquisa é o contexto histórico da formação do município. Compreender os fatores que contribuíram para a concentração populacional em Presidente Prudente/SP e os desdobramentos de sua constituição ao longo de mais de um século permite uma análise contextualizada dos cenários contemporâneos.

Para esta pesquisa, que aborda o protagonismo das ações comerciais relacionadas aos produtos orgânicos certificados e agroecológicos, assim como as dinâmicas comerciais associadas a esse processo, os aspectos apresentados nesta contextualização são essenciais para subsidiar as análises que serão desenvolvidas nos subitens seguintes. Nesse contexto, será realizado um ligeiro retrospecto histórico sobre o processo de formação e ocupação do município de Presidente Prudente/SP, além de uma análise das características dos estabelecimentos agropecuários e da agricultura familiar na região, com base nos dados disponíveis em banco de dados e na literatura.

2.1. UM BREVE RETROSPECTO SOBRE A FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE E DA REGIÃO DO PONTAL DO PARANAPANEMA, SÃO PAULO, BRASIL

A formação do território brasileiro foi marcada por intensas disputas por terra, pela adoção de modelos de produção agrícola intensiva — frequentemente vinculados aos grandes ciclos econômicos — e pela constituição de núcleos urbanos impulsionados por essas dinâmicas. Essa configuração é particularmente perceptível nas áreas interioranas do país, onde emergem dinâmicas socioespaciais específicas.

No município de Presidente Prudente/SP, essa trajetória histórica se expressa de forma singular, revelando aspectos fundamentais para a presente análise — especialmente no que diz respeito à consolidação de mercados voltados à comercialização de produtos oriundos de bases agrícolas ecológicas. Esse modelo produtivo e comercial adota uma lógica diferenciada daquela que estruturou historicamente o município, marcada por práticas agrícolas tradicionais e extensivas. Este subcapítulo propõe-se a discutir essa transição por meio de uma abordagem histórica, destacando os elementos que permitem compreender as transformações no uso e na apropriação do território.

Entretanto, é importante destacar que existem diversas contradições quanto aos eventos que, de fato, ocorreram durante o processo de ocupação da área em estudo. Assim, este tópico propõe uma síntese de alguns fenômenos que ajudam a compreender as dinâmicas inerentes às atuais configurações territoriais e socioeconômicas da região, sem a pretensão de esgotar todas as suas nuances e complexidades.

Para estruturar as discussões propostas, será analisado o processo de consolidação dos aglomerados urbanos, com destaque para a formação de Presidente Prudente/SP, que constitui o principal recorte espacial desta pesquisa. Na sequência, serão examinados o movimento migratório dos chamados pioneiros para o Pontal do Paranapanema, a influência da construção da Estrada de Ferro Sorocabana (EFS), os avanços e o posterior declínio da economia cafeeira, bem como a expansão de outras cadeias produtivas, como o cultivo de algodão, amendoim e cana-de-açúcar, além do desenvolvimento da pecuária.

Conforme destaca Monbeig (1984), o final do século XIX e o início do século XX foram períodos decisivos para a ocupação do extremo oeste paulista, impulsionada pela intensa expansão da cultura cafeeira no estado. Esse ciclo econômico gerou uma demanda crescente por novas áreas produtivas, atraindo “pioneiros” para o Pontal do Paranapanema em busca de terras férteis e oportunidades de desenvolvimento. No entanto, é fundamental ressaltar que essas terras já eram habitadas por povos indígenas⁷ das etnias Coroadó, Cayuá e Chavante, que sofreram impactos significativos com a chegada dos colonizadores (Borges, 2007, p. 77).

A ocupação da região de Presidente Prudente/SP se intensificou a partir do século XX, impulsionada pelo processo de venda e especulação imobiliária das propriedades rurais (Monbeig, 1984). O interesse econômico despertado pela cafeicultura foi determinante para a consolidação dos latifúndios, reforçando a concentração de terras e modificando significativamente a organização territorial da região. Além disso, os estímulos governamentais para a ocupação de áreas afastadas das faixas litorâneas desempenharam um papel fundamental na transformação do espaço e na criação de novas relações sociais.

⁷ Como sugestão de leitura complementar, voltada para as discussões sobre as etnias mencionadas no texto, na região da Alta Sorocabana/Pontal do Paranapanema, recomendam-se o seguinte texto: Borges, M. C. (2007). No Extremo-Oeste paulista: o extermínio e a resistência indígena. *Fronteiras*, 9(16), 73–81. Recuperado de <https://ojs.ufgd.edu.br/FRONTEIRAS/article/view/41>.

Nesse cenário, a construção da Estrada de Ferro Sorocabana (EFS) impulsionou a ocupação da região então chamada de Alta Sorocabana⁸, promovendo o surgimento de núcleos urbanos ao longo da ferrovia. Conforme aponta Monbeig (1984), a EFS tinha como objetivo facilitar o escoamento da produção agrícola, mas também desempenhou um papel crucial no crescimento demográfico e na urbanização.

O movimento migratório para a região, conhecido como "Marcha para o Oeste Paulista", também desempenhou um papel fundamental na ocupação territorial. Entretanto, esse processo gerou diversos impactos ambientais e sociais, como a falsificação de documentos de posse de terra, o aumento da concentração fundiária e a devastação de extensas áreas de vegetação nativa, evidenciando a falta de preocupação com a preservação dos recursos naturais e a responsabilidade social (Sobreiro Filho, 2013).

Além dessas problemáticas, os ciclos produtivos na região foram direcionados para cultivos específicos, o que impulsionou a agricultura intensiva – caracterizada pelo uso massivo de agrotóxicos, maquinários e transgenia, com destaque para a produção de café, algodão, amendoim, pecuária e, posteriormente, a cana-de-açúcar. A produção cafeeira, que se tornou um dos principais pilares da economia local no início do século XX, exemplifica essa dinâmica, resultando na crescente concentração da economia regional na exploração de extensas áreas agrícolas (Sobreiro Filho, 2013).

Sposito (1983) destaca que a ocupação da região da Alta Sorocabana, onde atualmente se encontra Presidente Prudente/SP, elevado à categoria de município em 28 de novembro de 1921 (IBGE - Cidades, 2025), foi acompanhada por um significativo crescimento populacional. A partir da década de 1940, esse crescimento se intensificou, impulsionado pelo avanço da infraestrutura e pela expansão das atividades econômicas vinculadas à agricultura. Já naquele período, Presidente Prudente/SP concentrava serviços e se destacava como um importante centro regional.

Ao longo de quatro décadas, até os anos 1980, a densidade demográfica aumentou significativamente, superando sessenta e cinco mil habitantes no município. A Tabela 1 apresenta a evolução populacional de Presidente Prudente/SP no período compreendido entre as décadas de 1940 e 1980, evidenciando o impacto desse

⁸ A Alta Sorocabana corresponde a uma região histórica delimitada pelas áreas abrangidas pela Estrada de Ferro Sorocabana (EFS), sendo essa nomenclatura utilizada para fins de contextualização histórica e está relacionada à distância em relação a capital do estado de São Paulo. No entanto, ao longo desta dissertação, a região de estudo será referida como **Pontal do Paranapanema**, mesmo que essa não seja a classificação atualmente adotada pelo IBGE.

processo migratório e econômico sobre a configuração urbana de Presidente Prudente/SP.

Tabela 1 – Crescimento da população de Presidente Prudente/SP (1940 - 1980)

	Período (ano)	1940	1950	1960	1970	1980	Total 1940 – 1980 (%)
Presidente Prudente/SP	População Urbana	12.637	28.793	54.055	91.188	129.255	17 - 94
	População Rural	57.879	32.551	17.802	13.250	7.170	82 - 5
	População total	70.516	61.344	71.857	104.438	136.425	93

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960, 1970 e 1980. Adaptado de: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão, 1993. Org. A Autora, 2024.

Os dados apresentados na Tabela 1 evidenciam o intenso crescimento populacional de Presidente Prudente/SP, especialmente a partir da segunda metade do século XX, quando se registrou um aumento total de 93%. Na década de 1940, cerca de 83% da população ainda residia em áreas rurais; entretanto, nas décadas seguintes verificou-se uma expressiva migração para o espaço urbano, de modo que, em 1980, apenas 5% dos habitantes permaneciam no campo. Esse movimento acompanhou a tendência nacional: segundo o Censo Demográfico de 2022, 87% da população brasileira encontra-se atualmente concentrada em áreas urbanas. No caso prudentino, a conformação do espaço urbano relaciona-se diretamente ao fortalecimento da economia terciária (comércio e serviços), impulsionada, em grande medida, pela expansão da cafeicultura (Sposito, 1993).

A análise desse processo pode ser enriquecida à luz da teoria dos circuitos da economia urbana de Milton Santos. Para o autor, o espaço nos países subdesenvolvidos é marcado por profundas desigualdades de renda, que se expressam em diferentes escalas e resultam em uma hierarquização das atividades econômicas. Segundo Santos (1979), “[...] o nível de renda também é função da localização do indivíduo, o qual determina, por sua vez, a situação de cada um como produtor e como consumidor”. Essa perspectiva permite compreender como a forma de ocupação do território interfere em sua estrutura socioeconômica e na configuração das redes urbanas.

No contexto da pesquisa, alguns fatores específicos ajudam a explicar a migração em direção às áreas urbanas prudentinas. Entre eles, destaca-se a decadência do ciclo do café, que desestruturou a economia regional e afetou, sobretudo, pequenos e médios proprietários (Monbeig, 1984). Soma-se a isso a concentração fundiária, intensificada com a chegada dos chamados “pioneiros” e marcada por conflitos de terra. Esse processo, ancorado tanto na Lei de Terras de 1850 quanto nas práticas de grilagem, deixou legados profundos, que ainda condicionam as dinâmicas territoriais e socioeconômicas do Pontal do Paranapanema (Sobreiro Filho, 2013).

Embora a crise no setor cafeeiro tenha provocado mudanças significativas na economia regional, ela não foi suficiente para romper com o modelo agrícola baseado em monoculturas. Nesse cenário, os agricultores familiares — com menor disponibilidade de capital e maior vulnerabilidade diante das oscilações do mercado — foram os mais afetados. Ainda assim, mesmo com a redução das vantagens econômicas do café, Presidente Prudente/SP já se encontrava consolidada como um importante centro agropecuário, sustentando sua relevância regional.

Como mencionado no início deste subcapítulo, a intenção não é aprofundar o debate e as circunstâncias do processo de ocupação do município de Presidente Prudente e da região da Alta Sorocabana/Pontal do Paranapanema. Por isso, foram destacados pontos gerais que fornecem importantes contextualizações para compreender as raízes nas quais o recorte espacial desta pesquisa se fundamenta.

Dito isso, é importante destacar, de forma sintética, outras culturas que consolidaram os monocultivos na região. A pecuária, por exemplo, surgiu com a ocupação da área e se fortaleceu durante a Primeira Guerra Mundial, devido à crescente demanda por carne vermelha nos países aliados (Sobreiro Filho, 2013). Além disso, posteriormente, representou uma alternativa para os produtores afetados pela crise do café.

Conforme aponta Sanches (1973), após o declínio da cafeicultura, a cottonicultura (cultivo de algodão) ganhou destaque, impulsionada por estímulos financeiros estrangeiros. O amendoim também se projetou, embora em menor escala, por se adaptar bem a solos de baixa fertilidade (Teixeira, 1979).

Para Souza e Toma (1975), outras culturas, embora nem sempre expressivas, começaram a ganhar relevância econômica, como o amendoim, o milho, a mamona e, de forma secundária, os hortifrutigranjeiros, estes últimos também influenciados pela presença de imigrantes japoneses na região. É importante destacar, ainda, que, apesar

da predominância de grandes áreas de cultivo e da concentração fundiária, uma parcela de pequenos e médios produtores permaneceu no campo, alguns dos quais estabeleceram relações distintas, e que serão aprofundadas ao longo desta pesquisa.

À medida que se avança para as últimas décadas do século XX, torna-se evidente como essas transformações se manifestam em Presidente Prudente/SP. O fortalecimento do capitalismo no meio rural, especialmente nesse período, evidencia profundas mudanças estruturais no campo. Conforme argumenta Guimarães (1979), a expansão de empresas multinacionais alterou significativamente as relações socioeconômicas nesses espaços.

A modernização promovida pelas chamadas empresas rurais reconfigurou as relações de trabalho, influenciando a formação e a ocupação da mão de obra, além de intensificar a concentração fundiária (Guimarães, 1979). O domínio do campo já não se restringe aos antigos barões do café ou a imigrantes envolvidos na monocultura de ciclos produtivos. Agora, esse espaço também é ocupado por empresas agrícolas nacionalizadas e até mundializadas (Oliveira, 2016).

Em Presidente Prudente/SP, o setor sucroalcooleiro exemplifica essa transformação no meio rural. A expansão das usinas sobre vastas áreas de cultivo consolidou uma paisagem dominada pelo plantio da cana-de-açúcar (Sobreiro Filho, 2013). Esse cenário impulsionou a demanda por mão de obra especializada, ao mesmo tempo em que, para as funções braçais, prevaleceram contratos temporários, resultando na precarização das condições de trabalho.

Para dimensionar a expressiva emigração rural, intensificada especialmente no final do século XX e início do XXI, foi elaborada a Tabela 2, que apresenta essa realidade nos anos de 1991, 2000 e 2010. É importante ressaltar que o Censo Demográfico de 2022 não realizou a distinção entre população rural e urbana, motivo pelo qual não foi considerado nesta análise.

Tabela 2 – Crescimento da população de Presidente Prudente/SP (1991-2010)

Período (ano)	1991	2000	2010
População Urbana	159.850	185.229	203.375
Presidente Prudente/SP			
População Rural	5.245	3.957	4.235
População total	165.095	189.186	207.610

Fonte: IBGE, Contagem Populacional de 1991, Censos Demográficos de 2000 e 2010. Org. A Autora, 2024.

Ao analisar os dados apresentados na Tabela 2, observa-se um aumento expressivo da população residente na área urbana nas últimas décadas. Quando comparados aos índices de 1940, nos quais 83% (oitenta e três por cento) da população prudentina residia na zona rural, os números atuais tornam-se ainda mais significativos. Isso se deve ao fato de que, segundo os dados do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, a porcentagem de habitantes que ainda residem no campo corresponde a apenas 2% (dois por cento) da população total.

Para ilustrar a conjuntura do meio rural, especialmente no que diz respeito à densidade demográfica nas áreas, em nível regional, foi elaborada a Tabela 3. A análise desses dados é importante, pois, embora a pesquisa se concentre nos espaços de comercialização específicos de Presidente Prudente/SP, ela também abrange outros municípios da região do Pontal do Paranapanema, onde agricultores que escoam seus produtos na cidade residem e mantêm suas produções.

Tabela 3 – Distribuição da população rural e urbana nos municípios do Pontal do Paranapanema, São Paulo, Brasil (2010)

Municípios	População Urbana	População Rural	População Total
Alfredo Marcondes	3.255	626	3.891
Álvares Machado	21.183	2.330	23.513
Anhumas	3.059	679	3.738
Caiabu	3.315	757	4.072
Caiuá	1.930	3.109	5.039
Emilianópolis	2.497	523	3.020
Estrela do Norte	2.099	559	2.658
Euclides da Cunha Paulista	6.611	3.474	9.585
Iepê	6.773	855	7.628
Indiana	4.127	698	4.825
João Ramalho	3.543	607	4.150
Marabá Paulista	2.142	2.670	4.812
Martinópolis	20.341	3.878	24.219
Mirante do Paranapanema	10.045	7.014	17.059
Nantes	2.431	276	2.707
Narandiba	3.105	1.183	4.288
Piquerobi	2.669	868	3.537
Pirapozinho	23.462	1.502	24.964
Presidente Bernardes	10.500	3.070	13.570

Presidente Epitácio	38.545	2.773	41.318
Presidente Prudente	203.375	4.235	207.610
Presidente Venceslau	36.272	1.638	37.910
Rancharia	25.828	2.976	28.804
Regente Feijó	17.049	1.445	18.494
Ribeirão dos Índios	1.850	337	2.187
Rosana	15.858	3.833	19.691
Sandovalina	2.581	1.118	3.699
Santo Anastácio	19.080	1.395	20.475
Santo Expedito	2.478	325	2.803
Taciba	4.852	862	6.607
Tarabai	6.109	495	6.607
Teodoro Sampaio	17.365	4.021	21.386

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010. Org. A Autora, 2024.

Dentre os municípios da região do Pontal do Paranapanema, apenas Caiuá e Marabá Paulista, conforme os dados do Censo Demográfico de 2010, apresentavam uma população majoritariamente residente nas áreas rurais. Contudo, como os dados do Censo 2022 ainda não foram integralmente divulgados pelo IBGE, especialmente em relação à divisão entre as populações rural e urbana, não é possível confirmar se essa realidade persiste atualmente.

Cabe destacar, com base nos dados de 2010, que ainda há um número significativo de pessoas vivendo no campo. A população dos 32 (trinta e dois) municípios da região somava 583.703 (quinhentos e oitenta e três mil, setecentos e três) habitantes (IBGE, 2010), dos quais cerca de 10% residiam na zona rural.

Certamente, o processo de formação de Presidente Prudente/SP e da região em que ele se insere não foi tranquilo, revelando fragilidades perpetuadas pelos modelos agrícolas estabelecidos e pela intensa concentração fundiária. Assim, foi imprescindível realizar um breve resgate histórico, identificando elementos que possam estabelecer novos marcadores para a localidade, além de avaliar os impactos gerados por esses fatores. A partir dos apontamentos apresentados e da análise histórica realizada, é possível compreender algumas das características atuais do município que serão abordadas no próximo subitem.

2.2. AS CONEXÕES ENTRE O PASSADO E O PRESENTE PRUDENTINO: UMA DISCUSSÃO SOBRE OS ASPECTOS GERAIS, CARACTERÍSTICAS DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS E DA AGRICULTURA FAMILIAR NO LOCAL

A caracterização histórica de um território é essencial para compreender as dinâmicas que moldam sua configuração atual. Além disso, a análise de indicadores econômicos, especialmente aqueles relacionados aos estabelecimentos agropecuários e à agricultura familiar, torna-se indispensável para esta pesquisa. Nesse sentido, a articulação entre eventos passados e a contextualização de dados recentes são fundamentais para uma compreensão mais aprofundada da realidade estudada.

Buscando desenvolver uma discussão que contextualize aspectos inerentes à formação de Presidente Prudente/SP e sua influência regional por meio de indicadores econômicos e sociais, este subcapítulo propõe uma análise do Produto Interno Bruto (PIB) do município e da região em que está inserido. Além disso, examina dados relativos aos estabelecimentos agropecuários, à área ocupada pela agricultura familiar e às principais produções agrícolas, bem como outras informações relevantes sobre a atividade agropecuária no município e na região do Pontal do Paranapanema.

Assim, ao analisar a economia do município de Presidente Prudente/SP a partir de seu Produto Interno Bruto (PIB), verifica-se a predominância do setor de serviços, responsável por 73,5% da composição total. Em seguida, aparecem a indústria (14,7%), a administração pública (11,2%) e, em menor proporção, a agropecuária (0,5%), segundo dados do IBGE (2024). Apesar da baixa representatividade percentual do setor agropecuário no PIB municipal, sua influência prática no território é significativa, refletindo-se em dinâmicas socioeconômicas e nas formas de uso e ocupação da terra.

Trata-se de um fato influenciado justamente pela gênese do município, uma vez que:

A estrutura agrária do município de Presidente Prudente, organizou-se não só em função da pequena propriedade resultante da política de venda de terras de Marcondes e Goulart, mas também em função de grandes latifúndios (Abreu, 1972, p. 72).

Assim, embora os dados do PIB não indiquem um protagonismo do setor agropecuário, este permanece fundamental para a compreensão da dinâmica econômica do município. De acordo com o *Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo - LUPA* (Coordenadoria de Assistência Técnica Integral, 2008), o município de Presidente Prudente apresenta uma área cultivada que corresponde a aproximadamente 88,6% de seu território.

Considerando esse cenário e com o propósito de analisar a distribuição espacial dos estabelecimentos agropecuários em Presidente Prudente/SP e em sua área de influência regional, elaborou-se a Tabela 4.

Tabela 4 – Número de Estabelecimentos Agropecuários – 2006 e 2017

Recorte espacial	Nº estabelecimentos (mil)		% Agricultura familiar		Área estabelecimentos (Mil há)		% Agricultura familiar	
	2006	2017	2006	2017	2006	2017	2006	2017
São Paulo	297	308	81	68	73.000	84.000	45	28
Mesorregião Geográfica de Presidente Prudente – Região Geográfica Intermediária de Presidente Prudente	27	18	70	70	1.056	1.114	29	30
Município de Presidente Prudente	0,33	0,29	53	50	97	95	42	38

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários de 2006 e 2017. Org. A Autora, 2024.

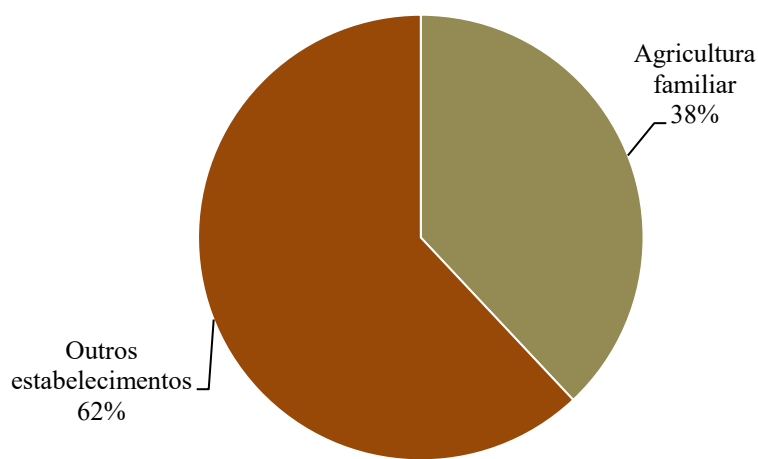
Ao comparar os dados da Tabela 4 com os índices nacionais, destaca-se a forte presença da agricultura familiar, que representava 77% dos estabelecimentos agropecuários em 2017, segundo o Censo Agropecuário do IBGE. No entanto, esses estabelecimentos ocupavam cerca de 80,9 milhões de hectares, o que correspondia a menos de 25% da área total destinada à agropecuária no país. Essa disparidade já havia sido observada em censos anteriores (IBGE, 2006) e se repete nos âmbitos estadual e regional, incluindo a Mesorregião Geográfica⁹ e a Região Geográfica Intermediária de Presidente Prudente.

No contexto regional, a concentração de terras em grandes estabelecimentos agropecuários permanece evidente. Em 2006, a agricultura familiar ocupava apenas 29% da área total da região, percentual que subiu ligeiramente para 30% em 2017. Esse crescimento discreto reforça o domínio dos grandes estabelecimentos que continuam a deter a maior parte das terras disponíveis.

⁹ A classificação de mesorregião foi utilizada neste contexto, pois era a usual no período em que foi realizado o Censo Agropecuário de 2006 pelo IBGE.

Para ilustrar a discrepância entre a área ocupada pelos estabelecimentos da agricultura familiar e os grandes estabelecimentos em 2017, elaborou-se o Gráfico 1.

Gráfico 1 – Porcentagem da área ocupada por estabelecimentos da agricultura familiar no município de Presidente Prudente/SP, conforme dados do Censo Agropecuário do IBGE de 2017



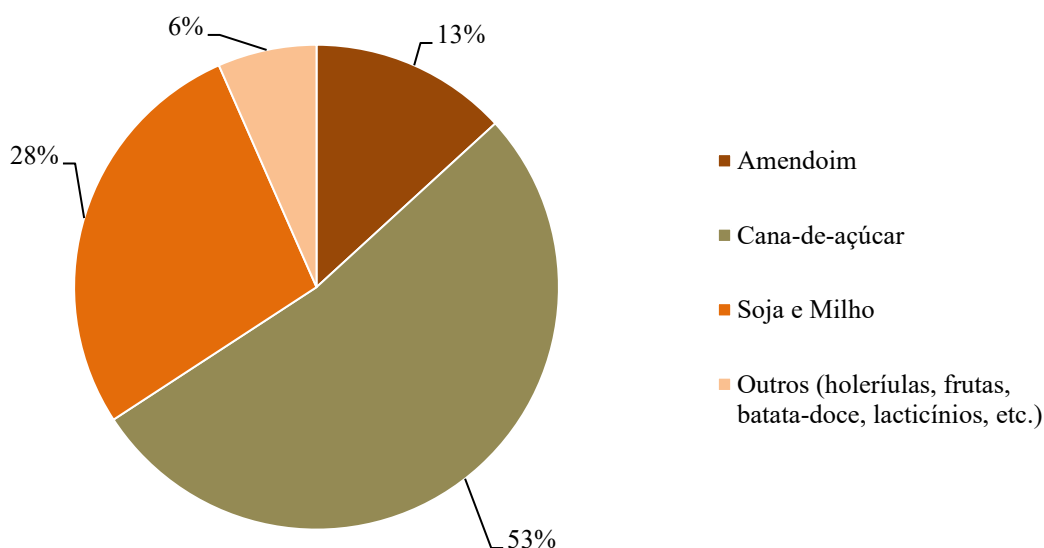
Fonte: IBGE, 2017.
Org. A Autora, 2024.

Cabe ressaltar que os critérios adotados pelo IBGE para definir se um estabelecimento agropecuário pertence à agricultura familiar envolvem diversos aspectos, como: 1) **Área dos estabelecimentos agropecuários**: a unidade produtiva deve ter até quatro módulos fiscais, variando de tamanho conforme as diretrizes regionais e municipais de cada localidade do Brasil; 2) **Mão de obra predominantemente familiar**: a produção deve ser majoritariamente realizada por membros da família que residem na propriedade ou nas proximidades. Embora seja permitida a contratação de trabalhadores externos, a principal base de mão de obra deve ser composta por familiares; 3) **Renda familiar**: a renda bruta deve ser proveniente de atividades econômicas, como agricultura, pecuária, pesca, silvicultura ou extrativismo; 4) **Gestão da propriedade**: a administração deve ser realizada pela própria família, sem a contratação de administradores externos. Todos esses critérios estão de acordo com as normativas estabelecidas pela Lei nº 11.326/2006 (Brasil, 2006).

A partir da compreensão das características dos estabelecimentos em Presidente Prudente/SP, torna-se relevante analisar as principais lavouras cultivadas no município. De acordo com o Censo Agropecuário do IBGE (2017), os cultivos de maior expressão econômica para o município de Presidente Prudente são os de cana-de-açúcar e o de amendoim, seguidos de milho e soja, que também apresentam uma produção significativa. No âmbito da agricultura familiar, além dessas lavouras, destacam-se o cultivo de batata-doce, mandioca, olerícolas (hortaliças) e frutas como manga, romã e caqui. A produção de leite e seus derivados também desempenha um papel importante na economia da agricultura familiar local.

O Gráfico 2 ilustra a distribuição da área ocupada pelos cultivos mencionados no parágrafo anterior. Para tanto, foram analisados dados sobre os tipos de produção agrícola em Presidente Prudente/SP, conforme as informações da Produção Agrícola Municipal – PAM (IBGE, 2022), em conjunto com os dados relativos à ocupação das áreas destinadas às lavouras do Censo Agropecuário (IBGE, 2017).

Gráfico 2 – Áreas de cultivo (em %) e suas respectivas culturas no município de Presidente Prudente/SP (área média cultivada entre os anos de 2017 – 2022)



Fonte: IBGE, 2017; 2022.
Org. A Autora, 2024.

Ao analisar as culturas cultivadas no município, observa-se que a cana-de-açúcar é a mais expressiva, ocupando a maior área plantada. Tal destaque decorre da

relevância das monoculturas voltadas ao abastecimento nacional de açúcar e álcool, além de atender à demanda de exportação e gerar subprodutos com diversas finalidades. A produção de amendoim também se sobressai, especialmente em função do cultivo em sistema de rotação com a cana-de-açúcar, prática que contribui para a melhoria da fertilidade do solo. As culturas de soja e milho ocupam a segunda maior área cultivada e, nos últimos anos, têm ampliado sua presença devido à valorização de seus preços, sendo, em parte, destinadas à exportação (Mapa da Economia Paulista, 2016).

A área destinada a produções de culturas variadas, como batata-doce, hortaliças, frutas e laticínios, é consideravelmente menor. Esses cultivos são, em sua maioria, geridos pela agricultura familiar, que, como já mencionado nesta pesquisa, ocupa áreas menores. Esse padrão reflete a história de ocupação de Presidente Prudente/SP, marcada pelo fortalecimento de grandes unidades agropecuárias, que atualmente dominam a maior parte do espaço rural do município. Entretanto, o valor gerado por hectare dessas culturas pode tornar a produção em pequena escala vantajosa, especialmente no caso das hortaliças, cujo cultivo não se mostra viável em larga escala.

A hegemonia da cultura de cana-de-açúcar em Presidente Prudente/SP é sustentada tanto por fatores econômicos quanto pelas características físico-naturais da região. Segundo Rossin e Tommaselli (2005), além dos interesses econômicos, o clima e o solo desempenharam um papel fundamental no fortalecimento dos cultivos do setor sucroalcooleiro na área. Os autores acrescentam que, durante o processo de colonização do Brasil, a produção de cana-de-açúcar se adaptou às condições edafoclimáticas locais, o que, séculos depois, favoreceu a consolidação dos cultivos em diversas regiões do país.

De acordo com Barreto e Thomaz Jr. (2012, p. 54), outros fatores também justificam esse cenário, como, por exemplo, os incentivos provenientes de programas governamentais. Os autores afirmam que,

Tendo em vista as disputas e expansão do capital canavieiro sob as terras agricultáveis da região, ainda somam-se os financiamentos bilionários com recursos disponibilizados pelo Estado, via BNDES, para construção de novas unidades e renovação de canaviais (Barreto; Thomaz Jr., 2012, p. 54).

Na década de 1970 as produções de cana-de-açúcar experimentaram um crescimento exponencial, impulsionado pela criação do Proálcool, que consolidou a instalação de destilarias em diversas regiões do Brasil (Rossin e Tommaselli, 2005). Presidente Prudente/SP acompanhou esse aumento e, até os dias de hoje, permanece um polo importante no setor. As condições climáticas da região, como mencionado anteriormente, contribuem para esse cenário. Isso porque, a temperatura média anual gira em torno de 23°C, enquanto o índice pluviométrico é caracterizado por períodos chuvosos no verão e secos no inverno, totalizando uma média de 1.500 mm (Rossin e Tommaselli, 2005). Trata-se de clima que favorece o crescimento da cana-de-açúcar, explicando a consolidação do setor na região.

Outro fator relevante para a análise das dinâmicas agrícolas de Presidente Prudente/SP são as características pedológicas da região em que o município está localizado. De acordo com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA, 2020), o solo local é predominantemente composto por latossolos, com destaque para o latossolo vermelho e o latossolo vermelho-amarelo. Embora esses solos sejam profundos, o que favorece a produção agrícola, apresentam um baixo teor de nutrientes, o que pode limitar o seu potencial de fertilidade e exigir constantes correções (EMBRAPA, 2020).

Além dessa classificação, Fushimi e Nunes (2012) realizaram um estudo mais aprofundado e identificaram a presença de Neossolos Regolíticos, especialmente em áreas de vertente íngreme, assim como solos hidromórficos, como os Gleissolos e Planossolos, em áreas de fundo de vale. O Neossolo Regolítico é pouco desenvolvido e contém fragmentos rochosos, dificultando o manejo agrícola. Já os Gleissolos e Planossolos não são favoráveis ao cultivo, devido à sua propensão a alagamentos e à baixa concentração de nutrientes (Fushimi e Nunes, 2012). Esses fatores tornam a região ainda mais desafiadora para a especialização agrícola, exigindo práticas de manejo adequadas para cada tipo de solo.

Portanto, as características pedológicas de Presidente Prudente/SP indicam que o solo possui um baixo teor de nutrientes, o que exige correções contínuas para sustentar os cultivos. No entanto, a cana-de-açúcar se adapta de maneira favorável a esses solos, uma vez que prospera em áreas planas e solos profundos, condições amplamente presentes na região e com a utilização de insumos químicos empregados pelas usinas.

O conjunto das discussões e descrições apresentadas justifica a predominância da cana-de-açúcar na região e revela a dificuldade de manejo de outras espécies. Esse cenário impacta diretamente as dinâmicas agrícolas locais e impõe desafios à adoção de práticas agrícolas alternativas, especialmente no contexto da agricultura familiar. O setor sucroalcooleiro, por exemplo, investe em pulverizações aéreas e no uso massivo de agrotóxicos, o que também aumenta os riscos de contaminação indireta das lavouras que buscam produzir de maneira alternativa (Bombardi, 2017).

Em outras palavras, a adoção de agriculturas ditas alternativas, que buscam se distanciar das práticas convencionais baseadas no uso de sementes transgênicas e agrotóxicos, enfrenta obstáculos significativos na região. A contaminação indireta da água, do solo e do ar, resultante das práticas intensivas do setor sucroalcooleiro, dificulta a implementação desses sistemas e limita sua expansão. Esse cenário se reflete nos baixos índices de certificação de produtos orgânicos no município, que conta com apenas duas certificações, conforme apresentado na Tabela 5.

Tabela 5 - Produtores Orgânicos Certificados no município de Presidente Prudente (2022)

Município	Certificados Emitidos	Escopo da Produção
Presidente Prudente	1	Produção Primária Vegetal
Presidente Prudente	1	Produção Vegetal
Total	2	-

Fonte: MAPA, 2024. Org. A Autora, 2024.

De acordo com o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA, 2024), no período inicial desta pesquisa, o município de Presidente Prudente/SP possuía apenas duas certificações de produtos orgânicos, concedidas a *Danilo Meidas Pinheiro* e à empresa *Sinal Verde Comércio de Hortifrutigranjeiros LTDA-ME*, que, além de possuir sua própria certificação, realiza também a comercialização de produtos certificados por terceiros. Esse número reduzido evidencia os desafios enfrentados pelos produtores na adoção de práticas agrícolas alternativas, especialmente em um contexto marcado pela predominância da monocultura de cana-de-açúcar e pelo uso intensivo de agroquímicos na região.

Ao expandir a análise para a região do Pontal do Paranapanema, observa-se que o número de certificações orgânicas ainda é reduzido. De acordo com o cadastro do MAPA (2024), além de Presidente Prudente/SP, apenas cinco municípios da região possuem certificações, o que evidencia a baixa adesão à produção orgânica. Entre os municípios registrados, destacam-se: Euclides da Cunha Paulista, com uma certificação emitida pelo Instituto Biodinâmico (IBD); Mirante do Paranapanema, também com uma certificação do IBD; Presidente Bernardes, com duas certificações concedidas pelo Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR); Regente Feijó, que conta com duas certificações emitidas pelo IBD; e Tarabai, com uma certificação igualmente concedida pelo IBD.

Vale ressaltar que os dados também evidenciam uma ampla diversidade de produtos certificados na região, abrangendo hortaliças, frutas, ervas medicinais e raízes. No caso de *Danilo Meidas Pinheiro*, as variedades certificadas incluem hortaliças, frutas, ervas e raízes, como abóbora, abobrinha, acelga, alecrim, alface, alho-poró, amora, batata-doce, berinjela, beterraba, brócolis, cebola, cebolinha, cenoura, coentro, couve-folha, couve-flor, espinafre, goiaba, hortelã, jiló, mandioca, manjerição, maracujá, maxixe, milho-verde, morango, nabo, ora-pro-nóbis, orégano, pimenta, pimentão, pitaya, quiabo, rabanete, repolho, rúcula, salsa, salsão, sálvia, tomate, tomilho, umbu e vagem.

Já a *Sinal Verde Comércio de Hortifrutigranjeiros LTDA-ME* possui certificações para uma gama ainda mais ampla de produtos. Entre as olerícolas certificadas estão alface (americana, crespa, lisa, romana, mimosa, roxa e brunela), agrião, abobrinha, acelga, almeirão, berinjela, beterraba, brócolis (ramoso e ninja), cebola (branca e roxa), chuchu, cebolinha, cenoura, chicória, couve, couve-flor, ervilha torta, espinafre, jiló, mandioca, maxixe, pepino, pimentão, quiabo, rabanete, repolho (verde e roxo), rúcula, vagem e feijão-de-corda, além de batata-doce, batata-inglesa e alho-poró.

A empresa também possui certificação para outras culturas não perenes, além de variedades específicas de tomate (pioneiro, santa clara, mascote e papaia). Entre as plantas e ervas medicinais certificadas, destacam-se coentro, manjerição, hortelã, poejo, alecrim, pimenta-cambuci e salsa. No grupo das frutas, a certificação abrange coco, caqui, acerola, melão, limão, mamão, banana, maracujá, caju, abacate, carambola, jaca, manga, laranja, lichia, melancia, abacaxi, maçã, pera e seriguela. Por

fim, a produção de morango também está certificada, incluindo a variedade *oso grande*.

A variedade de produtos certificados tanto pela *Sinal Verde Comércio de Hortifrutigranjeiros LTDA-ME* quanto por *Danilo Meidas Pinheiro* pode ser explicada pelo fato de ambos estarem vinculados a estabelecimentos de comercialização localizados na cidade de Presidente Prudente. Essa condição atrai consumidores para esses locais, que frequentemente combinam espaços de venda com estufas de produção, permitindo visitas públicas. Além disso, o processo de certificação não ocorre em larga escala; portanto, mesmo que existam poucos exemplares de determinada espécie, desde que atendam aos critérios estabelecidos, a variedade pode ser certificada. Outro aspecto é que a certificação pode ser concedida tanto a pessoas físicas quanto jurídicas, o que possibilita que nomes fantasia — referentes, por exemplo, a um estabelecimento — apareçam no cadastro divulgado anualmente pelo Ministério da Agricultura e Pecuária.

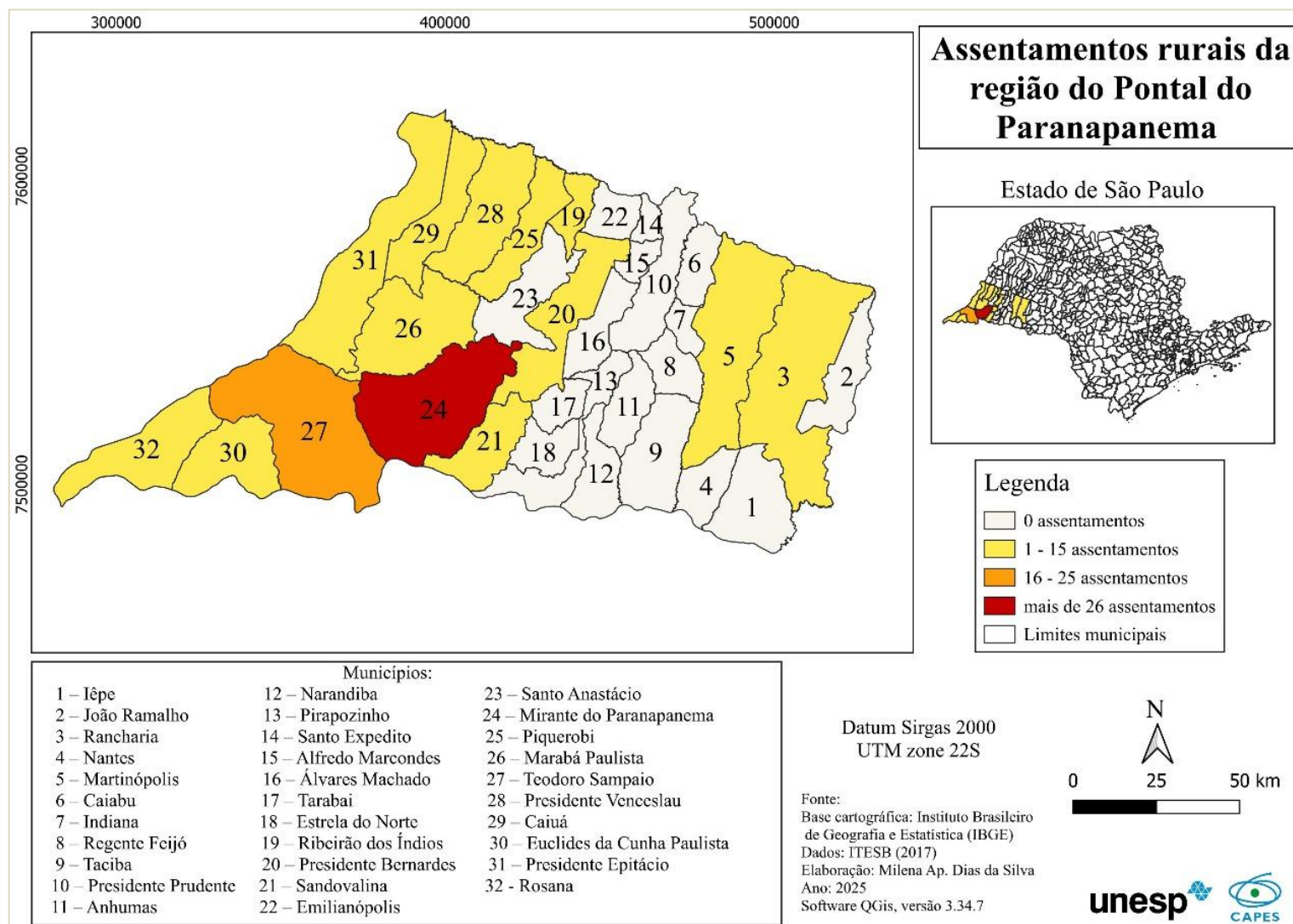
Essa diversidade de produtos destaca o potencial produtivo da região e enfatiza a relevância da certificação para a valorização da agricultura orgânica. Além disso, a forte atuação e a formação política do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Pontal do Paranapanema, que se sobressai como a região de São Paulo com o maior número de assentamentos, também constitui um indicador significativo nos estudos sobre agroecologia e agricultura orgânica nesse contexto regional.

2.3. A REFORMA AGRÁRIA E AS LUTAS FUNDIÁRIAS NO PONTAL DO PARANAPANEMA: REFLEXÕES FINAIS DO CAPÍTULO

Falar sobre Presidente Prudente/SP, no contexto da influência regional do Pontal do Paranapanema, sem abordar as lutas pela reforma agrária e o papel do MST, seria negligenciar um aspecto fundamental. Portanto, para finalizar a contextualização dos aspectos históricos, sociais e econômicos deste recorte espacial, é essencial uma breve reflexão sobre essa temática.

Para iniciar o debate, o mapa apresentado na Figura 2 ilustra a distribuição dos assentamentos rurais na região do Pontal do Paranapanema, detalhada por município.

Figura 2 – Mapa de localização dos assentamentos rurais na região do Pontal do Paranapanema, São Paulo, Brasil



Fonte: Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo - ITESB, 2017.

Nota-se que, dentre os 32 (trinta e dois) municípios da região, 14 (quatorze) possuem assentamentos rurais. São eles: *Caiuá, Euclides da Cunha Paulista, Martinópolis, Marabá Paulista, Mirante do Paranapanema, Piquerobi, Presidente Bernardes, Presidente Epitácio, Presidente Venceslau, Rancharia, Ribeirão dos Índios, Rosana, Sandovalina e Teodoro Sampaio*. Dentre esses, o município que abriga o maior número de assentamentos é Mirante do Paranapanema, com 34 (trinta e quatro), conforme dados do ITESP (2017).

É válido ressaltar que “no Pontal do Paranapanema a primeira ocupação de terras ocorreu no dia 14 de julho de 1990, na fazenda Nova Pontal, localizada no município de Rosana¹⁰” (MST, 2022, p. s/n). A partir desse momento, teve início um intenso movimento em defesa da recuperação de terras devolutas e contra a grilagem na região.

Esse processo foi fortemente impulsionado pela atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e por outras organizações sociais que buscavam a redistribuição de terras e a implementação de políticas públicas voltadas à reforma agrária (MST, 2022). Como resultado dessa mobilização, foi estabelecido um número significativo de assentamentos rurais, tornando o Pontal do Paranapanema um dos principais territórios de disputa e reestruturação agrária no estado de São Paulo.

A Figura 3 exibe um trecho de uma notícia que relata o processo de formação da primeira ocupação na região, destacando os principais acontecimentos e desafios enfrentados durante essa mobilização.

Figura 3 – Recorte de uma notícia sobre a primeira ocupação no Pontal do Paranapanema

¹⁰ Como a referida fazenda estava situada em uma área de litígio entre municípios, também é comum encontrar na literatura referências que apontam Teodoro Sampaio como o local da primeira ocupação.

Fazenda Nova Pontal numa área de litígio

Com a invasão da Fazenda Nova Pontal, na madrugada do sábado (14), a questão se as terras são devolutas ou não volta à tona. O que se pode apurar ontem, de uma fonte na Procuradoria Regional de Prudente, é que as terras estão numa área litigiosa. A Nova Pontal, de propriedade da família Cunha, conforme a reportagem foi informada, fica numa área delimitada como o 14.º Perímetro

de Teodoro Sampaio (hoje no município de Rosana).

Em 85, o Governo Montoro deu início a um projeto de assentamento de sem-terras no Pontal do Paranapanema. Nessa mesma época, a Procuradoria do Estado - no entendimento de que as terras são devolutas - moveu ação discriminatória e desde o final do ano passado está no aguardo da decisão a nível de primeira instância, na Comarca de Teodoro

Sampaio.

Conforme publicamos na edição de ontem, os proprietários da Fazenda Nova Pontal defendem as terras como não sendo devolutas e apontam uma considerável questão: a indenização da Cesp - Companhia Energética de São Paulo - pela inundação de uma grande área da propriedade, "reconhecendo assim a sua legítima propriedade", disse Romildo Carvalho Cunha.

Fonte: Jornal O Imparcial, acervo do CEMOSi/UNESP

No trecho extraído do jornal da época, evidencia-se o conflito de interesses entre os envolvidos, assim como os desafios de ordem política, como o litígio sobre os limites municipais e a destinação da área para a construção de uma barragem. O fato é que, após esse episódio, outras ocupações passaram a emergir, resultando na criação de novos acampamentos e, posteriormente, assentamentos rurais.

Corroborando com o resgate histórico sobre a consolidação dos movimentos de reforma agrária no Pontal do Paranapanema, Fernandes e Ramalho (2001) destacam que, entre 1990 e 2000, por meio do trabalho de base, milhares de famílias organizadas no MST realizaram centenas de ocupações de terras na região. Essas ações tiveram um papel fundamental ao pressionar o Estado para a retomada das terras devolutas no extremo oeste paulista.

Os autores supracitados relatam que, naquele período, foram registradas aproximadamente 335 (trezentas e trinta e cinco) ocupações na região. Desde então, seguiram-se anos de intensas lutas e grande pressão sobre o governo do estado de São Paulo e o poder judiciário, a fim de que fossem adotadas medidas para a regularização das terras (Fernandes e Ramalho, 2001). Esse esforço contínuo resultou na consolidação do Pontal do Paranapanema como uma referência em reforma agrária, tornando-se a região com a maior concentração de assentamentos rurais no estado de São Paulo.

Atualmente, muitas famílias assentadas no Pontal do Paranapanema estão estabilizadas e desenvolvendo atividades econômicas variadas, incluindo produções agrícolas sustentáveis. Ferrarini e Marques (2019) destacam a implementação de

Sistemas Agroflorestais (SAFs) na região, com apoio de projetos públicos voltados para fortalecer a produção por meio de técnicas agrícolas sustentáveis. Além disso, muitos assentados participam de iniciativas importantes de comercialização, como a *Feira da Reforma Agrária* e a distribuição das cestas no projeto *Raízes do Pontal*, contribuindo para o fortalecimento da economia local e a construção de espaços de comércio.

Por outro lado, não se podem ignorar os desafios enfrentados ao longo dos anos, incluindo retaliações, atentados e o preconceito direcionados às famílias assentadas. Em memória de Miriam Farias, que faleceu em 2021 em decorrência de complicações de saúde associadas a um ferimento sofrido durante a ocupação da fazenda São Domingos, no Pontal do Paranapanema, em 1997, é possível reconhecer o impacto dessas ações violentas sobre os movimentos sociais na região. Esses acontecimentos evidenciam que a construção do território de luta está marcada tanto pela resistência quanto pelos riscos enfrentados por aqueles que se opuseram às estruturas de desigualdade historicamente presentes.

Com base nos aspectos históricos e contemporâneos abordados neste capítulo, definiu-se como área de pesquisa o município de Presidente Prudente/SP e sua região de influência, o Pontal do Paranapanema. Esse recorte territorial se justifica pelo papel de Presidente Prudente como polo econômico regional, pela relevância de seu setor comercial e pela presença de um campus da UNESP, fatores que favorecem o desenvolvimento e a projeção da pesquisa.

Nos capítulos seguintes, serão analisados exemplos de espaços de comercialização situados no perímetro urbano de Presidente Prudente e sua articulação com os demais municípios da região. Essa abordagem permite compreender as dinâmicas do comércio agrícola ecológico, bem como suas interações com o contexto econômico e social do Pontal do Paranapanema e com o cenário nacional e global.

*Mulher camponesa
Desata a alegria
Do teu ventre
Que o teu silencio grite
E espalhe sua semente!
Ocupa o ar
Com teu boné vermelho
E marcha
Sobre as terras
Que invadiu o latifúndio!
Não há maior vitória*

*Que dar a luz
Do outro lado
Da cerca derrubada
À luz das terras
Recuperadas!*

Carlos Pronzato



Ilustração elaborada pela autora com auxílio da inteligência artificial do Canva Pro (2025)

3. ANÁLISE DAS DINÂMICAS COMERCIAIS AGRÍCOLAS EM CADEIAS PRODUTIVAS LONGAS E CURTAS

Debater as dinâmicas comerciais agrícolas é um exercício essencial e desafiador, pois envolve múltiplos interesses e estruturas socioeconômicas. Em particular, a análise dos circuitos curtos de comercialização e das cadeias produtivas longas permite uma compreensão mais aprofundada dos desafios e das particularidades inerentes a cada modelo. Sob a perspectiva da ciência geográfica, diferentes fatores podem ser considerados e discutidos.

Neste capítulo, a análise será estruturada em dois tópicos principais. O primeiro trata das cadeias produtivas longas, caracterizadas pela comercialização em larga escala, tanto no âmbito nacional quanto internacional. O segundo aborda as cadeias produtivas curtas, nas quais o escoamento ocorre em nível local e regional, promovendo maior proximidade entre produtores e consumidores na etapa de comercialização.

Desse modo, no primeiro subcapítulo, dedicado às cadeias produtivas longas, serão discutidos aspectos como a influência das produções intensivas sob as perspectivas produtiva e comercial, a comercialização de *commodities* e a inserção da agricultura convencional e da produção orgânica certificada no contexto de escoamento para longas distâncias. Já o segundo subcapítulo abordará as modalidades de comercialização em circuitos curtos, os tipos de contato estabelecidos, a relação com atravessadores e, sobretudo, as vantagens desse modelo para a promoção de agriculturas sustentáveis.

Por fim, o capítulo inclui uma seção de reflexões finais, na qual serão analisados os trajetos percorridos pelos produtos, os hábitos alimentares e a (in)segurança alimentar, influenciada pelos modos de produção predominantes. As discussões apresentadas contribuem para compreender como esses fenômenos se manifestam e permitem avaliar sua influência na configuração dos espaços estudados, bem como sua relação com os contextos nacional e global.

Esse debate reveste-se de grande relevância, uma vez que o Brasil ocupa uma posição de destaque na produção mundial de alimentos, figurando como o principal exportador de diversas *commodities*. Entre os produtos de maior representatividade nas exportações brasileiras, destacam-se a soja (56% do total exportado no mundo), o milho (31%), o café (27%), o açúcar (44%), o suco de laranja (76%), a carne bovina (24%) e a carne de frango (33%), conforme dados do *Banking and Trading Group Pactual* – BTG Pactual (2024). Além disso, o país apresenta significativa participação no comércio internacional de outras variedades.

É importante destacar que o debate sobre as cadeias produtivas longas não se restringe apenas à exportação, especialmente em países de grande extensão territorial. Conforme apontado por Alvaristo et al. (2022), essa lógica se aplica a qualquer dinâmica de comercialização que não priorize o mercado local, resultando no distanciamento entre o consumidor e a origem do produto. Assim,

[...] Cadeias Agroalimentares Longas afastam cada vez mais o produtor e o consumidor, torna o alimento mera mercadoria reconhecida apenas pelo seu valor comercial-monetário ou valor nutricional, com destaque para as preferências ou poder aquisitivo dos consumidores. Perde-se a identidade do produto, assim como as particularidades referentes ao clima e a sazonalidade, restando aos consumidores acreditarem na qualidade dos alimentos fornecidos pelas indústrias (Alvaristo et al., 2022, p. 222).

Embora as cadeias agroalimentares longas sejam centrais na economia brasileira, cresce a preocupação com modelos de produção e comercialização que negligenciam a escala local. Nesse contexto, busca-se o desenvolvimento de alternativas que fortaleçam dinâmicas comerciais voltadas para recortes espaciais locais, promovendo maior equilíbrio entre a produção para exportação e o abastecimento interno.

Um exemplo de ação voltada ao fortalecimento dessas dinâmicas internas é o mapeamento colaborativo organizado pela iniciativa Agroecologia em Rede (AeR)¹¹, que identifica e sistematiza ações direcionadas ao comércio local de produtos isentos de agrotóxicos e transgênicos. Além disso, a plataforma enfatiza a integração entre ecossistemas e a adoção de práticas produtivas e comerciais que minimizem impactos socioambientais.

Entre as iniciativas mapeadas, destacam-se as feiras agroecológicas, a comercialização de cestas de alimentos, as práticas de agricultura urbana e periurbana, bem como ações de extensão e educação em espaços formais e não formais de ensino. Essas iniciativas fortalecem a agricultura familiar, os movimentos sociais e os povos tradicionais, promovendo novas relações de produção e consumo no setor agrícola. Além disso, contribuem para a consolidação de circuitos curtos de comercialização, dando visibilidade a sistemas ecológicos sustentáveis (Agroecologia em Rede, 2025).

¹¹ Informações detalhadas sobre a atuação do AeR estão disponíveis no site: <https://agroecologiaemrede.org.br.br/>.

Além dessa iniciativa, há outras modalidades de incentivo promovidas por meio de políticas públicas e legislações específicas. Em âmbito nacional, destaca-se o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que buscam fomentar a agricultura familiar e garantir o abastecimento de alimentos em nível local. Em níveis estadual e municipal, leis e decretos que regulamentam as feiras livres representam medidas importantes para a valorização dos pequenos produtores, contribuindo para a dinamização da economia local e para o fortalecimento dos circuitos curtos de comercialização (Silva, 2018).

A partir dos apontamentos gerais mencionados, torna-se fundamental aprofundar a análise sobre as relações e desafios que emergem da exportação de *commodities* e da comercialização de produtos em longas distâncias, ainda que em menor escala, dentro do próprio território nacional, considerando a extensão geográfica do Brasil. Nesse contexto, também se revela pertinente examinar a projeção das agriculturas ecológicas, especialmente no que tange ao fortalecimento dos mercados locais e regionais, uma vez que esses espaços podem contribuir para a construção de sistemas alimentares mais sustentáveis e resilientes.

3.1. O IMPACTO DAS CADEIAS AGROALIMENTARES LONGAS NO DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA LOCAL E NA SOBERANIA ALIMENTAR

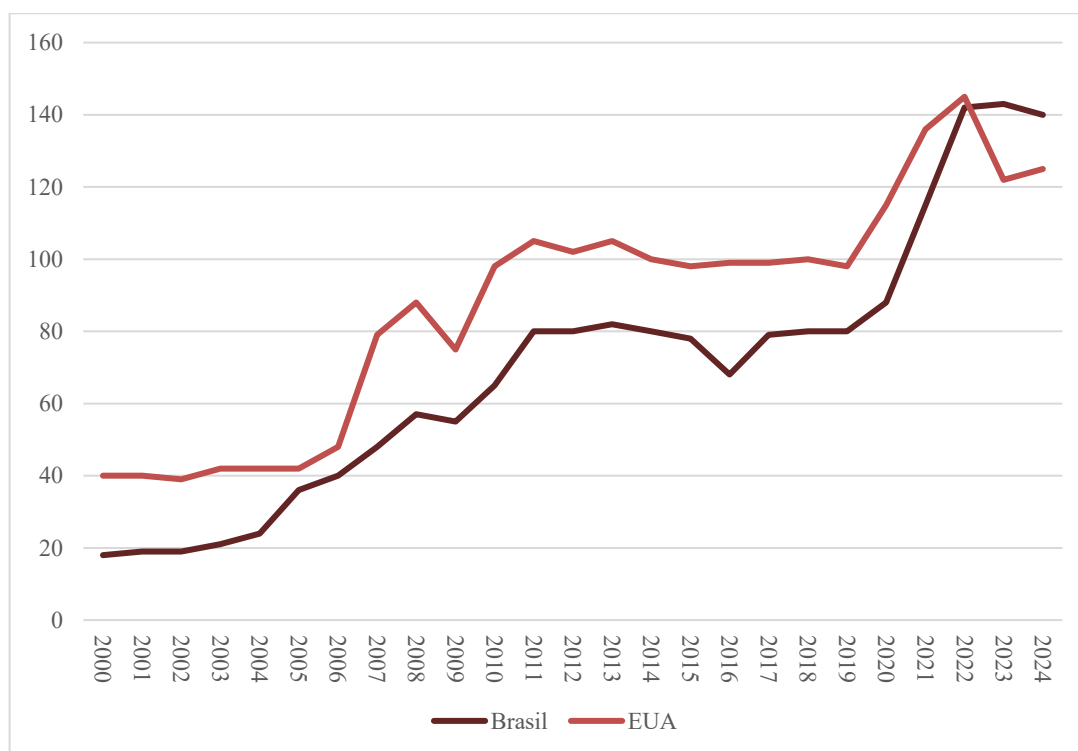
As cadeias produtivas são constituídas por etapas necessárias para a concretização do valor da produção e podem atingir mercados distantes, formando cadeias longas. Nos mercados agroalimentares, essa distância entre produção e consumo é particularmente evidente. Considerando a complexidade do tema, este subcapítulo tem como objetivo abordar aspectos gerais relevantes para a análise proposta, incluindo a exportação de *commodities* e a comercialização de cultivos convencionais e orgânicos certificados no contexto dessas cadeias produtivas.

Rover e Ramos (2019) associam a formação dos mercados agroalimentares ao processo de globalização e à atuação de diversos agentes socioeconômicos, incluindo grandes corporações que controlam esse setor. Como consequência, novas dinâmicas de mercantilização emergem, tornando grande parte da produção essencialmente mercantil – geralmente destinada previamente a cooperativas, empresas mundializadas ou outros intermediários.

Nesse contexto, as agriculturas intensivas, caracterizadas pelo cultivo de poucas variedades, frequentemente em monocultura, e pelo uso intensivo de insumos para maximizar a produtividade em detrimento da qualidade socioambiental, ganham força. Esse modelo se alinha à lógica da comercialização voltada a mercados específicos, destacando-se, entre eles, a exportação agrícola.

O Gráfico 3 ilustra o crescimento do Brasil como o maior exportador de *commodities* do mundo, superando os Estados Unidos em 2023. Além disso, apresenta um retrospecto dos dados entre 2000 e 2024, evidenciando a evolução desse cenário.

Gráfico 3 – Índice de exportação de *commodities* entre os anos 2000 – 2024 no Brasil e nos EUA, em bilhões de dólares correntes e crescimento médio (% ao ano)



Fonte: Insper Agro Global (2025); Trade Data Monitor, 2025.
Adaptado pela autora, 2025.

Os dados apresentados no Gráfico 3 representam as *commodities* exportadas pelo Brasil, tendo como principais destinos a China, os Estados Unidos, a União Europeia, além de países como Argentina e Chile (Secretaria de Comércio Exterior – SECEX, 2022). Para ilustrar a magnitude dessas exportações, a China importou, somente em maio de 2024, 10,6 milhões de toneladas de soja brasileira – principal

commodity produzida e comercializada no país –, conforme dados do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA, 2024).

Embora a relevância das exportações justifique as discussões apresentadas no capítulo anterior e ao longo desta pesquisa, é igualmente fundamental analisar outros elementos das cadeias produtivas longas, como a comercialização de produtos da agricultura familiar para mercados distantes e sua consequente dependência de intermediários.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2024), a agricultura familiar, independentemente do grau de capitalização, desempenha um papel fundamental na produção de alimentos consumidos no Brasil, incluindo feijão, milho, arroz, leite, banana e mandioca, produtos essenciais para a cultura e os hábitos alimentares da população. No entanto, apesar dessa relevância, o país ainda não alcançou a soberania alimentar (Altieri, 2012).

As cadeias produtivas podem ser classificadas como curtas ou longas, dependendo do número de operações necessárias entre a matéria-prima e o produto final (Gelbcke et al., 2018). A distância entre produção e consumo é determinada pelo circuito pelo qual o produto circula, sendo que, nas cadeias longas, essa distância costuma ser significativa devido ao elevado volume de exportações.

Essa organização da produção agrícola segue a lógica mercantil, na qual a definição do destino dos alimentos — seja para o mercado interno ou para exportação — é fortemente condicionada pelas flutuações de preços, conforme ressalta Sorre (2018). Essa dinâmica privilegia os mercados mais lucrativos, ao mesmo tempo em que acentua as desigualdades no meio rural, evidenciando os impactos socioeconômicos decorrentes da estruturação do comércio agrícola.

Como complementa Oliveira (2016), os pequenos produtores, sobretudo os menos capitalizados, tornam-se reféns dessas dinâmicas globais, que exigem escalas de produção incompatíveis com suas capacidades. Diante disso, muitos são pressionados a recorrer ao arrendamento de suas terras ou, em situações mais extremas, abandonar definitivamente a atividade agrícola, aprofundando um processo contínuo de exclusão social e econômica no campo.

A hegemonização dos modelos alimentares, conforme discutido por Poulain e Proença (2003), resulta da influência de diversos agentes, como o Estado, a religião e as corporações, que moldam os hábitos alimentares individuais e coletivos. Esse

processo institucionalizado condiciona os indivíduos a suprirem suas necessidades biológicas de acordo com padrões alimentares impostos.

Essa construção social contribui para o aumento das importações, um fator determinante para o enfraquecimento da soberania alimentar. Dados da SECEX (2024) revelam que, entre 2023 e 2024, os principais alimentos importados pelo Brasil foram trigo – insumo amplamente consumido –, arroz, milho, óleo de palma, malte, salmão e diversas frutas.

Outro fator que compromete a soberania alimentar é a perda da identidade regional na alimentação, agravada pelo baixo poder de compra da população. Conforme aponta o Ministério da Saúde (2013), o consumo de frutas e hortaliças no Brasil é inferior à metade do recomendado pelo Guia Alimentar para a População Brasileira.

A base alimentar da população é majoritariamente composta por arroz e feijão, frequentemente consumidos em combinação com produtos ultraprocessados ricos em gordura, sódio e açúcar, como refrigerantes, embutidos (presunto, salsicha, mortadela), biscoitos recheados, salgadinhos, macarrão instantâneo e alimentos congelados prontos para consumo. Essa realidade tem contribuído para a substituição de alimentos tradicionais e nativos — como mandioca, milho, batata-doce, inhame, pequi, baru, jatobá e outras frutas típicas do cerrado, da caatinga e da Amazônia — por produtos industrializados, como pães de forma, margarinas, bebidas adoçadas, fast food e refeições ultraprocessadas (Ministério da Saúde, 2013).

Dessa forma, fica evidente como a hegemonia dos meios de produção influencia os hábitos alimentares e dificulta a consolidação da soberania alimentar. Além disso, essa lógica dominante suprime a diversidade de variedades cultivadas e restringe o desenvolvimento de modelos alternativos que priorizem a integração dos sistemas produtivos, a rotação de culturas e os manejos agrícolas integrados.

Dessa forma, antes de avançar na análise das exportações de produtos orgânicos, é importante esclarecer que o objetivo não é responsabilizar ou julgar os agricultores inseridos nessas dinâmicas, mas sim evidenciar as contradições do mercado hegemônico e os fatores que condicionam a persistência dessas práticas.

Diante disso, torna-se necessário diferenciar a agricultura orgânica de outros modelos alternativos ao sistema produtivo predominante. Segundo Assis et al. (1995) e Cerveira e Castro (1999), a agricultura orgânica caracteriza-se pela dissociação entre o produto e sua forma de produção, gerando um distanciamento entre produtor e

consumidor. O consumidor tem a garantia da qualidade do alimento, sem necessariamente conhecer sua origem, sendo essa legitimidade assegurada pelo processo de certificação, regulamentado por legislação específica e supervisionado pelo Estado.

O Brasil tem registrado um crescimento expressivo na certificação de produtos orgânicos. No último levantamento, foram contabilizadas aproximadamente 24 mil certificações, conforme dados do MAPA (2022), um avanço significativo em relação aos períodos anteriores. O estado do Paraná, líder na produção orgânica, concentra 16% dos produtores certificados e responde por cerca de 50 mil toneladas anuais de produtos orgânicos, abrangendo cadeias diversificadas de hortaliças, legumes e oleaginosas (MAPA, 2022).

Apesar das políticas públicas voltadas ao fortalecimento do escoamento local – como a regulamentação de feiras e cestas e o Plano Estadual de Alimentação Escolar (PEAE) –, o Paraná também se destaca como o maior abastecedor de tomates orgânicos no país (Secretaria de Comunicação do Paraná, 2022).

Além desse exemplo, há outros casos em que a produção orgânica ultrapassa os circuitos de comercialização local. No estudo de Vallani (2009), estima-se que 70% da produção orgânica no Brasil seja proveniente de pequenos agricultores familiares ligados a associações e movimentos sociais. No entanto, há uma parcela significativa do setor composta por grandes produtores empresariais. A autora também discute diferentes modalidades de comercialização, incluindo a exportação de orgânicos.

Nesse contexto, entre agosto de 2006 e janeiro de 2007, o Brasil exportou mais de US\$ 5,5 milhões em produtos orgânicos, totalizando aproximadamente 9,5 mil toneladas, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Ressalta-se, contudo, que a obtenção de dados sobre a exportação de orgânicos não é facilitada, uma vez que tais informações costumam ser agrupadas de forma isolada e organizadas por agências de abrangência local, o que impede a visualização de cenários mais atualizados em escala nacional.

Diante dessas questões, percebe-se que a comercialização de alimentos segue diferentes abordagens e dinâmicas. Nesse sentido, compreender a estruturação das cadeias agroalimentares longas é essencial. A dependência de intermediários e do uso intensivo de recursos externos representa um entrave ao fortalecimento de estratégias de escoamento local, além de elevar os custos dos produtos.

Além disso, as cadeias agroalimentares longas tendem a enfraquecer a economia local, uma vez que atendem a mercados específicos. Contudo, a relação dessas cadeias com a economia nacional é ainda mais complexa. Para Maluf (2004, p. 301), “[...] a restrição de renda das famílias (por falta de ocupação ou por baixa remuneração do trabalho) constitui fator macroeconômico que limita a expansão dos mercados de produtos agroalimentares, mais além do conhecido efeito da baixa elasticidade-renda da demanda de alimentos”. Nesse sentido, esse modelo contribui para a concentração de renda, dificulta o acesso da população a determinados alimentos e reduz a diversidade produtiva, ao privilegiar monoculturas.

Diante desse fenômeno, é fundamental refletir sobre alternativas que promovam a aproximação entre produção e consumo e incentivem a expansão dos mercados locais. Essa estratégia pode mitigar a dependência de importações e fortalecer a autonomia do Estado frente às imposições do mercado externo.

Contudo, essa não é uma tarefa simples, pois envolve múltiplos agentes e um sistema altamente regulado, moldado por diversos fatores históricos e sociais. Assim, torna-se imprescindível a adoção de medidas em nível local e regional, por meio de políticas públicas, iniciativas solidárias e estratégias alternativas de comercialização, como os circuitos curtos.

A próxima seção abordará a estruturação desses circuitos curtos de comercialização, destacando as relações estabelecidas no contexto local e discutindo a influência dos produtos agroecológicos no fortalecimento desses canais.

3.2. POTENCIAL DOS CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO NO FORTALECIMENTO DE MERCADOS AGRÍCOLAS ALTERNATIVOS

Discutir as modalidades de produção de alimentos é essencial, pois se trata de um aspecto intrínseco à sobrevivência humana e diretamente relacionado à qualidade de vida. Contudo, refletir sobre a distribuição desses alimentos e sobre a forma como chegam ao consumidor final constitui outro eixo fundamental. A partir dessas reflexões, torna-se possível avaliar a viabilidade do escoamento da produção em âmbito local e regional, assim como dimensionar os impactos decorrentes do transporte de mercadorias por longas distâncias.

Nesse contexto, resgatar relações de consumo mais próximas — que aproximam produtores e consumidores — permite compreender a constituição dos circuitos curtos de comercialização. Segundo Rover e Ramos (2019), esse modelo se diferencia das cadeias longas por reduzir a dependência de múltiplos intermediários, mantendo maior proximidade entre produção, transporte e venda dos produtos. Embora a presença de intermediários não seja completamente eliminada, sua influência dentro da cadeia produtiva é significativamente menor, contribuindo para a redução de custos e para a valorização do vínculo direto com o consumidor.

Para Silva (2008), a comercialização que aproxima agricultores e consumidores se insere no sistema capitalista por meio de dinâmicas locais e regionais, que, contudo, não conseguem controlar os grandes fluxos nacionais e internacionais de mercadorias. Apesar dessa limitação estrutural, os circuitos alimentares podem se expandir espacialmente, dependendo das condições do sistema alimentar e das conexões possíveis entre pontos distantes, impulsionadas pela modernização do transporte e pelo avanço tecnológico. Essa perspectiva ajuda a compreender de que maneira a agricultura familiar se apropria e se beneficia dos circuitos curtos, inserindo-se em mercados regionais que integram produtores, cooperativas e associações familiares (Maluf, 2004).

Segundo Maluf (2004), essa inserção fortalece vínculos comunitários, cria laços de confiança e favorece o desenvolvimento de mercados consolidados, oferecendo alternativas viáveis de renda para os agricultores. Entretanto, a proximidade geográfica por si só é insuficiente para garantir relações sistemáticas e sinérgicas entre os agentes econômicos de uma região; essas relações precisam ser construídas com base nas formas de ocupação do território e no apoio de políticas públicas que promovam a economia local e regional.

Diante da complexidade das múltiplas relações que coexistem em uma cadeia agroalimentar, torna-se fundamental identificar as especificidades e nuances de cada agente envolvido, evitando generalizações sobre o papel dos intermediários e reconhecendo a diversidade de arranjos possíveis em diferentes contextos. Um aspecto central a ser considerado é a agregação de custos ao produto final, resultante dos diferentes serviços aos quais ele é submetido ao longo do processo de comercialização.

O valor agregado a bens e serviços, gerado pelas etapas adicionais de transporte, armazenamento e comercialização, impacta diretamente o preço pago pelo

consumidor. Dessa forma, circuitos comerciais que exigem menos serviços, menos intermediários e menor distância tendem, em geral, a apresentar custos finais mais baixos (Rover e Ramos, 2019). Em consonância, uma pesquisa da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor (2023) indicou que alimentos comercializados em feiras, como frutas, legumes e verduras, apresentaram um custo 22% inferior ao praticado por supermercados, hipermercados e hortifrutis, evidenciando a relevância econômica dos circuitos curtos de comercialização.

O preço final de um produto, entretanto, é influenciado por múltiplas variáveis, incluindo o número de etapas e intermediários na cadeia, a oferta e demanda, as características naturais e sociais da região de produção e a modalidade de venda adotada. Para sintetizar essas possibilidades, o Quadro 1 apresenta um esquema adaptado de Renting, Marsden e Banks (2017), ilustrando os espaços de comercialização e o grau de proximidade com o consumidor, permitindo uma visão integrada da dinâmica dos circuitos curtos.

Quadro 1 – Exemplos de sistemas de Comercialização em Circuitos Curtos

CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO		
Contato Direto	Próximas ao consumidor	Abrangência ampliada
Tendas rurais	Grupo de tendas rurais	Selos de certificação
Feira de agricultores	Agricultura de base comunitária	Código de produção
Venda de beira de estrada	Roteiros temáticos	Efeito de reputação
Colhe e pague	Eventos especiais	
Cestas prontas	Varejistas, mercearias locais e restaurantes	
Encomendas		
E-commerce (via internet)		

Fonte: Renting, Marsden e Banks, 2017.
Adaptado pela autora, 2025.

A partir das informações apresentadas no Quadro 1, observa-se a existência de três grandes modalidades de circuitos curtos, cada uma abrangendo diferentes tipos de eventos. Nas modalidades que promovem contato direto entre produtor e consumidor, destacam-se as vendas realizadas em feiras, por encomendas ou por visitas às propriedades, como ocorre no sistema “colha e pague”. Práticas de agricultura urbana também fortalecem essa relação direta, aproximando consumidores e produtores de maneira mais constante.

Mesmo no caso do e-commerce, em que a venda ocorre pela internet, os canais permanecem sob controle dos produtores e o processo de entrega mantém contato direto com o consumidor. Assim, a tecnologia funciona como um facilitador logístico, sem eliminar a interação presencial, que permanece central para a consolidação das relações de confiança. Já modalidades próximas ao consumidor, caracterizadas por ações esporádicas, ou circuitos de abrangência ampliada — como as produções orgânicas certificadas — garantem qualidade aos produtos sem exigir vínculo direto com o agricultor. A escolha da modalidade depende da necessidade de intermediários, do público-alvo e das condições locais de comercialização, como ocorre em regiões turísticas, onde os preços tendem a oscilar significativamente (Reting, Marsden e Banks, 2017).

No caso das produções orgânicas, a menor escala e os custos de certificação podem restringir o acesso a determinados públicos, contribuindo para uma possível elitização do consumo. Para Assis e Romeiro (2002), a principal diferença entre agricultura orgânica e outras formas de produção sem agrotóxicos, como a agroecologia, está justamente na ruptura do contato direto com o consumidor. Entretanto, essa limitação não é absoluta, pois mesmo nos circuitos curtos há intermediários, e fatores como valor agregado e estratégias de marketing influenciam diretamente o acesso aos produtos. Dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF, 2017-2018) indicam que a maioria dos consumidores de produtos orgânicos no Brasil possui renda *per capita* entre um e cinco salários mínimos¹², enquanto uma parcela menor supera cinco salários mínimos.

A adoção de práticas agrícolas sustentáveis, portanto, surge da necessidade de modelos produtivos que atendam às demandas alimentares da população e, simultaneamente, respeitem princípios ambientais. Essas características estão

¹² O valor do salário mínimo no momento da realização desta pesquisa era de 954,00 reais.

presentes tanto nos sistemas agroecológicos quanto nos modelos orgânicos certificados (Roel, 2002). Fortalecer redes de escoamento e assegurar condições estáveis para os produtores é fundamental para a consolidação dessas cadeias (Altieri, 2012), permitindo que a expansão do acesso aos consumidores seja acompanhada da estabilidade econômica dos agricultores.

Essa lógica contrasta com a agricultura intensiva, que inseriu o Brasil na Divisão Internacional do Trabalho como exportador de commodities, aprofundando desigualdades fundiárias, sociais e ambientais (Oliveira, 2016). Em contrapartida, a agroecologia prioriza a comercialização local, reduzindo a dependência de transporte e insumos para longas distâncias, diminuindo custos e impactos ambientais, além de tornar os produtos mais acessíveis. Essa abordagem também fortalece a resiliência de produtores pouco capitalizados e contribui para enfrentar a insegurança alimentar (FAO, 2018).

A relevância da agroecologia é reforçada por iniciativas internacionais, como na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), que incorporou práticas agrícolas sustentáveis em suas pautas estratégicas (Spring, 2022). No entanto, implementar esses princípios exige esforços coletivos e estreita colaboração entre produtores e consumidores, fortalecendo redes de produção e consumo (Gliessman e Rosemeyer, 2009). Nesse sentido, os circuitos curtos de comercialização surgem como alternativa viável, encurtando a cadeia produtiva e fortalecendo o vínculo entre consumidores e alimentos, promovendo confiança e pertencimento (Comunello, 2014).

Essa dimensão social da agroecologia é reforçada por Gúzman (2002), que destaca a ação coletiva no manejo de recursos naturais. Agricultores que compartilham recursos tendem a se organizar de forma semelhante, inserindo-se no mercado por estratégias comuns e desenvolvendo projetos de reprodução social alinhados às práticas ecológicas (Gúzman, 2022). Esse caráter coletivo se conecta com a economia solidária, que fortalece redes cooperativas e práticas de produção compartilhada, incluindo experiências agroecológicas (Schmitt, 2010).

Apesar das vantagens observadas, os desafios permanecem. Gelbcke et. al (2018, p. 549) ressalta que “a transferência de renda pressiona muitos agricultores a uma especialização em poucos produtos, para garantirem uma escala mínima e o atendimento pleno às exigências”. Avaliar essas limitações econômicas, especialmente

para os produtores menos capitalizados, é fundamental para compreender a viabilidade e expansão dos circuitos curtos.

Dessa forma, associar práticas agrícolas ecológicas, como a agroecologia, aos circuitos curtos de comercialização é estratégico. Ao escoar produtos local ou regionalmente, estabelece-se vínculo direto entre consumidor e produtor, incentivando a diversificação das culturas, o respeito ao ciclo natural e a valorização de espécies nativas. Além disso, a redução da dependência de transporte e de insumos para longas distâncias gera benefícios econômicos e ambientais, contribuindo para a rentabilidade e a sustentabilidade dos agricultores.

Mediante as considerações apresentadas, é pertinente retomar a teoria dos circuitos da economia urbana proposta por Milton Santos. O autor distingue o **circuito superior**, composto por bancos, comércio e indústrias de exportação, ou seja, setores hegemônicos que concentram maior poder econômico, e o **circuito inferior**, formado por atividades que não demandam capital intensivo, como pequenas manufaturas e o comércio varejista não modernizado, voltados sobretudo a dinâmicas locais ou regionais (Santos, 1979). Ressalta, ainda, que ambos os circuitos mantêm uma interação constante e não devem ser interpretados de forma hierárquica, mas como dimensões complementares da realidade socioeconômica.

Ao transpor essa teoria para o contexto desta pesquisa, observa-se que também nos circuitos de comercialização de alimentos existem dinâmicas que podem ser associadas a posições de superioridade ou de inferioridade. O primeiro caso pode ser exemplificado por produtores capazes de operar em larga escala, com alto nível de modernização tecnológica e direcionamento da produção para grandes redes ou para a exportação. Já o segundo se manifesta em experiências que priorizam práticas solidárias e agroecológicas, mesmo que com menor inserção dentro da lógica mercadológica dominante. Entretanto, essa classificação não é rígida, pois a realidade empírica revela contradições: produtores menos capitalizados podem permanecer vinculados à agricultura convencional, enquanto grandes latifundiários podem se apropriar do nicho de orgânicos certificados para abastecer o mercado internacional ou grandes varejistas nacionais.

Nesse cenário, ganha força a reflexão proposta por Santos (1979, p. 291), segundo a qual é necessário superar a lógica do sistema vigente de acumulação de capital, de modo que a ideia de produtividade econômica seja substituída pela de

produtividade social, orientando os processos produtivos para fins coletivos e não apenas para a acumulação de capital.

3.3. ENTRE IDAS E VINDAS, DO CAMPO À MESA: REFLEXÕES FINAIS DO CAPÍTULO

Diante das discussões apresentadas, torna-se urgente centralizar o debate sobre um tema essencial na comercialização de alimentos: a insegurança alimentar. O aumento dos custos agregados ao transporte encarece os produtos e dificulta o acesso a uma alimentação adequada, perpetuando um ciclo que afeta uma parcela significativa da população.

Paradoxalmente, enquanto o Brasil se consolida como um dos maiores produtores e exportadores de alimentos e matérias-primas, a insegurança alimentar segue atingindo milhões de pessoas em diferentes níveis. Essa contradição é evidente nos números: segundo a Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (ABIA, 2024), o país exportou 72,1 milhões de toneladas em 2023. No entanto, no mesmo período, 21,6 milhões de domicílios brasileiros enfrentavam algum grau de insegurança alimentar (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD-C, 2024).

Esse cenário reflete uma crise sistêmica e historicamente enraizada no Brasil. Josué de Castro (1946) já denunciava a fome no país como predominantemente endêmica, associada a causas estruturais e econômicas, além de fatores naturais, como as secas. O autor também discutia a fome epidêmica, desencadeada por eventos conjunturais, como pandemias, desastres naturais e conflitos geopolíticos (Castro, 1946). Essa última forma de insegurança alimentar tornou-se mais evidente desde o final de 2019, com a crise gerada pela pandemia da Covid-19 e os desafios subsequentes para mitigar seus impactos.

Em 2021, a insegurança alimentar atingiu 77 milhões de pessoas no Brasil, das quais 33 milhões estavam em situação grave, segundo a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN, 2022). Como consequência desse agravamento, o Brasil retornou ao Mapa da Fome elaborado pela FAO (2022), evidenciando a urgência de políticas públicas eficazes para reverter esse quadro.

Observa-se, portanto, que refletir sobre os caminhos percorridos pelos alimentos é fundamental. No entanto, torna-se imprescindível questionar: o que ocorre

quando esses alimentos não chegam à mesa de uma grande parte da população? No segundo subitem deste capítulo – *Potencial dos circuitos curtos de comercialização no fortalecimento de mercados agrícolas alternativos* – evidenciou-se que a forma de comercialização dos alimentos, aliada à consequente elitização dos produtos orgânicos, contribui para a exclusão das camadas socioeconomicamente vulneráveis, dificultando seu acesso a uma alimentação nutritiva e suficiente.

Alguns fatores justificam essa realidade, como o descarte de alimentos ao longo do processo de escoamento para longas distâncias. O Quadro 2, adaptado de Abbade (2019), ilustra como a logística de distribuição influencia diretamente no desperdício de alimentos.

Quadro 2 - Possíveis causas de perdas de alimentos por estágio da cadeia de suprimentos e tipo de produto

	Agricultura	Animal/Origem animal
Transporte e armazenamento	• Produto derramado; • Produto danificado devido a manuseio incorreto; • Produto danificado por maquinários; • Produto armazenado em temperatura inadequada.	• Alimentos perdidos durante o transporte para o matadouro – incluindo a morte de animais; • Alimentos perdidos devido ao mau armazenamento.
Processamento	• Perda de alimentos no processamento (ineficiência, contaminação, entre outros); • Perdas de alimentos evitáveis; • Perdas de alimentos inevitáveis (peles, sementes, entre outros derivados não comercializados); • Danos aos alimentos devido à embalagem inadequada.	• Perda de alimentos no processamento (ineficiência, contaminação, entre outros); • Perdas de alimentos evitáveis; • Perdas de alimentos inevitáveis (ex. ossos, couro, entre outras partes descartadas por não haver grande procura/demanda para comercialização); • Alimentos danificados devido à embalagem

		inadequada.
Distribuição	• Alimentos danificados devido à falta de refrigeração e instalações de armazenamento adequado; • Descarte de alimentos por prazo de validade expirado; • Alimentos não vendidos; • Alimentos rejeitados após inspeção do controle de qualidade.	• Alimentos danificados devido à falta de refrigeração e instalações de armazenamento adequado; • Descarte de alimentos por prazo de validade expirado; • Alimentos não vendidos; • Alimentos rejeitados após inspeção do controle de qualidade.
Consumo	• Alimentos danificados devido à falta de instalações de armazenamento; • Desperdício de alimentos por preparo excessivo, especialmente em restaurantes; • Alimentos não consumidos devido ao prazo de validade expirado; • Desperdício de alimentos devido a embalagens com porções maiores que o necessário; • Alimentos não consumidos devido à baixa apreciação dos consumidores; • Perdas de alimentos durante o preparo (cascas de frutas e legumes – em alguns casos).	• Alimentos danificados devido à falta de instalações de armazenamento; • Desperdício de alimentos por preparo excessivo, especialmente em restaurantes; • Alimentos não consumidos devido ao prazo de validade expirado; • Desperdício de alimentos devido a embalagens com porções maiores que o necessário; • Alimentos não consumidos devido à baixa apreciação dos consumidores; • Perdas de alimentos durante o preparo (ossos e peles – em alguns casos).

Fonte: Adaptado de Abbade, 2019; Parfitt et al., 2010; FAO, 2011.

Observa-se que fatores como transporte, processamento, embalagem e consumo final influenciam significativamente as perdas e o desperdício de alimentos.

Destaca-se, ainda, que esse processo envolve o uso de energia externa e a queima de combustíveis fósseis, o que não apenas eleva os custos dos alimentos comercializados, mas também gera impactos ambientais (Altieri, 2012).

Outra forma de desperdício, geralmente observada na agricultura convencional, é a prática do descarte quando ocorre um aumento expressivo da oferta, tornando os alimentos mais baratos para intermediários e consumidor final. De acordo com Peixoto e Pinto (2016), nesses casos, os custos logísticos de produção e escoamento geralmente tornam-se superiores ao preço de venda.

Como consequência, toneladas de alimentos em condições adequadas para o consumo são descartadas. Para ilustrar essa situação, em 2015, conforme noticiado pelo Portal G1 (2015), aproximadamente vinte mil caixas de tomate foram descartadas devido à queda dos preços naquele período.

É evidente, portanto, que o escoamento de alimentos por longas distâncias contribui para o desperdício, um aspecto especialmente preocupante quando comparado aos dados sobre insegurança alimentar já discutidos neste texto. Quantificar a produção de alimentos no Brasil e no mundo e reconhecer que a fome não resulta da quantidade produzida, mas sim da forma como os alimentos são distribuídos e a qualidade destes, acrescenta diversas camadas a esse debate.

Entre essas camadas, destacam-se as novas culturas alimentares da população mundial. De acordo com a FAO (2013), existem aproximadamente trinta mil espécies de plantas terrestres comestíveis; no entanto, apenas trinta culturas são responsáveis por 95% da alimentação mundial, sendo que arroz, trigo, milho, painço e sorgo representam 60% desse total.

Além disso, partes dos alimentos, como cascas e sementes de legumes e frutas, são frequentemente descartadas durante o preparo. Segundo Oliveira et al. (2020), a falta de informação sobre o aproveitamento integral dos alimentos, aliada à ausência de ações de sensibilização, contribui para o aumento desse desperdício diário.

Esse cenário não se limita apenas ao desperdício físico dos alimentos, mas também reflete uma perda simbólica e cultural. A desconexão com os modos tradicionais de produção e consumo resulta na perda do regionalismo alimentar, das culturas locais e do entendimento sobre a sazonalidade, especialmente diante da crescente industrialização dos sistemas alimentares. Como consequência, elementos como o contato direto com os produtores e a preocupação com a qualidade dos

alimentos acabam restritos a pequenos grupos da população (Gliessman e Rosemeyer, 2009).

Todos esses fatores refletem o aumento expressivo do consumo de alimentos ultraprocessados e industrializados entre as camadas mais pobres da população. Um estudo do Laboratório de Epidemiologia e Imunobiologia da Faculdade de Medicina da USP (2022) revelou que indivíduos com menor acesso à educação e à renda tendem a consumir menos frutas e hortaliças, evidenciando a relação direta entre condições socioeconômicas e hábitos alimentares.

A renda, de fato, constitui um fator preponderante na construção desses hábitos. Segundo Hoffman (2010), a partir dos dados da POF de 2008 e 2009, enquanto arroz e feijão são predominantes em todas as faixas de renda, alimentos como farinha de mandioca e outras féculas apresentam consumo mais expressivo entre os grupos de menor poder aquisitivo. Por outro lado, famílias com renda relativamente mais elevada apresentam padrões distintos de consumo, com maior acesso a produtos como cenoura, mandioca, alface, quase todas as frutas (com exceção do abacate), café moído, entre outros. Dessa forma, observa-se que a renda não apenas determina a quantidade e variedade de alimentos consumidos, mas também influencia diretamente a qualidade nutricional da dieta, reforçando desigualdades alimentares e de saúde entre diferentes segmentos da população.

Falar sobre alimentação, ou sobre a falta dela, é um tema extremamente complexo e sensível. Por isso, o objetivo desta reflexão final do capítulo não é concluir, mas sim provocar novas reflexões. Questionar a baixa diversidade alimentar, o acesso limitado aos alimentos, o desperdício e o distanciamento do consumidor em relação à origem dos produtos evidenciam a necessidade de repensar hábitos e relações de consumo.

É uma forma de valorizar a relação direta entre produtores e consumidores nas feiras, onde ocorrem trocas, a comercialização de uma maior diversidade de alimentos e a possibilidade de os agricultores apresentarem novas variedades, promoverem degustações e venderem seus produtos sem depender exclusivamente de intermediários. Além disso, essas interações fortalecem a confiança na qualidade dos alimentos e fomentam a ideia de economia solidária.

Segundo Singer (2008), a economia solidária,

[...] se caracteriza pela igualdade. Pela igualdade de direitos, os meios de produção são de posse coletiva dos que trabalham com eles – essa é a característica central. E

a autogestão, ou seja, os empreendimentos de economia solidária são geridos pelos próprios trabalhadores coletivamente de forma inteiramente democrática [...]. (Singer, 2008, p. 289).

São princípios que refletem a autonomia dos agricultores, sem se submeter exclusivamente às amarras do mercado dominante. São valores de coletividade, que priorizam as relações em vez do acúmulo de capital individualizado. Essas práticas não apenas valorizam as interações entre os trabalhadores na linha de frente de produção, mas também impactam positivamente as relações no processo de comercialização, aproximando produtores e consumidores.

Ao perder ou negligenciar formas tradicionais de produção e relações de consumo, que, de certo modo, são mais afetivas, os problemas de ordem social e ambiental – conforme discutido nos parágrafos anteriores – tornam-se ainda mais evidentes, especialmente quando são apropriados como mercadoria. Não por acaso, em 2021, a FAO realizou a primeira Cúpula Mundial sobre Sistemas Alimentares como parte das ações para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) até 2030.

Portanto, é evidente a necessidade de implementar medidas que promovam a soberania alimentar dos países, ou seja, garantir a autonomia na produção, sem depender de importações, e assegurar o pleno acesso da população a alimentos nutritivos e variados. Nesse sentido, é essencial refletir sobre como os alimentos são produzidos, escoados e comercializados.

Com isso, o próximo capítulo abordará de maneira mais aprofundada a definição e as contradições das agriculturas orgânica e agroecológica, que priorizam práticas mais sustentáveis, sem o uso de agrotóxicos, aditivos químicos ou organismos geneticamente modificados. Também será discutida a diferenciação entre produtos agroecológicos e orgânicos certificados, assim como um panorama geral dessas produções no Brasil e no mundo.



Ilustração elaborada pela autora com auxílio da inteligência artificial do Canva Pro (2025)

4. PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE SISTEMAS ORGÂNICOS E AGROECOLÓGICOS: CAMINHOS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Diante das crescentes demandas alimentares e dos desafios socioambientais que marcam o cenário agrícola contemporâneo, emergem propostas de agriculturas sustentáveis que buscam conciliar produção e preservação. Entre essas propostas, destacam-se a agroecologia e a agricultura orgânica certificada, que, embora distintas em suas abordagens, compartilham princípios voltados à sustentabilidade e serão aprofundadas neste capítulo.

A agroecologia, segundo Altieri (2012), constitui-se como ciência, prática e movimento social, articulando dimensões ecológicas, sociais e políticas com o objetivo de desenvolver agroecossistemas menos dependentes de insumos externos. Essa abordagem propõe a redução gradual do uso de agroquímicos, com aplicação mínima inicial e transição controlada, visando sua eliminação total ao longo do tempo, de modo a respeitar a dinâmica dos ecossistemas e fortalecer a agricultura familiar a longo prazo.

Em paralelo à agroecologia, a agricultura orgânica consolida-se como um sistema produtivo que exclui integralmente o uso de insumos químicos e transgênicos (Roel, 2002), priorizando as interações entre solo, meio ambiente e sociedade (IFOAM, 1998). Embora compartilhe origens próximas à agroecologia — como na concepção defendida por Primavesi¹³ —, a produção orgânica tem se distanciado desse campo ao se integrar mais fortemente à lógica capitalista, tornando-se, em muitos casos, apropriada por grandes corporações (Cerveira; Castro, 1999). Apesar dessas diferenças, ambos os modelos enfrentam desafios semelhantes, sobretudo no que diz respeito à comercialização e à inserção em mercados mais estáveis, ainda limitados pela ausência de incentivos consistentes e pela fragilidade dos canais de escoamento.

Contrastando com essas propostas alternativas, o modelo de agricultura convencional e intensiva, dominante em países como o Brasil, acentua desigualdades ao consolidar o país como exportador agrícola na Divisão Internacional do Trabalho (Oliveira, 2016). Influenciado pela Revolução Verde, esse modelo reforça a monocultura, a dependência de agroquímicos e o controle dos sistemas alimentares (Gliessman, 2018), comprometendo a diversidade agrícola e marginalizando os pequenos produtores rurais. Nesse contexto, a agroecologia surge, desde os anos 1970,

¹³ Primavesi trabalhava o termo “*orgânico*” a partir da centralidade do solo, entendido como a base e a fonte de manutenção da vida. Para a autora, o solo constitui o principal recurso dentro dessa perspectiva, uma vez que garante a ciclagem de nutrientes, a produção de matéria orgânica e a formação de húmus (Primavesi, 1979).

como resposta crítica e alternativa ecológica, sendo reconhecida, segundo Gliessman (2018), como um campo científico interdisciplinar em constante construção.

A essa perspectiva soma-se a contribuição de Caporal e Costabeber (2002), que descrevem a agroecologia como um sistema complexo que abrange toda a cadeia produtiva, valorizando circuitos comerciais curtos e justos, baseados na sustentabilidade econômica, social e ambiental. Essa lógica de organização produtiva não apenas reduz custos logísticos, como também amplia o acesso a alimentos saudáveis e torna a produção mais rentável para agricultores familiares. Assim, frente à insegurança alimentar e à vulnerabilidade dos produtores pouco capitalizados, os sistemas agroecológicos ganham centralidade nos debates atuais, por sua capacidade de integrar múltiplas dimensões do desenvolvimento rural.

No âmbito da agricultura orgânica, observa-se igualmente uma trajetória marcada pela contraposição aos modelos convencionais desde a ascensão da Revolução Verde. Contudo, a crescente mercantilização e a institucionalização do setor impõem novos desafios, sobretudo no que se refere à preservação de seus princípios fundadores. Diante desse panorama complexo e dinâmico, este capítulo propõe retomar os debates conceituais sobre agroecologia, discutir os rumos da produção orgânica e analisar suas expressões no território nacional, com ênfase no Pontal do Paranapanema.

4.1. A EMERGÊNCIA DA AGROECOLOGIA E DA AGRICULTURA ORGÂNICA: ALTERNATIVAS SOCIOAMBIENTAIS À MODERNIZAÇÃO

As discussões em torno da agricultura revelam-se complexas, uma vez que se trata de uma atividade milenar, essencial para a sobrevivência humana e que, na contemporaneidade, sustenta grande parte das relações econômicas globais. Ao longo dos séculos, as estratégias de produção, comercialização e troca de produtos sofreram profundas transformações, gerando debates que atravessam diversas áreas do conhecimento, tanto no âmbito popular quanto acadêmico. Nesse contexto, torna-se pertinente resgatar brevemente alguns dos principais marcos históricos da agricultura, a fim de compreender sua trajetória e suas implicações atuais.

Conforme aponta Lutzenberger (2001), a prática agrícola remonta a um período entre 10 e 15 mil anos atrás. Inicialmente voltadas para o autoconsumo, essas práticas são hoje interpretadas como formas de manejo ecológico, pois se baseavam

nas interações naturais preexistentes e na observação dos ciclos da natureza, integrando-se de maneira orgânica às dinâmicas ecológicas locais.

Entre essas estratégias ecológicas de produção agrícola, destacam-se práticas como a preservação de sementes crioulas, a rotação e a associação de culturas, além do terraceamento¹⁴, entre outras técnicas (Altieri, 2012). Essas práticas, que mantêm sua relevância até os dias atuais, demonstram elevada capacidade de integração com os sistemas naturais, favorecendo a conservação do solo e da biodiversidade.

Entretanto, diversos fatores históricos contribuíram para a sofisticação gradual das estratégias produtivas e, consequentemente, para a modernização dos meios de produção agrícola. Lutzenberger (2001) ressalta que a domesticação de animais e a utilização de ferramentas rudimentares configuraram alguns dos primeiros avanços nesse sentido, ampliando a capacidade produtiva ainda que em escala limitada.

Com o tempo e em consonância com as transformações econômicas globais, a busca por maior intensificação da produção impulsionou a adoção de novas tecnologias no setor agrícola. Segundo Silva e Botelho (2014), nas primeiras décadas do século XX, a agricultura brasileira apresentava nível tecnológico relativamente baixo em comparação a padrões internacionais e pouca articulação com o mercado interno, devido à concentração populacional rural e às limitações de transporte, que restringiam o escoamento dos produtos. Ainda assim, ciclos econômicos como o do café proporcionaram resultados satisfatórios e moldaram o desenvolvimento rural do país.

A ruptura mais expressiva nesse cenário ocorre com o Plano de Metas, na década de 1950, que marca a institucionalização da modernização agrícola no Brasil e se insere no contexto mais amplo de tentativa de industrialização do país (Romeiro, 2007). Contudo, como destacam Silva e Botelho (2014, p. 364), “[...] a implantação da modernização¹⁵ agrícola rivalizava com o cenário econômico vigente no campo. A pobreza e a baixa produtividade eram realidades já nas décadas anteriores”, o que demonstra que o processo de modernização não ocorreu de forma linear nem homogênea.

¹⁴ O terraceamento é uma prática agrícola que consiste na construção de degraus ou patamares em terrenos inclinados, com o objetivo de reduzir a velocidade do escoamento superficial da água, controlar a erosão do solo e aperfeiçoar a retenção de água para as culturas. Essa técnica permite o aproveitamento agrícola de áreas de relevo acidentado, garantindo maior estabilidade produtiva e conservação dos recursos naturais (EMBRAPA, 2006).

¹⁵ A concepção teórica do termo pode ser definida como a “melhoria da produção através da adoção de técnicas modernas visando uma maior produtividade da terra e do trabalho” (Silva, 2007, p. 88).

Além disso, é importante ressaltar que tal processo também aprofundou as desigualdades fundiárias já existentes no território brasileiro. A partir da década de 1960, o país intensifica os investimentos em tecnologias voltadas às atividades agrícolas, movimento que culmina na criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) em 1972, cuja atuação a partir de 1973 foi fundamental para a consolidação do modelo de desenvolvimento rural baseado na modernização tecnológica.

Outra estratégia fundamental que se consolida entre as décadas de 1960 e 1970 — período decisivo para a modernização agrícola no Brasil — é a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR). Institucionalizado em 1965, esse sistema tinha como principais objetivos:

- I. Estimular o incremento ordenado dos investimentos rurais, inclusive para armazenamento, beneficiamento e industrialização dos produtos agropecuários, quando efetuados por cooperativas ou pelo produtor na sua propriedade rural;
- II. Favorecer o custeio oportuno e adequado da produção e a comercialização dos produtos agropecuários;
- III. Possibilitar o fortalecimento econômico dos produtores, notadamente considerados ou classificados como pequenos e médios;
- IV. Incentivar a introdução de métodos racionais de produção, visando o aumento da produtividade e a melhoria do padrão de vida das populações rurais e à adequada defesa do solo (Diretoria de Agronegócios – Banco do Brasil, 2004, p. 11).

É relevante ponderar, contudo, que a instituição do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) também suscitou debates acerca de seus reais beneficiários e dos impactos de suas diretrizes. Embora tenha cumprido o papel de impulsionar a modernização agrícola, o SNCR acabou favorecendo, sobretudo, a expansão de culturas voltadas para a exportação, relegando a segundo plano o incentivo às culturas de base alimentar, especialmente aquelas de cadeia curta. Ainda assim, conforme aponta Lucena e Souza (2001), a medida contribuiu para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do país e para a redução do déficit comercial, além de ter favorecido o abastecimento interno, impulsionado por fatores como a oferta de juros baixos.

Nesse contexto, outra consequência importante a ser destacada é o favorecimento dos latifundiários, conforme aponta Palmeira (1989). De acordo com o autor, muitos agricultores, especialmente aqueles com menor capacidade de capitalização, foram progressivamente marginalizados do processo de modernização,

evidenciando a concentração dos benefícios nas mãos de uma parcela restrita dos produtores rurais.

Além dos fatores nacionais, é indispensável considerar também a influência da conjuntura internacional para compreender a modernização do campo no Brasil e a quem ela favorece. A consolidação dos parques industriais, a disseminação global do pacote tecnológico da Revolução Verde e a valorização dos preços internacionais dos produtos agrícolas configuram variáveis decisivas que impulsionaram a mudança do paradigma produtivo (Lucena; Souza, 2001).

Nesse sentido, a Revolução Verde constitui um marco central no processo de modernização agrícola, promovendo mudanças sistemáticas tanto nos modelos produtivos quanto nas relações comerciais. Ocorrida principalmente entre as décadas de 1960 e 1970, a Revolução Verde caracterizou-se pela introdução de um conjunto de tecnologias agrícolas voltadas para o aumento massivo da produção, especialmente em países em desenvolvimento (Octaviano, 2010).

O principal argumento que sustentava a promoção da Revolução Verde era o combate à fome, partindo da premissa de que o aumento da produção de alimentos resolveria essa problemática. Todavia, além de não ter solucionado de forma efetiva as questões relacionadas à fome e à desnutrição, a Revolução Verde é amplamente reconhecida por ter aprofundado a concentração fundiária e aumentado a dependência dos agricultores em relação às sementes industrializadas e a outros insumos. Segundo Octaviano (2010), esse processo alterou profundamente a dinâmica da agricultura familiar, impondo dificuldades para que pequenos proprietários se adaptassem aos novos moldes produtivos.

Corroborando para essa análise, Altieri (2010, p. 23) afirma que,

[...] globalmente, a Revolução Verde, ainda que tenha melhorado a produção de certos cultivos, mostrou não ser sustentável ao causar danos ao ambiente, provocou perdas dramáticas de biodiversidade e do conhecimento tradicional associado, favoreceu aos agricultores mais ricos e deixou muitos agricultores pobres mais endividados (Altieri, 2010, p. 23).

Tais contradições já eram observadas por pesquisadores desde os primeiros momentos da Revolução Verde, impulsionando a ascensão de debates em torno das preocupações sociais e, especialmente naquele contexto inicial, das questões ambientais associadas às novas práticas agrícolas. De acordo com Moreira (2013), a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas,

responsável pela elaboração do relatório *Nosso Futuro Comum* em 1987 (CMMAD, 1988), desempenhou um papel central na consolidação e disseminação do conceito de sustentabilidade, conferindo-lhe projeção internacional.

Para Moreira (1999),

Oriundas dos movimentos ecológicos e afins, as críticas ambientalistas centralizam-se na crítica à produção industrial. No espaço rural, esta produção industrial adquiriu a forma dos pacotes tecnológicos da Revolução Verde e, no Brasil, assumiu – marcadamente nos anos 60 e 70 – a prioridade do subsídio de créditos agrícolas para estimular a grande produção agrícola, as esferas agroindustriais, as empresas de maquinários e de insumos industriais para uso agrícola – como tratores, herbicidas e fertilizantes químicos –, a agricultura de exportação, a produção de processados para a exportação e a diferenciação do consumo – como de queijos e iogurte. Quando associada aos movimentos ecológicos e ambientalistas no Brasil, a crítica posta ao modelo da Revolução Verde – e à modernização tecnológica socialmente conservadora – se desenvolve, portanto, com três componentes [...] (Moreira, 1999, p. 81).

Segundo Moreira (1999), a crítica à Revolução Verde no Brasil pode ser estruturada em três principais componentes. O primeiro refere-se à **crítica da técnica**, que questiona a relação herdada entre o ser humano e a natureza, evidenciando a ruptura provocada pelos modelos produtivos industrializados. O segundo componente é a **crítica social**, que denuncia as consequências do processo de modernização agrícola, como o empobrecimento, o desemprego, a favelização dos trabalhadores rurais, o êxodo rural-urbano, o esvaziamento do campo e a sobreexploração da força de trabalho rural — incluindo mulheres, crianças e idosos. Por fim, a **crítica econômica** aponta que a elevação dos custos de produção, intensificada pelas crises do petróleo na década de 1970, impactou diretamente a agricultura brasileira, elevando os custos do pacote tecnológico associado à Revolução Verde. Esse cenário de crise financeira, por sua vez, forçou uma redução significativa nos subsídios de crédito, aprofundando ainda mais as desigualdades no campo.

Como mencionado anteriormente, as críticas à Revolução Verde não se restringiram ao cenário nacional; também no âmbito internacional surgiram debates que impulsionaram a busca por modelos produtivos capazes de atender às demandas alimentares da população, conciliando-as com preocupações socioambientais. Nesse contexto, emergem alternativas como a agricultura agroecológica e a agricultura orgânica, ambas pautadas em práticas mais sustentáveis.

Apesar das potencialidades dessas alternativas, os sistemas agrícolas ecológicos enfrentam desafios significativos, especialmente no que se refere à

comercialização. Criar mecanismos que facilitem o acesso aos consumidores e garantam estabilidade econômica aos agricultores de base ecológica é fundamental para tornar os alimentos mais acessíveis e assegurar a continuidade da produção nos circuitos de comercialização (Altieri, 2012).

Essas características contrastam com o modelo de agricultura intensiva, que se consolidou, sobretudo em países em desenvolvimento, como o Brasil, impulsionado pelos processos históricos de colonização e pela modernização do campo (Oliveira, 2016). Isso ocorre, pois a produção intensiva favorece a hegemonização dos sistemas agrícolas, prioriza os circuitos longos de comercialização e impõe a subordinação dos pequenos produtores ao mercado agroexportador. Esse processo, muitas vezes, resulta em arrendamentos de terras e no desestímulo à permanência dos agricultores menos capitalizados no meio rural.

Em resposta às problemáticas socioambientais decorrentes da Revolução Verde e da expansão da agricultura intensiva, o debate em torno dos manejos agrícolas ecológicos ganhou força a partir da década de 1970. Conforme Ehlers (1999), as agriculturas alternativas, que surgiram em oposição aos padrões intensivos, passaram a ser reconhecidas como caminhos mais sustentáveis nos âmbitos social, ambiental e econômico. Nesse sentido, Glissman (2018) destaca que a agroecologia, consolidada no início da década de 1980, se configura como uma resistência às transformações promovidas pela Revolução Verde, evoluindo, ao longo do tempo, para um campo científico robusto.

A agroecologia é caracterizada como uma ciência multiescalar, que dialoga com diferentes áreas do conhecimento, incluindo a Geografia, e também como prática e movimento social (Altieri, 2012). Tal concepção é fundamental, pois ultrapassa a dimensão agrícola, envolvendo novas perspectivas de produção, consumo e modo de vida para a sociedade.

Caporal e Costabeber (2002) reforçam essa abordagem ao definirem a agroecologia como um sistema complexo, que abarca todo o circuito produtivo — desde a preparação do solo até a comercialização. Essa perspectiva ressalta a importância de valorizar circuitos curtos de comercialização, os quais favorecem a produção local, minimizam os custos de transporte e conservação e, conseqüentemente, tornam os produtos mais acessíveis.

Contudo, a implementação prática da agroecologia enfrenta desafios consideráveis, que, segundo Gliessman e Rosemeyer (2009), exigem transformações

em todas as etapas dos sistemas alimentares. Estreitar a relação entre produtores e consumidores é um passo essencial nesse processo. Nesse sentido, os circuitos curtos surgem como alternativas viáveis, como aponta Comunello (2014), ao promover uma conexão direta entre o consumidor e a origem do produto, fortalecendo relações de confiança e pertencimento.

Essa perspectiva coletiva e social é enfatizada por Gúzman (2002, p. 19), ao afirmar que a agroecologia possui uma natureza sociológica, ancorada na ação social coletiva dos setores ligados ao manejo dos recursos naturais. Assim, por meio da agroecologia, agricultores que compartilham os mesmos recursos se aproximam, formam redes de apoio e adotam projetos de reprodução social semelhantes.

A agroecologia, portanto, também se tornou uma aliada dos movimentos sociais e de agricultores que buscam romper com os modelos convencionais. No Brasil, atualmente, os produtores podem autodeclarar-se "agroecológicos", uma vez que não há uma legislação específica que regule ou padronize a prática. Essa liberdade proporciona vantagens como o fortalecimento de vínculos entre os agricultores, a troca de experiências e a popularização dos conhecimentos agroecológicos, muitas vezes mediadas por plataformas digitais como o site "Agroecologia em Rede".

Apesar do avanço das tecnologias de comunicação, ainda há muitos produtores agroecológicos ocultos das bases de dados, principalmente devido ao acesso limitado a esses recursos. Em municípios como Presidente Prudente/SP, redes sociais como o *Instagram* se tornaram ferramentas importantes para a divulgação e comercialização de cestas agroecológicas, estabelecendo canais diretos entre produtores e consumidores e ampliando a visibilidade dessas práticas alternativas.

Por outro lado, embora historicamente associada à agroecologia, a agricultura orgânica desenvolveu características próprias ao longo do tempo, especialmente após a promulgação da Lei nº 7.802, de 1989, que, ao tratar do controle de agrotóxicos, abriu espaço para a formulação de debates regulatórios específicos sobre modos alternativos de produção agrícola (Roel, 2002). Atualmente, esse sistema é regulamentado pela Lei Federal nº 10.831/2003 e pelo Decreto nº 6.323/2007, sendo definido como um modelo de produção que vai além da simples eliminação de agrotóxicos e organismos geneticamente modificados. Seu objetivo central é promover interações equilibradas e sustentáveis entre solo, fauna, flora e sociedade, alinhando princípios ecológicos, sociais e econômicos (IFOAM, 1998; Roel, 2002).

Trata-se, portanto, de uma abordagem que reconhece os processos ecológicos naturais como elementos centrais para a fertilidade dos solos e a qualidade dos cultivos, em oposição ao paradigma produtivista da agricultura convencional. Contudo, diferentemente da agroecologia, que mantém uma crítica estrutural ao sistema agroalimentar vigente e valoriza dinâmicas locais, socioculturais e políticas, a agricultura orgânica, ao institucionalizar-se por meio de certificações e normas legais, acabou se adaptando mais facilmente às exigências do mercado, inclusive sendo apropriada por grandes redes de produção e distribuição (Cerveira; Castro, 1999).

Essa dupla faceta — ecológica e capitalista — revela tensões internas ao conceito e prática da agricultura orgânica contemporânea, que ora se aproxima dos ideais agroecológicos, ora se distancia ao adotar práticas voltadas à lógica de escala e competitividade global.

Complementado sua definição técnica, de acordo com a Lei 10.831/2003, pode-se afirmar que:

Art. 63. Os agentes fiscalizadores no exercício de suas funções terão acesso aos meios de produção, beneficiamento, manipulação, transformação, embalagem, armazenamento, transporte, distribuição, comércio e avaliação da conformidade orgânica dos produtos abrangidos por este Decreto, para a execução das seguintes atribuições:

I - realizar auditorias técnicas em métodos e processos de produção e processos de avaliação da conformidade orgânica;

II - colher amostras necessárias e efetuar determinações microbiológicas, biológicas, físicas e químicas de matéria-prima, insumos, subprodutos, resíduos de produção, beneficiamento e transformação de produtos orgânicos, assim como de solo, água, tecidos vegetais e animais e de produto acabado, lavrando o respectivo termo;

III - realizar inspeções rotineiras para apuração da prática de infrações, ou de eventos que tornem os produtos passíveis de alteração, verificando a adequação de processos de produção, beneficiamento, manipulação, transformação, embalagem, armazenamento, transporte, distribuição, comércio e avaliação da conformidade orgânica, e lavrando os respectivos termos (Brasil, 2007 s/p);

O controle de qualidade dos produtos orgânicos é rigoroso, realizado por certificadoras autorizadas pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) e Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), por meio de auditorias, sistemas participativos de garantia ou controle social nas vendas diretas. A obtenção da certificação é um desafio, pois exige a adoção de uma série de cuidados,

inclusive para evitar contaminações indiretas provenientes de produções convencionais.

Apesar das dificuldades, o número de estabelecimentos agropecuários certificados cresceu significativamente no Brasil, passando de 5.106 para 68.716 em uma década, segundo o Censo Agropecuário do IBGE (2017). Essa evolução reflete também na facilidade de rastreamento dos produtos orgânicos certificados, cujas informações podem ser acessadas via MAPA ou por meio de embalagens informativas.

Embora os avanços sejam notáveis, a estrutura de financiamento rural, a dinâmica voltada para a exportação agrícola e outros fatores estruturais ainda impõem desafios significativos à consolidação dos sistemas produtivos alternativos. Nesse contexto, tanto a agroecologia quanto a agricultura orgânica continuam avançando no Brasil, mas não sem enfrentar novas contradições — entre elas, a crescente apropriação de seus princípios por grandes corporações, que, muitas vezes, adotam práticas sustentáveis de forma superficial, esvaziando parte de seus fundamentos sociais e ecológicos (Cerveira; Castro, 1999).

Diante desse cenário, torna-se relevante analisar de que maneira as produções agroecológicas e certificadas têm se expandido no país, com atenção especial ao recorte espacial abordado nesta pesquisa, questão que será desenvolvida na próxima seção deste capítulo.

4.2. PANORAMA GERAL DA PRODUÇÃO ORGÂNICA E AGROECOLÓGICA NO TERRITÓRIO BRASILEIRO – REFLEXÕES FINAIS DO CAPÍTULO

Mapear a espacialização das produções orgânicas certificadas e agroecológicas no território brasileiro é uma tarefa complexa, especialmente devido à escassez e fragmentação dos dados disponíveis nos bancos de dados oficiais. Informações sobre o número de produtores, volumes de produção e dinâmicas de comercialização e exportação não estão amplamente acessíveis, o que dificulta a construção de um panorama nacional consistente.

Essa limitação sublinha a necessidade urgente de investigações mais aprofundadas, particularmente em escalas locais e regionais, para uma compreensão mais precisa da realidade dessas práticas produtivas. A falta de transparência e

sistematização dos dados reforça a importância de estudos que ampliem a visibilidade dos sistemas agrícolas alternativos e forneçam subsídios para a formulação de políticas públicas que fortaleçam o setor.

No que diz respeito à produção orgânica, um dos principais instrumentos para levantar dados quantitativos é o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos, mantido pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA). Embora o cadastro registre o número de certificações concedidas — e não necessariamente o número exato de produtores, já que um mesmo produtor pode ter múltiplas certificações — ele permite traçar um panorama geral da distribuição e dinâmica da produção orgânica no país. A análise dessas informações possibilita identificar tendências territoriais, as principais regiões produtoras e a evolução do setor, embora seja fundamental complementar esses dados com estudos locais para um diagnóstico mais completo.

No entanto, no que se refere às produções agroecológicas, os instrumentos disponíveis para mapear sua distribuição no território brasileiro se baseia amplamente em autodeclarações dos próprios produtores e em divulgações realizadas em nível local. Essa característica torna o mapeamento ainda mais desafiador, pois não há um sistema nacional padronizado de registro ou certificação que abranja, de maneira integral, a diversidade e a extensão dessas práticas. Assim, a construção de um panorama mais robusto depende, em grande medida, de iniciativas regionais, redes de agricultores, movimentos sociais, plataformas de mapeamento colaborativo e pesquisas científicas.

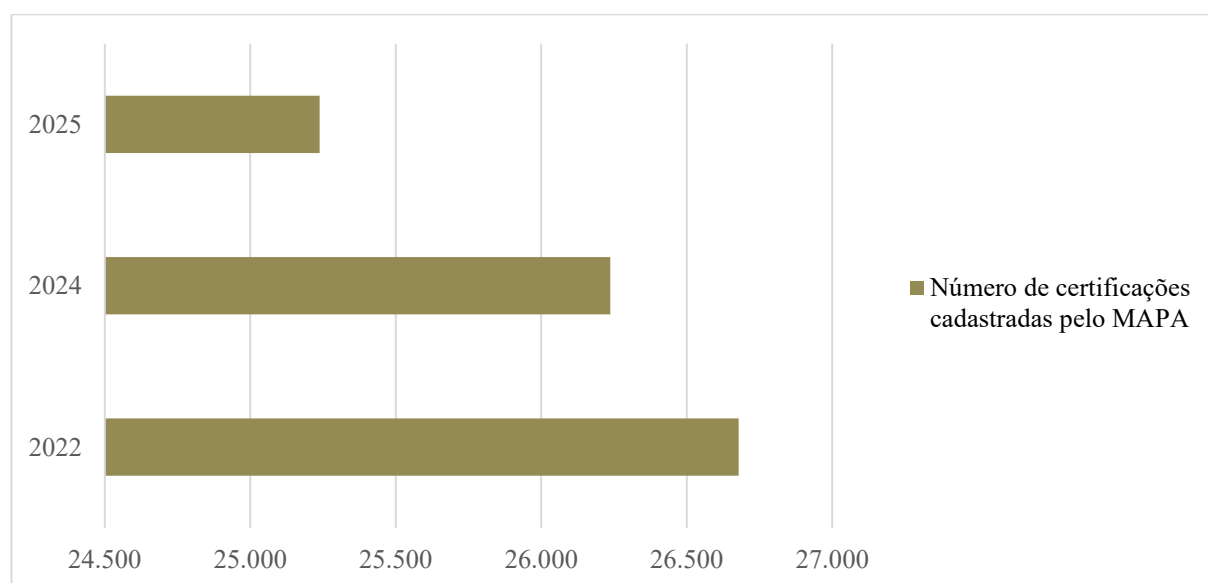
Com base nesses apontamentos, a seção final deste capítulo tem como objetivo discutir dados gerais sobre a produção orgânica e agroecológica no Brasil, a partir de diferentes fontes e estudos acadêmicos. A análise também será articulada às políticas públicas de incentivo a essas práticas, evidenciando seus avanços, limitações e impactos na expansão da produção ecológica no país. Nesse cenário, o papel do Estado se mostra essencial para a consolidação e fortalecimento dessas alternativas produtivas.

Segundo Hespanhol (2000), a execução de políticas públicas foi essencial para garantir o amparo governamental aos pequenos produtores. No entanto, conforme a autora (Hespanhol, 2008), as pequenas propriedades ainda enfrentam grandes dificuldades, especialmente de ordem financeira, durante o processo de transição para a agricultura orgânica, o que leva muitos agricultores a desistirem do cultivo.

Portanto, compreender em que medida as políticas públicas e outras estratégias voltadas ao fortalecimento dos agricultores de baixo capital estão avançando é essencial. Isso não apenas permite identificar os obstáculos e as fragilidades no processo de transição para práticas agrícolas sustentáveis, mas também contribui para a formulação de políticas mais eficazes e direcionadas, que possam de fato apoiar os pequenos produtores e garantir a expansão e consolidação da agricultura de base ecológica em longo prazo.

Para a realização desta análise, é imprescindível iniciar com um levantamento abrangente do panorama das produções orgânicas no Brasil. Nesse contexto, o Gráfico 4 ilustra uma visão geral das certificações concedidas pelo MAPA, com base nos três últimos levantamentos divulgados (2022, 2024 e 2025).

Gráfico 4 – Número de certificações orgânicas registradas no Ministério da Agricultura e Pecuária (2022, 2024 e 2025)



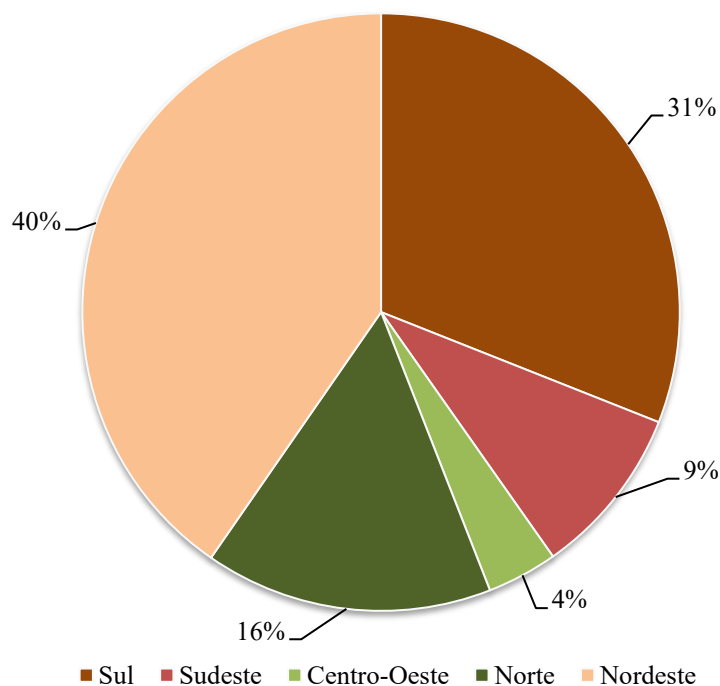
Fonte: Ministério da Agricultura e Pecuária 2022; 2024; 2025.

É importante esclarecer que os dados apresentados se referem ao número de certificações concedidas, e não necessariamente ao total de propriedades ou de produtos certificados. Uma mesma propriedade pode contar com diferentes certificações, assim como um único produto pode ser certificado por distintos organismos. Observa-se, ainda, uma tendência de redução gradual no número de certificações emitidas: de 26.629 em 2022 para 26.237 em 2024, chegando a 25.238

em 2025. Essa queda pode estar associada à não renovação das certificações, à unificação de registros múltiplos — referentes a diferentes etapas do processo produtivo, como a produção primária e a agroindustrialização — ou, ainda, à adoção de certificações coletivas, como o Sistema Participativo de Garantia (SPG), que se apresenta como alternativa mais acessível financeiramente para os agricultores. Contudo, a forma como os dados são divulgados não permite identificar com precisão os motivos dessa redução, o que reforça a importância de realizar estudos locais e regionais sobre o tema.

Ao se recortar para os dados mais recentes (MAPA, 2025) e realizar uma comparação entre os estados brasileiros, observa-se que o Paraná concentra o maior número de certificações, com um total de 4.375 registros, o que corresponde a 17,33% do total nacional. Em contraste, os estados com os menores números de certificações são, respectivamente, Acre (0,13%), Mato Grosso do Sul (0,14%) e Roraima (0,15%). Esses dados estão representados no Gráfico 5.

Gráfico 5 – Distribuição do número de certificações orgânicas registradas por região do Brasil no ano de 2025



Fonte: Ministério da Agricultura e Pecuária, 2025.

Ao regionalizar a análise, observa-se que as regiões que se destacam em número de certificações são o Nordeste, com 7.743 certificações, e o Sul, com 5.949 certificações. Em contrapartida, o Centro-Oeste apresenta o menor índice, registrando apenas 733 certificações.

Complementando a presente discussão, observa-se que, no Brasil, a certificação de produtos orgânicos é regulamentada pelo Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (SisOrg), sob a coordenação do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA). Para que um produto seja oficialmente comercializado como orgânico, torna-se imprescindível sua certificação por um Organismo de Avaliação da Conformidade (OAC) devidamente credenciado.

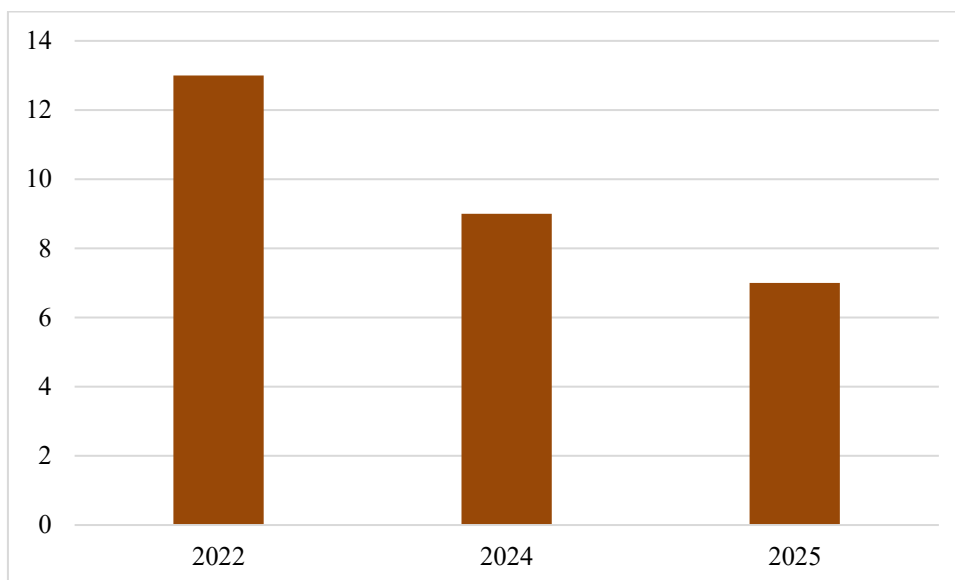
Dentre as principais entidades certificadoras em atuação no país, destacam-se o Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR), a Ecocert Brasil Certificadora Ltda., o IBD Certificações (Instituto Biodinâmico) e a OIA Brasil (Organización Internacional Agropecuaria). Cabe ressaltar, contudo, que atualmente mais de uma centena de organizações — incluindo iniciativas públicas, privadas e de base solidária — integram o sistema de certificação de produtos orgânicos no território nacional.

Também é importante destacar que a maior parte das certificações emitidas no Brasil ocorre por meio da modalidade de auditoria, a qual consiste na realização de inspeções técnicas periódicas pelas certificadoras credenciadas, diretamente nas unidades de produção, com o objetivo de assegurar a conformidade dos processos produtivos aos princípios e normas estabelecidos para a agricultura orgânica.

No que se refere ao recorte espacial contemplado nesta pesquisa, os dados mais recentes do MAPA (2025) indicam um número pouco expressivo de certificações orgânicas. A região analisada contabiliza, ao todo, sete certificações, o que representa apenas 1,7% do total registrado no estado de São Paulo. De acordo com as informações disponíveis até o momento da realização deste estudo, os municípios de Presidente Bernardes (com quatro certificações), Regente Feijó (duas certificações) e Presidente Prudente (uma certificação) foram os únicos da região a apresentarem registros ativos.

O Gráfico 6 apresenta um comparativo das certificações concedidas na região do Pontal do Paranapanema nos anos de 2022, 2024 e 2025, evidenciando a evolução — ou possível estagnação — do número de emissões ao longo do período analisado.

Gráfico 6 – Comparativo do número de certificações orgânicas na região do Pontal do Paranapanema (2022, 2024 e 2025)



Fonte: Ministério da Agricultura e Pecuária 2022; 2024; 2025.

Em consonância com a tendência observada em nível nacional, verifica-se uma redução acentuada no número de certificações orgânicas na região ao longo dos últimos anos. Ao realizar uma conferência dos dados de maneira mais sistemática é possível observar que isso se deve a não renovação de certificação que pode ser ocasionada por diferentes motivos, desinteresse em prosseguir com a prática, barreiras financeiras, falta de espaço no mercado, entre outros. Em contrapartida, o Pontal do Paranapanema tem se destacado pelas iniciativas agroecológicas, as quais, por não exigirem investimentos relacionados à obtenção e manutenção de certificações formais, nem a fiscalização contínua por auditores externos, apresentam maior dinamismo e adesão entre os produtores locais.

No município de Presidente Prudente/SP, identificam-se circuitos comerciais de relevância para a promoção da agroecologia, dentre os quais se destacam: (1) a *Feira dos Pequenos Produtores*, realizada periodicamente no SESC Thermas – Presidente Prudente; (2) a comercialização das cestas de alimentos agroecológicos *Raízes do Pontal*; e (3) a *Feira da Reforma Agrária*, promovida mensalmente, geralmente no primeiro sábado subsequente ao quinto dia útil, em um espaço denominado Galpão da Lua.

O fortalecimento da comercialização de produtos agroecológicos em Presidente Prudente/SP revela-se fundamental, sobretudo em função da centralidade que o município assume em escala regional. Nesse contexto, destaca-se a iniciativa do projeto de extensão *Raízes do Pontal*, conforme descrito por Negrão, Silva e Feliciano (2023). O projeto envolve a participação de agricultores vinculados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), oriundos, principalmente, do Assentamento Gleba XV de Novembro, localizado nos municípios de Rosana/SP e Euclides da Cunha Paulista/SP.

Os produtos comercializados pelos assentados consistem, majoritariamente, em hortaliças e frutas, cuja disponibilidade varia de acordo com a sazonalidade e o calendário agrícola. Em função dessa dinâmica, as cestas são compostas respeitando a diversidade e a oferta das produções locais. Além das cestas comercializadas mediante encomenda, destaca-se a realização da *Feira Agroecológica* no campus da UNESP, que ocorre concomitantemente à entrega dos produtos, configurando-se como uma estratégia para aproximar os agricultores da comunidade universitária e promover a difusão da agroecologia.

Adicionalmente, a Feira da Reforma Agrária configura-se como uma iniciativa de grande relevância no município, voltada à comercialização de produtos agroecológicos. Realizada em um espaço fruto de ocupação — situado nas proximidades da antiga estação ferroviária e do centro comercial da cidade —, essa feira amplia o alcance das práticas agroecológicas, promovendo o engajamento da população local e possibilitando o acesso a alimentos saudáveis a preços acessíveis, para além do ambiente universitário.

Essas iniciativas evidenciam, portanto, a importância dos espaços de comercialização de produtos agroecológicos em Presidente Prudente/SP, contrastando com o ainda reduzido número de certificações orgânicas registradas na região do Pontal do Paranapanema. Tal cenário reforça a pertinência de delimitar a presente pesquisa em torno da produção agroecológica inserida nesses espaços comerciais.

Para tanto, foram realizadas coletas de informações primárias por meio de observações ativas, sistematizadas em diário de campo — tanto nos locais de produção quanto de comercialização anteriormente citados —, bem como a aplicação de entrevistas semiestruturadas, guiadas por roteiros previamente elaborados. Ainda assim, privilegiou-se a formulação de questionamentos abertos, a fim de proporcionar

maior liberdade de expressão aos entrevistados, contemplando suas percepções e vivências no âmbito da produção e comercialização agroecológica.

Os resultados e as reflexões decorrentes desse processo investigativo serão apresentados no próximo capítulo.



Ilustração elaborada pela autora com auxílio da inteligência artificial do Canva Pro (2025)

5. A COMERCIALIZAÇÃO DE ORGÂNICOS E PRODUTOS AGROECOLÓGICOS EM PRESIDENTE PRUDENTE/SP: DESAFIOS E OPORTUNIDADES

Considerando a relevância dos circuitos curtos de comercialização como estratégia para a promoção da agroecologia e dos produtos orgânicos certificados, este capítulo analisa os espaços voltados à comercialização desses produtos na cidade de Presidente Prudente, no estado de São Paulo. Embora o número de certificações concedidas na localidade seja reduzido, a cidade concentra pontos significativos de comercialização, abastecidos, em grande parte, por produtores de municípios vizinhos, especialmente da região do Pontal do Paranapanema.

A projeção regional de Presidente Prudente no contexto agroecológico está relacionada ao papel estratégico que as chamadas cidades médias desempenham. Segundo Steinberger e Bruna (2001), o conceito de cidade média é fundamentado na articulação entre o espaço urbano e o regional, bem como na interface entre interesses públicos e privados. Para os autores,

[...] o elo urbano-regional lhes confere papel de núcleos estratégicos da rede urbana brasileira, na medida em que congregam as vantagens do estar aglomerado no espaço urbano e a possibilidade de estarem articuladas a um espaço regional mais amplo, que conforma sua área de influência (Steinberger; Bruna, 2001, p. 71).

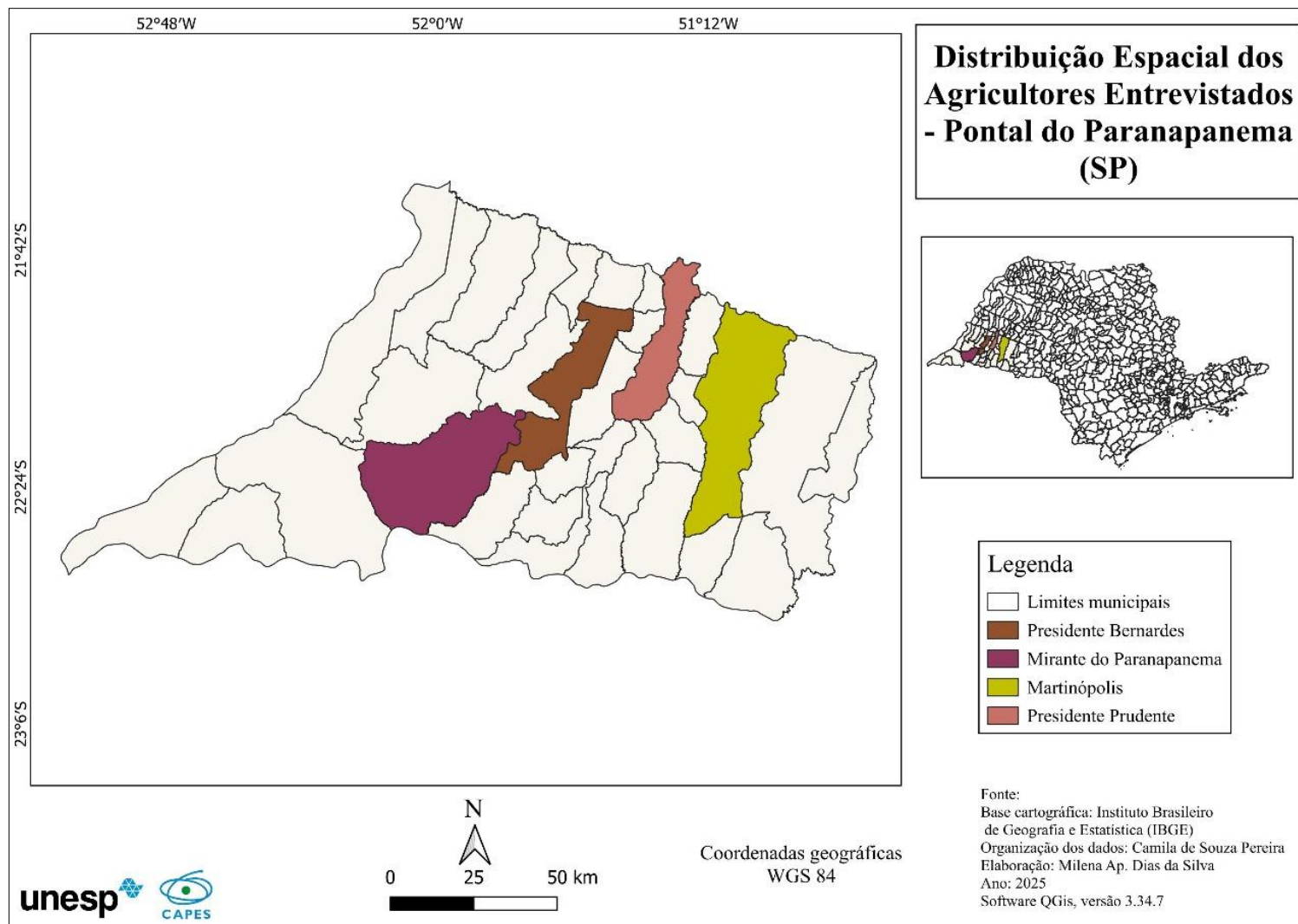
Nesse sentido, Presidente Prudente se destaca por concentrar uma ampla oferta de serviços, sendo sede de uma região administrativa e cercada por municípios de menor porte (Hespanhol; Hespanhol, 2022). Inserida nesse contexto, a Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), por meio de seu campus local, também desempenha um papel significativo no fortalecimento de práticas e iniciativas voltadas à comercialização de produtos de base ecológica. Esse protagonismo está especialmente relacionado à atuação dos cursos de graduação e pós-graduação em Geografia, bem como do bacharelado em Engenharia Ambiental, cujas abordagens dialogam diretamente com temáticas socioambientais e territoriais.

Com base nas discussões desenvolvidas, entre os anos de 2023 e 2025 foram realizadas observações de campo e entrevistas em cinco espaços de comercialização de produtos agroecológicos e orgânicos em Presidente Prudente. Os locais investigados foram: a Feira da Reforma Agrária, realizada no espaço cultural Galpão da Lua, na área central; a Feira dos Pequenos Agricultores, promovida no SESC Thermas, na zona norte; o projeto de extensão Cesta Raízes do Pontal, também na zona norte; além dos estabelecimentos Vida Orgânica e Sinal Verde, ambos situados na região leste da cidade.

Ao todo, foram entrevistados nove produtores distribuídos entre esses espaços: quatro vinculados à Feira da Reforma Agrária, um ao projeto Cesta Raízes do Pontal, um ao estabelecimento Vida Orgânica e os demais à Feira dos Pequenos Agricultores no SESC. Ressalta-se que, alguns produtores atuam em mais de um desses circuitos de comercialização. No entanto, para fins metodológicos — e considerando a aplicação de um questionário padronizado —, optou-se por entrevistá-los apenas uma vez, a fim de evitar duplicidade nas informações levantadas.

A Figura 4 apresenta o mapa com a localização dos produtores entrevistados, distribuídos por município a partir dos respectivos locais de produção e dos diferentes espaços de comercialização mencionados ao longo da pesquisa.

Figura 4 – Distribuição Espacial dos Agricultores Entrevistados – Pontal do Paranapanema



Fonte: IBGE, 2025.

Nota-se, portanto, que a influência regional nos circuitos de comercialização estudados é bastante expressiva, uma vez que apenas dois dos entrevistados declararam residir e produzir no município de Presidente Prudente. Os demais produtores estão distribuídos em municípios vizinhos, como Presidente Bernardes (3), Mirante do Paranapanema (2), Martinópolis (1) e Panorama (1)¹⁶.

Outro aspecto relevante a ser destacado é que, durante a etapa de entrevistas, buscou-se evitar a inclusão de pessoas pertencentes ao mesmo núcleo familiar que estivessem atuando em uma mesma barraca — o que justifica o número reduzido de entrevistas em relação à quantidade de espaços analisados. Ainda assim, devido à forte presença familiar nas unidades de venda, foi comum que as respostas se alternassem entre os membros presentes. Relações familiares, como entre cônjuges, pais e filhos, tios e sobrinhos, e até mesmo avós e netos, configuraram presenças recorrentes nas barracas de comercialização — uma característica marcante e significativa dos circuitos curtos analisados, nos quais o envolvimento familiar desempenha um papel central na dinâmica produtiva e comercial.

Em relação aos consumidores, foram realizadas sete entrevistas em cada um dos espaços públicos de comercialização, com exceção dos estabelecimentos privados, nos quais não foi concedida autorização para a aplicação dos questionários. Totalizaram-se, portanto, vinte e uma entrevistas, distribuídas entre a Feira da Reforma Agrária, a Feira dos Pequenos Produtores no SESC e o projeto Cesta Raízes do Pontal. Observou-se que a maioria dos entrevistados residia em Presidente Prudente, sendo que uma parcela expressiva (80%) declarou manter algum vínculo com a UNESP.

Para sistematizar os dados coletados ao longo dos meses de pesquisa nos espaços mencionados, foram organizados subcapítulos que enfocam a representatividade e a função social dos circuitos de comercialização. Além disso, discutem-se aspectos como os itens comercializados, a diversidade produtiva, as relações estabelecidas, a rentabilidade para os produtores, os elos de ligação com os consumidores, entre outros resultados relevantes. Tudo isso é analisado à luz da representatividade regional de Presidente Prudente, uma cidade média e universitária.

¹⁶ Trata-se do único município mencionado pelos entrevistados que não integra oficialmente a região do Pontal do Paranapanema e que, por esse motivo, não foi incluído na cartografia apresentada na Figura 4, devido às limitações da base de dados utilizada para o georreferenciamento.

5.1. AS FEIRAS LIVRES COMO ESPAÇOS TRADICIONAIS DE EMANCIPAÇÃO DOS PRODUTORES LOCAIS

As feiras se constituem como espaços heterogêneos de comercialização, cuja configuração pode assumir diferentes formatos e reunir uma ampla variedade de agentes sociais. Para além de sua função econômica, frequentemente marcada por dinâmicas informais, elas se consolidam como marcos simbólicos nos territórios onde se inserem, desempenhando também um papel sociocultural relevante ao se tornarem pontos de encontro, convivência e, em muitos casos, de lazer.

Apesar de apresentarem características multifacetadas — alcançando públicos diversos e diferentes níveis de renda —, as feiras podem tanto ampliar quanto restringir o acesso de pequenos produtores rurais. Em alguns contextos, constituem-se como canais inclusivos, permitindo a inserção de agricultores familiares em mercados locais e favorecendo práticas de comércio justo. Em outros, porém, fatores como a cobrança de taxas de participação, a exigência de padronização dos produtos ou a concorrência com atravessadores e grandes produtores acabam por dificultar a permanência dos pequenos agricultores.

Diante dessas ambiguidades, a análise aqui desenvolvida volta-se para experiências estruturadas em princípios de solidariedade e sustentabilidade, ancoradas na agroecologia e na valorização dos circuitos curtos de comercialização. Tais práticas privilegiam o contato direto entre produtores e consumidores, fortalecem vínculos de confiança e contribuem para a construção de mercados locais mais inclusivos.

É na relação de confiança estabelecida entre quem produz e quem consome — fortalecida e viabilizada pelas feiras — que a agroecologia se consolida. Mesmo na ausência de certificações formais, como as exigidas para produtos orgânicos, os consumidores reconhecem a procedência dos alimentos e confiam, pela proximidade e pelo diálogo direto com os agricultores, que esses produtos foram cultivados com base em práticas agroecológicas.

Embora a proximidade promovida por esses espaços de comercialização seja evidente, é importante destacar que ela não elimina completamente a presença de intermediários. No entanto, essas mediações, em muitos casos, são estabelecidas de forma a não comprometer significativamente a autonomia dos agricultores. Segundo Schneider (2016), dentro dos circuitos curtos de comercialização é possível identificar dois tipos de relações: (i) mercados de proximidade, com relação direta

entre produtor e consumidor; e (ii) mercados locais e territoriais, com participação de intermediários e outras formas de comercialização, diretas ou indiretas.

Compreender a relevância das feiras no contexto dos circuitos curtos de comercialização permite evidenciar a participação autônoma e ativa dos agricultores. Nas feiras populares, em especial, essa autonomia se manifesta de forma clara, seja pela valorização atribuída aos próprios produtos, seja pelas negociações informais que caracterizam esses espaços e reforçam a proximidade entre produtores e consumidores.

No caso de Presidente Prudente, o perímetro urbano concentra diferentes iniciativas de feiras — a maior delas realizada semanalmente na Avenida Manoel Goulart, além de outras distribuídas por diversos bairros. Contudo, este trabalho direciona a atenção para aquelas mais estreitamente vinculadas aos princípios da agroecologia. Nesse sentido, foram realizados trabalhos de campo em doze edições de cada uma das feiras com esse perfil: a Feira da Reforma Agrária, organizada no espaço cultural Galpão da Lua, e a Feira dos Pequenos Produtores, realizada no SESC. As visitas ocorreram entre 2023 e 2025, e os registros e análises obtidos a partir dessas observações estão sistematizados nos subtópicos a seguir

5.1.1. Dinâmicas da Comercialização de Produtos Orgânicos e Agroecológicos na Feira da Reforma Agrária (Galpão da Lua)

Ao longo do desenvolvimento desta pesquisa, foi possível observar que as feiras dedicadas à comercialização de produtos agroecológicos em Presidente Prudente/SP carregam não apenas um papel econômico, mas também um forte simbolismo social, cultural e político. Entre os espaços mapeados, destacaram-se, pela expressiva participação de público, a Feira da Reforma Agrária e a Feira dos Pequenos Produtores do SESC. Esses espaços configuraram-se como os principais focos de análise, tanto pela densidade dos dados obtidos quanto pela riqueza das interações observadas, registradas ao longo do trabalho de campo, nas entrevistas e por meio de registros fotográficos.

Entre os anos de 2023, 2024 e até março de 2025, foram acompanhadas doze edições de cada uma dessas feiras. Nas visitas iniciais, foram realizados diálogos com agricultores, organizadores e frequentadores — incluindo consumidores — que

participam ativamente desses espaços. Diante do volume e da diversidade de informações levantadas, este texto se organiza em dois eixos: no primeiro, são discutidos os aspectos relacionados à Feira da Reforma Agrária, realizada no espaço cultural Galpão da Lua; no segundo, são abordadas as dinâmicas da Feira dos Pequenos Produtores, promovida nas dependências do SESC de Presidente Prudente.

A Feira da Reforma Agrária ocorre no Galpão da Lua (Figura 5), espaço cultural situado na região central da cidade, fruto de uma ocupação urbana vinculada à atuação de movimentos sociais e culturais.

Figura 5 – Espaço Galpão da Lua, localizado em Presidente Prudente, onde é realizada a Feira da Reforma Agrária



Fonte: Acervo Pessoal, 2023; 2024.

Durante os diálogos estabelecidos com os agricultores, foi possível compreender que a realização da Feira da Reforma Agrária no espaço do Galpão da Lua ocorre desde 2017. A iniciativa resulta da articulação entre produtores dos assentamentos do Pontal do Paranapanema e diferentes organizações sociais e culturais, contando com o apoio do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), da Consulta Popular e da Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente. Essa rede de parcerias tem sido fundamental para viabilizar e manter a feira, fortalecendo a comercialização de alimentos agroecológicos e promovendo a integração entre campo, cidade e movimentos sociais.

A feira ocorre de forma autônoma, sem apoio do poder público municipal, sendo realizada mensalmente — geralmente no primeiro ou segundo sábado —, no período das 9h às 13h. Além de desempenhar um papel central na comercialização de produtos agroecológicos, a feira também se projeta como um importante espaço de encontro, convivência e sociabilidade. Durante sua realização, são promovidas apresentações culturais, e há a oferta de alimentos prontos e bebidas, que podem ser consumidos no próprio local. Por esse motivo, é comum observar frequentadores que permanecem no espaço por toda a manhã, circulando, dialogando e, ao mesmo tempo, adquirindo e consumindo os produtos disponibilizados.

A montagem das barracas e da estrutura da feira ocorre na rua situada em frente ao Galpão da Lua. Durante sua realização, não há bloqueio do tráfego no local, o que faz com que a circulação de carros e outros veículos aconteçam normalmente, mesmo enquanto as barracas estão dispostas e ocorrem as apresentações culturais. Essa dinâmica faz com que a feira e o trânsito convivam no mesmo espaço, exigindo atenção tanto dos feirantes quanto dos frequentadores. A montagem da feira é realizada pelos próprios feirantes, que chegam cedo ao local, contando também com o apoio de voluntários, em sua maioria estudantes da UNESP.

As imagens agrupadas na Figura 6 mostram alguns dos espaços de convivência, assim como os veículos estacionados no início, durante a montagem das barracas e da estrutura para o início da feira.

Figura 6 – Espaços de convivência na Feira da Reforma Agrária em Presidente Prudente



Fonte: Acervo Pessoal, 2024.

Considerando os aspectos gerais mencionados, foram realizadas entrevistas com os agricultores presentes na Feira da Reforma Agrária, com o objetivo de aprofundar a compreensão sobre o processo de comercialização de produtos agroecológicos, bem como sobre as relações sociais e econômicas que se estabelecem entre produtores e consumidores nesse espaço. Ao todo, foram entrevistados quatro agricultores, selecionados pela participação ativa na feira e pela diversidade de experiências no cultivo e na comercialização de alimentos agroecológicos.

As entrevistas foram conduzidas diretamente no ambiente da feira, ao longo de aproximadamente um mês, o que proporcionou à pesquisa uma aproximação concreta com a dinâmica cotidiana dos feirantes. Por serem realizadas durante o funcionamento da feira, as conversas foram, por vezes, interrompidas para que os produtores pudessem atender os consumidores, processar vendas ou organizar seus produtos. Essa característica, longe de representar um obstáculo, contribuiu de forma significativa para o aprofundamento da análise, uma vez que possibilitou observar, em tempo real, as práticas comerciais, as interações sociais e os desafios enfrentados no contexto da economia agroecológica.

No que se refere aos consumidores, o levantamento de dados ocorreu de forma mais extensa, estendendo-se por cerca de três meses. Ao todo, foram entrevistados sete consumidores, escolhidos a partir de sua frequência na feira e de sua disposição em colaborar com a pesquisa. Assim como no caso dos produtores, buscou-se compreender as motivações que os levam a consumir produtos agroecológicos, suas percepções sobre a feira, bem como a natureza das relações que estabelecem com os produtores. Essa abordagem foi adotada de forma padronizada em todos os espaços analisados, garantindo a comparabilidade dos dados obtidos.

Com o intuito de organizar e sistematizar as informações obtidas no levantamento socioeconômico inicial dos agricultores, foi elaborado o Quadro 3.

Quadro 3 – Informações gerais sobre os(as) agricultores(as) da Feira da Reforma Agrária, em Presidente Prudente/SP

Identificação	Idade	Sexo	Estado Civil	Número de moradores no domicílio	Município de residência	Área de residência	Bairro	Condição de habitação
A	50	Feminino	Casada	4	Presidente Bernardes/SP	Zona Rural	Assentamento Rodeio	Própria
B	56	Masculino	Casado	3	Presidente Bernardes/SP	Zona Rural	Assentamento Rodeio	Própria
C	59	Masculino	Casado	2	Mirante do Paranapanema/SP	Zona Rural	Assentamento São Bento	Própria
D	30	Masculino	-	2	Mirante do Paranapanema/SP	Zona Rural	Assentamento Roseli Nunes	Própria

Fonte: A Autora, 2024.

No levantamento inicial, verificou-se que a maior parte dos agricultores entrevistados era do sexo masculino, com idade em torno de 50 anos, e residentes em dois municípios do Pontal do Paranapanema: Presidente Bernardes e Mirante do Paranapanema. Além disso, todos os participantes viviam e desenvolviam suas atividades produtivas em lotes de assentamentos rurais vinculados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Superada a etapa de levantamento das informações gerais, foram aplicados questionamentos específicos sobre a produção e a comercialização dos produtos ofertados na feira. A primeira pergunta direcionada aos agricultores foi: *"Os alimentos e produtos comercializados aqui na Feira da Reforma Agrária são produzidos por você?"* Além disso, solicitou-se que os(as) entrevistados(as) explicassem como se organiza o processo produtivo, se há dependência de fornecedores externos e se outros agentes participam da dinâmica produtiva e comercial. As respostas obtidas a partir desses questionamentos encontram-se sistematizadas no Quadro 4.

Quadro 4 – Origem dos produtos comercializados pelos pesquisados na Feira da Reforma Agrária, Presidente Prudente

Agricultor (identificação)	Pergunta - <i>Os alimentos e produtos comercializados aqui na Feira da Reforma Agrária são produzidos por você?</i>
A	<i>Sim, lá na nossa propriedade nós cultivamos hortaliças, com bastante variedade, e também produzimos frutas. Às vezes conseguimos colher pequi — hoje, por exemplo, não trouxe porque acabou, devido a um ataque de lagartos que prejudicou a colheita deste ano —, mas, quando temos, também vendo aqui na feira. Além disso, temos leite; não trago sempre, mas, quando alguém encomenda, eu trago e vendo aqui também.</i>
B	<i>Todos os produtos – mandioca, cenoura, café, ovos, alface e outras variedades semelhantes - são produzidos por mim, com exceção da banana.</i>

C	<i>Cerca de 90% dos produtos são de minha própria produção. Uma pequena parte eu pego com vizinhos, mas a maior parte é feita por mim — inclusive as compotas de pimenta e os doces.</i>
D	<i>Cerca de 90% do que comercializamos aqui é produzido em nossa propriedade. A parte de padaria — como pães, bolachas e bolos — fica sob responsabilidade da minha mãe. Já os produtos da roça, praticamente todos, são de nossa produção, com exceção da laranja e da mandioca, que, no momento, não estamos conseguindo produzir.</i>

Fonte: A Autora, 2024.

Os produtores entrevistados destacaram como princípio central dos circuitos curtos de comercialização a reduzida dependência de abastecimento externo. Quando surge a necessidade de complementar a oferta, essa demanda é atendida, em sua maioria, por meio de parcerias entre os próprios agricultores, que recorrem à produção de vizinhos ou parceiros locais para ampliar e diversificar os produtos disponibilizados.

Essa característica se mostrou particularmente evidente no contexto da feira, uma vez que os agricultores participantes, em sua maioria, são oriundos de assentamentos rurais, cujas práticas se baseiam em princípios de coletividade, solidariedade e cooperação. Além disso, embora o número de produtores presentes na feira seja relativamente pequeno, observa-se uma enorme diversidade de produtos disponibilizados, fato confirmado tanto pelos relatos dos próprios agricultores quanto pelas observações realizadas durante as visitas de campo.

Entre os produtos observados na Feira da Reforma Agrária, destacam-se as verduras — como diferentes tipos de alface, couve e repolho —, os legumes — como cebola, cenoura, mandioca, entre outros —, além de frutas, especialmente laranja e banana. Também estavam disponíveis temperos diversos, como cebolinha, salsinha, molhos de pimenta, pickles e outros alimentos em conserva. Ademais, havia uma ampla oferta de produtos prontos, como pães de diferentes tipos, bolos, bolachas e biscoitos. Para consumo imediato, eram comercializadas empadas, salgados variados e bebidas, incluindo água de coco, além de artesanatos em geral.

Cabe destacar que, como o foco desta pesquisa é a comercialização de produtos agroecológicos, os responsáveis pelos itens voltados exclusivamente ao consumo imediato, como bebidas, salgados e alimentos similares, não foram entrevistados diretamente. A Figura 7 retrata parte da diversidade encontrada na feira pesquisada.

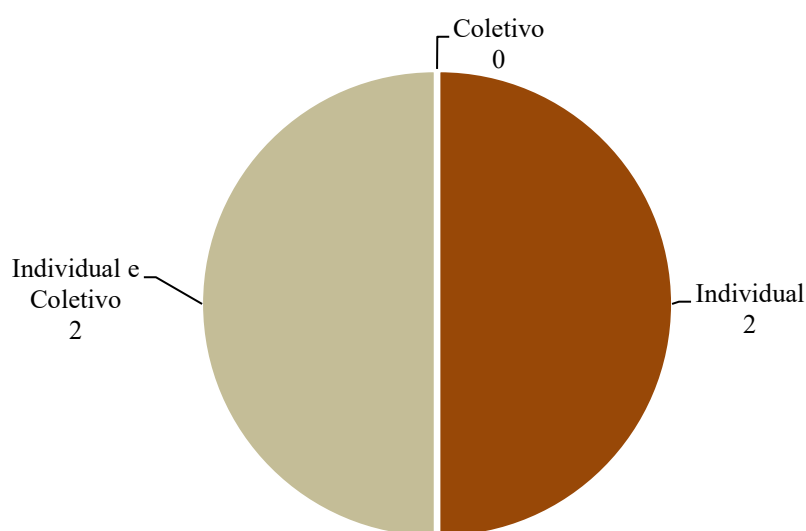
Figura 7 – Variedade de produtos comercializados na Feira da Reforma Agrária em Presidente Prudente



Fonte: Acervo Pessoal, 2024.

O segundo questionamento, cujos dados estão apresentados no Gráfico 7, teve como foco identificar a modalidade de comercialização adotado pelos agricultores de maneira geral. Os entrevistados puderam indicar se realizam a comercialização de forma individual, coletiva ou ambas, considerando que essas modalidades podem coexistir nas estratégias adotadas pelos produtores.

Gráfico 7 – Forma de comercialização dos agricultores pesquisados na Feira da Reforma Agrária em número absoluto



Fonte: A Autora, 2024.

As respostas a esse questionamento se dividiram entre os agricultores que consideram sua comercialização predominantemente individual e aqueles que adotam ambas as modalidades — individual e coletiva¹⁷. Quando questionados sobre os destinos dos produtos e a possível utilização de atravessadores, todos foram unânicos e enfáticos ao afirmar que não repassam seus produtos para atravessadores convencionais. Contudo, é comum o repasse entre agricultores parceiros, especialmente em situações em que algum produtor não consegue espaço em determinada feira ou quando há excedente na produção. Essa prática reforça os

¹⁷ Neste trabalho, considerou-se como **meio individual** a comercialização independente, realizada sem o intercâmbio de mercadorias entre os(as) agricultores(as) presentes no espaço e/ou partilha do lucro. Já o **meio coletivo** foi compreendido como a atuação em parceria entre os produtores — que compartilhavam o mesmo espaço, ou até mesmo produtos, nas feiras —, bem como a participação em associações e a inserção conjunta em editais de políticas públicas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Durante a realização das entrevistas essa descrição foi repassada aos participantes.

princípios de solidariedade e cooperação presentes entre os agricultores assentados.

As informações relativas aos municípios de destinação dos alimentos agroecológicos estão dispostas no Quadro 5.

Quadro 5 – Municípios de destino dos produtos, segundo os agricultores entrevistados na Feira da Reforma Agrária

Agricultor (identificação)	Pergunta – <i>Para qual ou quais município(s) os seus produtos são destinados para comercialização?</i>
A	Presidente Prudente, Tarabai e Presidente Bernardes.
B	Presidente Prudente e Presidente Bernardes.
C	Presidente Prudente, Teodoro Sampaio e Mirante do Paranapanema.
D	Presidente Prudente, Mirante do Paranapanema e Presidente Bernardes.

Fonte: A Autora, 2024.

É possível observar uma similaridade nos destinos dos produtos, uma vez que, conforme constatado ao longo do processo investigativo, muitos agricultores estão inseridos nos mesmos espaços e dinâmicas de comercialização. Além das feiras realizadas na cidade de Presidente Prudente, alguns dos produtores também participam de feiras em cidades como Mirante do Paranapanema e Teodoro Sampaio.

No caso de Presidente Bernardes, os(as) agricultores(as) destacaram que a comercialização ocorre majoritariamente por meio da venda direta aos consumidores, incluindo aqueles que se deslocam até os lotes rurais. Já no município de Tarabai, o escoamento da produção se dá, principalmente, por meio da participação em programas da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), que atua na gestão da produção agrícola e no abastecimento alimentar.

Todos os produtores entrevistados também afirmaram estar inseridos no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e destacaram a importância dessa política pública para a sustentabilidade de suas atividades. Enquanto alguns passaram a

integrar o programa recentemente, no ano de 2024, outros já acumulavam uma trajetória mais longa de participação. Segundo seus relatos, o PAA tem papel estratégico, não apenas por garantir a comercialização dos produtos, mas também por assegurar uma fonte de renda estável, aspecto que se torna fundamental diante das incertezas do mercado convencional.

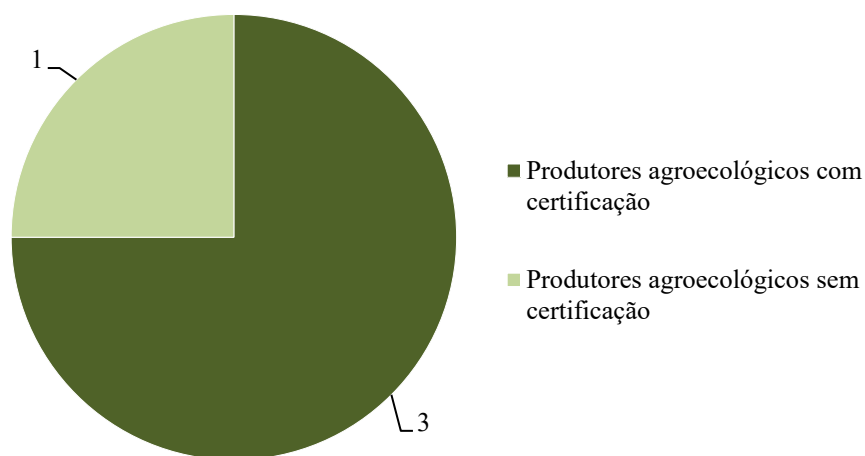
Além da segurança na venda, os agricultores ressaltaram que o programa permite escoar um volume significativo da produção, o que contribui para a redução de desperdícios e para a otimização dos processos produtivos. Outro aspecto frequentemente mencionado foi a possibilidade de direcionar parte dos recursos obtidos para investimentos no lote, como a compra de implementos agrícolas, melhorias na infraestrutura, aquisição de insumos e aperfeiçoamento das condições de trabalho e produção.

Ademais, os entrevistados enfatizaram que a existência do PAA fortalece não apenas a dimensão econômica, mas também a social, uma vez que seus produtos são destinados a instituições socioassistenciais, contribuindo para a promoção da segurança alimentar e nutricional de populações em situação de vulnerabilidade. Dessa forma, o programa é percebido não apenas como uma estratégia de fortalecimento da agricultura familiar, mas também como um instrumento de promoção de desenvolvimento territorial, geração de renda e garantia do direito à alimentação.

No que tange ao modo de produção, todos os agricultores entrevistados declararam estar alinhados às práticas agroecológicas, enfatizando o compromisso em manter seus cultivos livres de agrotóxicos, fertilizantes químicos e outros insumos prejudiciais à saúde e ao meio ambiente. Eles destacaram os esforços contínuos para preservar a fertilidade do solo por meio de técnicas sustentáveis, como o uso de compostagem, rotação de culturas e plantio consorciado, bem como a valorização da biodiversidade local.

Além disso, três dos produtores mencionaram possuir certificação de produtos orgânicos, o que reforça o compromisso formal com a qualidade e a sustentabilidade da produção. Essa certificação, conforme detalhado no Gráfico 8, é um diferencial importante para a comercialização em espaços onde não há um contato direto entre o agricultor e o consumidor final.

Gráfico 8 – Porcentagem de produtores certificados pesquisados na Feira da Reforma Agrária em número absoluto



Fonte: A Autora, 2024.

Os agricultores certificados pesquisados foram questionados sobre as vantagens percebidas na obtenção da certificação. Em linhas gerais, reconheceram que ela oferece benefícios, embora esses não sejam sempre expressivos em todos os contextos de comercialização. Em feiras agroecológicas, por exemplo, esse diferencial tende a ter impacto limitado, pois a relação direta e a confiança entre produtores e consumidores muitas vezes dispensam a necessidade de certificações formais.

Entretanto, ressaltaram que a certificação assume papel fundamental em situações específicas, como na participação em editais públicos e na venda para mercados institucionais ou consumidores com exigências regulatórias mais rígidas. Nesses casos, a certificação é vista como requisito indispensável, garantindo a procedência, a qualidade e a conformidade dos produtos, além de abrir portas para novos espaços de comercialização e potencializar a inserção dos agricultores em políticas públicas de apoio à agricultura familiar e à produção ecológica.

Um dos entrevistados mencionou uma parceria com a empresa Raiar, renomada produtora de ovos orgânicos sediada no município de Avaré/SP. Os agricultores do assentamento onde ele reside firmaram um contrato para fornecer milho orgânico, utilizado como base na alimentação das galinhas da empresa. Nesse caso específico, a certificação dos produtos é indispensável, pois garante a conformidade com os rigorosos padrões do mercado de ovos orgânicos, assegurando a

credibilidade e a transparência da cadeia produtiva, especialmente considerando que os produtos são destinados a diversas redes de varejo.

Também foi questionado aos produtores certificados se enfrentam dificuldades para obter e manter suas certificações, e todos concordaram que o processo é bastante complexo, demandando recursos financeiros significativos. No caso da produção de milho orgânico mencionada anteriormente, o agricultor mencionou grandes desafios para cumprir o contrato, especialmente devido a problemas na produção.

Por sua vez, o agricultor entrevistado que ainda não possui certificação apontou que o principal obstáculo para a obter reside justamente nos custos financeiros envolvidos. Essas barreiras evidenciam a necessidade urgente de políticas públicas que facilitem a transição para práticas orgânicas certificadas, além de oferecer suporte contínuo para a manutenção dessas ações, assegurando a sustentabilidade econômica e ambiental dos pequenos produtores rurais.

Quando questionados sobre o ano em que realizaram a transição para práticas agroecológicas, os relatos revelaram trajetórias distintas, mas marcadas por desafios e persistência. A **agricultora A** informou que iniciou o processo em 2010, obtendo a certificação em 2020. O entrevistado **B** declarou atuar dentro dos princípios da agroecologia desde os anos 2000, tendo conquistado a certificação em 2019. Já o entrevistado **C** destacou que adota práticas livres de agrotóxicos desde 2014 e formalizou sua certificação em 2021. Por fim, o entrevistado **D** afirmou seguir os princípios agroecológicos desde 2010, embora ainda não possua certificação, principalmente devido às dificuldades enfrentadas no processo.

Além disso, durante a realização da feira, foi possível perceber a forte proximidade dos agricultores com movimentos sociais, bem como seu engajamento ativo em pautas sociais e ambientais. Essa consciência política se manifesta não apenas nas práticas cotidianas — como é possível observar na organização do espaço e nos elementos visuais apresentados na Figura 8 —, mas também nas reflexões e relatos compartilhados durante as entrevistas, revelando uma dimensão crítica, coletiva e comprometida que ultrapassa a simples comercialização dos produtos.

Figura 8 – Identidade visual da Feira da Reforma Agrária em Presidente Prudente



Fonte: Acervo Pessoal, 2024.

No que concerne à rentabilidade das produções, todos os entrevistados confirmaram que as produções agroecológicas e orgânicas constituem suas principais fontes de renda. Além disso, ressaltaram que a produção também é direcionada ao autoconsumo, destacando a grande importância desses alimentos para a segurança alimentar e o sustento das famílias.

Ao considerar os espaços onde esses produtos são comercializados, as respostas apresentaram variações. Para facilitar a visualização do panorama geral, organizou-se o Quadro 6, que reúne as informações obtidas.

Quadro 6 – Espaços que concentram a comercialização dos produtos agroecológicos, de acordo com os agricultores entrevistados na Feira da Reforma Agrária

Agricultor (identificação)	Principais circuitos de comercialização
A	<i>Cestas agroecológicas da UNESP (Projeto Raízes do Pontal), Feira da Reforma Agrária e Feira do SESC (Pequenos Produtores).</i>
B	<i>Cestas agroecológicas da UNESP (Projeto Raízes do Pontal), Feira da Reforma Agrária e Feira do SESC (Pequenos Produtores).</i>
C	<i>Feira da Reforma Agrária, Feira de Mirante e durante a pandemia participou da entrega das agroecológicas na UNESP (Projeto Raízes do Pontal)¹⁸.</i>
D	<i>Feira da Reforma Agrária, Feira de Mirante e feira do SESC (Pequenos Produtores).</i>

Fonte: Acervo Pessoal, 2024.

¹⁸ O entrevistado também demonstrou interesse em participar da Feira realizada no SESC de Presidente Prudente/SP. No entanto, a participação nessa feira depende de um processo de cadastro, e ele estava aguardando a liberação até o momento em que as entrevistas foram realizadas.

De modo geral, todos os entrevistados apontaram as feiras como o espaço mais rentável para a comercialização de seus produtos, com destaque especial para aquelas realizadas em Presidente Prudente, que proporcionam os maiores retornos financeiros. Os agricultores também relataram que o deslocamento até os locais de venda é realizado, em todos os casos, com transporte próprio, o que representa um custo significativo no processo. No caso específico da Feira da Reforma Agrária, os produtores recebem um auxílio para custeio de combustível que, embora não cubra totalmente as despesas de deslocamento, já representa um suporte relevante para viabilizar a participação no evento.

Por sua vez, a Feira dos Pequenos Produtores realizada no SESC foi destacada não apenas pela boa rentabilidade, mas também pelo diferencial de oferecer um auxílio financeiro mais robusto. Esse apoio é calculado com base na distância percorrida, o que garante a cobertura integral dos custos com transporte, tornando essa feira particularmente atrativa para os produtores.

Em contrapartida, nas feiras realizadas em Mirante do Paranapanema e Teodoro Sampaio, não há qualquer tipo de subsídio ou apoio logístico. Nesses casos, todos os custos relacionados ao transporte são integralmente assumidos pelos próprios agricultores, o que impacta diretamente na margem de lucro obtida nessas localidades.

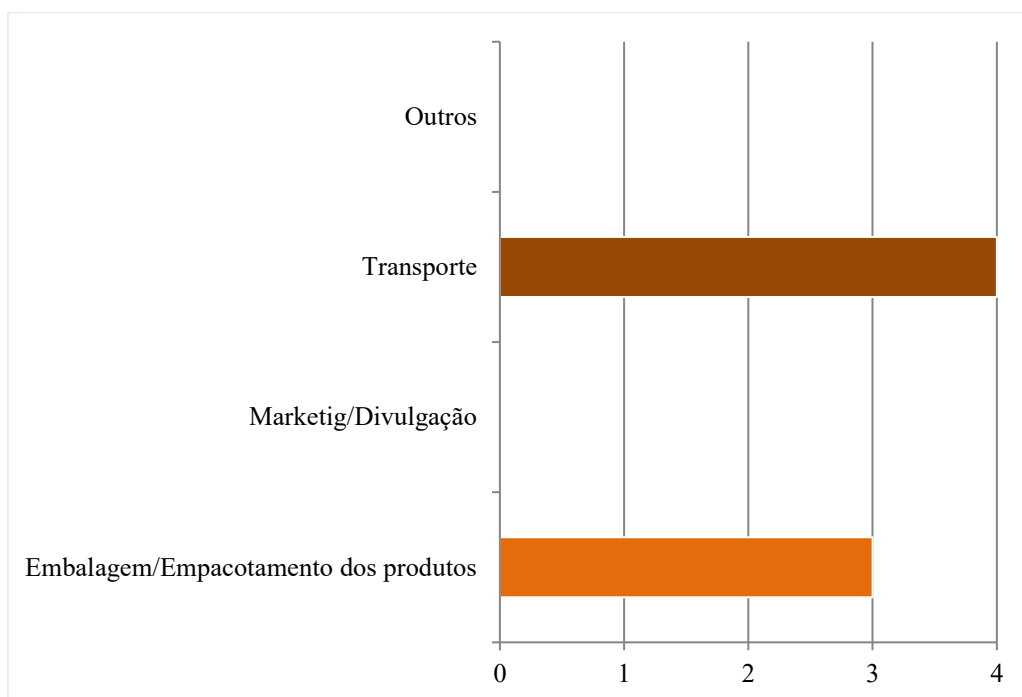
Todas essas informações, levantadas a partir dos relatos dos entrevistados, evidenciam a importância de compreender a comercialização em circuitos curtos de forma ampla e integrada. Ainda que essas dinâmicas envolvam distâncias relativamente reduzidas, permanecem presentes custos logísticos e operacionais que recaem diretamente sobre os produtores rurais.

Diante disso, torna-se fundamental a adoção de ações e políticas de incentivo, que possam incluir auxílios para transporte e ajudas de custo. Esses mecanismos são especialmente relevantes na fase inicial de consolidação dos espaços de comercialização, contribuindo para a sustentabilidade econômica das iniciativas e garantindo sua continuidade no médio e longo prazo.

No que se refere a outros custos agregados ao processo produtivo, além das despesas com transporte, os agricultores também destacaram gastos significativos com embalagens, aquisição de insumos e investimentos necessários para manter e aprimorar a produção. Esses custos impactam diretamente na rentabilidade e na sustentabilidade das atividades.

Os dados detalhados sobre esses custos estão apresentados no Gráfico 9, que representam os principais itens apontados pelos entrevistados como onerosos no desenvolvimento de suas atividades produtivas e comerciais.

Gráfico 9 – Fatores que afetam a rentabilidade dos agricultores pesquisados da Feira da Reforma Agrária



Fonte: A Autora, 2024.

Embora os custos com transporte e embalagens tenham sido apontados como os que mais impactam na rentabilidade das atividades, os agricultores destacaram a importância de alguns mecanismos de apoio que ajudam a mitigar esses gastos. Entre eles, ressaltaram o auxílio financeiro destinado ao custeio de combustível em determinadas feiras, o que representa um suporte relevante, ainda que não cubra integralmente as despesas.

Além disso, evidenciaram a colaboração dos próprios consumidores, que frequentemente levam suas próprias sacolas e embalagens reutilizáveis, reduzindo a necessidade de compra desse material pelos produtores. Muitos consumidores, inclusive, contribuem doando embalagens extras, reforçando as práticas de solidariedade, sustentabilidade e corresponsabilidade que permeiam esses espaços de comercialização.

Em relação ao perfil dos consumidores, embora os produtores relatem que é bastante diversificado, destacam que estudantes, professores e funcionários da UNESP estão entre os públicos mais recorrentes e marcantes nas feiras. Um dos entrevistados, inclusive, pontuou que, após a pandemia, percebeu uma diminuição no fluxo de consumidores. Apesar disso, ressaltou que o espaço, além do valor simbólico e político que carrega — por representar a luta pela Reforma Agrária e pela agroecologia —, continua proporcionando retorno financeiro, ainda que com algumas oscilações.

A riqueza das informações obtidas ao longo das entrevistas e das observações é, em grande medida, reflexo do trabalho consistente e comprometido desenvolvido pelos agricultores que integram aquele espaço. Além disso, ficou evidente, durante todo o processo, a receptividade dos entrevistados, que demonstraram não apenas abertura para compartilhar suas experiências, mas também uma preocupação genuína com a manutenção e a continuidade da feira, compreendendo sua importância tanto no aspecto econômico quanto no social, político e ambiental.

Além disso, destaca-se a relação próxima e significativa estabelecida entre consumidores e agricultores no contexto da Feira da Reforma Agrária. A construção de vínculos baseados no cuidado, na proximidade e na intimidade ao longo do tempo revela aspectos profundamente marcantes e carregados de sentido. Observa-se, de forma bastante evidente, a familiaridade dos consumidores não apenas com o espaço físico da feira, mas também com os produtos específicos de cada produtor e com as modalidades de pagamento adotadas. Esses elementos reforçam a singularidade da feira, evidenciando que se trata de um espaço que transcende a lógica estritamente mercantil.

A Feira da Reforma Agrária configura-se, assim, como um ambiente de fortalecimento dos laços sociais, das redes de confiança e das práticas de consumo mais conscientes e solidárias. A Figura 9 ilustra alguns dos produtos artesanais comercializados nesse contexto, os quais contribuem para o caráter distintivo e simbólico da feira, reafirmando seu papel enquanto espaço de resistência, valorização da agricultura familiar e promoção de relações sociais mais humanas e sustentáveis.

Figura 9 – Registros da Feira da Reforma Agrária no município de Presidente Prudente/SP



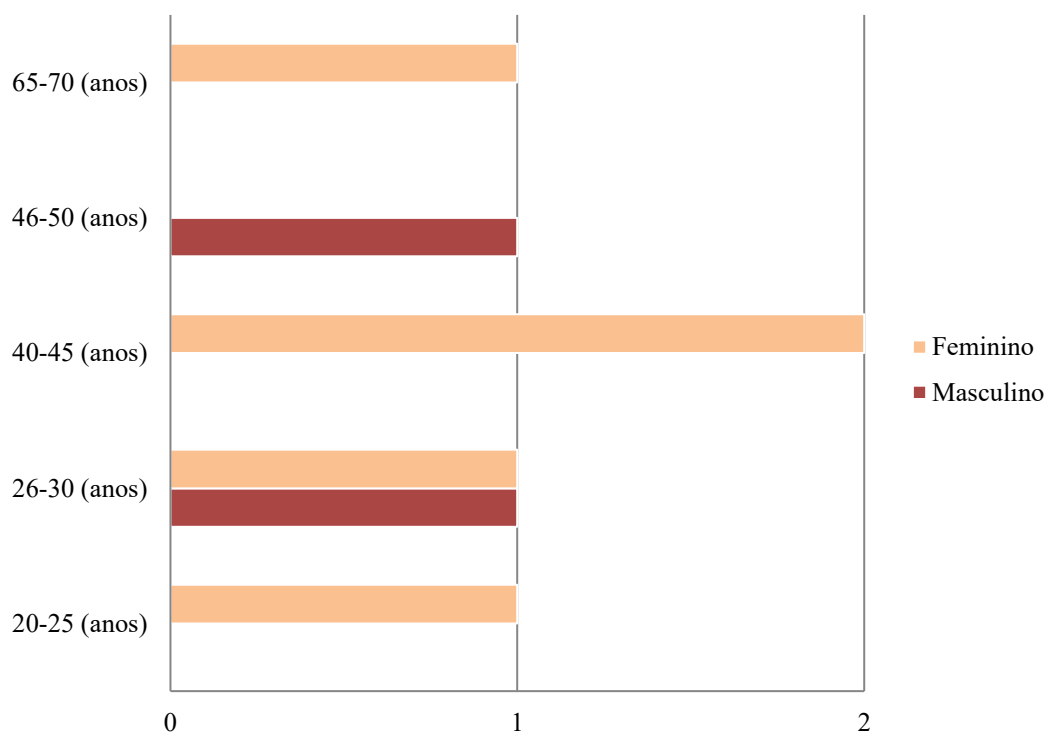
Fonte: Acervo Pessoal, 2024.

Após a realização das entrevistas com os agricultores, foi desenvolvida a segunda etapa da pesquisa, que consistiu na aplicação de entrevistas com os consumidores da Feira da Reforma Agrária. Assim como na primeira etapa, a receptividade dos participantes foi bastante positiva, o que contribuiu significativamente para a continuidade e a qualidade do estudo.

Ao todo, foram entrevistados sete consumidores, abordados de forma espontânea durante o momento em que realizavam suas compras na feira. Considerando a dinâmica do espaço — caracterizada por circulação constante e interações rápidas —, os questionamentos foram elaborados de maneira direta e objetiva, de modo a não comprometer o fluxo das atividades no local.

A primeira pergunta teve como objetivo identificar a faixa etária dos entrevistados. As respostas obtidas estão agrupadas no Gráfico 10.

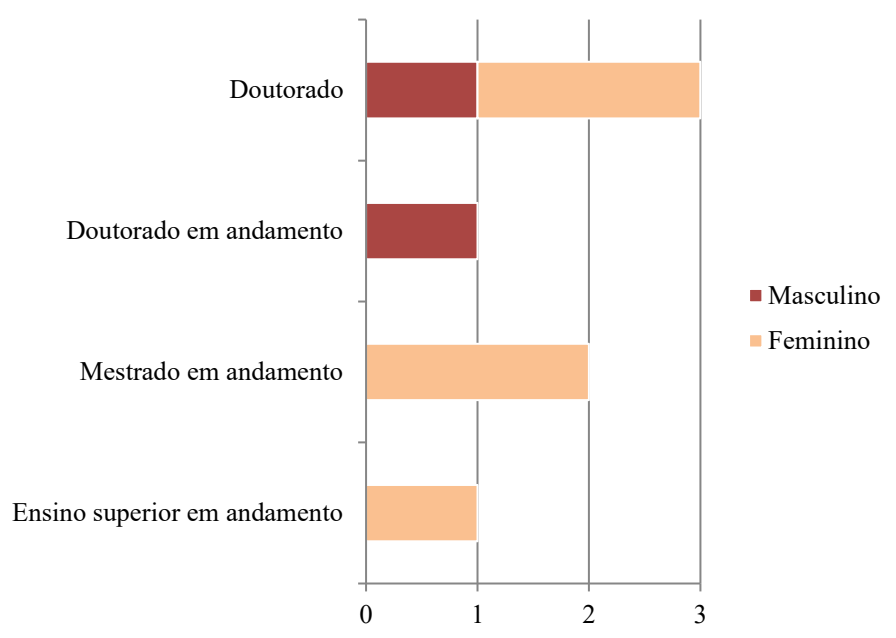
Gráfico 10 – Distribuição por faixa etária e gênero dos consumidores pesquisados da Feira da Reforma Agrária



Fonte: A Autora (2024).

A análise do perfil dos consumidores revelou uma predominância de pessoas do sexo feminino, especialmente na faixa etária entre 40 e 45 anos. Na sequência, foi aplicado um segundo questionamento com o objetivo de compreender o nível de escolaridade dos participantes. As informações coletadas estão sistematizadas no Gráfico 11.

Gráfico 11 – Grau de escolaridade dos consumidores pesquisados da Feira da Reforma Agrária



Fonte: A Autora (2024).

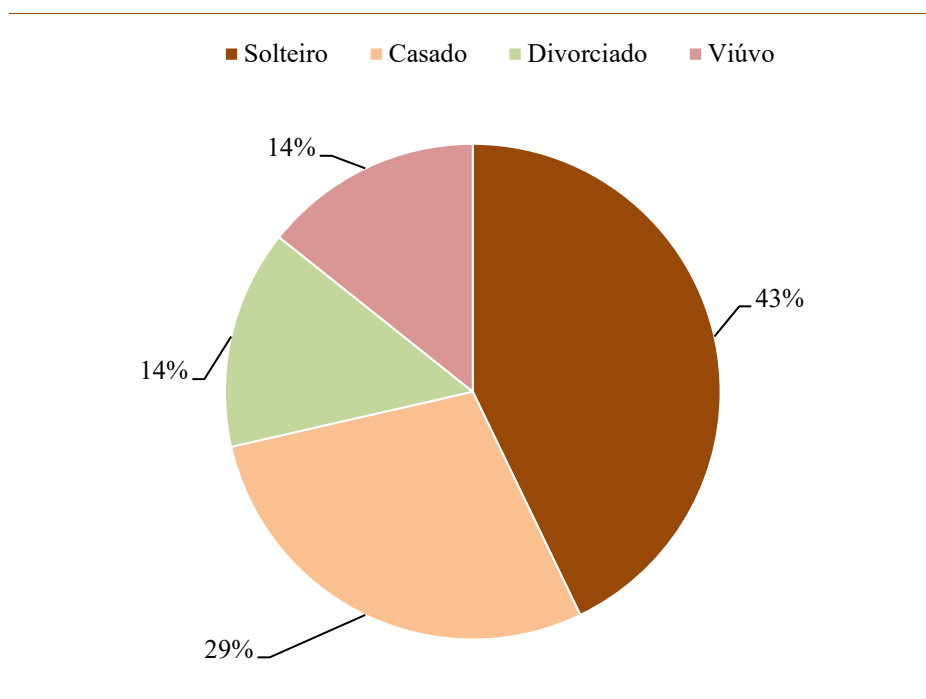
O questionário aplicado contemplava diferentes faixas de escolaridade e revelou, por meio das entrevistas, um perfil de consumidores com elevado nível de formação acadêmica. Entre os sete entrevistados, um estava cursando graduação em Geografia, enquanto três possuíam titulação de doutorado. Também foi identificada a presença de acadêmicos vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP, tanto em nível de mestrado quanto de doutorado.

Inicialmente, a proposta era traçar um perfil socioeconômico dos consumidores, de modo a compreender o acesso a esses produtos em diferentes faixas de renda. No entanto, durante as entrevistas, observou-se certa resistência em responder às perguntas sobre média salarial. Diante disso, informações como o grau de

escolaridade foram utilizadas como parâmetro para delinear um perfil geral dos frequentadores e consumidores dos espaços pesquisados.

Quanto ao estado civil dos entrevistados, os resultados obtidos estão apresentados no Gráfico 12.

Gráfico 12 – Estado civil dos consumidores pesquisados da Feira da Reforma Agrária em porcentagem (%)



Fonte: A Autora (2024).

Todos os consumidores entrevistados residem na zona urbana de Presidente Prudente/SP, distribuídos nos bairros Jardim das Rosas (três participantes), Centro (um), Jardim Estoril (um) e Jardim Humberto Salvador (um). Verifica-se que uma parcela significativa desses consumidores está concentrada em bairros próximos ao campus da UNESP, o que sugere que a localização geográfica exerce influência na participação na feira, facilitando o acesso e, conseqüentemente, favorecendo a adesão à iniciativa.

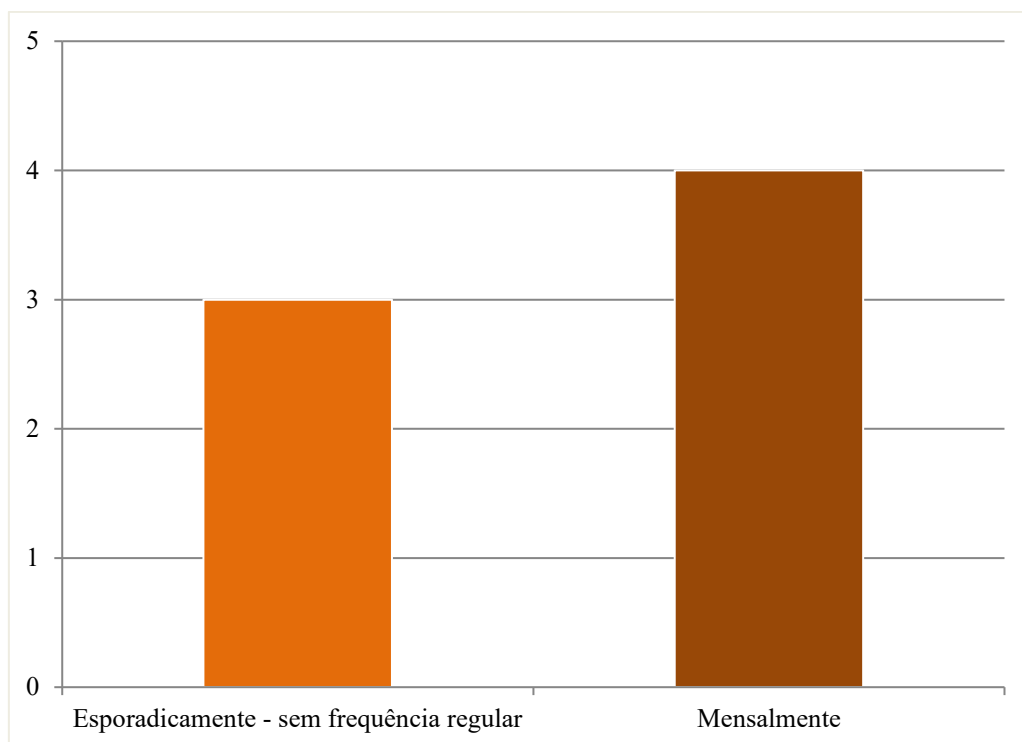
A análise da distribuição dos consumidores demonstra que a proximidade geográfica, embora relevante, não é o principal fator que explica a adesão à feira. O que se destaca, de fato, é o reconhecimento e o engajamento com a iniciativa, especialmente por parte da comunidade acadêmica, onde a feira é amplamente

divulgada e consolidada como um espaço de apoio à agricultura familiar, à agroecologia e à economia solidária. Esse vínculo fortalece a dinâmica da comercialização, que vai além da simples relação espacial, refletindo um compromisso coletivo com práticas sustentáveis, justas e socialmente responsáveis.

No que se refere ao tempo de participação na Feira da Reforma Agrária, os relatos apontam trajetórias diversas. Três dos entrevistados acompanham e consomem na feira desde sua fundação, em 2017. Outro consumidor relatou ter iniciado sua participação em 2023, enquanto os dois mais recentes passaram a frequentar o espaço em 2024. Quando indagados sobre a intenção de permanecer como consumidores da feira, houve consenso absoluto: todos manifestaram interesse em continuar frequentando, destacando tanto a qualidade dos produtos, quanto a importância social e política da iniciativa.

Quanto à frequência com que vão a Feira da Reforma Agrária, os entrevistados apresentaram respostas bastante diversificadas, evidenciando que a regularidade das visitas está diretamente relacionada às particularidades da rotina e aos hábitos de consumo de cada participante. As informações referentes a esse aspecto estão sistematizadas no Gráfico 13.

Gráfico 13 – Regularidade da participação dos consumidores pesquisados na Feira da Reforma Agrária



Fonte: A Autora (2024).

A maioria dos consumidores entrevistados relatou frequentar a Feira da Reforma Agrária de forma regular, atribuindo esse hábito tanto à periodicidade do evento — realizado mensalmente — quanto à incorporação da feira à sua rotina de consumo. Por outro lado, três participantes indicaram que sua participação ocorre de maneira mais esporádica, principalmente em função da distância entre suas residências e o Galpão da Lua — local onde a feira é realizada —, além de limitações de tempo que, em algumas ocasiões, dificultam o deslocamento.

Além desses fatores logísticos, alguns consumidores destacaram o papel da influência de amigos e pessoas do convívio social como elemento motivador, funcionando como um incentivo adicional à participação. Essa dinâmica contribui para o fortalecimento das redes de apoio e pertencimento em torno da iniciativa, reafirmando seu caráter coletivo e comunitário.

No que se refere aos produtos adquiridos pelos consumidores, as respostas revelaram uma diversidade significativa, refletindo tanto as preferências individuais quanto as necessidades específicas de cada um. Diante dessa variedade, os dados foram organizados e sistematizados no Quadro 7, de modo a proporcionar uma visualização mais clara e facilitar a compreensão das principais demandas observadas na feira.

Quadro 7 – Produtos consumidos pelos frequentadores pesquisados da Feira da Reforma Agrária

Identificação dos consumidores	Produtos comprados
I	Pão de ora-pro-nóbis, bolachas caseiras, doce de leite, requeijão de corte e verduras em geral.
II	Café em grão e moído; verduras como alface e couve; legumes como cenoura, tomate e pepino; além de doces, bolachas e pães caseiros.
III	Ovos; verduras em geral; banana; mandioca; e legumes variados.
IV	Café, legumes, verduras e pães caseiros.
V	Doces caseiros, maxixe, cebolinha, salsinha, abóbora, entre outros.
VI	Ovos, café e verduras – alface orgânica.
VII	Café, ovos, queijo e doce de leite.

Fonte: A Autora (2024).

Além dos produtos alimentícios *in natura*, a feira oferece aos consumidores uma diversidade de itens que ampliam e enriquecem sua proposta. Destacam-se, entre eles, os artesanatos confeccionados manualmente com sementes, fibras e outros insumos naturais, bem como peças em crochê, entre outros (Figura 10). Esses produtos, elaborados por trabalhadores vinculados aos movimentos sociais, carregam expressões culturais, identitárias e de resistência, reforçando a dimensão simbólica da feira.

Figura 10 – Produtos comercializados na Feira da Reforma Agrária em Presidente Prudente/SP



Fonte: Acervo Pessoal, 2024.

Adicionalmente, há a oferta de alimentos preparados para consumo imediato — como lanches, cafés, bolos e outros quitutes — que contribuem para transformar o espaço em um ambiente de convivência. Nesse contexto, a feira vai além da simples comercialização de bens, consolidando-se como um lugar de trocas de saberes, experiências e afetos, promovendo o fortalecimento de vínculos sociais. Essa dinâmica contribui decisivamente para afirmar o caráter comunitário, coletivo e político da feira.

A diversidade de produtos, aliada ao apelo visual das barracas costuma atrair a atenção do público que circula pelo local. Durante as observações realizadas, foi possível perceber esse movimento, incluindo a interação entre transeuntes e motoristas, visto que a feira ocorre em uma área central da cidade.

O interesse despertado pela feira também motivou a inclusão, nas entrevistas com os consumidores, de uma pergunta sobre como tomaram conhecimento da iniciativa. As respostas foram variadas, refletindo diferentes formas de acesso à informação. Duas das entrevistadas relataram ter conhecido a feira em razão de sua vinculação à UNESP, onde estudam, o que as levou a frequentar o espaço regularmente. Outra participante afirmou ter descoberto a feira por meio das redes sociais, especificamente pelo *Instagram*. Uma terceira mencionou que soube do projeto por indicação de amigos. Os demais entrevistados declararam já participar da feira desde o início da iniciativa, demonstrando um vínculo consolidado com o espaço.

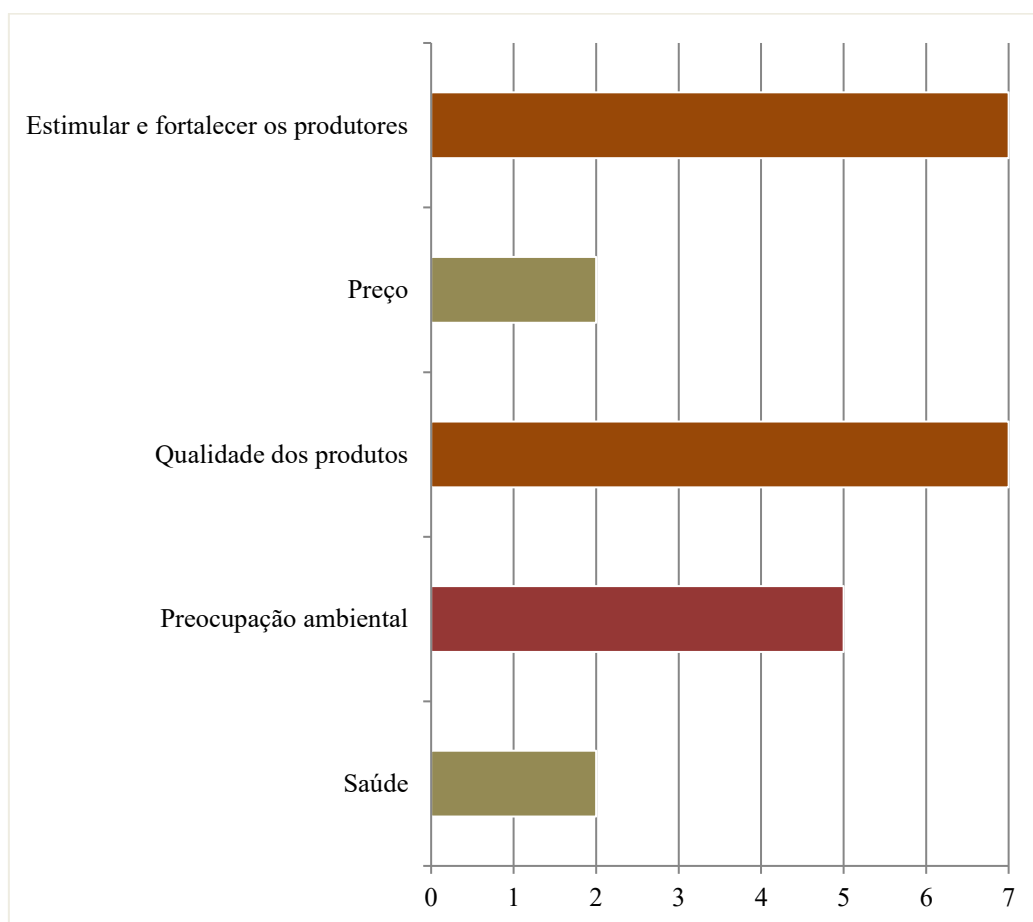
Com o objetivo de compreender os hábitos de consumo relacionados a produtos orgânicos e agroecológicos, foi perguntado aos consumidores sobre outros espaços de comercialização que costumam frequentar. A maioria dos entrevistados afirmou que, além da Feira da Reforma Agrária, também realiza compras em outros pontos voltados à comercialização desse tipo de produção.

Alguns relataram adquirir, ocasionalmente, produtos em estabelecimentos especializados em orgânicos localizados na própria cidade. Outros mencionaram complementar suas aquisições por meio da Feira de Pequenos Produtores promovida pelo SESC ou, ainda, através de encomendas pontuais junto ao projeto de cestas agroecológicas “Raízes do Pontal”. Apenas um dos participantes declarou obter seus alimentos exclusivamente na Feira da Reforma Agrária, evidenciando que, embora central, ela compõe um circuito mais amplo de práticas de consumo consciente.

Ao serem questionados sobre os principais fatores que os motivam a consumir na Feira da Reforma Agrária, os consumidores apresentaram respostas diversas. Entre os motivos citados estão a qualidade dos produtos, a procedência agroecológica, o

apoio aos agricultores familiares e à luta pela reforma agrária, além da valorização dos circuitos curtos e das relações de confiança construídas nesse espaço. As respostas estão organizadas e sintetizadas no Gráfico 14, permitindo uma visualização mais clara das motivações predominantes entre os participantes.

Gráfico 14 – Motivações dos consumidores pesquisados para adquirir produtos na Feira da Reforma Agrária



Fonte: A Autora, 2024.

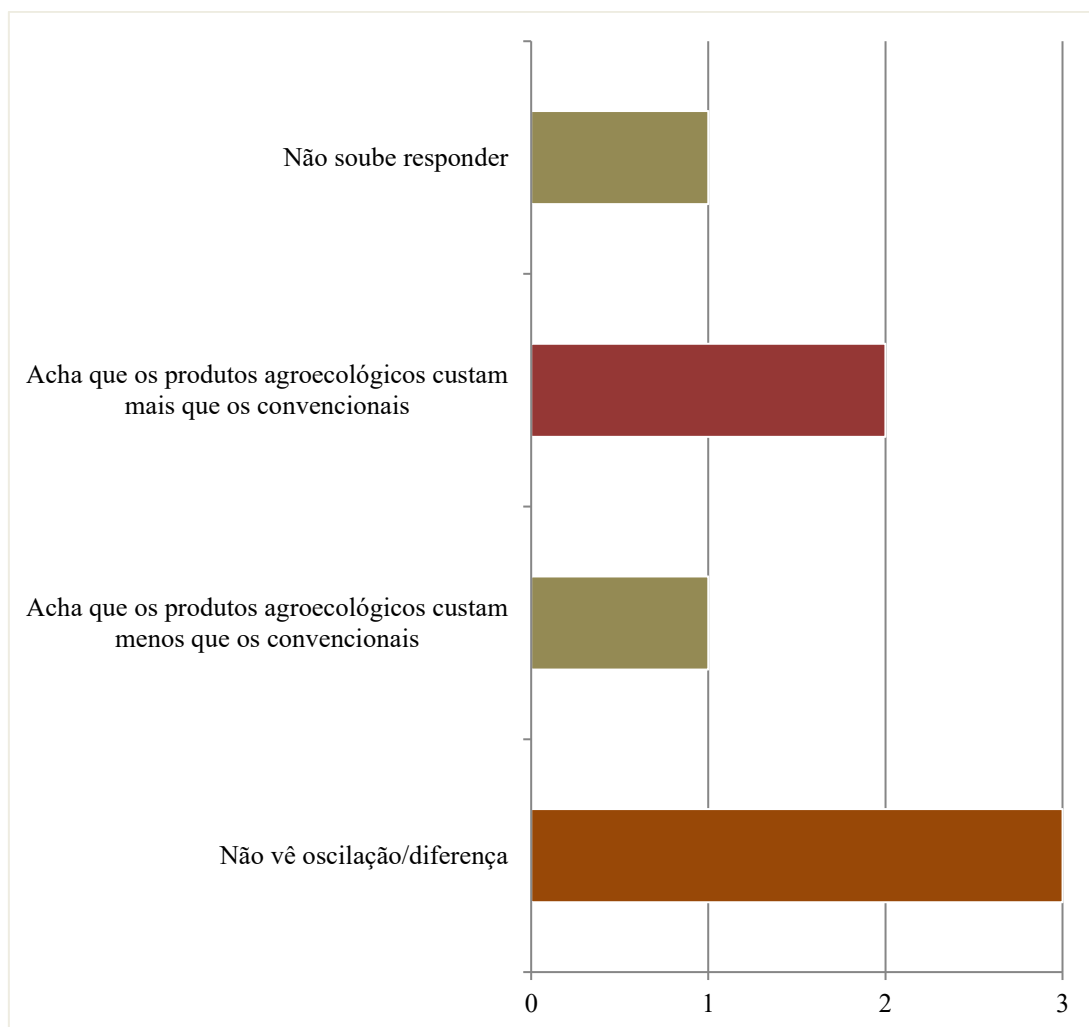
Durante a entrevista, os consumidores puderam apontar múltiplas motivações que os levam a adquirir produtos na Feira da Reforma Agrária, além de terem espaço para complementar suas respostas de forma livre. Entre os fatores mais citados, destacou-se o interesse em apoiar diretamente os agricultores que participam da iniciativa, aliado à busca por alimentos de qualidade. Esse dado revela que as escolhas de consumo não estão apenas relacionadas ao aspecto alimentar ou econômico, mas

também a um forte compromisso social com a valorização da agricultura familiar e das práticas sustentáveis.

No campo econômico, buscou-se compreender como os consumidores percebem os preços praticados na feira. A proposta foi avaliar de que forma eles atribuem valor aos produtos, especialmente quando comparados tanto aos alimentos convencionais, quanto aos de base agroecológica ou orgânicos certificados disponíveis em outros espaços. Mais do que identificar se o preço representa um obstáculo, a investigação procurou entender se, para esse público, o valor dos produtos está mais associado à qualidade, aos princípios que orientam a produção e ao compromisso com o fortalecimento das redes locais de comercialização.

As percepções dos consumidores sobre as diferenças de preço entre os alimentos agroecológicos e os convencionais foram sistematizadas e estão representadas no Gráfico 15.

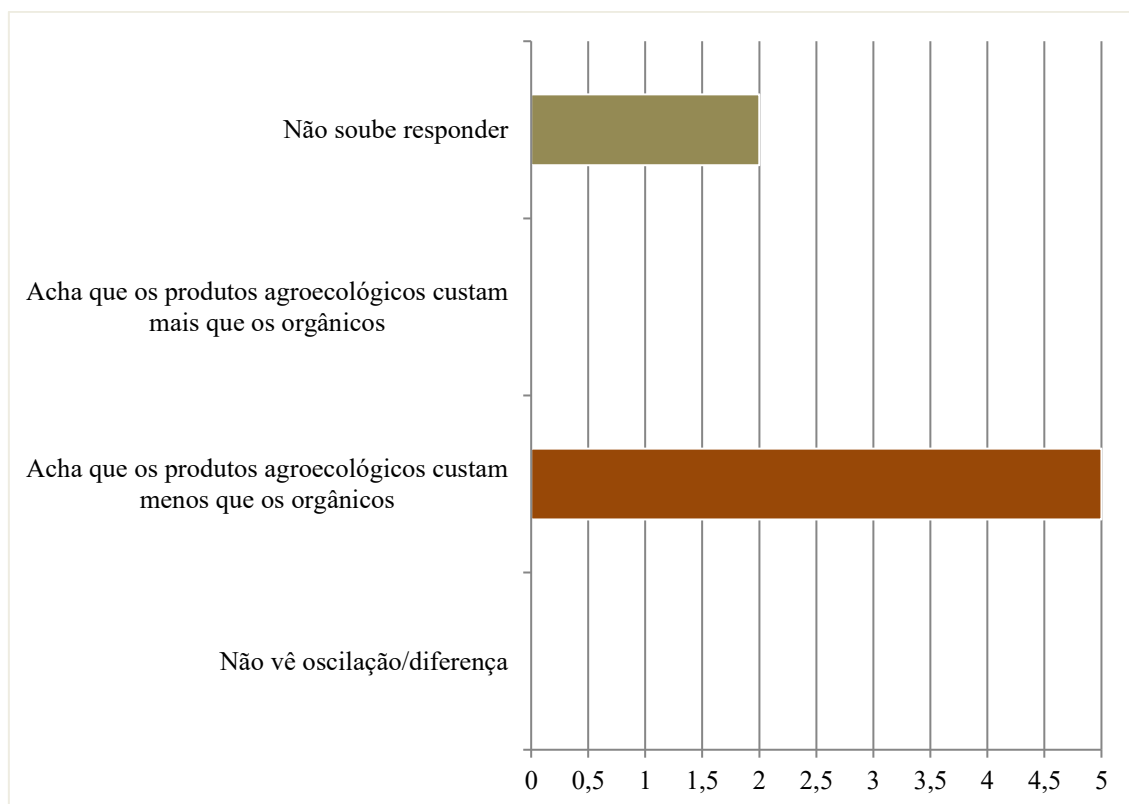
Gráfico 15 – Percepção dos consumidores pesquisados sobre os preços dos produtos da Feira da Reforma Agrária em comparação com produtos da agricultura convencional



Fonte: A Autora, 2024.

Quanto à percepção dos consumidores sobre a variação de preços entre produtos orgânicos certificados e aqueles de base agroecológica, as respostas coletadas estão ilustradas no Gráfico 16.

Gráfico 16 – Percepção dos consumidores pesquisados sobre os preços dos produtos da Feira da Reforma Agrária em comparação com produtos da agricultura orgânica certificada



Fonte: A Autora, 2024.

Embora alguns consumidores tenham percebido que os preços dos produtos agroecológicos e orgânicos são mais elevados em relação aos convencionais, todos concordaram que essa diferença é justificável devido ao benefício que esses alimentos oferecem. Eles ressaltaram a qualidade excepcional dos produtos, destacando que são frescos, nutritivos e isentos de agrotóxicos, o que torna o investimento não apenas razoável, mas uma decisão consciente e vantajosa. Também foi mencionada uma disparidade considerável entre os preços dos produtos agroecológicos e dos orgânicos certificados, especialmente quando comparados com os valores praticados em grandes redes comerciais e lojas especializadas.

No geral, os dados indicam que a Feira da Reforma Agrária representa um importante espaço de comercialização alternativa, fortalecendo a agricultura familiar, os circuitos curtos de produção e a economia solidária. As entrevistas revelaram que a relação entre agricultores e consumidores vai muito além da simples compra e venda; ela se fundamenta em confiança, engajamento social e valorização das práticas agroecológicas sustentáveis.

Os consumidores demonstram ter plena consciência das vantagens que acompanham o consumo desses alimentos, não apenas sob a ótica da saúde pessoal,

mas também pelo impacto positivo no apoio aos produtores locais. Apesar do reconhecimento do custo mais alto em comparação com os produtos convencionais — e, em alguns casos, até em relação aos orgânicos certificados vendidos em mercados tradicionais —, eles reforçam que a qualidade justifica a preferência.

Adicionalmente, ficou claro que a divulgação, especialmente via redes sociais e por meio das indicações, tem um papel central na manutenção e crescimento desse mercado alternativo. A participação dos agricultores em projetos coletivos, editais públicos e iniciativas organizadas é outro fator decisivo para garantir a sustentabilidade financeira dos produtores.

Por fim, esta análise evidencia que a Feira da Reforma Agrária não apenas assegura a permanência dos agricultores no campo, mas também fomenta um consumo mais consciente, responsável e solidário. O fortalecimento desse tipo de iniciativa é fundamental para avançar na construção de sistemas alimentares mais justos, saudáveis e sustentáveis, consolidando a agroecologia como uma poderosa ferramenta de resistência social e transformação cultural.

5.1.2. Dinâmicas da Comercialização de Produtos Orgânicos e Agroecológicos na Feira dos Pequenos Produtores (SESC - Thermas)

Outro espaço de comercialização amplamente citado pelos entrevistados e que desempenha um papel central nos circuitos de produtos agroecológicos em Presidente Prudente/SP é a Feira dos Pequenos Produtores, realizada nas dependências do SESC Thermas. Esta iniciativa, que integra um conjunto de ações voltadas à promoção da cultura, do bem-estar e da sustentabilidade, foi retomada em 2022, após uma pausa de dois anos em função das restrições impostas pela pandemia de Covid-19. Desde então, tem se consolidado como um evento recorrente, que não apenas fortalece os laços entre produtores e consumidores, mas também promove uma reflexão sobre os modos de produção e consumo de alimentos.

A feira constitui um espaço de circulação de saberes, práticas e produtos, reunindo agricultores familiares e trabalhadores vinculados a movimentos sociais e coletivos da região. Organizada de forma regular, a Feira dos Pequenos Produtores segue um calendário fixo, ocorrendo todo terceiro sábado de cada mês, no período das 9h às 13h, em um espaço denominado *Quintal*, dentro das dependências do SESC. Este ambiente foi cuidadosamente pensado para proporcionar uma experiência

agradável e acolhedora tanto para os agricultores quanto para os consumidores. Trata-se de uma área ampla, arborizada, que oferece sombra natural, conforto e um ambiente propício para a interação, o lazer e a convivência social.

As bancadas são dispostas de forma organizada e funcional, com mesas largas e bem distribuídas, permitindo uma visualização clara dos produtos e facilitando o acesso dos visitantes. A ambientação é complementada por placas informativas (Figura 11) que apresentam não apenas os produtos, mas também as histórias e os territórios dos agricultores que compõem aquela rede. Esse recurso didático e visual reforça a identidade do espaço, sensibilizando o público quanto à importância de conhecer a origem dos alimentos e os processos que envolvem sua produção.

Figura 11 – Estrutura para identificação dos produtores na Feira dos Pequenos Produtores – SESC



Fonte: Acervo Pessoal, 2024.

Além disso, a feira é integrada a outras atividades desenvolvidas pelo SESC, como oficinas, cursos, apresentações culturais e palestras, o que contribui para atrair um público diversificado, ampliando o alcance da iniciativa. Assim, o espaço não se limita ao ato de comprar e vender, mas também se consolida como um ambiente educativo, cultural e de fortalecimento comunitário, onde se constroem vínculos baseados na confiança e, no caso da Feira dos Pequenos Produtores, pelo compromisso com práticas sustentáveis.

Esse formato contribui diretamente para a dinamização da economia local, promovendo circuitos curtos de comercialização, nos quais os consumidores têm a possibilidade de acessar alimentos frescos, de qualidade e produzidos de maneira responsável, enquanto os agricultores garantem melhores condições de trabalho, maior autonomia e valorização de sua produção.

Adicionalmente, o SESC disponibiliza uma estrutura coberta que assegura a realização da feira mesmo em dias de chuva, oferecendo conforto, segurança e acessibilidade tanto para os consumidores, quanto para os feirantes (Figura 12). Esse planejamento demonstra o comprometimento da instituição em manter a continuidade do evento, independentemente das condições climáticas, garantindo que a experiência de compra e convivência não seja comprometida. A existência desse espaço alternativo reforça não apenas a funcionalidade da feira, mas também contribui para a fidelização do público, que encontra no local um ambiente acolhedor, organizado e preparado para receber a todos com qualidade e comodidade.

Figura 12 – Espaço coberto destinado a realização da Feira dos Pequenos Produtores Rurais – SESC



Fonte: Acervo Pessoal, 2024.

Com base nos aspectos gerais previamente apresentados, foram realizadas entrevistas com agricultores participantes da Feira dos Pequenos Produtores Rurais, com o objetivo de aprofundar a compreensão sobre as dinâmicas de comercialização de produtos agroecológicos e orgânicos, bem como sobre as relações sociais e econômicas que se estabelecem nesse espaço entre produtores e consumidores. Ao todo, foram entrevistados quatro agricultores — um deles vinculado a um dos estabelecimentos estudados — selecionados por sua participação ativa na feira e pela diversidade de experiências tanto no cultivo quanto na comercialização de alimentos de base agroecológica e orgânica.

As entrevistas ocorreram no próprio ambiente da feira, ao longo de aproximadamente três meses, o que permitiu uma imersão na rotina dos feirantes e uma compreensão mais aprofundada das práticas e dos desafios cotidianos. Assim como observado na Feira da Reforma Agrária, o fato de as entrevistas serem realizadas durante o funcionamento do evento exigiu flexibilidade, já que, em diversos momentos, os diálogos foram interrompidos para que os produtores pudessem atender clientes, realizar vendas ou organizar seus produtos. Essa dinâmica contribuiu positivamente para a pesquisa, permitindo observar, de forma direta, as interações, os fluxos comerciais e os desafios enfrentados no contexto da comercialização.

O levantamento junto aos consumidores foi desenvolvido no mesmo período, totalizando sete entrevistados. A escolha dos participantes considerou critérios como frequência na feira e disponibilidade para colaborar com a pesquisa. O objetivo central foi compreender as motivações que orientam o consumo de alimentos agroecológicos, as percepções sobre a feira e a forma como se constroem as relações com os produtores. Esse mesmo procedimento metodológico foi adotado nos demais espaços analisados, assegurando a consistência e a comparabilidade dos dados coletados.

É relevante destacar que os agricultores entrevistados na Feira do SESC foram selecionados a partir do mesmo critério utilizado nos outros espaços de comercialização. Dessa forma, produtores que já haviam participado das entrevistas na Feira da Reforma Agrária e no projeto das Cestas Agroecológicas não foram novamente abordados, o que evitou duplicidade de informações. Além disso, por se tratar do espaço com o maior número de feirantes envolvidos, essa estratégia de seleção mostrou-se viável e eficaz para os objetivos da pesquisa.

Com o objetivo de organizar, sistematizar e facilitar a análise dos dados obtidos no levantamento geral junto aos agricultores, foi elaborado o Quadro 8. Esse

quadro apresenta, de forma estruturada e sintética, os principais elementos observados durante o processo de coleta, contribuindo para uma visão mais clara e integrada das informações levantadas.

Quadro 8 – Dados gerais dos agricultores entrevistados na Feira dos Pequenos Produtores do SESC (Presidente Prudente)

Identificação	Idade	Sexo	Estado Civil	Número de moradores no domicílio	Município de residência	Área de residência	Bairro	Condição de habitação
E	49	Masculino	Casado	2	Martinópolis/SP	Zona Rural	-	Própria
F	37	Masculino	Casado	2	Presidente Prudente /SP	Zona Urbana	-	Casa alugada
G	28	Feminino	Solteira	2	Panorama/SP	Zona Rural	-	Moradia voluntária
H	49	Feminino	Casada	3	Presidente Prudente /SP	Zona Rural	-	Própria

Fonte: A Autora, 2024.

No levantamento inicial, observou-se uma participação equilibrada entre agricultores e agricultoras, com média de idade em torno de 40 anos. Os entrevistados residem em diferentes municípios da região, entre eles Presidente Prudente, Martinópolis e Panorama — sendo este último o único localizado fora do território do Pontal do Paranapanema. Ainda assim, Panorama integra a Região Administrativa de Presidente Prudente, apesar de estar a cerca de 130 km da sede do município. Esse dado evidencia não apenas a abrangência territorial da feira, mas também a capacidade de articulação dos produtores, que extrapola os limites regionais imediatos e amplia o alcance da iniciativa.

No que se refere à condição fundiária, observa-se a predominância de agricultores que desenvolvem suas atividades em propriedades privadas, sem vínculo direto com assentamentos rurais. A única exceção é representada por um dos entrevistados, que está inserido em um assentamento, o que revela a capacidade da feira de reunir trajetórias produtivas diversas. Esse dado indica que, embora o perfil predominante dos participantes não esteja diretamente associado às políticas de reforma agrária, o espaço da feira se mostra inclusivo, acolhendo distintas experiências no campo agroecológico e favorecendo a articulação entre diferentes formas de organização da produção rural.

Após essa etapa de caracterização geral, a pesquisa avançou para questões específicas sobre os processos de produção e comercialização dos produtos oferecidos na feira. As respostas obtidas evidenciaram uma notável diversidade, tanto em relação aos modelos produtivos, quanto às estratégias adotadas para escoamento da produção. Tal heterogeneidade reflete as particularidades de cada produtor — seja no porte da propriedade, nas escolhas agroecológicas, nas formas de organização do trabalho ou nos canais de comercialização utilizados. Esse panorama revela que, embora compartilhem princípios comuns, como a valorização da agroecologia e da economia local, os agricultores constroem trajetórias singulares, moldadas por suas realidades, desafios e contextos específicos.

Com o objetivo de representar as experiências individuais dos agricultores entrevistados, bem como sistematizar as respostas fornecidas aos questionamentos comuns aplicados durante a pesquisa, foi elaborado o Quadro 9. Esse instrumento busca sintetizar, de maneira organizada, os principais aspectos relacionados às práticas

produtivas, estratégias de comercialização, desafios enfrentados e percepções sobre a participação na Feira dos Pequenos Produtores.

Quadro 9 – Origem dos produtos comercializados pelos pesquisados na Feira dos Pequenos Produtores - SESC

Agricultor (identificação)	Pergunta - <i>Os alimentos e produtos comercializados aqui na Feira da Reforma Agrária são produzidos por você?</i>
E	<i>Todos são produzidos por mim.</i>
F	<i>Embora mantenha uma relação de proximidade com o produtor, minha atuação se dá exclusivamente na condição de intermediário</i>
G	<i>Este é um projeto desenvolvido de forma coletiva, que reúne produtos de diversos produtores parceiros, localizados em diferentes territórios, predominantemente em assentamentos rurais.</i>
H	<i>Todos os alimentos que comercializo aqui são produzidos por mim. Inclusive os laticínios, pães e bolos são elaborados, em sua maioria, a partir de ingredientes cultivados e produzidos na minha própria propriedade.</i>

Fonte: A Autora, 2024.

Entre os produtores entrevistados, um aspecto foi unanimemente ressaltado: a valorização dos circuitos curtos de comercialização, caracterizados pela venda direta ao consumidor e pela baixa ou nenhuma dependência de intermediários. Apenas um dos participantes relatou atuar como intermediário em sua estratégia de comercialização. No caso específico do **agricultor E**, embora ele tenha conseguido manter o abastecimento dos mercados, destacou enfrentar desafios significativos, especialmente em razão das mudanças climáticas. Relatou, com preocupação, os impactos causados pelos períodos prolongados de estiagem, que resultaram em perdas consideráveis — incluindo um prejuízo superior a cinco mil reais apenas com mudas

de alface. Esse cenário evidencia não apenas as dificuldades enfrentadas na produção, mas também a vulnerabilidade dos agricultores familiares frente às instabilidades climáticas e para atuarem de forma autônoma.

No caso de um dos entrevistados que atua como intermediário, observou-se que, além de sua participação na Feira dos Pequenos Produtores no SESC, ele também realiza vendas por meio de um estabelecimento comercial próprio. Essa atuação justifica seu papel como mediador entre produtores e consumidores, uma vez que, para atender às demandas do público, necessita ofertar uma ampla variedade de produtos. Destaca-se que ele trabalha predominantemente com produtos orgânicos certificados, o que reforça seu compromisso com a rastreabilidade e a qualidade dos alimentos comercializados.

Já no caso da **agricultora** identificada como **G**, sua participação na feira ocorre por meio do projeto “Coletivo Yara”, do qual faz parte como voluntária. Trata-se de uma iniciativa sem fins lucrativos, cujo principal objetivo é facilitar a comercialização de produtos provenientes de assentamentos rurais e de pequenos produtores localizados nos municípios de Panorama e Paulicéia. Para além da venda de alimentos, o coletivo promove oficinas, palestras, seminários e atividades culturais voltadas à disseminação e valorização da agroecologia. Considerando o número expressivo de produtores envolvidos, a diversidade de itens disponibilizados pelo coletivo é significativa. No entanto, nem toda essa produção é destinada à feira em Presidente Prudente, devido à distância geográfica — aproximadamente 260 km, considerando o trajeto de ida e volta —, o que representa um desafio logístico para a participação contínua.

Por outro lado, a **agricultora H** desenvolve todas as suas atividades produtivas no próprio município de **Presidente Prudente**, onde também realiza a comercialização direta de seus produtos. Seu portfólio é bastante diversificado e inclui leite e derivados — como queijos, requeijão, entre outros —, além de ovos, bananas, bolos, biscoitos e hortaliças de forma eventual. Ela também comercializa carnes suínas e de frango, fortalecendo assim uma oferta diversificada e alinhada às demandas locais.

A Figura 13 e 14 ilustram, de maneira geral, a diversidade de produtos disponibilizados na Feira dos Pequenos Produtores.

Figura 13 – Variedade de produtos comercializados na Feira dos Pequenos Produtores - SESC



Fonte: Acervo Pessoal, 2024.

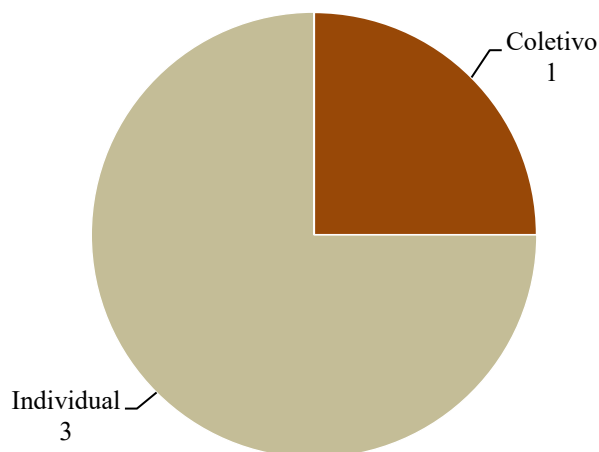
Figura 14 – Variedade de produtos comercializados e relações estabelecidas na Feira dos Pequenos Produtores - SESC



Fonte: Acervo Pessoal, 2024.

O segundo questionamento, cujos resultados estão esquematizados no Gráfico 17, teve como objetivo compreender quais são as formas de comercialização utilizados pelos agricultores. Aos entrevistados foi solicitado que indicassem se realizam suas vendas de forma individual, coletiva ou ambas, uma vez que essas modalidades podem ser combinadas nas estratégias adotadas pelos produtores.

Gráfico 17 – Forma de comercialização dos agricultores pesquisados da Feira dos Pequenos Produtores – SESC em número absoluto



Fonte: A Autora, 2024.

As respostas a esse questionamento demonstraram uma divisão clara entre os agricultores que classificam sua comercialização como predominantemente individual e aqueles que adotam práticas coletivas, ainda que de forma pontual. Quando indagados sobre os destinos da produção e a possível utilização de atravessadores, todos foram unânimes em afirmar que não recorrem a intermediários - embora um dos entrevistados seja um intermediário - convencionais, priorizando, portanto, canais de venda que mantêm a relação direta com o consumidor final. As informações referentes aos municípios de destino dos alimentos agroecológicos estão organizadas no Quadro 10.

Quadro 10 – Municípios de destino dos produtos, segundo os agricultores entrevistados na Feira dos Pequenos Produtores - SESC

Agricultor (identificação)	Pergunta – <i>Para qual ou quais município(s) os seus produtos são destinados para comercialização?</i>
E	Presidente Prudente.
F	Presidente Prudente.
G	Presidente Prudente, Tupi Paulista, Dracena, Paulicéia, Panorama e Nova Guataporanga.
H	Presidente Prudente.

Fonte: A Autora, 2024.

Com exceção de uma das entrevistadas, todos os demais agricultores direcionam sua produção exclusivamente para o município de Presidente Prudente e para o município vizinho de Álvares Machado, atuando em diferentes circuitos e espaços de comercialização. O **agricultor** identificado como **E**, por exemplo, além de participar da Feira dos Pequenos Produtores no SESC, também comercializa seus produtos em feiras livres realizadas às quintas-feiras, em condomínios residenciais e em outros espaços públicos. Entre essas atividades, ele destacou a Feira do SESC e a feira realizada no Condomínio Valência, localizado no bairro Residencial Valência I, em Álvares Machado, como sendo as mais rentáveis em termos de retorno financeiro.

O **agricultor F** destacou que, além da participação na feira, também realiza a comercialização de seus produtos por meio de um estabelecimento fixo — o espaço Vida Orgânica, situado em Presidente Prudente, e igualmente contemplado neste estudo. De acordo com seu relato, esse ponto de venda é atualmente responsável por proporcionar o maior retorno financeiro, superando, inclusive, outras estratégias de escoamento adotadas.

No caso da **agricultora G**, entre todos os municípios mencionados, Dracena foi apontado como aquele que proporciona o melhor retorno econômico, tanto por ser uma cidade de maior porte no contexto daquela região, quanto pela proximidade em relação à origem dos produtos. Além disso, ela se destacou como a única, entre os entrevistados, que participa ativamente de editais públicos vinculados ao PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar). Nenhum dos demais agricultores relatou participação nesses programas, seja

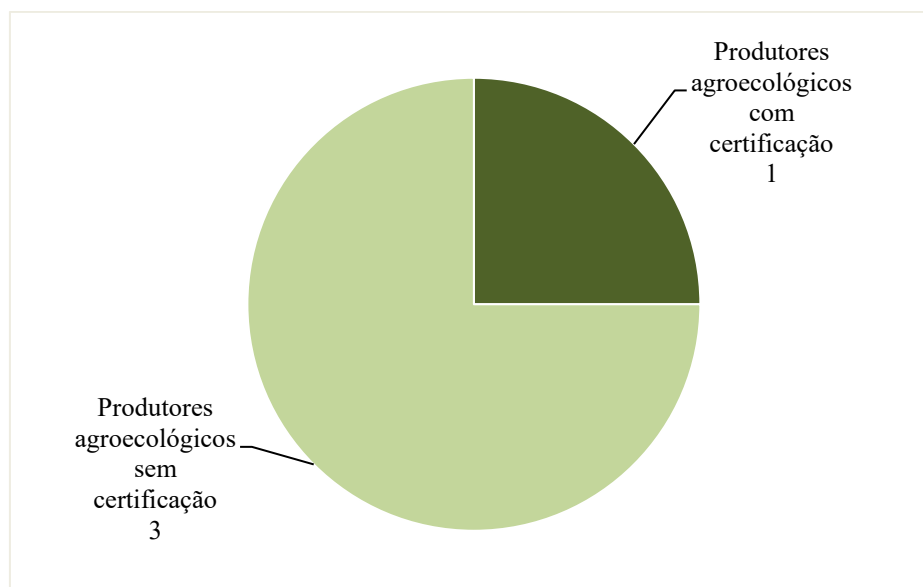
por falta de interesse, seja por dificuldades relacionadas aos processos burocráticos ou às exigências dos editais. A agricultora também enfatizou que, entre todas as formas de comercialização adotadas, os contratos provenientes desses editais representam, atualmente, a estratégia mais rentável para os produtores contemplados.

A **agricultora** identificada como **H** relatou que sua produção teve início com foco no autoconsumo. No entanto, à medida que sua capacidade produtiva foi se ampliando, passou a comercializar o excedente. Apesar desse avanço, ela destacou que, em razão do tamanho reduzido de seu núcleo familiar e da existência de outras fontes de renda, não consegue produzir em escala suficiente para atender às exigências de editais de aquisição pública, como os do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Ainda assim, consegue estabelecer diferentes vínculos comerciais com os consumidores, tanto por meio da participação em feiras quanto através de um sistema de assinaturas. Nesse modelo, realiza entregas domiciliares sob encomenda, ofertando produtos como ovos, legumes e verduras da estação, além de laticínios, pães, bolos e outros itens artesanais.

No que se refere às práticas produtivas, todos os agricultores entrevistados afirmaram adotar métodos alinhados aos princípios da agroecologia. Além disso, um deles possui certificação orgânica concedida pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), o que reforça seu comprometimento formal com os critérios exigidos. De modo geral, todos destacaram o empenho em manter sistemas produtivos livres de agrotóxicos, fertilizantes químicos e demais insumos que possam representar riscos à saúde humana e ao meio ambiente. As práticas adotadas incluem, principalmente, técnicas voltadas à conservação da fertilidade do solo, como compostagem, rotação de culturas, plantio consorciado e incentivo à biodiversidade local, elementos fundamentais para a sustentabilidade dos agroecossistemas.

Um aspecto que se destacou na Feira dos Pequenos Produtores foi o fato de que, entre todos os agricultores entrevistados, apenas um possui certificação oficial, conforme ilustrado no Gráfico 18.

Gráfico 18 – Porcentagem de produtores certificados pesquisados na Feira dos Pequenos Produtores – SESC em número absoluto



Fonte: A Autora, 2024.

O agricultor certificado, ao ser questionado sobre as vantagens percebidas com a obtenção da certificação, reconheceu que ela traz benefícios significativos para o seu negócio. Ele explicou que a certificação funciona como um selo de confiança para os consumidores, muitos dos quais buscam produtos que garantam padrões de qualidade e segurança alimentar. Por exemplo, alguns clientes priorizam a compra justamente em estabelecimentos que oferecem essa garantia formal, associando a certificação a práticas sustentáveis, ausência de agrotóxicos e alimentos mais saudáveis. Dessa forma, ele destacou que, embora a certificação envolva custos e processos burocráticos, o retorno em termos de visibilidade, credibilidade e acesso a nichos de mercado compensam o investimento.

Os demais entrevistados destacaram que, em algum momento, manifestaram interesse em obter a certificação para seus produtos, reconhecendo o valor que esse reconhecimento poderia agregar, tanto na credibilidade junto aos consumidores, quanto na possibilidade de ampliar seus canais de comercialização. No entanto, todos apontaram que a burocracia envolvida no processo, associada aos custos financeiros e ao tempo demandado para cumprir as exigências técnicas, acabou sendo um fator desestimulante. Para muitos, a dificuldade em acessar informações claras, a complexidade dos trâmites e a necessidade de adequações estruturais ou documentais representam barreiras significativas, especialmente para pequenos produtores com recursos limitados.

Além disso, eles ressaltaram que o suporte institucional e o acompanhamento técnico nem sempre são suficientes ou acessíveis para garantir uma transição tranquila para a certificação. Por isso, preferem investir suas energias em outras estratégias de comercialização e no fortalecimento das relações diretas com os consumidores, que valorizam o contato próximo e a confiança construída no dia a dia, mesmo sem o selo oficial. Dessa forma, apesar do reconhecimento do valor da certificação, muitos produtores optam por caminhos alternativos que consideram mais viáveis e condizentes com sua realidade.

Quando questionados sobre o início da transição para práticas agroecológicas, os agricultores apresentaram respostas variadas. A agricultora E iniciou o processo em 2014. O **agricultor F** adotou os princípios da agricultura orgânica em 2016. O entrevistado G passou a produzir sem uso de agrotóxicos em 2018. Já a **agricultora H** segue práticas agroecológicas desde 2016.

Um aspecto de destaque na entrevista com a **agricultora H** foi a criação de uma rede própria de assinaturas, estruturada por meio de um selo denominado *Apreços*, utilizado como forma de troca simbólica e comercial entre ela e os consumidores. Esse sistema oferece benefícios mútuos: aos clientes, garante o acesso regular a produtos frescos e diversificados; à agricultora, proporciona maior previsibilidade e controle sobre o escoamento da produção, contribuindo para a sustentabilidade econômica de sua atividade.

Por residir em uma área próxima ao perímetro urbano de Presidente Prudente, a agricultora ressaltou que sua localização favorece significativamente a logística de entrega, permitindo que realize entregas domiciliares com maior eficiência. Essa estratégia evidencia o fortalecimento das relações de proximidade, confiança e fidelização entre produtores e consumidores, reforçando os princípios que sustentam os circuitos curtos de comercialização e práticas mais conscientes de consumo.

A Figura 15 ilustra uma parte do trabalho desenvolvido pela produtora entrevistada, evidenciando tanto a diversidade dos produtos ofertados quanto as práticas adotadas em sua dinâmica de comercialização.

Figura 15 – Identidade desenvolvida por agricultora pesquisada da Feira dos Pequenos Produtores - SESC



Fonte: Acervo Pessoal, 2024.

No que se refere à rentabilidade, todos os entrevistados afirmaram que a atividade agrícola constitui sua principal fonte de renda. No entanto, dois deles complementam seus rendimentos por meio de outras ocupações, como o aluguel de imóveis e o trabalho com vínculo formal. Além da comercialização, os agricultores destacaram que uma parcela significativa da produção é destinada ao autoconsumo, o que evidência não apenas a relevância econômica da atividade, mas também seu papel fundamental na promoção da segurança alimentar e na sustentação cotidiana das famílias envolvidas.

Ao analisar os locais de comercialização dos produtos, foi possível observar respostas bastante diversas entre os entrevistados. Com o objetivo de proporcionar uma visão mais clara e organizada desse panorama, as informações foram sistematizadas no Quadro 11.

Quadro 11 – Espaços que concentram a comercialização dos produtos agroecológicos, de acordo com os agricultores entrevistados na Feira dos Pequenos Produtores - SESC

Agricultor (identificação)	Principais circuitos de comercialização
E	<i>Feira do SESC (Pequenos Produtores), feiras livre de ruas e feiras de condomínios em Presidente Prudente/SP.</i>
F	<i>Feira do SESC (Pequenos Produtores) e estabelecimento comercial.</i>
G	<i>Feiras, editais e comercialização de cestas.</i>
H	<i>Os principais canais de comercialização utilizados são as feiras e a venda direta ao consumidor, muitas vezes por meio de encomendas.</i>

Fonte: Acervo Pessoal, 2024.

De acordo com os relatos dos entrevistados, as feiras representam, de forma unânime, o canal mais lucrativo para a venda dos produtos, especialmente aquelas realizadas em Presidente Prudente, que se destacam por gerar maior retorno financeiro. Além disso, para os agricultores que participam de editais públicos, como

os do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), esses contratos também são percebidos como vantajosos, oferecendo maior estabilidade financeira.

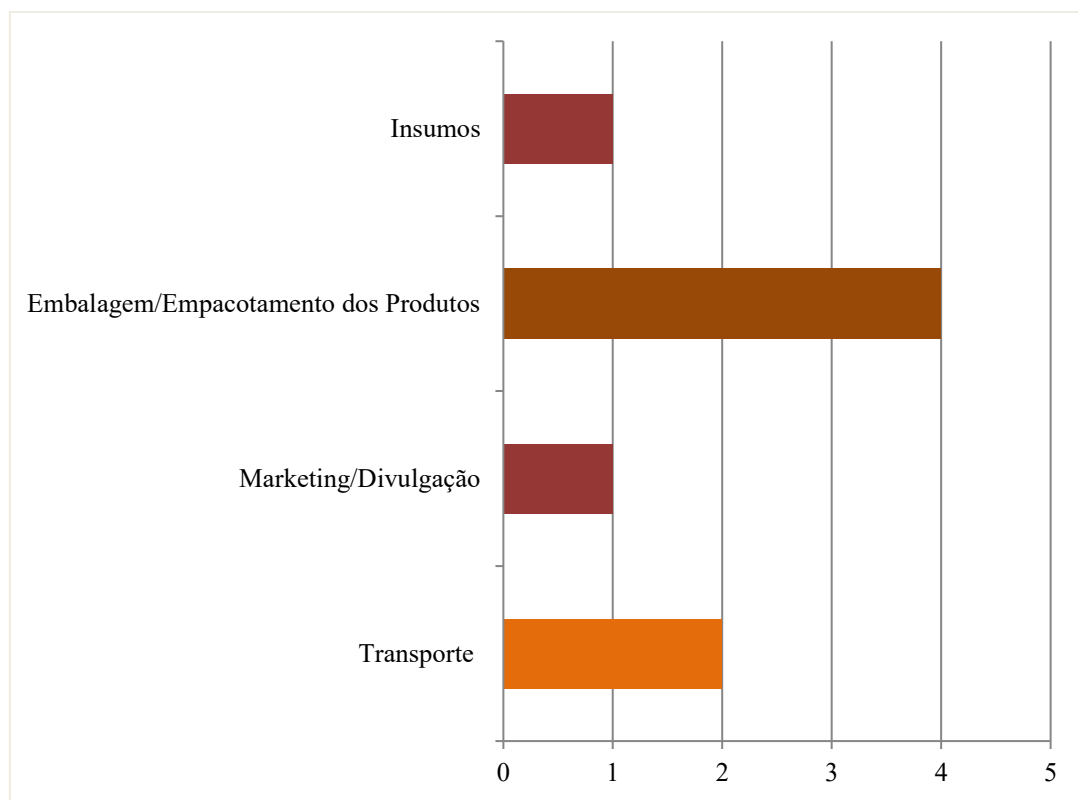
Um desafio recorrente apontado por todos os participantes refere-se ao deslocamento até os pontos de venda, realizado, em todos os casos, por meio de veículos próprios. Essa dinâmica acarreta custos significativos com combustível, manutenção e logística, comprometendo parte da rentabilidade da atividade. Na Feira dos Pequenos Produtores, promovida pelo SESC, os agricultores recebem um apoio financeiro específico — calculado com base na distância percorrida — destinado a auxiliar nas despesas de transporte. No entanto, esse benefício não é estendido aos demais espaços de comercialização frequentados pelos produtores, o que amplia as dificuldades logísticas enfrentadas por aqueles que atuam em múltiplos circuitos.

Uma das entrevistadas destacou, ainda, que as longas distâncias percorridas, somadas à falta de um sistema de transporte refrigerado, acabam limitando o tipo de produto que consegue levar até Presidente Prudente, o que impacta diretamente na diversidade ofertada. Esse conjunto de informações reforça a necessidade de analisar os circuitos curtos de comercialização de forma mais ampla, reconhecendo que, apesar de serem alternativas mais diretas entre produtores e consumidores, ainda existem desafios logísticos e operacionais que recaem exclusivamente sobre os agricultores.

Além dos custos relacionados ao deslocamento, os agricultores também destacaram outros encargos que impactam diretamente a rentabilidade de suas atividades. Entre eles, estão as despesas com embalagens, a aquisição de insumos orgânicos — como esterco, por exemplo — e os investimentos contínuos necessários para a manutenção e o aprimoramento da produção. Esses fatores evidenciam os desafios enfrentados pelos pequenos produtores no equilíbrio entre sustentabilidade econômica e adoção de práticas agroecológicas.

O Gráfico 19 sintetiza esses dados, apresentando os principais custos operacionais identificados pelos entrevistados como os mais expressivos no desenvolvimento de suas atividades produtivas e comerciais.

Gráfico 19 – Fatores que afetam a rentabilidade dos agricultores da Feira dos Pequenos Produtores – SESC, de acordo com os entrevistados



Fonte: A Autora, 2024.

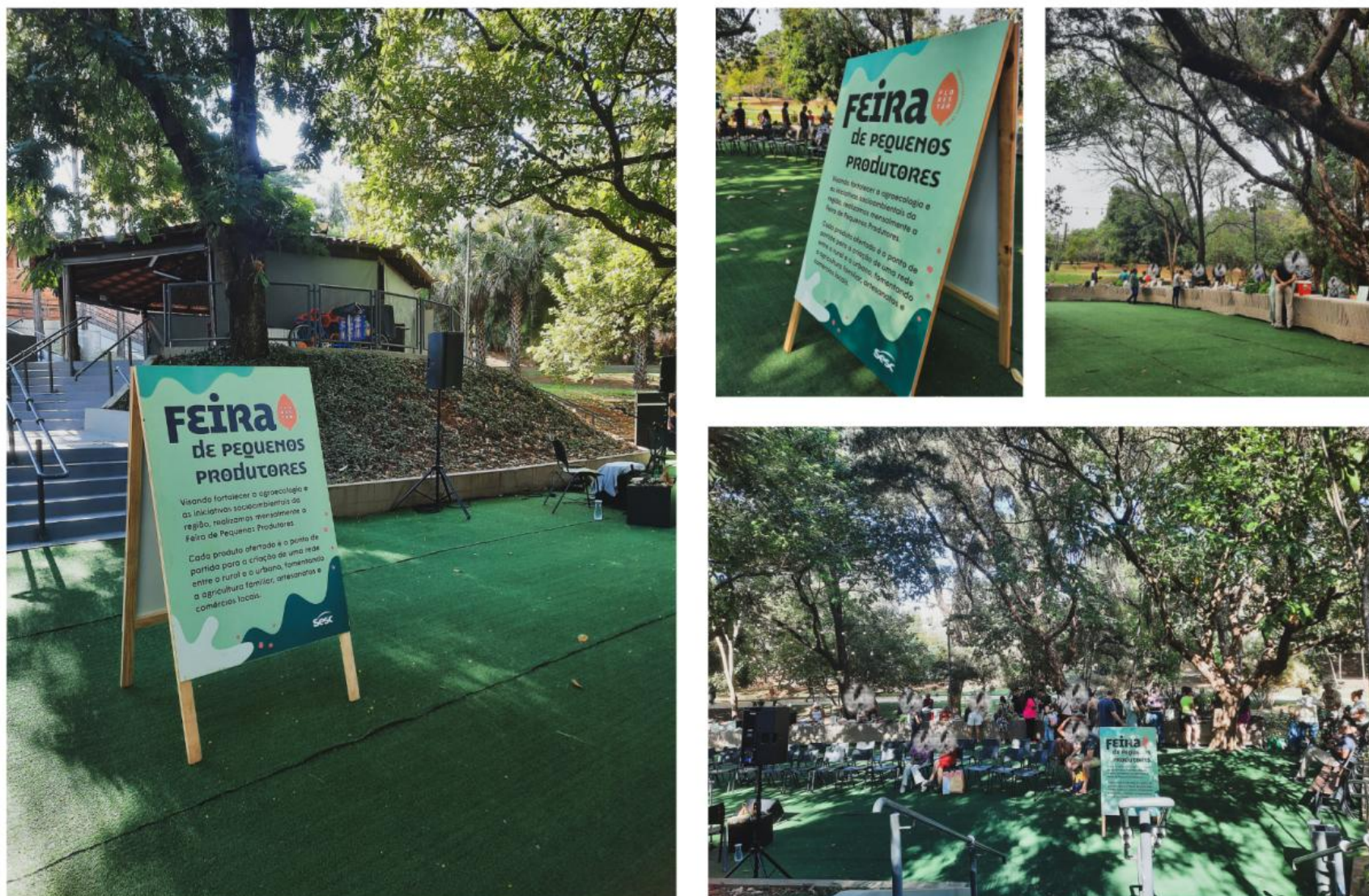
Diante das considerações apresentadas, a análise da Feira dos Pequenos Produtores, realizada no SESC Thermas de Presidente Prudente, evidencia a relevância desse espaço como um elo essencial entre agricultores e consumidores, fortalecendo os circuitos curtos de comercialização. Os relatos dos produtores deixam evidente que, embora esse modelo de comercialização traga benefícios importantes — como maior autonomia, valorização do trabalho local e aproximação com o consumidor — ele também impõe desafios significativos. Custos com transporte, embalagens, insumos e infraestrutura recaem diretamente sobre os agricultores, o que torna evidente a necessidade de políticas públicas e incentivos que possam apoiar e fortalecer essas iniciativas, especialmente na sua manutenção e expansão.

A diversidade dos perfis produtivos, das estratégias adotadas e dos mercados acessados demonstra que não existe um único caminho para a comercialização de produtos orgânicos e agroecológicos. Cada experiência carrega particularidades que se ajustam às condições econômicas, territoriais e sociais específicas de cada produtor. Essa multiplicidade de trajetórias reforça o caráter dinâmico, plural e resiliente dos circuitos curtos de comercialização, evidenciando sua capacidade de adaptação frente aos diferentes contextos enfrentados pela agricultura familiar e agroecológica.

Por fim, a feira se mostra não apenas como um espaço de troca econômica, mas como um território educativo, onde circulam saberes, práticas e valores que contribuem para a construção de uma sociedade mais justa, sustentável e conectada com os princípios da soberania e da segurança alimentar. A continuidade e o fortalecimento desse tipo de iniciativa dependem diretamente de uma articulação entre produtores, consumidores, instituições de apoio — como o próprio SESC — e o poder público, na construção de ambientes favoráveis à promoção da agroecologia e da economia solidária no território.

A Figura 16 ilustra características gerais da Feira dos Pequenos Produtores no SESC, evidenciando elementos como a sinalização por meio de placas, a identidade visual do evento, a organização do espaço e outros aspectos que contribuem para a criação de um ambiente acolhedor e funcional. Esses elementos visuais e estruturais reforçam o compromisso com a valorização dos produtos e a experiência de compra, fortalecendo a relação entre produtores e consumidores.

Figura 16 – Registros da Feira dos Pequenos Produtores no município de Presidente Prudente/SP

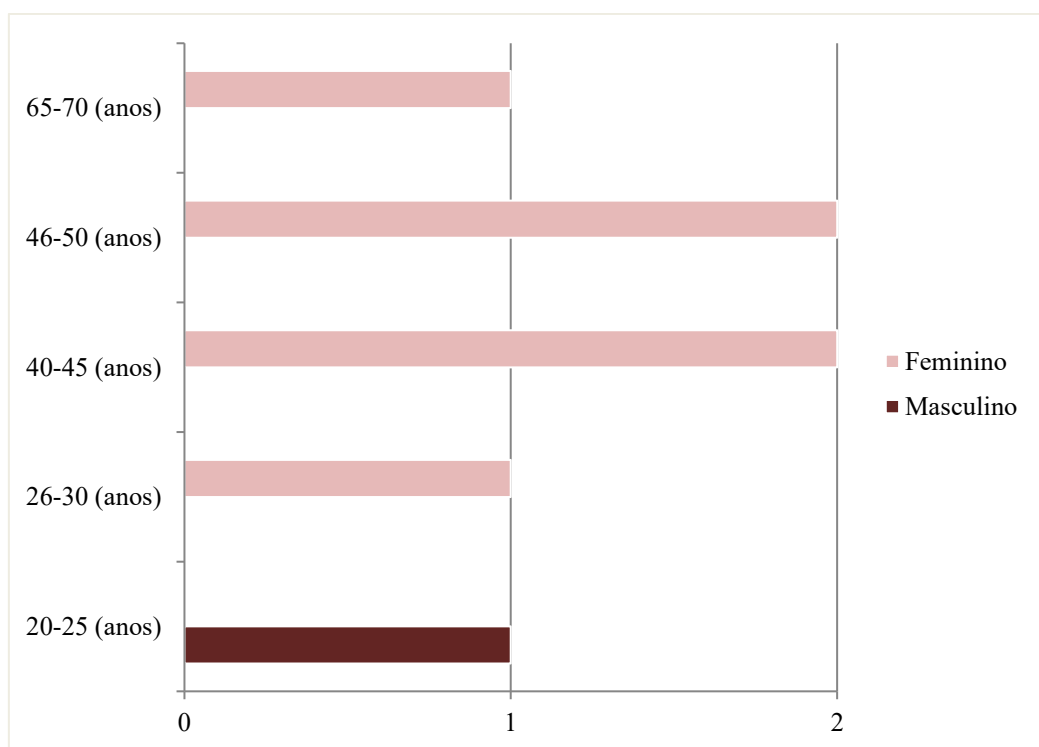


Fonte: Acervo Pessoal, 2024.

Na sequência da pesquisa, foram realizadas entrevistas com consumidores da Feira dos Pequenos Produtores. Ao todo, sete participantes foram abordados de maneira espontânea durante suas compras no local. Considerando a dinâmica ágil da feira — marcada por circulação intensa e interações rápidas —, os questionamentos foram estruturados de forma objetiva e direta, seguindo a mesma metodologia adotada na etapa anterior, realizada na Feira da Reforma Agrária, a fim de não comprometer o fluxo das atividades.

Desse modo, a primeira questão teve como objetivo identificar a faixa etária dos entrevistados. As respostas obtidas foram agrupadas no Gráfico 20.

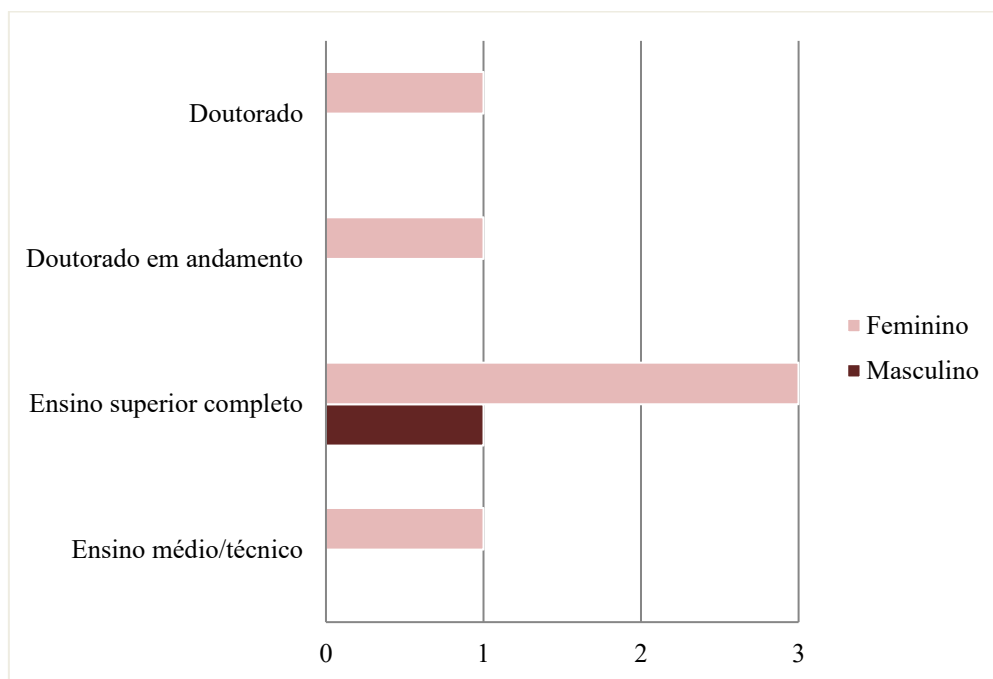
Gráfico 20 – Distribuição por faixa etária e gênero dos consumidores pesquisados na Feira dos Pequenos Produtores do SESC



Fonte: A Autora (2024).

O levantamento do perfil dos consumidores indicou que a maioria dos participantes é composta por mulheres, concentrando-se, principalmente, na faixa etária de 40 a 50 anos. Na sequência, buscou-se identificar o grau de escolaridade desse público, cujos resultados foram organizados e estão apresentados no Gráfico 21.

Gráfico 21 – Grau de escolaridade dos consumidores pesquisados na Feira dos Pequenos Produtores do SESC

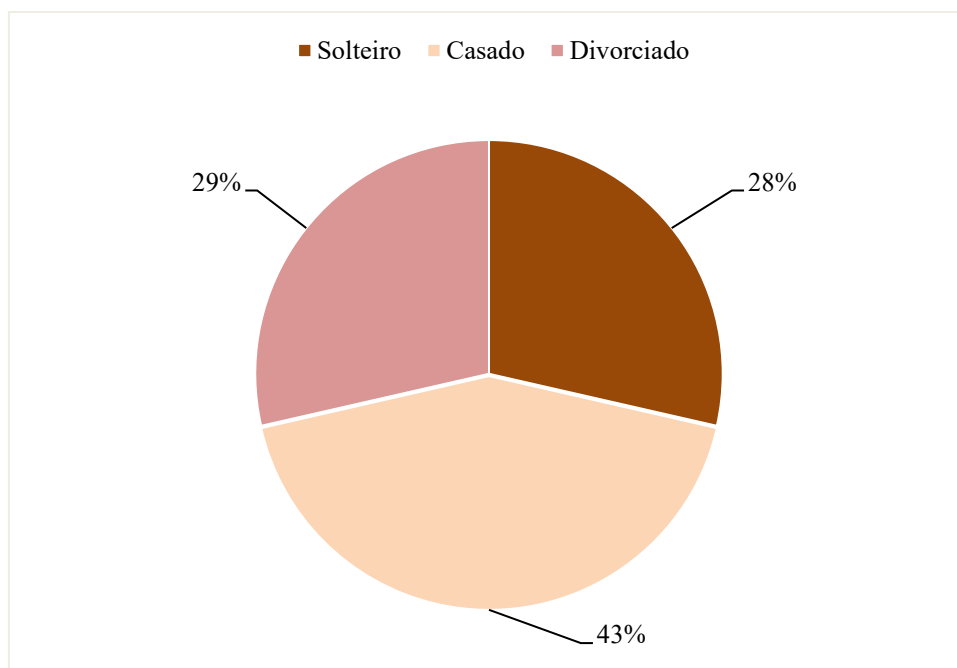


Fonte: A Autora (2024).

Assim como ocorreu na pesquisa realizada na Feira da Reforma Agrária, o questionário aplicado na Feira dos Pequenos Produtores abrangeu todas as faixas de escolaridade. A análise dos dados apontou que a maioria dos consumidores possui formação em nível superior. Entre os sete participantes, foram identificados profissionais graduados em áreas diversas, como pedagogia, psicologia, geografia e contabilidade. Além disso, dois deles estavam inseridos no meio acadêmico em nível de doutorado — um concluído e outro em andamento.

Na sequência da pesquisa, também foi investigado o estado civil dos entrevistados, cujos dados estão sistematizados no Gráfico 22.

Gráfico 22 – Estado civil dos consumidores pesquisados na Feira dos Pequenos Produtores no SESC em porcentagem (%)



Fonte: A Autora (2024).

Todos os consumidores entrevistados residem na zona urbana de Presidente Prudente/SP, com destaque para o bairro Jardim das Rosas, onde se concentram três dos participantes. Os demais estão distribuídos entre os bairros Vila Santa Helena, Jardim Bongiovani e Jardim Maracanã, com um entrevistado representando cada localidade. Diferentemente do que se observou na Feira da Reforma Agrária — cujo público apresentava uma conexão mais direta com a comunidade acadêmica da UNESP —, na Feira dos Pequenos Produtores verifica-se uma maior heterogeneidade no perfil dos consumidores, indicando um alcance mais amplo e diversificado dessa iniciativa no território urbano.

A análise da distribuição dos consumidores evidencia que a localização geográfica do SESC desempenha um papel relevante na adesão à Feira dos Pequenos Produtores. O espaço, além de ser de fácil acesso para grande parte dos frequentadores, oferece uma ampla gama de atividades que tornam o ambiente atrativo para diferentes perfis de público.

Aos sábados, o SESC se consolida como um local de convivência, lazer e bem-estar, reunindo famílias que aproveitam a infraestrutura para atividades esportivas, momentos de lazer e práticas culturais. Soma-se a isso a oferta contínua de cursos, oficinas, palestras e apresentações artísticas, que não apenas diversificam as experiências dos visitantes, mas também contribuem para a formação de um público

mais amplo, interessado tanto no consumo de produtos saudáveis, quanto no fortalecimento de práticas sustentáveis e na valorização dos pequenos produtores locais.

A Figura 17 ilustra o ambiente acolhedor proporcionado pela estrutura do SESC durante a realização da Feira dos Pequenos Produtores. Observa-se um espaço bem organizado, agradável e pensado para receber os consumidores de maneira confortável, favorecendo a circulação e as interações entre os produtores e o público. A disposição das barracas, a presença de áreas sombreadas e a integração com os demais espaços do SESC — como praças, áreas de lazer e ambientes culturais — contribuem para tornar a experiência de compra mais atrativa. Além disso, é possível perceber, pela movimentação registrada na imagem, uma adesão significativa do público, o que reforça não apenas o interesse pelos produtos ofertados, mas também a consolidação da feira como um espaço de encontro, sociabilidade e fortalecimento das relações comunitárias.

Figura 17 – Estrutura e adesão do público na Feira dos Pequenos Produtores – SESC

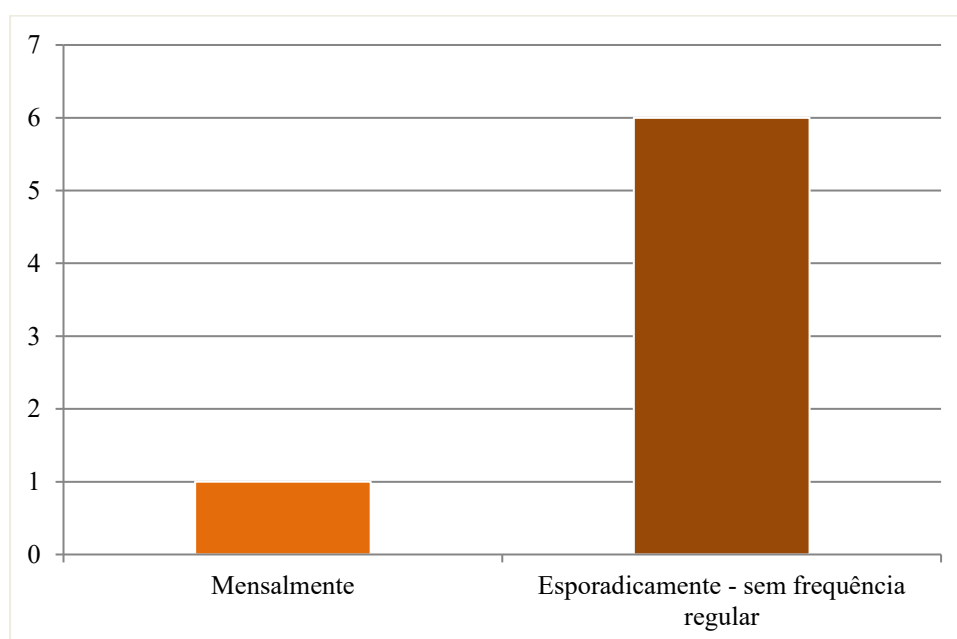


Fonte: Acervo Pessoal, 2024.

No que se refere ao tempo de participação na Feira dos Pequenos Produtores, constatou-se uma certa uniformidade nos hábitos dos entrevistados. Dois deles frequentam a feira desde 2023, enquanto os demais passaram a participar ao longo de 2024. Quando questionados sobre a intenção de permanecer como consumidores, todos afirmaram que pretendem manter essa prática. As principais motivações destacadas envolvem não apenas a qualidade dos produtos oferecidos, mas também o ambiente acolhedor e agradável que a feira proporciona, tornando o momento de compra uma experiência social, prazerosa e diferenciada.

Dando continuidade à caracterização dos hábitos de consumo dos pesquisados, percebe-se que a frequência dos consumidores na Feira dos Pequenos Produtores está fortemente associada às particularidades da rotina de cada participante. As respostas indicam que fatores como disponibilidade de tempo, interesses pessoais e demandas específicas são determinantes para a assiduidade no evento. Dessa forma, fica evidente que não há um padrão uniforme de participação, mas sim uma adaptação flexível, que varia conforme as condições individuais. As informações referentes a esse aspecto estão organizadas no Gráfico 23.

Gráfico 23 – Regularidade da participação dos pesquisados na Feira dos Pequenos Produtores



Fonte: A Autora (2024).

A maior parte dos consumidores entrevistados afirmou frequentar a Feira dos Pequenos Produtores de maneira esporádica. Entre os principais motivos apontados estão as limitações de tempo e o fato de a feira ocorrer no período da manhã, o que, em diversas ocasiões, coincide com outros compromissos pessoais ou profissionais. Além disso, alguns participantes relataram que, muitas vezes, a decisão de ir à feira ocorre de forma espontânea, aproveitando, inclusive, a presença em outras atividades realizadas no SESC, como cursos, oficinas ou eventos culturais, para realizar suas compras.

As respostas dos consumidores pesquisados em relação aos produtos adquiridos evidenciaram uma ampla diversidade, que reflete não apenas os gostos pessoais, mas também as demandas particulares de cada indivíduo. Para tornar essas informações mais acessíveis e de fácil interpretação, os dados foram agrupados e apresentados no Quadro 12, permitindo visualizar de forma clara quais são os itens mais procurados na feira.

Quadro 12 – Produtos consumidos pelos frequentadores pesquisados da Feira dos Pequenos Produtores - SESC

Identificação dos consumidores	Produtos comprados
VIII	Massas vegetarianas, temperos, frutas da época, pepino, tomate e hortaliças de modo geral
IX	Café, pães caseiros, flores do campo e sementes, doces caseiros e bolachas, abóbora, couve, pepino, tomate e algumas variedades oleaginosas a depender da disponibilidade no dia
X	Banana, ovos e mandioca descascada
XI	Café, ovos, hortaliças e legumes no geral

XII	Itens caseiros – chips de batata doce, doces e pães.
XIII	Abobrinha, alface, banana, batata-doce, entre outros a depender da necessidade.
XIV	Ovos, queijo e outros laticínios, alface e legumes variados.

Fonte: A Autora (2024).

Além da ampla oferta de alimentos frescos e produzidos de forma agroecológica, a Feira dos Pequenos Produtores proporciona uma experiência que vai além da simples compra de produtos. O espaço se caracteriza pela diversidade de itens que carregam consigo significados culturais, sociais e afetivos. Destacam-se os artesanatos, confeccionados manualmente por trabalhadores vinculados a movimentos socioculturais e populares, cujas peças representam não apenas fontes de renda, mas também expressões de identidade, resistência e preservação de saberes tradicionais.

Outro elemento que contribui para a construção desse ambiente plural é a presença de alimentos prontos para consumo imediato, como lanches, bolos, cafés, sucos naturais e bebidas refrescantes — a exemplo da tradicional água de coco —, que convidam os visitantes a permanecer no local, socializar e compartilhar experiências. Essa configuração transforma a feira em um espaço de encontro, de fortalecimento de redes comunitárias e de incentivo à economia solidária.

Nesse contexto, a feira também assume um papel educativo, promovendo, de maneira informal, a valorização da produção local, da cultura alimentar e das práticas sustentáveis. As conversas entre consumidores e produtores, as trocas de receitas, os relatos sobre modos de cultivo e as experiências compartilhadas tornam o ambiente dinâmico, acolhedor e profundamente significativo. Como se observa na Figura 18, esse cenário evidencia o quanto a feira se constitui como um espaço vivo de construção coletiva, que articula consumo responsável, sociabilidade e fortalecimento das economias locais e dos saberes tradicionais.

Figura 18 – Produtos artesanais comercializados na Feira dos Pequenos Produtores - SESC



Fonte: Acervo Pessoal, 2024.

A Feira dos Pequenos Produtores no SESC se destaca não apenas pela variedade de produtos ofertados, mas também pela forma como esses itens são dispostos, em bancadas organizadas e visualmente atrativas, que contribuem para despertar o interesse de quem circula pelo espaço. Durante o período de observação, foi possível perceber que a feira não é apenas um local de compras, mas também um ambiente de interação social, onde frequentadores, sócios e visitantes do SESC estabelecem diálogos, trocam informações e constroem relações.

Esse dinamismo observado no local levou à inserção de uma pergunta específica nas entrevistas, com o objetivo de entender como os consumidores chegaram até a feira. As respostas foram variadas, demonstrando múltiplos caminhos de acesso. Uma das entrevistadas contou que passou a frequentar o espaço após recomendações de colegas da pós-graduação na UNESP, o que demonstra a importância das redes acadêmicas na circulação da informação. Outra participante relatou que conheceu a feira por meio das redes sociais, especialmente pelo *Instagram* da página oficial do SESC - Thermas. Já uma terceira pessoa ficou sabendo da atividade através da programação mensal divulgada oficialmente pelo SESC.

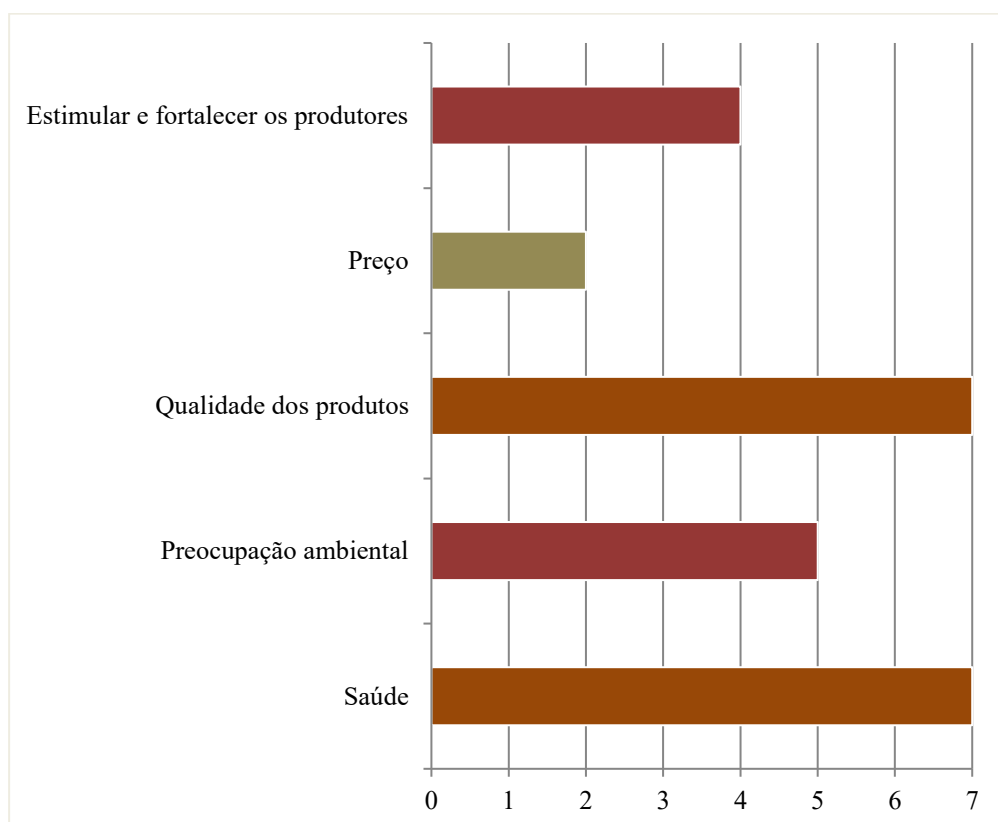
Cabe ressaltar que o SESC está situado em um bairro tradicional e bem localizado, nas proximidades de uma importante avenida da cidade, da universidade e do principal shopping center local. Apesar dessa localização estratégica, nem toda a população tem conhecimento de que o espaço oferece atividades abertas ao público em geral, incluindo os não-sócios — como é o caso da feira analisada. Assim, a própria localização do SESC funciona como um filtro geográfico, que influencia o perfil dos frequentadores e consumidores que têm acesso a esse espaço.

Desse modo, buscando aprofundar a compreensão sobre os hábitos de consumo desse público, também foi investigado se os participantes frequentam outros espaços voltados para a comercialização de alimentos orgânicos ou agroecológicos. A maioria afirmou que sim, destacando que, além da Feira do SESC, realizam compras em outros pontos da cidade que oferecem esse tipo de produto. Entre os locais mencionados estão mercados especializados em orgânicos, a Feira da Reforma Agrária no Galpão da Lua e, eventualmente, o sistema de cestas agroecológicas, adquirido sob encomenda.

Quando questionados sobre os motivos que os levam a consumir na Feira dos Pequenos Produtores, os entrevistados demonstraram grande alinhamento em suas respostas. As razões mais recorrentes incluem a busca por alimentos de qualidade, a

valorização da produção agroecológica e a preocupação com aspectos relacionados à saúde, sustentabilidade e bem-estar. Esses dados foram organizados no Gráfico 24, que sintetiza de forma clara e objetiva os principais fatores que impulsionam as escolhas desse grupo de consumidores.

Gráfico 24 – Motivações dos consumidores pesquisados para adquirir produtos na Feira dos Pequenos Produtores - SESC



Fonte: A Autora, 2024.

Ao longo das entrevistas, os consumidores tiveram a oportunidade de indicar diversas razões que os motivam a comprar na Feira dos Pequenos Produtores, além de expressarem livremente suas percepções. Dentre os argumentos mais recorrentes, destacaram-se as preocupações com a qualidade dos alimentos e os benefícios para a saúde. As respostas evidenciam que o ato de consumir nesse espaço está diretamente associado a escolhas conscientes, orientadas pela busca de uma alimentação mais saudável e ecologicamente responsável.

Outro ponto relevante identificado nas falas é o engajamento social, traduzido no apoio à agricultura familiar, às práticas agroecológicas e ao fortalecimento de

economias locais comprometidas com a preservação ambiental e com o desenvolvimento social. Assim, a feira se consolida não apenas como um canal de abastecimento, mas também como um espaço onde valores éticos e políticos se materializam por meio do ato de compra.

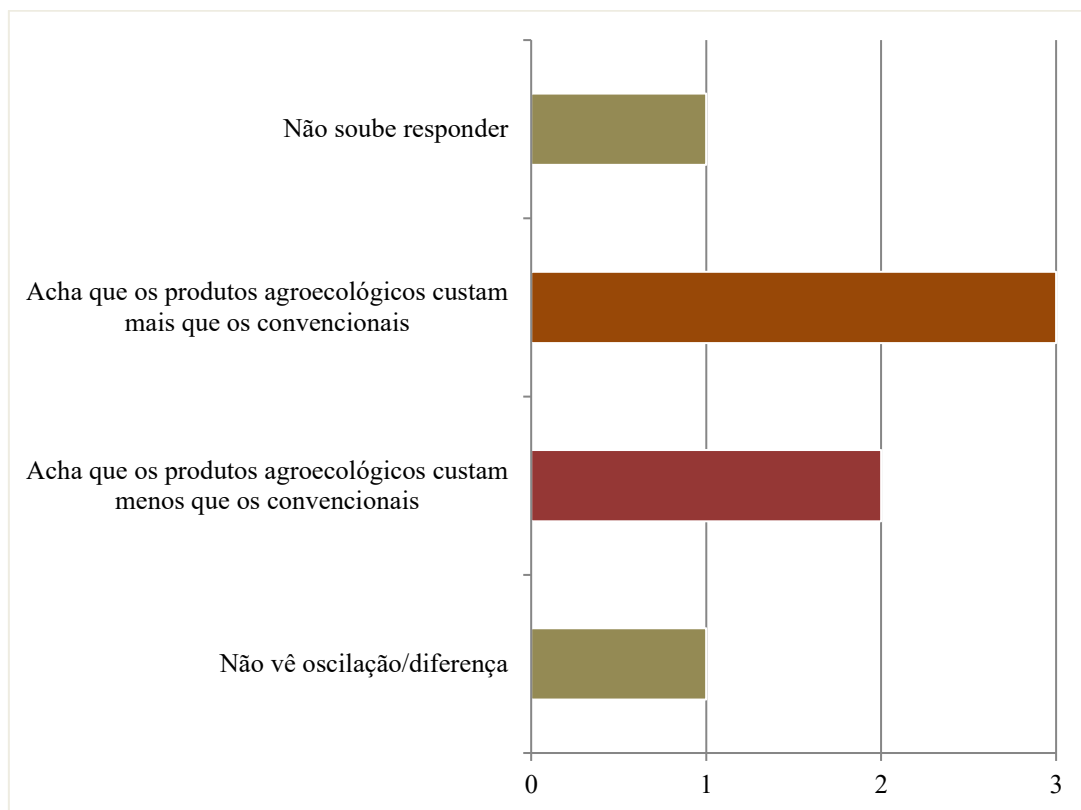
Nesse contexto, chama atenção o fato de que o preço dos produtos não foi mencionado como fator central para justificar a participação dos consumidores. Embora seja considerado um aspecto relevante, aparece como elemento secundário frente a outras motivações, como saúde, qualidade e engajamento socioambiental. Esse dado é particularmente significativo, pois revela o perfil socioeconômico do público que frequenta a feira: trata-se de consumidores com maior poder aquisitivo e capital cultural, capazes de priorizar valores simbólicos e ambientais em detrimento da busca pelo menor preço.

Tal constatação reforça a ideia de que essas iniciativas, embora representem alternativas de comercialização mais justas e sustentáveis, ainda encontram limites quanto ao alcance social, sobretudo no que se refere à democratização do acesso a alimentos saudáveis para camadas populares. Assim, compreender quem são os consumidores da feira e quais motivações os movem contribui para refletir sobre os desafios de ampliar a capilaridade desses espaços, de modo a abarcar também segmentos sociais que permanecem à margem desse tipo de consumo.

No âmbito econômico, a pesquisa buscou analisar a percepção dos consumidores em relação aos preços praticados na Feira dos Pequenos Produtores. O objetivo central foi compreender de que maneira esses consumidores atribuem valor aos produtos adquiridos, especialmente quando comparados a itens convencionais, aos de base agroecológica e aos orgânicos certificados disponíveis em outros canais de comercialização. Mais do que averiguar se o custo é percebido como uma barreira, a análise procurou entender se, na visão dos entrevistados, o valor está diretamente relacionado à qualidade dos alimentos, aos princípios socioambientais que orientam a produção e ao compromisso com o fortalecimento de cadeias curtas e solidárias de comercialização.

As percepções dos consumidores sobre as diferenças de preço entre os alimentos agroecológicos e os convencionais estão representadas no Gráfico 25.

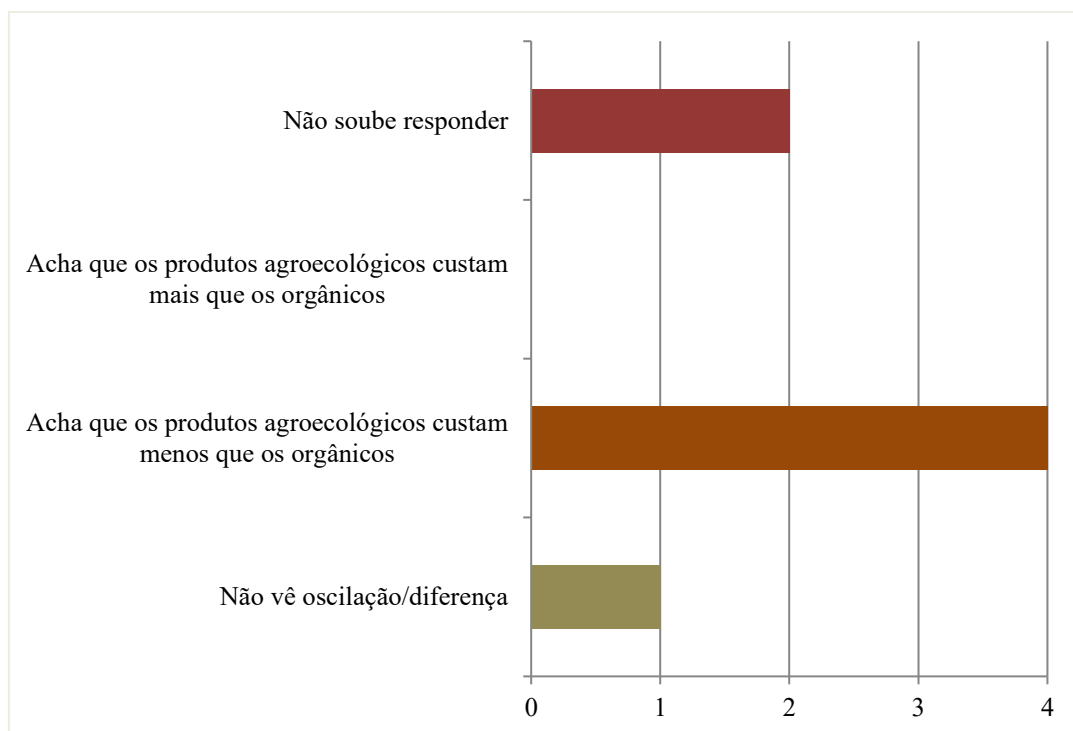
Gráfico 25 – Percepção dos consumidores pesquisados sobre os preços dos produtos da Feira dos Pequenos Produtores em comparação com produtos da agricultura convencional



Fonte: A Autora, 2024.

As opiniões dos consumidores a respeito da diferença de preços entre os produtos orgânicos certificados e aqueles provenientes da produção agroecológica estão sintetizadas no Gráfico 26.

Gráfico 26 – Percepção dos consumidores pesquisados sobre os preços dos produtos da Feira dos Pequenos Produtores em comparação com produtos da agricultura orgânica certificada



Fonte: A Autora, 2024.

De forma semelhante ao que foi observado na Feira da Reforma Agrária, parte dos consumidores reconhece que os produtos agroecológicos e orgânicos apresentam preços superiores aos dos alimentos convencionais. No entanto, esse fator não é visto como um impeditivo. Todos os entrevistados consideram que essa diferença de valor é justificável, sobretudo em razão dos benefícios proporcionados. Entre os aspectos mais valorizados estão a qualidade dos alimentos — caracterizados pela oferta de produtos frescos, livres de agrotóxicos e com alto valor nutricional —, o que faz desse investimento uma escolha não apenas racional, mas também ética, responsável e alinhada a princípios de saúde e sustentabilidade.

Adicionalmente, os participantes destacaram perceber uma diferença expressiva entre os preços dos produtos de base agroecológica e daqueles que possuem certificação orgânica formal, especialmente quando comparados aos valores praticados por supermercados, grandes redes e lojas especializadas em produtos naturais.

De modo geral, os dados obtidos confirmam que a Feira dos Pequenos Produtores se consolida como um espaço estratégico de comercialização alternativa, promovendo o fortalecimento da agricultura familiar, dos circuitos curtos de produção e da economia local. As entrevistas e as observações de campo revelaram que a relação construída entre agricultores e consumidores vai além da simples transação

comercial. Embora, no contexto da Feira dos Pequenos Produtores, as interações sejam, em alguns casos, mais rápidas devido ao perfil do espaço, ainda assim há abertura para o diálogo, a troca de saberes e o fortalecimento de vínculos de proximidade e confiança.

Os consumidores demonstram plena consciência dos múltiplos benefícios associados ao consumo de alimentos agroecológicos. As motivações ultrapassam a busca por uma alimentação saudável, abrangendo também o compromisso com o fortalecimento dos agricultores e a valorização da produção local. Apesar de reconhecerem que os preços são, em geral, superiores aos dos produtos convencionais — e, ocasionalmente, até mesmo aos de produtos orgânicos certificados vendidos no comércio tradicional —, os entrevistados reforçam que a qualidade dos alimentos, somada à experiência proporcionada pela feira, justifica plenamente essa escolha e incentiva sua continuidade.

Outro aspecto relevante identificado foi o papel fundamental da divulgação na expansão e sustentabilidade desse mercado. As redes sociais, as indicações “boca a boca” e o apoio institucional do SESC se destacam como ferramentas essenciais para atrair e fidelizar consumidores. Paralelamente, a inserção dos agricultores em projetos coletivos, editais públicos e iniciativas colaborativas também se mostra indispensável para assegurar a viabilidade econômica e a continuidade da produção.

Por fim, a análise evidencia que a Feira dos Pequenos Produtores do SESC desempenha um papel crucial não apenas na geração de renda para os agricultores, mas também na ampliação do acesso da população urbana a alimentos saudáveis, seguros e produzidos de forma ecológica. Aspectos estruturais, como o espaço coberto — que garante conforto mesmo em dias de chuva — e o apoio logístico, incluindo auxílio para transporte dos produtores, são elementos que contribuem significativamente para o sucesso da iniciativa.

Dessa forma, o fortalecimento de experiências como esta é indispensável para a construção de sistemas alimentares mais justos, solidários e sustentáveis, reafirmando a agroecologia como uma prática de resistência, transformação social e construção de novos paradigmas no campo da produção e do consumo de alimentos.

A Figura 19 evidencia o potencial de fortalecimento dos vínculos entre os diversos sujeitos que integram o circuito de comercialização, assim como o simbolismo presente na diversidade dos produtos ofertados. A imagem revela não apenas as trocas econômicas, mas também as interações sociais, afetivas e culturais

que ocorrem na feira, consolidando-a como um espaço de convivência, cooperação e construção coletiva de saberes.

Figura 19 – Retratos das relações firmadas e da variedade presente na Feira dos Pequenos Produtores - SESC



Fonte: Acervo Pessoal, 2024.

5.2. A COMERCIALIZAÇÃO DE CESTAS AGROECOLÓGICAS COMO ESTRATÉGIA DE FORTALECIMENTO DO VÍNCULO ENTRE PRODUTOR E CONSUMIDOR

A comercialização de cestas de alimentos configura uma estratégia alinhada aos princípios dos circuitos curtos de comercialização, uma vez que as vendas são realizadas por meio de encomendas antecipadas e em âmbito local. Essa dinâmica respeita a sazonalidade dos alimentos e os ritmos produtivos dos agricultores, fortalecendo a relação direta entre quem produz e quem consome.

No contexto dos princípios norteadores da agroecologia, essa modalidade de venda também se destaca como uma estratégia relevante, pois, assim como as feiras, estabelece um canal direto de diálogo entre produtores e consumidores. Nesse sentido,

[...]os mercados locais e a comercialização em circuitos curtos associada à agroecologia podem ser a chave para conectar produtores e consumidores de alimentos ecológicos e uma forma de impulsionar o desenvolvimento local (Darolt, 2013, p. 142).

Além disso, uma das vantagens práticas dessa forma de comercialização é a facilidade de acesso a alimentos frescos e livres de agrotóxicos, sem que o consumidor precise se deslocar até centros específicos de distribuição, como mercados ou feiras. A redução do tempo destinado à compra e à seleção dos produtos se torna um diferencial atrativo para aqueles que não conseguem frequentar esses espaços regularmente, ao mesmo tempo em que representa uma alternativa eficiente de escoamento da produção para os agricultores (Balem *et al.*, 2017).

A venda das cestas pode ocorrer de diversas formas, como por meio de entregas domiciliares ou em pontos de coleta previamente combinados. As encomendas também podem ser realizadas por telefone, aplicativos de mensagens e até mesmo por meio das redes sociais, o que amplia o alcance e facilita o contato entre os agentes envolvidos.

Há outras vantagens associadas à encomenda de cestas, como a autonomia proporcionada ao agricultor, que pode comercializar sua produção de forma independente e com infraestrutura reduzida. Ou seja, não há a necessidade de um ponto fixo de venda e nem de uma mobilização coletiva, como ocorre nas feiras. Para o produtor, essa modalidade também garante maior previsibilidade e controle sobre o

retorno financeiro, já que, ao trabalhar sob encomenda, é possível calcular com mais precisão os lucros e os investimentos, além de reduzir significativamente as perdas.

Para o consumidor, além da comodidade proporcionada pelas encomendas e, em alguns casos, pela entrega domiciliar, essa forma de comercialização também oferece outras vantagens. Como exemplificam Balem *et al.* (2017, p. 11),

O simples ato de entrega já é um fato de aproximação, onde o produtor pode ser questionado pelos seus clientes ou até mesmo receber críticas construtivas para melhorar o seu sistema de trabalho, diferente dos supermercados, onde compramos sem saber ao certo quem produziu e sem termos a possibilidade de questionar o produtor sobre suas formas de produção. Outra questão é a qualidade, pois nem sempre os produtos no supermercado apresentam uma boa aparência, devido seu longo tempo de exposição, ao modo como foi produzido e a despreocupação dos donos em ofertar alimentos de maior qualidade e sem agrotóxicos (Balem *et al.* 2017, p. 11)

Diante das potencialidades da comercialização de cestas agroecológicas e das vantagens envolvidas tanto para produtores quanto para consumidores, algumas instituições têm buscado fomentar essa prática. É o caso de universidades públicas que, por meio de projetos de extensão, promovem a construção de mercados alternativos articulados com a própria comunidade acadêmica. Nesses casos, a comercialização de cestas agroecológicas é utilizada como estratégia central. O Quadro 13 sistematiza algumas dessas iniciativas desenvolvidas por instituições públicas no estado de São Paulo, com o objetivo de exemplificar a existência dessas ações, sem, no entanto, aprofundar o debate sobre cada uma delas.

Quadro 13 - Ações de extensão voltadas à comercialização de produtos de base agroecológica

Ação extensionista	Instituição vinculada	Município em que ocorre a prática
Feira da Federal	Instituto Federal de São Paulo - IFSP (Campus Avaré)	Avaré-SP
Feira Agroecológica de Tupi Paulista	Instituto Federal de São Paulo - IFSP (Campus Presidente Epitácio)	Tupi Paulista-SP

Cesta Raízes do Pontal	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP (Campus Presidente Prudente)	Presidente Prudente-SP
Cestas Agroecológicas	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP (Campus Rosana)	Rosana-SP
Feira de Agroecologia e Economia Solidária	Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP (Campus Diadema)	Diadema-SP
Feira Agroecológica ECCCo (Núcleo de Pesquisa e Extensão – Estudos em Ciência, Cultura e Comida)	Universidade de São Paulo – USP (Campus São Paulo)	São Paulo-SP

Fonte: Site institucional da UNESP, IFSP, UNIFESP E USP, 2024.

Embora este levantamento não tenha contemplado todos os projetos existentes em instituições públicas de ensino superior no estado, foi possível identificar e dimensionar ações extensionistas voltadas à comercialização de produtos agroecológicos. As iniciativas apresentam semelhanças, sobretudo pela adoção de estratégias como a venda de cestas sob encomenda e a realização de feiras, que promovem o contato direto entre produtores e consumidores. Essas práticas fortalecem vínculos baseados na economia solidária, valorizam saberes locais e contribuem para a difusão da agroecologia como uma alternativa viável e acessível.

Nesse contexto, a universidade se consolida como instrumento estratégico do Estado para o fortalecimento da agricultura familiar e agroecológica, ao criar canais de escoamento da produção e incentivar formas alternativas de abastecimento alimentar. Tais ações também ampliam o acesso a alimentos saudáveis e livres de agrotóxicos, contribuindo, ainda que localmente, para a promoção da segurança alimentar e nutricional.

Mesmo fora do amparo institucional, a venda de cestas representa uma alternativa viável para os agricultores, oferecendo previsibilidade nas vendas, fidelização dos consumidores e menor necessidade de infraestrutura fixa. No entanto,

o apoio das instituições públicas é um diferencial importante, ao fornecer suporte técnico, estrutural e, em alguns casos, financeiro — como no custeio de embalagens e transporte de curta distância.

No caso desta pesquisa, o espaço de comercialização de cestas escolhido para aprofundamento da análise está vinculado a uma universidade. Trata-se do projeto de extensão **Raízes do Pontal**, cujas entregas de produtos ocorrem no campus da UNESP, envolvendo agricultores agroecológicos da região e membros da comunidade acadêmica. Na próxima seção, os dados e informações levantados serão discutidos em maior detalhe.

5.2.1. O Protagonismo do Projeto de Extensão Raízes do Pontal na Promoção da Agroecologia

O projeto de extensão Raízes do Pontal, vinculado à UNESP — campus de Presidente Prudente —, iniciou oficialmente suas atividades em novembro de 2016, embora as discussões em torno da temática já viessem sendo mobilizadas anteriormente. Segundo Negrão, Silva e Feliciano (2019), a criação do projeto foi motivada por um contexto de instabilidade política e orçamentária, que resultou na redução dos recursos destinados ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na época. Este programa representava, até então, uma das principais formas de escoamento da produção de agricultores familiares da região, em especial dos assentamentos rurais, impactando diretamente sua sustentabilidade econômica e social.

Diante desse cenário, buscou-se viabilizar a comercialização dos excedentes da produção por meio de um sistema de encomendas e entregas periódicas, em parceria com a Universidade Estadual Paulista (UNESP). Nesse contexto, surge o projeto intitulado “Cestas Agroecológicas e Solidárias Raízes do Pontal”, fruto de uma articulação entre pesquisadores vinculados ao Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT), o Setor de Produção do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Associação Regional de Cooperação Agrícola (ARCA) (Negrão; Silva; Feliciano, 2023). A iniciativa representa uma estratégia de enfrentamento às fragilidades das políticas públicas de apoio à agricultura familiar, ao mesmo tempo em

que fortalece os circuitos curtos de comercialização e promove práticas de consumo solidário e agroecológico¹⁹.

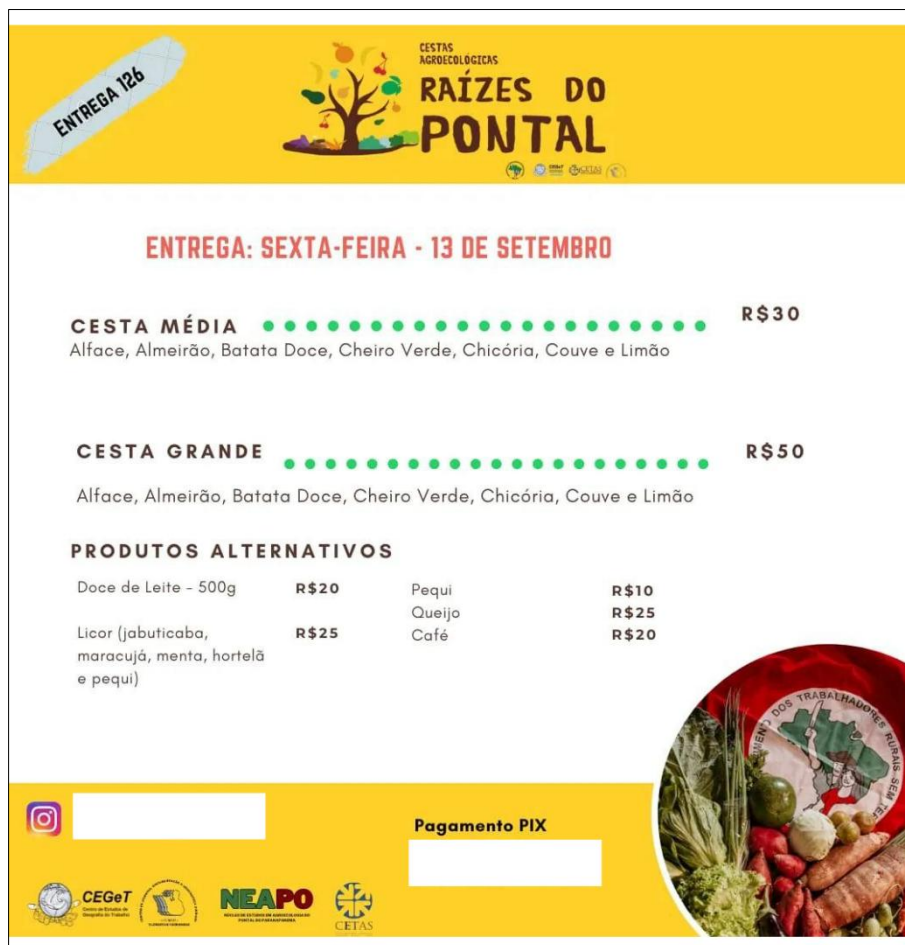
Além do compromisso social que fundamenta a criação do projeto, seu simbolismo se destaca por envolver diretamente produtores assentados, reforçando sua dimensão política e emancipatória. Ao longo do processo de pesquisa, observou-se uma receptividade significativa por parte de todos os envolvidos — produtores, estudantes/pesquisadores e consumidores —, evidenciando não apenas o reconhecimento da importância da iniciativa, mas também sua capacidade de fortalecer redes de solidariedade e cooperação.

Entre 2023 e 2024, foram realizados aproximadamente dez acompanhamentos presenciais nas entregas das cestas agroecológicas no campus da UNESP, sendo uma delas realizada, de forma excepcional, no Galpão da Lua, espaço vinculado à Feira da Reforma Agrária. Embora não haja uma periodicidade rigidamente definida, as entregas ocorrem, em média, a cada uma ou duas vezes no mês, geralmente às sextas-feiras, priorizando datas que não coincidam com os calendários das feiras do SESC e do Galpão da Lua. Essa organização busca evitar sobreposição de atividades, uma vez que os mesmos produtores que compõem o projeto de cestas também estão inseridos nesses outros circuitos de comercialização.

A divulgação das entregas é realizada principalmente por meio das redes sociais e de aplicativos de mensagem, com destaque para a utilização de grupos específicos destinados à organização das encomendas. O processo de gestão dos pedidos conta com a participação de acadêmicos da graduação e pós-graduação, incluindo uma bolsista e voluntários, que ficam responsáveis por registrar todos os pedidos até uma data previamente acordada e, em seguida, repassá-los aos agricultores. Na Figura 20, é possível visualizar um exemplo do material de divulgação utilizado pelo projeto para informar sobre as entregas.

Figura 20 – Banner de divulgação das encomendas e entregas das cestas agroecológicas

¹⁹ Como leitura complementar sobre o processo de constituição do projeto, recomenda-se a leitura do texto: FELICIANO, Carlos Alberto; NEGRÃO, Gustavo Caique Pereira; SILVA, Lucas Souza. *Educação do Campo, Soberania Alimentar e Agroecologia: o papel das tecnologias*. p. 137, 2023



ENTREGA 126

CESTAS AGROECOLÓGICAS
RAÍZES DO PONTAL

ENTREGA: SEXTA-FEIRA - 13 DE SETEMBRO

CESTA MÉDIA **R\$30**
Alface, Almeirão, Batata Doce, Cheiro Verde, Chicória, Couve e Limão

CESTA GRANDE **R\$50**
Alface, Almeirão, Batata Doce, Cheiro Verde, Chicória, Couve e Limão

PRODUTOS ALTERNATIVOS

Doce de Leite - 500g	R\$20	Pequi	R\$10
Licor (jabuticaba, maracujá, menta, hortelã e pequi)	R\$25	Queijo	R\$25
		Café	R\$20

Pagamento PIX

Logos: Instagram, CEGeT, NEAPO, CETAS



Fonte: @raizesdopontal, 2024.

Os pagamentos são realizados de forma antecipada ou no momento da entrega das encomendas, uma vez que as divulgações previamente disponibilizam a tabela de preços, as variedades ofertadas e suas respectivas quantidades. As formas de pagamento aceitas — Pix e dinheiro — contribuem para a agilidade do processo e proporcionam maior comodidade aos consumidores.

Ao longo do período de observação, também foi possível verificar a logística de entrega, bem como a montagem do espaço destinado às entregas, localizado em uma área de circulação próxima a uma das entradas do campus. Os itens que compunham as cestas ficavam expostos em grandes mesas, juntamente com outros alimentos que poderiam ser adquiridos de forma avulsa.

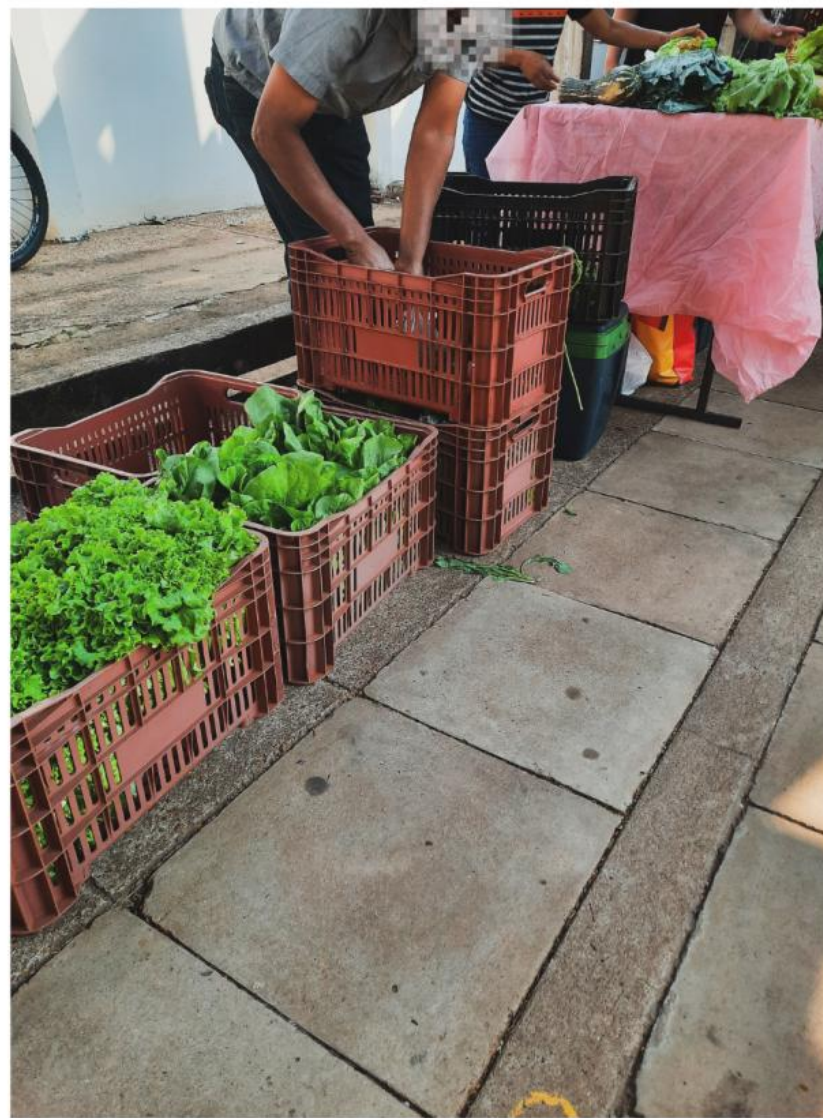
Os agricultores chegavam pela manhã, por volta das oito ou nove horas, e o período de entrega ocorria das 10h às 12h. O horário costumava ser rigorosamente respeitado, uma vez que os agricultores precisavam retornar cedo para seus municípios. Observou-se, ainda, que grande parte dos consumidores já conhecia a

dinâmica e levava sacolas extras para os produtos, potes de vidro destinados à produção de compotas e doces, além de caixas de ovos para reaproveitamento. Por outro lado, era comum perceber que alguns, especialmente aqueles que compravam pela primeira vez ou com menor frequência, por vezes esqueciam de levar sacolas próprias para retirar as cestas.

Esse comportamento por parte dos consumidores evidencia não apenas a familiaridade com a dinâmica, mas também um compromisso coletivo com práticas sustentáveis. Foi possível perceber uma preocupação concreta com a redução do uso de embalagens descartáveis, expressa tanto no hábito de levar recipientes reutilizáveis, quanto na disposição de compartilhar materiais com os agricultores. Essa prática reflete diretamente os princípios da agroecologia, em que a dimensão holística se torna imprescindível, articulando produção, embalagem e consumo de forma integrada, consciente e solidária.

Ao todo, durante o período de realização desta pesquisa, duas famílias estavam ativamente envolvidas com as entregas. Ambas eram do assentamento Rodeio, localizado no município de Presidente Bernardes/SP. O transporte dos produtos era realizado em um único veículo. Contudo, cabe ressaltar que alguns itens eram repassados por outros produtores de lotes vizinhos, como os doces, o que evidencia a participação de outros agentes no processo. A Figura 21 ilustra os produtos organizados nas caixas de transporte, bem como o processo de montagem das cestas para entrega.

Figura 21 – Organização da entrega das cestas agroecológicas



Fonte: Acervo pessoal, 2024.

Considerando que as duas principais famílias envolvidas também participavam de outros espaços de comercialização, e que uma delas já havia sido entrevistada na Feira do Galpão da Lua, optou-se por entrevistar apenas um produtor durante o momento de entrega das cestas. O questionário aplicado foi o mesmo utilizado nos demais espaços, e os resultados obtidos estão sistematizados no Quadro 14.

Quadro 14 – Síntese da entrevista com agricultor realizada no momento de entrega das cestas agroecológicas no Projeto Raízes do Pontal

INFORMAÇÕES GERAIS	
Identificação	I
Idade	51
Sexo	Masculino
Estado civil	Casado
Número de moradores no domicílio	3
Município de residência	Presidente Bernardes
Área de residência	Zona Rural
Bairro	Assentamento Rodeio – Bairro Nova Fátima
Condição de habitação	Própria

Fonte: A Autora, 2024.

A primeira etapa da entrevista teve como objetivo traçar um panorama geral das informações gerais do agricultor. Na sequência, foram realizadas perguntas específicas sobre os meios de produção e os canais de comercialização utilizados. Considerando que foi entrevistado um único agricultor, as respostas e suas contribuições serão apresentadas e discutidas de forma descritiva ao longo do texto, em vez de serem organizadas em um quadro síntese.

Inicialmente, buscou-se compreender a origem dos alimentos comercializados, ou seja, se os produtos oferecidos eram provenientes da própria produção do agricultor ou de terceiros. Segundo relato do **agricultor I**: *“Eu produzo todos os que estão aqui. Embora esses, especificamente, também sejam de outro agricultor que participa da entrega, eu também tenho essas variedades na minha propriedade.”* Tal afirmação revela uma dinâmica produtiva pautada no fortalecimento dos circuitos curtos de comercialização, uma vez que demonstra a capacidade de escoamento local, sem a necessidade da atuação de atravessadores ou intermediários.

A etapa seguinte da entrevista abordou aspectos relacionados ao transporte e à logística de escoamento da produção. Segundo o **agricultor I**, todo o processo — desde a aquisição de sementes e insumos, em deslocamentos entre Presidente Bernardes e Presidente Prudente, até a distribuição dos produtos nos pontos de venda — é realizado com recursos próprios. No caso específico das entregas de cestas, ele ressaltou que não conta com nenhum tipo de apoio financeiro para custear o transporte, o que representa um desafio adicional à sustentabilidade da atividade.

Ao longo do diálogo, o entrevistado também ressaltou que sua estratégia de comercialização se dá de forma coletiva, uma vez que se organiza com outro produtor para a montagem das cestas. Segundo ele, o ambiente de comercialização é marcado por relações de troca, ajuda mútua e companheirismo entre os agricultores, elementos que fortalecem os vínculos comunitários e a sustentabilidade econômica do grupo. Além disso, o **agricultor I** classificou seu modo de produção como agroecológico, enfatizando que não utiliza agrotóxicos e faz uso exclusivo de fertilizantes naturais.

Tanto sua residência quanto sua área produtiva estão localizadas no município de Presidente Bernardes/SP. Sua produção é bastante diversificada, incluindo lavouras como couve, abóbora, chicória, cebolinha, espinafre e limão. Complementarmente, cultiva também algumas frutas, como abacate, manga e acerola, em menor escala e de acordo com a sazonalidade, o que reflete as práticas típicas da agricultura familiar local.

No que se refere à comercialização, o **agricultor I** informou que seus produtos são escoados principalmente para o município de Presidente Prudente/SP, sobretudo por meio das feiras livres. Quando há disponibilidade de recursos por parte da Prefeitura de Tarabai, parte da produção também é destinada para aquele município. Ainda assim, ele resalta que sua principal frente de comercialização permanece concentrada em Presidente Prudente/SP.

A partir das imagens apresentadas na Figura 22, é possível observar a diversidade de produtos disponibilizados e cultivados pelas famílias de agricultores que participam do projeto de entrega das cestas.

Figura 22 – Variedades de produtos comercializados nas entregas das cestas agroecológicas do projeto “*Raizes do Pontal*” no segundo semestre de 2024



Fonte: Acervo Pessoal, 2024.

Outro aspecto abordado na entrevista foi a participação em editais de políticas públicas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). O **agricultor I** relatou que ingressou recentemente no PAA e, ao ser questionado sobre as vantagens dessa participação, destacou que ela representa uma forma de garantia para a comercialização de sua produção. Complementarmente, ressaltou que a participação em editais como esse é fundamental para assegurar maior estabilidade financeira e geração de renda. Além disso, informou que, em 2023, participou de um edital destinado ao fornecimento de alimentos para o Restaurante Universitário (RU) da UNESP, campus de Presidente Prudente.

Ao ser questionado sobre a produção de alimentos orgânicos, o produtor informou que possui certificação concedida pelo Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR). A certificação abrange as seguintes variedades: abacate, abacaxi, abóbora, abobrinha, açafrão, acerola, agrião, alecrim, alface, alho, almeirão, ameixa, amendoim, amora, banana e batata-doce.

O agricultor destacou que as principais vantagens associadas à certificação orgânica estão relacionadas à garantia e à credibilidade dos produtos, especialmente junto a consumidores com os quais não mantém uma interação frequente. No entanto, ressaltou que, em espaços onde já existe uma relação consolidada de proximidade, como na UNESP, essa formalidade se torna menos relevante. Isso ocorre porque muitos consumidores já conhecem seu lote, visitam o local e estão familiarizados com seu modo de produção, o que fortalece uma relação de confiança construída ao longo do tempo.

O agricultor também relatou as dificuldades enfrentadas para obter a certificação orgânica, destacando que o processo envolve o cumprimento de normas bastante rigorosas, além de esbarrar em um dos principais obstáculos: o custo financeiro. Segundo ele, a certificação é custeada integralmente com recursos próprios, representando um investimento significativo, especialmente para pequenos produtores rurais. Apesar dessas dificuldades, o agricultor afirmou que, desde 2010, adota práticas alinhadas à agroecologia, conduzindo sua produção de acordo com os princípios desse modo de cultivo.

A Figura 23 ilustra esse contato, que vai além da simples transação comercial, evidenciando relações baseadas na proximidade, na confiança, na transparência e na reciprocidade.

Figura 23 – Representação do contato direto entre consumidores e agricultores, evidenciando a importância das relações de proximidade construídas no processo de comercialização



Fonte: Acervo Pessoal, 2024.

Ao ser questionado sobre sua principal fonte de renda, o agricultor informou que ela é proveniente, predominantemente, das atividades agrícolas e da produção de leite. Além disso, destacou que parte da sua produção é destinada ao autoconsumo, ressaltando a importância e o privilégio de poder consumir alimentos frescos, de qualidade e livres de agrotóxicos, diretamente de seu lote.

O agricultor também relatou que, além da entrega das cestas, participa de outros espaços de comercialização, como as feiras realizadas no SESC e na Feira da Reforma Agrária, no Galpão da Lua. Ao comparar esses diferentes canais de escoamento, destacou que a rentabilidade varia bastante entre eles, mas, de modo geral, tende a se equivaler. Ressaltou, contudo, que as cestas oferecem a vantagem de serem organizadas conforme os pedidos dos consumidores, o que proporciona maior previsibilidade nas vendas.

Durante a entrevista, o agricultor também destacou que o SESC representa um diferencial positivo por oferecer auxílio com os custos de deslocamento. Cada produtor recebe um valor calculado com base na cotação do combustível e na distância percorrida, o que contribui para viabilizar a participação na feira. Além disso, relatou que, eventualmente, os responsáveis pela gestão do coletivo Galpão da Lua também disponibilizam uma ajuda de custo aos agricultores participantes da Feira da Reforma Agrária, viabilizada por meio de doações e captação de recursos.

Além dos custos relacionados ao transporte — especialmente quando não há auxílio financeiro —, o agricultor informou que também arca com despesas adicionais, como a compra de embalagens. Contudo, destacou que o gasto com combustível representa o principal encargo no processo de comercialização. Segundo ele, a demanda pelos produtos também exerce influência direta na viabilidade econômica, uma vez que, em períodos de menor procura, há perdas nos investimentos feitos na produção. Ao ser questionado sobre eventuais variações na demanda, tanto em relação aos produtos quanto aos espaços de comercialização, o agricultor relatou que, de modo geral, observa uma estabilidade. No entanto, revelou que inicialmente projetava um aumento na procura com o passar dos anos, expectativa que, até o momento, não se concretizou.

Em relação às embalagens, o agricultor mencionou que, apesar do custo, conta com o apoio de consumidores fidelizados que levam suas próprias sacolas, caixas de ovos e recipientes. A Figura 24 ilustra esse comportamento, mostrando um consumidor guardando os produtos em uma sacola de uso pessoal.

Figura 24 – Uso de embalagem reutilizável por consumidor no ato da compra



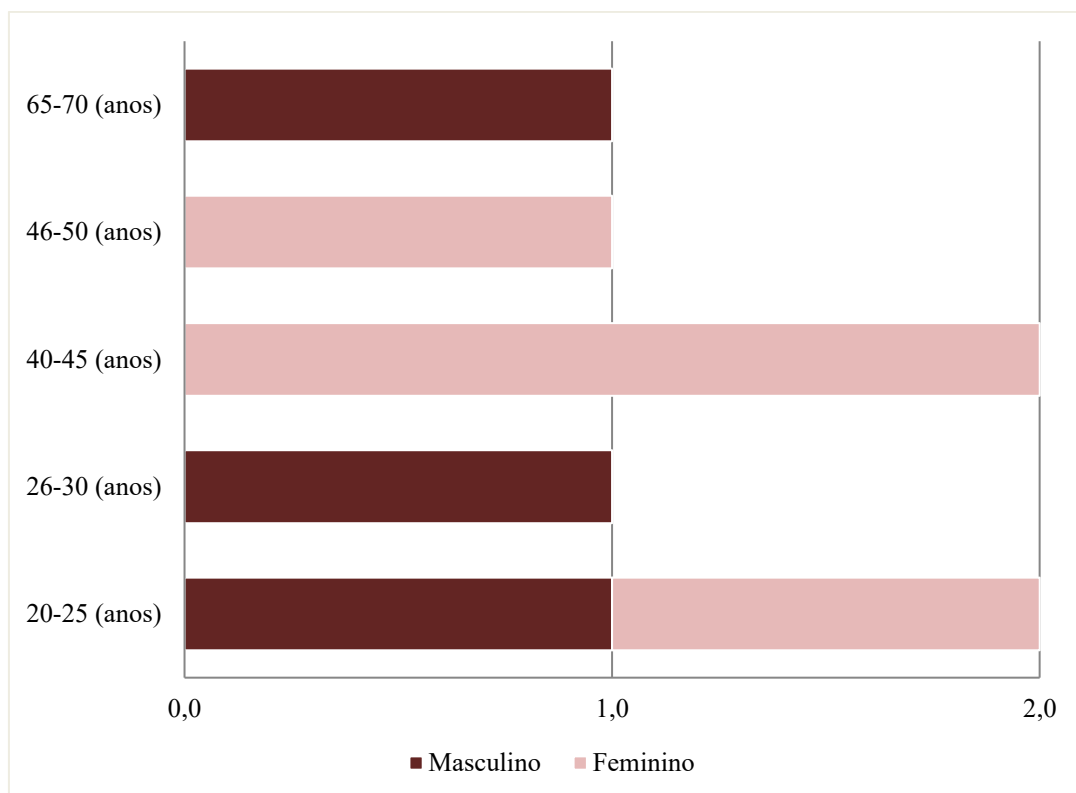
Fonte: Acervo Pessoal, 2024.

Os temas discutidos na parte final da entrevista abordaram a relação com os consumidores e os canais utilizados para divulgação dos produtos e dos espaços de comercialização. Segundo o **agricultor I**, as redes sociais e os aplicativos de mensagens, como o *WhatsApp*, desempenham um papel fundamental nesse processo. Além disso, destacou que a divulgação “boca a boca” continua sendo uma das principais formas de atrair consumidores e de ampliar o alcance das vendas. Por fim, o agricultor informou que é integrante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e da Associação de Produtores Assentados do Assentamento Rodeio (APAR).

A entrevista foi bastante produtiva e revelou aspectos importantes sobre a relevância dos canais de comercialização analisados, o engajamento no projeto de entrega das cestas e o compromisso dos consumidores, especialmente daqueles mais assíduos. A partir dessa primeira aproximação, foi possível viabilizar a segunda etapa da pesquisa, que incluiu entrevistas com os consumidores. Houve uma receptividade positiva por parte dos participantes, o que permitiu dar continuidade ao estudo.

Ao todo, foram entrevistados sete consumidores que haviam realizado pedidos das cestas. As perguntas aplicadas foram diretas e objetivas. A primeira questão buscou identificar a faixa etária dos entrevistados, cujos dados estão apresentados no Gráfico 27.

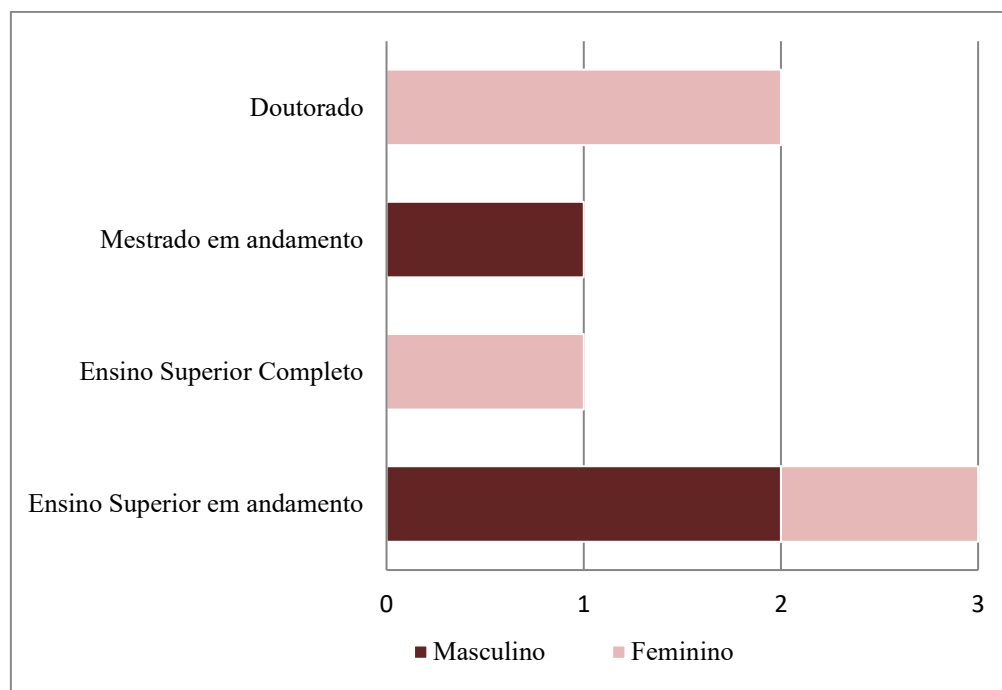
Gráfico 27 – Distribuição por faixa etária e gênero dos consumidores pesquisados do Projeto de Cestas Agroecológicas e Solidárias “Raízes do Pontal”



Fonte: A Autora (2024).

A maioria dos consumidores entrevistados se declarou do sexo feminino, concentrando-se, principalmente, na faixa etária entre 20 e 40 anos. A segunda pergunta buscou identificar o grau de escolaridade dos participantes, conforme os resultados apresentados no Gráfico 28.

Gráfico 28 – Grau de escolaridade dos consumidores pesquisados do Projeto de Cestas Agroecológicas e Solidárias “Raízes do Pontal”



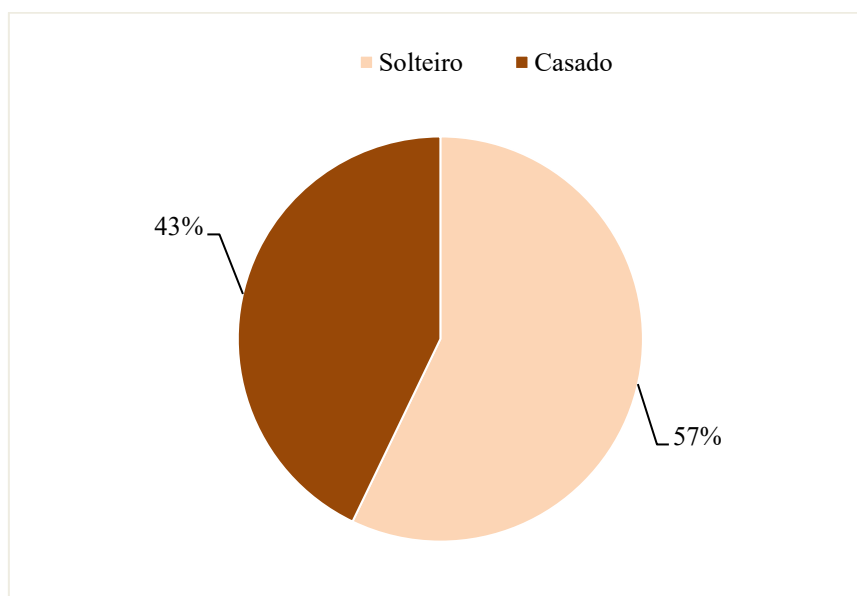
Fonte: A Autora (2024).

O questionário contemplava todas as faixas de escolaridade, e entre os sete entrevistados observou-se um perfil bastante avançado academicamente. Três deles estavam cursando a graduação — dois no curso de Geografia e um no curso de Estatística. Dois participantes possuíam doutorado: uma docente do curso de Pedagogia da UNESP e um professor aposentado da mesma instituição. Além disso, havia uma consumidora graduada em Administração, servidora da UNESP, e um mestrando vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP. Chamou a atenção o fato de que todos os entrevistados possuíam algum vínculo, direto ou indireto, com a universidade.

Esse dado revela um aspecto relevante no perfil dos consumidores envolvidos no projeto, sugerindo que a proximidade com a universidade — seja como estudante, docente ou servidor técnico-administrativo — pode influenciar diretamente as escolhas de consumo. A relação com o ambiente acadêmico, que historicamente promove debates sobre sustentabilidade, justiça social, segurança e soberania alimentar, parece contribuir para uma maior sensibilização e valorização de práticas de consumo responsável, como a aquisição de alimentos agroecológicos por meio de circuitos curtos de comercialização.

Em relação ao estado civil dos consumidores pesquisados, os dados obtidos estão apresentados no Gráfico 29.

Gráfico 29 – Estado civil dos consumidores pesquisados do Projeto de Cestas Agroecológicas e Solidárias “Raízes do Pontal” em porcentagem (%)



Fonte: A Autora (2024).

Todos os consumidores entrevistados residem na área urbana do município de Presidente Prudente/SP, estando distribuídos nos seguintes bairros: um no Residencial Santo Expedito I, dois no Jardim Cinquentenário, três no Jardim das Rosas e um no Jardim Caiçara. Observa-se que a maior parte desses consumidores vive em bairros localizados nas proximidades do campus da UNESP, o que pode indicar uma relação direta entre a facilidade de acesso ao ponto de entrega das cestas e a adesão ao projeto.

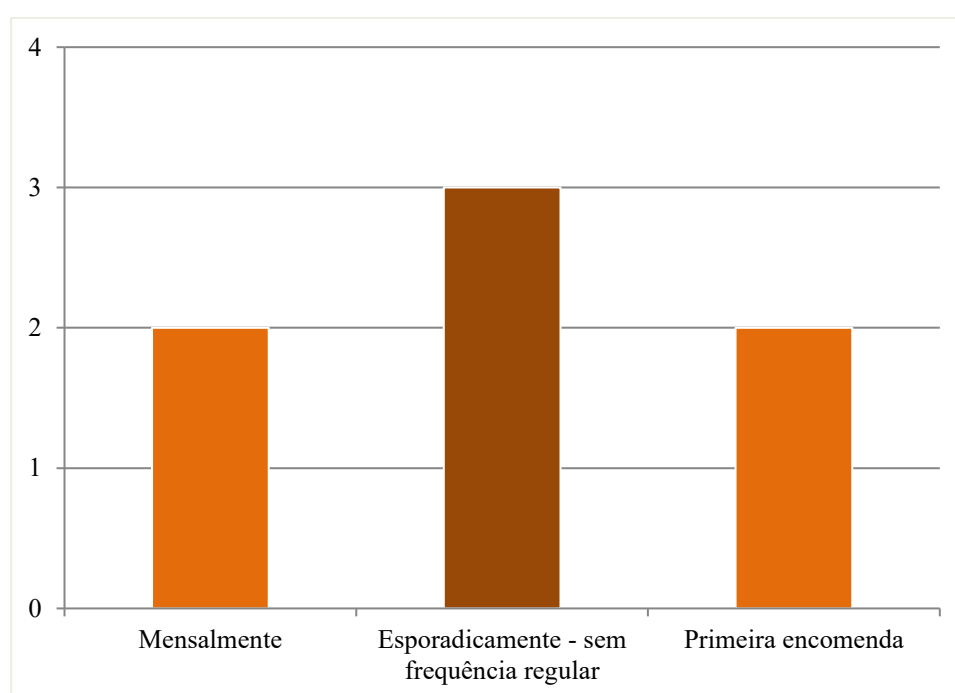
Essa distribuição espacial também reflete, em certa medida, o perfil socioeconômico e acadêmico dos consumidores, já que muitos deles possuem vínculos institucionais ou profissionais com a universidade. Além disso, sugere que a logística de distribuição das cestas está, de certo modo, adaptada à demanda local, privilegiando circuitos curtos não apenas do ponto de vista produtivo, mas também espacial, o que fortalece a dinâmica da comercialização solidária e ecológica.

Quando questionados sobre o ano em que começaram a encomendar as cestas, as respostas foram variadas: dois consumidores acompanham o projeto desde sua criação, em 2016; um passou a realizar pedidos em 2019; outro em 2022; e os demais iniciaram em 2024. Ao serem perguntados se pretendem continuar consumindo os

produtos e realizando as encomendas, todos foram unânimes em afirmar que sim, demonstrando satisfação com o serviço e compromisso com a proposta do projeto.

Em relação à regularidade das encomendas, as respostas também apresentaram variações, refletindo os diferentes perfis e rotinas dos consumidores. Esses dados estão sintetizados no Gráfico 30.

Gráfico 30 – Regularidade das encomendas dos pesquisados no Projeto de Cestas Agroecológicas e Solidárias “Raízes do Pontal”



Fonte: A Autora (2024).

A maior parte dos entrevistados declarou realizar as encomendas de forma esporádica, mencionando, como principais motivos, o esquecimento ou a perda do prazo para efetuar os pedidos. Por outro lado, dois consumidores — justamente aqueles que acompanham o projeto desde 2016 — relataram manter o hábito de realizar as encomendas de maneira regular, demonstrando um forte vínculo com a iniciativa. Além disso, duas pessoas estavam retirando as cestas pela primeira vez no momento da pesquisa, o que reflete tanto a capacidade de renovação do público consumidor, quanto a necessidade contínua de estratégias de divulgação e fidelização.

Em relação aos itens que costumam encomendar, considerando as variedades disponibilizadas pelo projeto, as respostas também foram bastante variadas, refletindo

preferências e demandas específicas de cada consumidor. Para garantir uma apresentação mais organizada e facilitar a visualização desses dados, as informações foram sistematizadas no Quadro 15.

Quadro 15 – Itens encomendados pelos consumidores pesquisados do Projeto de Cestas Agroecológicas e Solidárias “Raízes do Pontal”

Identificação dos consumidores	Modalidade de encomenda (cesta ou avulsos)	Produtos encomendados/comprados
A	Avulsos	Ovos, cenoura, frutas e queijo
B	Cesta e avulsos	Cesta grande, doces, café e queijo
C	Cesta e avulsos	Cesta média, queijo, ovos e doce de leite
D	Cesta e avulsos	Cesta média e café
E	Cesta média	Legumes e verduras variadas
F	Avulsos	Café, queijo e doce de leite
G	Cesta e avulsos	Cesta grande, ovos, queijo, doce de leite e café

Fonte: A Autora (2024).

Além das cestas, os consumidores também podem encomendar outros produtos, como doces (de leite e de abóbora, dependendo da disponibilidade), queijos frescos, café moído ou em grãos. No momento da entrega, também são comercializados alguns excedentes, como couve, alface, rúcula e, eventualmente, artesanatos e produtos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), como bonés e camisetas. Essa dinâmica pode ser visualizada na Figura 25.

Figura 25 – Produtos comercializados no Projeto de Cestas Agroecológicas e Solidárias “Raízes do Pontal”



Fonte: Acervo Pessoal, 2024.

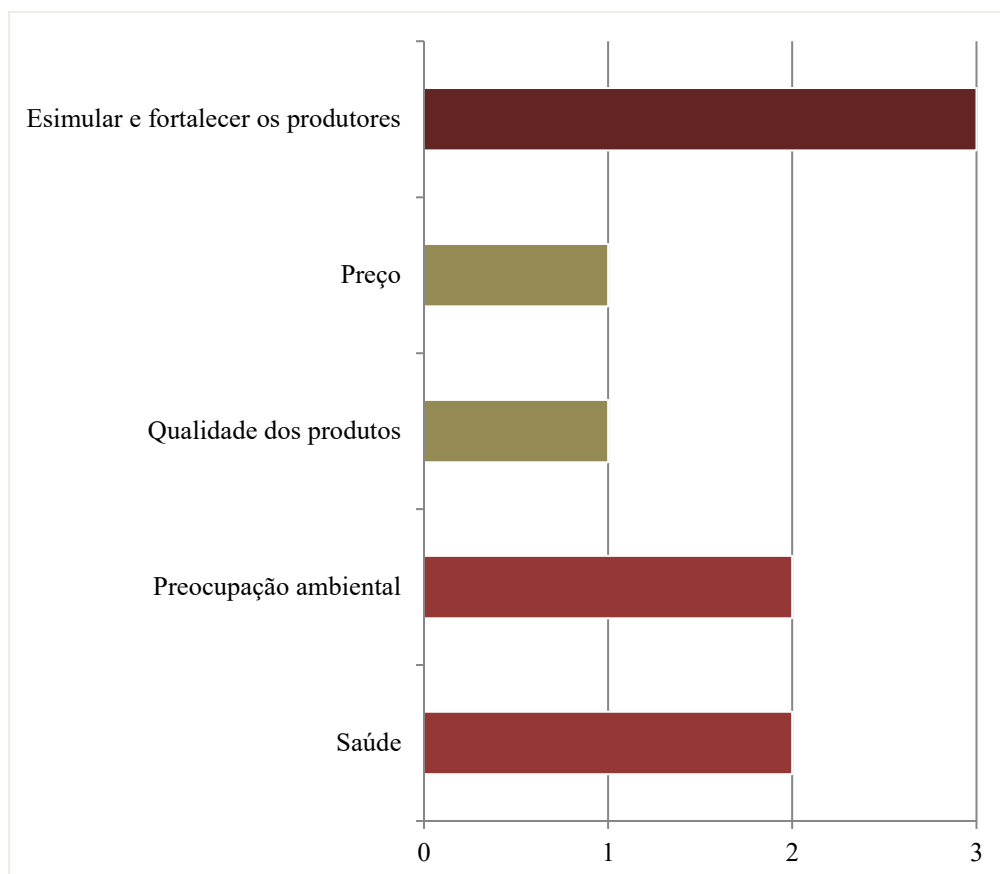
A diversidade de produtos, aliada ao apelo visual das exposições, costuma atrair a atenção do público que circula pelo local. É comum que pessoas interessadas em comprar ou em saber mais sobre o funcionamento do projeto se aproximem para obter informações. Durante as observações realizadas, foi possível perceber esse movimento, incluindo a interação de funcionários terceirizados, que conversaram com os responsáveis pela entrega em busca de mais detalhes sobre a iniciativa.

Esse interesse observado no entorno das entregas também motivou um questionamento direcionado aos consumidores entrevistados sobre como eles tomaram conhecimento do projeto. As respostas foram diversas, refletindo diferentes formas de acesso à informação. Uma das entrevistadas relatou que conheceu o projeto por trabalhar na UNESP e, desde então, passou a realizar as encomendas. Outra afirmou ter tomado conhecimento por meio dos pais, ambos docentes na instituição. Uma terceira pessoa mencionou que soube do projeto a partir de um e-mail institucional enviado pela universidade. Houve ainda quem tivesse conhecido a partir da participação na Feira da Reforma Agrária, enquanto os demais relataram terem sido informados por meio de amigos.

Outro questionamento buscou compreender quais espaços de comercialização de produtos orgânicos e agroecológicos os consumidores costumavam frequentar. A maioria dos entrevistados relatou que, além das cestas, também realizam compras em outros espaços, com exceção de dois que afirmaram adquirir exclusivamente por meio do projeto. Um dos consumidores mencionou que, eventualmente, realiza compras em estabelecimentos específicos do município voltados para produtos orgânicos. Outro relatou que costuma adquirir produtos no Armazém do Campo quando se desloca até a capital do estado. Os demais informaram que também frequentam as feiras livre realizadas em Presidente Prudente/SP, reforçando o interesse e o engajamento com diferentes canais de comercialização.

Quando questionados sobre os principais fatores que os motivam a consumir os produtos do projeto, os entrevistados apresentaram respostas diversificadas, que estão organizadas no Gráfico 31.

Gráfico 31 – Motivações para a realização de encomendas pelos pesquisados no Projeto de Cestas Agroecológicas e Solidárias “Raízes do Pontal”



Fonte: A Autora, 2024.

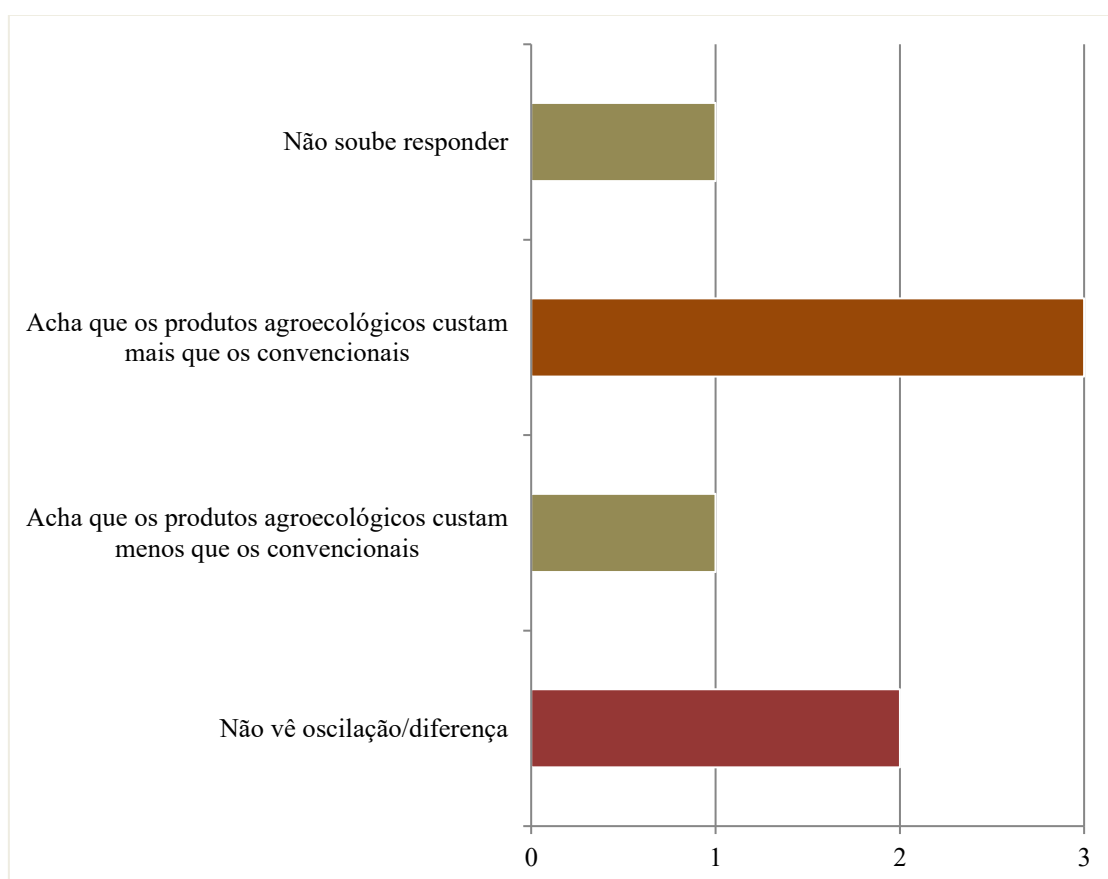
Os participantes podiam indicar mais de uma motivação para consumir os produtos, além de terem a possibilidade de complementar suas respostas. O motivo que se destacou, de forma recorrente, foi o desejo de estimular e fortalecer os agricultores envolvidos no projeto. Esse fator revela não apenas uma escolha pautada em critérios econômicos ou de qualidade dos alimentos, mas, sobretudo, um comprometimento com a valorização do trabalho agrícola local e da agricultura familiar.

Além disso, as respostas evidenciaram uma relação de confiança consolidada entre consumidores e agricultores. Muitos dos entrevistados destacaram que conhecem diretamente quem produz os alimentos, visitam os lotes ou acompanham de perto o modo de produção. Essa proximidade gera segurança em relação à procedência dos alimentos, à adoção de práticas agroecológicas e ao compromisso dos produtores com a oferta de alimentos saudáveis e livres de agrotóxicos. Trata-se, portanto, de uma escolha que transcende o simples ato de comprar, representando uma forma de apoio direto as práticas.

Considerando a dimensão econômica do consumo, também foram realizadas perguntas sobre a percepção dos consumidores em relação ao valor agregado aos produtos, especialmente no comparativo com itens convencionais e entre aqueles de base agroecológica e os orgânicos certificados. O objetivo foi compreender se, na visão dos entrevistados, existe uma diferença significativa nos preços e como isso influencia suas escolhas de consumo.

Em relação à percepção sobre a diferença de preço entre produtos agroecológicos e convencionais, as respostas dos entrevistados estão apresentadas no Gráfico 32.

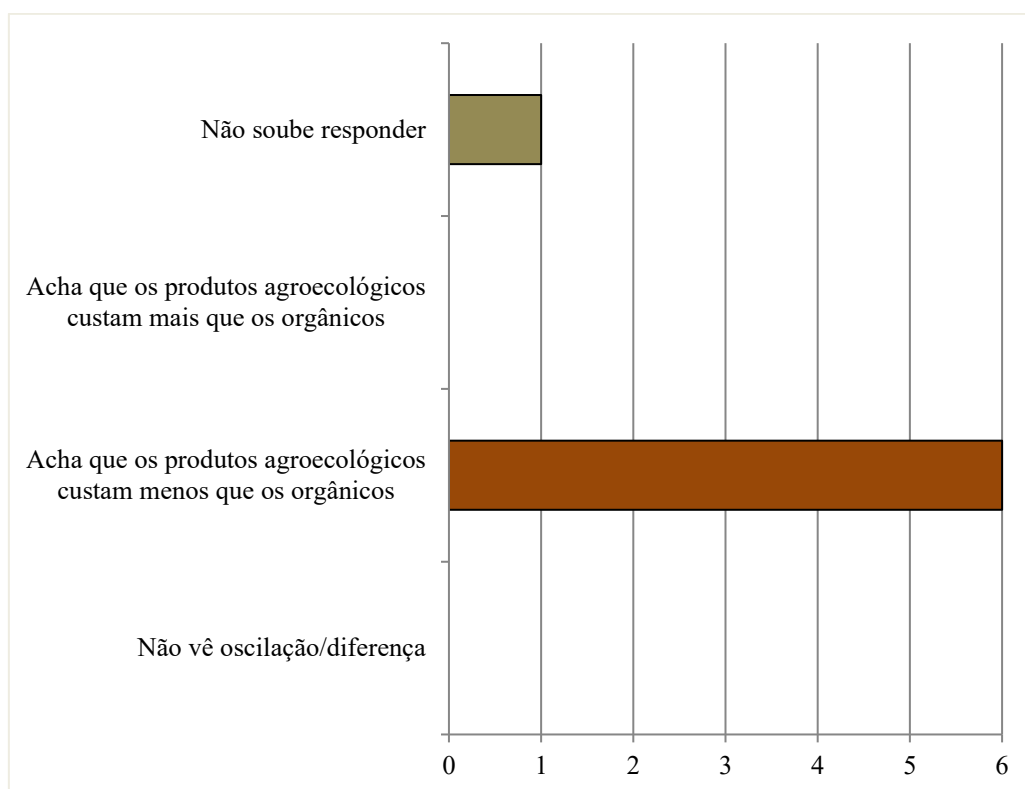
Gráfico 32 – Percepção dos consumidores pesquisados sobre os preços dos produtos do Projeto de Cestas Agroecológicas e Solidárias “Raízes do Pontal” em comparação com produtos da agricultura convencional



Fonte: A Autora, 2024.

No que se refere à percepção sobre a diferença de preço entre produtos orgânicos certificados e agroecológicos, as respostas dos entrevistados estão apresentadas no Gráfico 33.

Gráfico 33 – Percepção dos consumidores pesquisados sobre os preços dos produtos do Projeto de Cestas Agroecológicas e Solidárias “Raízes do Pontal” em comparação com produtos da agricultura orgânica certificada



Fonte: A Autora, 2024.

Embora alguns entrevistados tenham reconhecido a diferença de preço entre os produtos convencionais e os agroecológicos/orgânicos, todos destacaram, de forma enfática, que essa disparidade é justificada pela excelente relação custo-benefício. Eles ressaltaram a superior qualidade dos alimentos, que são frescos, nutritivos e totalmente livres de agrotóxicos, fatores que tornam o investimento não apenas aceitável, mas também uma escolha consciente e valiosa para a saúde e o bem-estar. Foi também destacada uma disparidade significativa de preço entre os produtos agroecológicos e os orgânicos certificados, especialmente quando comparados aos comercializados em grandes redes de varejo e estabelecimentos locais especializados.

Diante dos dados obtidos, é possível afirmar que o Projeto de Cestas Agroecológicas e Solidárias “Raízes do Pontal” se consolida como um importante canal de comercialização alternativa, que fortalece a agricultura familiar, os circuitos curtos e a economia solidária. A partir dos relatos do agricultor e dos consumidores entrevistados, ficou evidente que a relação construída vai além da simples transação comercial, sendo fundamentada na confiança, no compromisso social e na valorização de práticas sustentáveis e agroecológicas.

Os consumidores pesquisados demonstraram estar conscientes dos benefícios associados ao consumo desses alimentos, tanto do ponto de vista da saúde, quanto do fortalecimento dos agricultores e da economia local. Ainda que reconheçam uma diferença de preço em relação aos produtos convencionais e, em alguns casos, também frente aos orgânicos certificados comercializados em redes de varejo, todos reforçam que a escolha por esses produtos se justifica pela qualidade, frescor e, sobretudo, pela segurança alimentar e ambiental que proporcionam.

Além disso, a pesquisa revelou que a divulgação por meio das redes sociais, aplicativos de mensagens e, principalmente, pela comunicação “boca a boca”, desempenha papel central na expansão e manutenção desse mercado alternativo. A participação em feiras, editais públicos e a organização coletiva também se mostraram fundamentais para garantir a sustentabilidade econômica dos produtores.

Por fim, a análise evidencia que iniciativas como esta não apenas viabilizam a permanência dos agricultores no campo, mas também reforçam práticas de consumo responsável, consciente e solidário. Assim, o fortalecimento de projetos dessa natureza contribui diretamente para a construção de sistemas alimentares mais justos, saudáveis e sustentáveis, reafirmando a importância da agroecologia como estratégia de resistência e transformação social.

5.3. ESTABELECIMENTOS LOCAIS COMO VETORES DA COMERCIALIZAÇÃO DE ORGÂNICOS

A comercialização de produtos orgânicos no Brasil apresenta características específicas, sobretudo por depender de certificações concedidas por órgãos oficiais. Esse processo assegura o cumprimento de normas técnicas e de produção, conferindo maior credibilidade aos produtos no mercado. Além de alimentos frescos — como

hortaliças, frutas e legumes —, a categoria de orgânicos também abrange itens com algum grau de industrialização, como biscoitos, laticínios e outros derivados.

A certificação se expressa visualmente por meio do selo oficial (Figura 26), que identifica os produtos como orgânicos no ponto de venda. Embora essa garantia seja importante, ela permite que varejistas comercializem os produtos mesmo sem conhecer diretamente sua origem ou os agricultores envolvidos. Nesses casos, o contato direto entre produtores e consumidores não é priorizado. Ainda assim, existem modalidades de comercialização de produtos orgânicos certificados que preservam a lógica local, como feiras, programas públicos de aquisição de alimentos, estabelecimentos próprios (como quitandas) e a venda por meio de cestas sob encomenda.

Figura 26 – Principais selos de certificação de produtos orgânicos no Brasil



Fonte: CI – Orgânicos, 2016.

Segundo Terrazzan e Valarini (2009), a produção de orgânicos na América Latina — incluindo o Brasil — desenvolveu-se com poucos incentivos governamentais e pode ser dividida em dois grupos principais: de um lado, os pequenos produtores familiares, geralmente organizados em associações ou movimentos sociais, que representam cerca de 90% dos agricultores e são responsáveis por aproximadamente 70% da produção orgânica nacional; e de outro, os grandes produtores empresariais, vinculados a empresas privadas, que correspondem às porcentagens restantes.

Os autores destacam que, apesar do crescimento da produção orgânica, o mercado interno ainda enfrenta diversas limitações para sua expansão, especialmente no acesso por consumidores com menor poder aquisitivo. Nesse cenário, as exportações surgem como alternativa estratégica para o escoamento da produção. De

acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC, 2007), o Brasil exportou mais de US\$ 5,5 milhões em produtos orgânicos entre agosto de 2006 e janeiro de 2007, totalizando cerca de 9,5 mil toneladas — um volume expressivo para o estágio da produção orgânica no país naquele período.

No que se refere ao mercado interno, a comercialização de produtos orgânicos ocorre por diferentes canais. Segundo Valarini e Campanhola (2001), no varejo, destacam-se as vendas diretas em feiras livres, entregas domiciliares por encomenda, pontos de venda especializados, lojas de produtos naturais, restaurantes, mercados e instituições públicas, como escolas, especialmente no fornecimento de merenda escolar. No atacado, sobressaem as distribuidoras e as redes de supermercados que comercializam total ou parcialmente produtos orgânicos.

Diante dos desafios mercadológicos enfrentados pelos produtos orgânicos, estabelecimentos comerciais geridos por agricultores certificados vêm ganhando destaque. Embora a escala de atuação desses estabelecimentos muitas vezes implique na venda de produtos certificados provenientes de diferentes origens, eles também viabilizam relações de maior proximidade com os consumidores. Além disso, representam uma alternativa concreta para o escoamento da produção local.

Com base nessas considerações, foi realizado um estudo em dois estabelecimentos situados na área urbana de Presidente Prudente/SP, ambos voltados à comercialização de produtos orgânicos. Esses estabelecimentos possuem certificação própria e mantêm produções independentes. A escolha se justifica pela relevância da análise — especialmente em articulação com outros espaços de comercialização de alimentos de base ecológica investigados nesta pesquisa — e pelo fato de serem as únicas certificações concedidas pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) no município.

5.3.1. Um Estudo sobre os Estabelecimentos *Vida Orgânica* e *Sinal Verde* no município de Presidente Prudente/SP

Os estabelecimentos voltados à comercialização de produtos orgânicos certificados em Presidente Prudente são espaços físicos localizados no perímetro urbano do município, que centralizam a oferta desses produtos, bem como de itens destinados a dietas restritivas, como alimentos para pessoas celíacas e intolerantes à lactose. Na cidade, destacam-se dois pontos principais: Sinal Verde e Vida Orgânica,

ambos com propostas semelhantes. Esses espaços oferecem tanto produtos *in natura* quanto industrializados, priorizando alimentos de origem orgânica e voltados à saúde e ao bem-estar. Além da venda direta no local, em horário comercial, também operam com sistemas de entrega por *delivery*, ampliando o acesso aos consumidores.

A oferta desses produtos, contudo, não é recente e reflete um processo de construção que enfrenta desafios históricos no município. Hespanhol e Barbosa (2011) já apontavam a baixa representatividade de variedades e de áreas produtivas voltadas à agricultura orgânica em Presidente Prudente, realidade que também se manifestava na limitada disponibilidade desses alimentos nos espaços de comercialização. Desde então, alguns avanços foram observados, impulsionados, sobretudo, pela realização de feiras e pela consolidação do projeto de cestas agroecológicas no campus da UNESP. Apesar disso, ainda persiste uma forte dependência da produção regional para o abastecimento desses circuitos, evidenciando tanto os limites quanto as fragilidades na consolidação de sistemas alimentares alternativos no contexto local.

Esse cenário também se reflete nas dinâmicas formais de certificação. Até 2024, segundo os cadastros do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA, 2022; 2024), os dois estabelecimentos – Vida Orgânica e Sinal Verde – concentravam as únicas certificações de produtos orgânicos no município. Entretanto, dados mais recentes (MAPA, 2025) indicam que atualmente há apenas uma certificação ativa, vinculada a um dos responsáveis por esses empreendimentos. Essa mudança revela não apenas as dificuldades na manutenção da certificação e da produção orgânica local, mas também levanta questões importantes sobre a sustentabilidade desses modelos e os desafios enfrentados pelos atores envolvidos — aspectos que motivaram diretamente o desenvolvimento desta pesquisa.

Um exemplo que evidencia essas dificuldades é o encerramento das atividades da empresa Sinal Verde, anunciado para o ano de 2025. A decisão reflete, de forma bastante concreta, os desafios tanto para a manutenção da certificação de orgânicos quanto para a sustentabilidade econômica desse tipo de empreendimento no mercado local. Além dos meios convencionais de comercialização, o estabelecimento se destacava por contar com uma horta no próprio local, o que possibilitava aos consumidores o contato direto com os cultivos e o acesso a produtos frescos, reforçando uma relação de proximidade dos consumidores com os alimentos.

De acordo com informações obtidas durante visita técnica realizada em 2024, a empresa atuava no setor desde 2008, tendo como principais produtos comercializados

diferentes variedades de hortaliças, legumes e frutas. Esse foco na produção e oferta de alimentos frescos esteve, durante todo o período de funcionamento, associado à proposta de promover uma alimentação mais saudável e de fortalecer o consumo de produtos orgânicos no município.

Além disso, conforme dados disponíveis no Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA, 2024), a certificação orgânica estava registrada no nome fantasia da empresa — Sinal Verde —, concedida pela certificadora *Ecocert Brasil*. O portfólio de produtos certificados abrangia uma ampla diversidade, com destaque para:

- **Frutas:** coco, caqui, acerola, melão, limão, mamão, banana, maracujá, caju, abacate, carambola, jaca, manga, laranja, lichia, melancia, abacaxi, maçã, pera e seriguela.
- **Tomates:** nas variedades Pioneiro, Santa Clara, Mascote e Paipai.
- **Outras culturas não perenes:** abobrinha, acelga, berinjela, beterraba, brócolis (ramoso e ninja), cebola, cebola roxa, chuchu, cenoura, couve, couve-flor, ervilha torta, jiló, mandioca, maxixe, pimentão, quiabo, repolho (verde e roxo), batata-doce, alho-poró, vagem, feijão-de-corda e batata inglesa.
- **Olerícolas:** agrião, alfaces (americana, crespa, lisa, romana, mimosa, roxa e brunela), almeirão, cebolinha, chicória, espinafre, pepino, rabanete, rúcula e ervilha.
- **Plantas e ervas medicinais:** coentro, manjerição, hortelã, poejo, alecrim, pimenta cambuci e salsa.
- **Morangos:** variedade *Oso Grande*.

O local, além de comercializar alimentos orgânicos provenientes de diferentes fornecedores, também dispunha de uma propriedade própria certificada e apta para a produção. Nesse espaço, os visitantes tinham a oportunidade de conhecer de perto o processo produtivo, inclusive por meio da visita à estufa, onde era possível observar algumas das variedades cultivadas. É importante destacar, contudo, que a diversidade de produtos anunciada é bastante ampla, pois contempla todas as culturas que o espaço está habilitado a produzir. Isso não significa, necessariamente, que todas sejam efetivamente cultivadas ou ofertadas em larga escala, mas sim que existe a possibilidade técnica de produção, ainda que limitada por fatores como demanda, condições climáticas ou capacidade de manejo.

Como mencionado anteriormente, essa certificação permaneceu ativa até o ano de 2024. No entanto, atualmente ela não consta mais no cadastro oficial de produtores orgânicos disponibilizado pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA, 2025), o que confirma o encerramento das atividades do estabelecimento e a descontinuidade da certificação vinculada à empresa.

Atualmente, a única certificação orgânica ativa no município está vinculada à empresa Vida Orgânica, embora formalmente registrada em nome de uma pessoa física associada ao estabelecimento. Segundo informações fornecidas durante visita técnica, a empresa encontra-se em funcionamento desde 2016, mantendo sua atuação no comércio de produtos orgânicos certificados e outros alimentos voltados à promoção da saúde e bem-estar.

Além de manterem uma presença ativa nas redes sociais, os responsáveis pela empresa Vida Orgânica também participam da Feira dos Pequenos Produtores, realizada no SESC, onde, além de divulgar a marca, comercializam diretamente seus produtos. A empresa conta, ainda, com um canal de escoamento consolidado por meio de entregas, utilizando, principalmente, aplicativos de mensagens e outras plataformas digitais para realizar os pedidos e atender os consumidores. Essas estratégias combinam a comercialização em espaços presenciais, com foco no fortalecimento das redes locais, e o uso das tecnologias digitais, ampliando o alcance e a fidelização da clientela.

No caso da certificação vinculada à empresa Vida Orgânica, conforme dados atualizados do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA, 2025), o selo de produto orgânico foi concedido pelo Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR). Entre os produtos certificados, destacam-se diversas variedades de hortaliças, ervas e tubérculos, incluindo: abóbora, abobrinha, alecrim, alface, alho-poró, almeirão, batata-doce, berinjela, beterraba, brócolis, capim-santo, cebola, cebolinha e cenoura. Todos esses itens são produzidos em área própria, que, segundo o MAPA (2025), mantém a certificação vigente.

Além dos produtos certificados vinculados diretamente à produção agrícola, o estabelecimento comercializa uma ampla gama de itens de origem vegetal e/ou certificados, voltados também a públicos com dietas específicas, como veganos e pessoas com restrições alimentares. Entre os produtos estão frutas diversas, *creams cheese* veganos, manteiga vegetal, queijos vegetais, sorvetes, leites e carnes vegetais, macarrão, entre outros.

A diversificação da oferta, embora amplie o acesso a alimentos alinhados a práticas mais sustentáveis, também evidencia a dependência de cadeias produtivas mais amplas e distantes, especialmente no caso dos industrializados. Isso revela uma tensão presente nesse modelo: a busca por viabilidade econômica, por meio da ampliação da oferta, muitas vezes acaba reproduzindo lógicas mercantis típicas dos sistemas convencionais, colocando em questão os próprios limites e contradições dos mercados alternativos.

Ao realizar uma breve análise dos rótulos de alguns dos produtos comercializados no estabelecimento, foi possível identificar que muitos deles têm origem em diferentes regiões do país. Esse aspecto é particularmente evidente no caso dos alimentos processados, nos quais é comum constar, nos rótulos, tanto a indicação da origem da matéria-prima quanto do local de processamento. Esse dado revela que, apesar do foco na comercialização de produtos orgânicos e de origem vegetal, há uma forte dependência de cadeias produtivas externas ao município e até mesmo à região, especialmente no que se refere aos alimentos orgânicos industrializados.

O Quadro 16 sistematiza os dados desse levantamento.

Quadro 16 – Origem dos produtos comercializados em um estabelecimento comercial de produtos orgânicos em Presidente Prudente/SP

Produtos orgânicos	Local de origem
Passata de tomate	Araçatuba/SP
Tempero e ervas desidratadas - chimichurri, manjerona, quaco, colorau, lemon peper, cravo da índia, erva doce, entre outros	Rebouças/PR
Vinagre de maçã	Indaiatuba/SP
Azeite de oliva (extra virgem)	<i>Fabricado na Itália</i>
Pão integral (cenoura, abóbora, banana, entre outros sabores)	São Paulo/SP
Carne moída (bovina), frango e alguns pescados	Ipeúna/SP
Geleia de morango	Botucatu/SP

Mel	Atibaia/SP
Tapioca	Nova Andradina/MS
Macarrão	São Leopoldo/RS
Arroz (agulinha)	Porto Alegre/RS
Fubá, floco de milho, entre outros produtos a base de milho	São José da Lapa/MG
Ovos caipiras	Itirapina/SP
Açúcar (cristal e demerara)	Sertãozinho/SP

Fonte: A Autora, 2024.

Cabe destacar que, por se tratar de produtos com algum grau de industrialização, somado à dispersão espacial observada nas suas origens, torna-se evidente a existência de cadeias produtivas amplas, ainda que inseridas no mercado de produtos orgânicos e de base vegetal. Esse fenômeno é especialmente perceptível na agricultura orgânica voltada ao processamento de alimentos, uma vez que os produtos percorrem longas distâncias até chegarem aos consumidores finais.

Essa dinâmica não apenas se assemelha, mas em muitos casos reproduz as lógicas dos sistemas alimentares convencionais, distanciando-se da proposta original de fortalecimento dos circuitos curtos e da produção local. Como consequência, esse modelo contribui para a elevação dos custos, tornando os produtos inacessíveis para uma parcela significativa da população, cujo poder de compra é insuficiente para adquirir alimentos desse segmento, aprofundando, assim, as desigualdades no acesso a uma alimentação saudável e livre de agrotóxicos.

Por outro lado, para os agentes que atuam na comercialização — especialmente aqueles vinculados à economia local —, a ampliação da diversidade de produtos oferecidos se configura como uma estratégia fundamental tanto para atender a uma maior variedade de demandas dos consumidores quanto para garantir a sustentabilidade econômica do empreendimento. Nesse sentido, discutir o papel desses estabelecimentos e sua contribuição para o fortalecimento dos circuitos curtos de comercialização envolve lidar com ambivalências de ordem social e econômica. Isso porque, ao mesmo tempo em que buscam fomentar o consumo de alimentos orgânicos, saudáveis e de base local, muitas vezes precisam recorrer a cadeias produtivas mais longas, integrando produtos provenientes de outras regiões, como forma de

complementar a oferta, atrair diferentes perfis de consumidores e assegurar sua viabilidade no mercado.

Essa realidade ficou evidente ao longo da realização desta pesquisa no município de Presidente Prudente/SP, que, embora se consolide como uma cidade média e polo regional, ainda enfrenta limitações significativas para ampliar e consolidar o mercado de produtos orgânicos e de base agroecológica. A descontinuidade de um dos empreendimentos analisados durante o período da pesquisa ilustra de forma concreta essa dinâmica, revelando as fragilidades estruturais e os desafios econômicos e sociais que permeiam a consolidação de sistemas alimentares alternativos no contexto local.

5.4. ENTRE FEIRAS, ENCOMENDAS, CONEXÕES E VENDAS: REFLEXÕES FINAIS SOBRE AS DINÂMICAS LOCAIS DE COMERCIALIZAÇÃO

Diante dos dados levantados e discutidos é imprescindível tecer considerações sobre a representatividade dos espaços destinados à comercialização dos produtos agroecológicos e orgânicos de Presidente Prudente/SP. O esforço dos produtores, muitos a partir de recursos próprios, em participar de múltiplas ações de comercialização, selecionar suas variedades e os melhores produtos para distribuir, além do cuidado em manter a qualidade e as variedades mais conhecidas é algo muito marcante.

Todos esses cuidados representam diferenciais importantes, estabelecendo uma conexão singular entre consumidores e produtores envolvidos nessas iniciativas. Essa dinâmica reafirma a conceituação de agroecologia apresentada por Altieri (2012), que destaca a relevância do contato direto entre quem produz e quem consome, reduzindo a necessidade de intermediários e a dependência de insumos externos. Além disso, esses circuitos fortalecem os laços de solidariedade e cooperação entre os participantes, como exemplificado na fala do **agricultor I**: “Aqui a gente se ajuda; quando falta algum produto meu que foi encomendado, eu pego com outros produtores e, quando posso, também ajudo, por isso considero meu meio de comercialização coletivo”.

A consciência política dos agricultores e a compreensão das vantagens associadas à agroecologia também se mostraram bastante presentes, sendo

evidenciadas nos diálogos estabelecidos ao longo das entrevistas. Ademais, os produtores assentados reiteraram com frequência a importância de seus lotes e o vínculo profundo que mantêm com a terra, ressaltando a dimensão simbólica e identitária do território na construção de suas práticas produtivas.

A procura por produtos amplamente reconhecidos nesses espaços — como o queijo ou as bolachinhas de determinada produtora, o café de outro produtor específico, ou ainda o pão de ora-pro-nóbis — evidencia a dimensão prática do vínculo estabelecido com os consumidores. Esses itens não são apenas alimentos, mas carregam consigo uma marca pessoal e uma história, que os tornam únicos e desejados. Trata-se de uma relação mais próxima com quem produz, na qual as interações cotidianas revelam um caráter afetivo: era comum que produtores e consumidores se tratassem pelo nome, trocassem perguntas sobre questões pessoais e mantivessem uma convivência orgânica, pautada pela confiança e pelo reconhecimento mútuo.

O apoio dos consumidores constitui um aspecto fundamental, uma vez que o comprometimento exclusivo dos agricultores não é suficiente para garantir a sustentabilidade econômica dessas iniciativas. Trata-se, portanto, de uma via de cooperação mútua, na qual o engajamento de ambas as partes é indispensável. Como destacam Caporal e Costabeber (2002), produtores e consumidores são pilares essenciais na construção e manutenção dos circuitos curtos de comercialização, contribuindo conjuntamente para a consolidação de sistemas alimentares sustentáveis.

A entrega das cestas agroecológicas do projeto Raízes do Pontal também evidencia elementos significativos, especialmente no que se refere à interação e ao apoio de funcionários, docentes e discentes envolvidos. Esses atores não apenas encomendam os produtos, mas também contribuem ativamente com a divulgação das iniciativas por meio de grupos de mensagens, *e-mails* institucionais e, em alguns casos, com o apoio logístico na organização das encomendas e na montagem do espaço de distribuição. Essa rede de colaboração demonstra o papel articulador da universidade e reforça o caráter coletivo e solidário que permeia os circuitos curtos de comercialização.

Alguns dos agricultores que ainda não possuíam certificação de produtos orgânicos manifestaram, durante as entrevistas, o desejo de obtê-la, apontando, contudo, diversos desafios — sobretudo de ordem financeira — para alcançar esse objetivo. Apesar disso, relataram que, nos contextos das feiras e das encomendas das

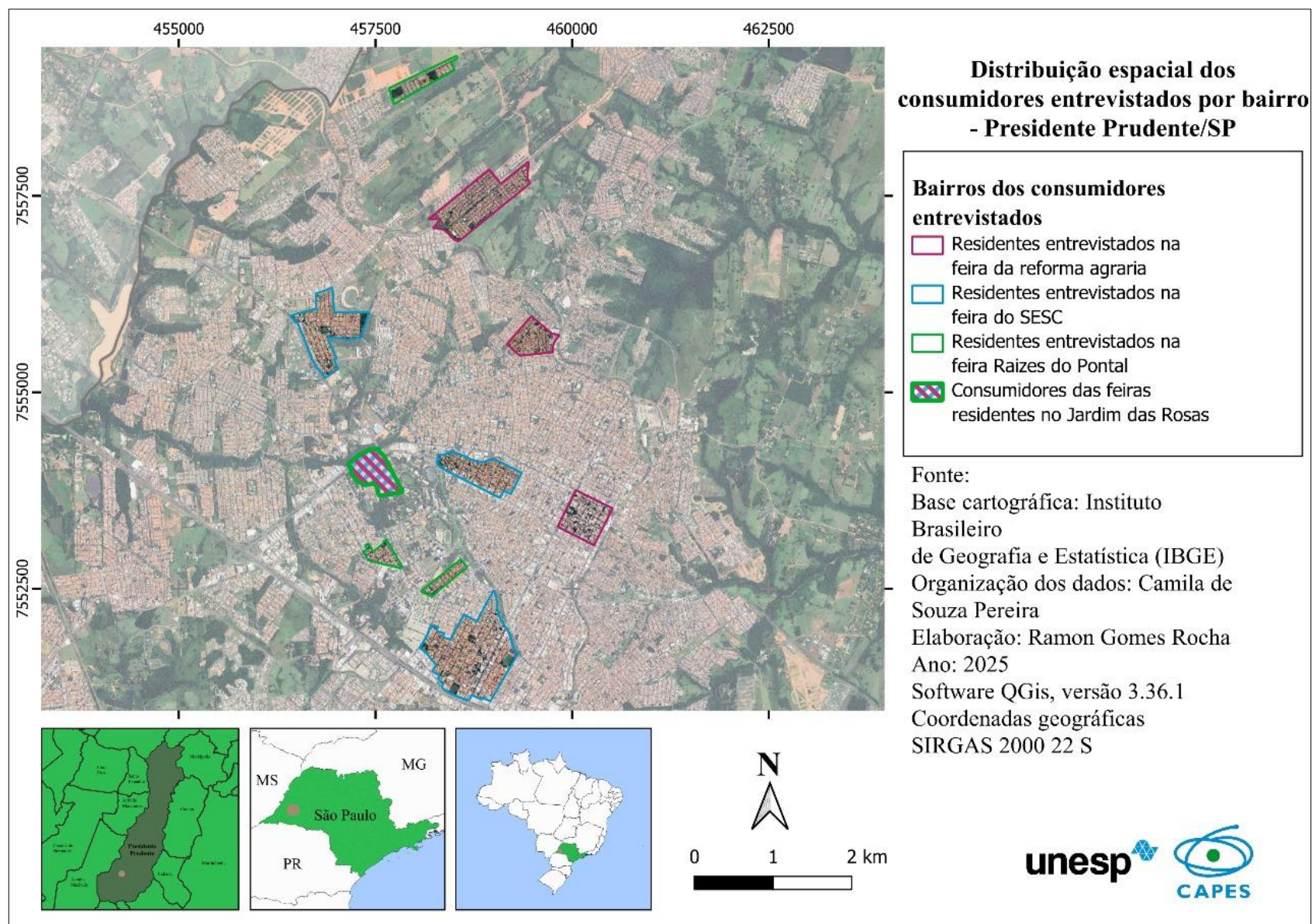
cestas, a confiança dos consumidores quanto à origem e ao modo de produção dos alimentos independe da certificação formal, sendo sustentada pelo vínculo direto e pela transparência nas relações. Ainda assim, reconhecem que a certificação representa uma importante ferramenta para ampliar o acesso a editais públicos de aquisição de alimentos e possibilitar a inserção em espaços de comercialização nos quais o contato direto com o consumidor não é estabelecido com a mesma intensidade.

Outros aspectos relevantes foram abordados durante as entrevistas, especialmente no que se refere às vantagens socioeconômicas específicas de cada um dos espaços de comercialização analisados. No caso das encomendas de cestas agroecológicas, por exemplo, embora os agricultores tenham relatado uma diminuição no número de pedidos no último ano, destacam como vantagem a previsibilidade na comercialização. Como as encomendas são feitas previamente à montagem das cestas, os produtores têm maior garantia de escoamento da produção, o que reduz significativamente o risco de desperdício. Ainda que eventualmente haja uma pequena quantidade de excedentes — destinada a consumidores que comparecem pessoalmente no local de entrega ou desejam complementar suas encomendas —, a margem de perdas é mais controlada nesse formato de comercialização.

Já nas feiras, embora o fluxo de pessoas seja mais intenso e a comercialização ocorra de forma mais dinâmica, há maior risco de perdas, uma vez que não é possível estimar com precisão a quantidade de produtos que será vendida no dia. Da mesma forma, pode haver situações em que a oferta se revele inferior à demanda. Apesar dessas incertezas, ambas as feiras analisadas apresentaram um número expressivo de consumidores, com destaque para a feira realizada no SESC, que atrai um público diversificado por concentrar outros serviços e atividades em um único espaço.

Considerando que a maior parte dos consumidores entrevistados reside em Presidente Prudente, elaborou-se um mapa (Figura 27) que ilustra a distribuição espacial desses moradores entre os diferentes bairros do município. Observa-se que a região com maior concentração de consumidores é justamente aquela que abrange a área de influência da unidade da UNESP em Presidente Prudente, o que reforça o papel central da universidade na articulação e fortalecimento dessas redes de comercialização.

Figura 27 – Distribuição espacial dos consumidores entrevistados por bairro - Presidente Prudente/SP



Fonte: IBGE, 2025.

Conforme representado na Figura 27, os consumidores estavam distribuídos em diferentes bairros da cidade, com maior concentração no Jardim das Rosas (9), seguido pelo Jardim Cinquentenário (2) e Vila Santa Helena (2). Outros bairros contaram com menor número de consumidores: Jardim Humberto Salvador (1), Centro (1), Estoril (1), Jardim Bongiovani (1), Jardim Maracanã (1), Residencial Santo Expedito I (1) e Jardim Caiçara (1).

Em relação aos estabelecimentos privados sediados em Presidente Prudente, observa-se que a dinâmica de comercialização, embora também ocorra em âmbito local, apresenta características distintas²⁰. Além de comercializarem produtos provenientes de diferentes origens, esses estabelecimentos operam em horário comercial durante todos os dias da semana, incluindo serviços de entrega (*delivery*) e, no caso do Vida Orgânica, participação na feira realizada no SESC.

As conexões estabelecidas no processo de compra e venda nesses estabelecimentos diferem significativamente daquelas observadas em feiras livres e iniciativas comunitárias, sobretudo pela mediação comercial mais convencional e pela menor interação direta entre produtor e consumidor. No entanto, mesmo nesse contexto, observa-se uma relação significativa com os consumidores, especialmente em função da limitada oferta, na cidade de Presidente Prudente, de estabelecimentos que disponham de certificações específicas para produtos orgânicos, bem como de itens voltados a dietas e restrições alimentares específicas.

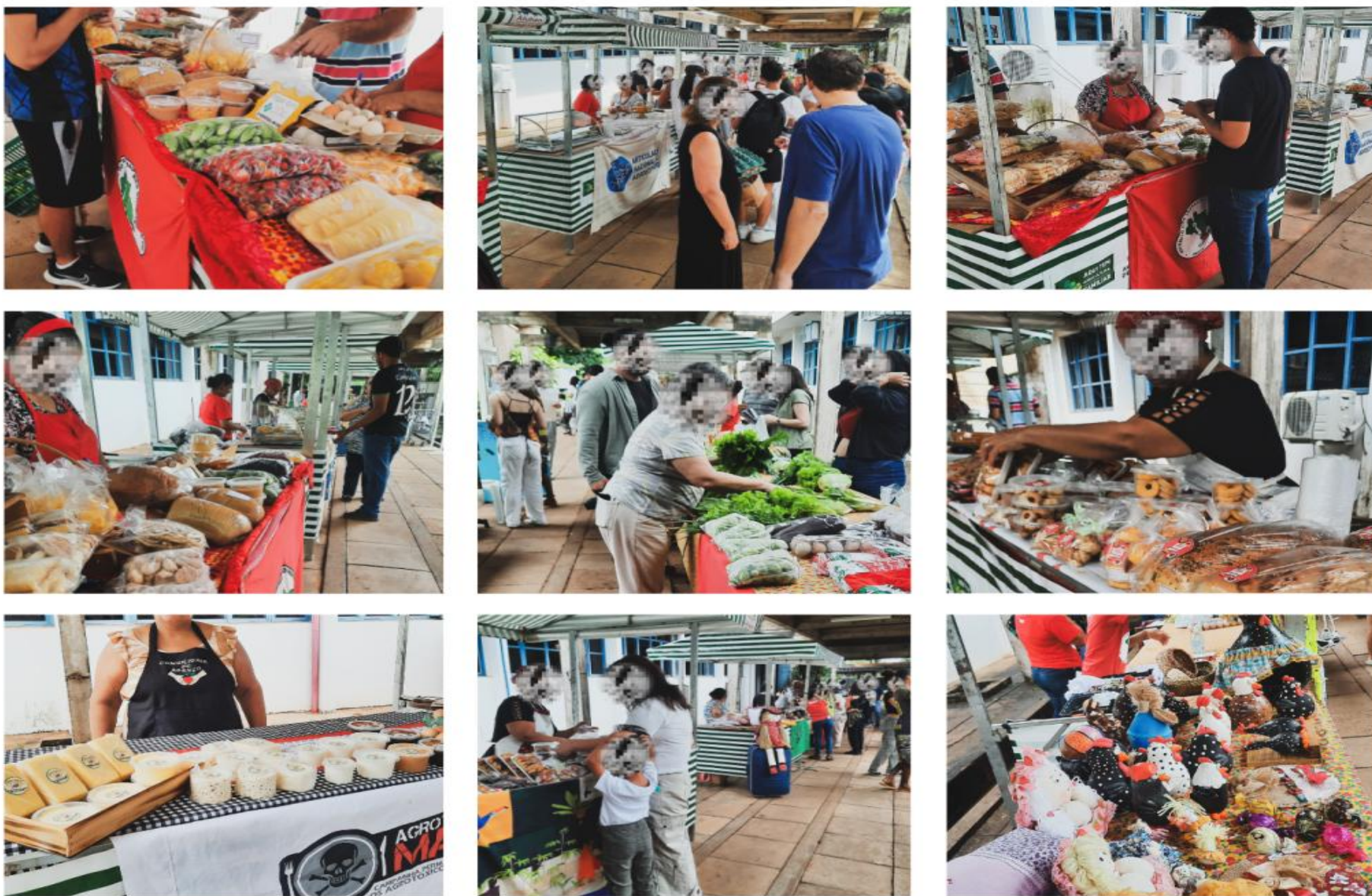
Como encaminhamento para a finalização deste capítulo, que reúne as principais contribuições deste trabalho, destaca-se a participação ativa da comunidade universitária, em especial da UNESP. No ano de 2024, por exemplo, foi realizada a *Feira Popular* no âmbito da XXIX Semana da Geografia — “Os 65 anos da Geografia de Presidente Prudente: luta e resistência do visível e invisível no ensino, pesquisa e extensão”. O evento reuniu diversos produtores, ofertando uma ampla variedade de produtos. Embora nem todos os itens comercializados fossem alimentos ou

²⁰ Como não foi possível realizar entrevistas com os consumidores desses estabelecimentos, as distinções aqui apresentadas baseiam-se nas observações de campo e nos diálogos realizados com os responsáveis pelos locais durante as entrevistas. Em razão dessa limitação, também não foi viável mapear a distribuição espacial desses consumidores. No entanto, estima-se que estejam dispersos por diferentes regiões da cidade, com predominância nas zonas de classe média e média alta, bem como em áreas que concentram população com maior poder aquisitivo. Ainda assim, tais estimativas não podem ser precisadas, dada a ausência de dados empíricos sistematizados.

provenientes de bases agroecológicas, todos estavam inseridos em circuitos curtos de comercialização.

A Figura 28 apresenta um compilado de imagens registradas durante a realização da feira no espaço interno da universidade.

Figura 28 – Feira popular realizada durante a entrega das cestas no campus da UNESP, em Presidente Prudente, no mês de novembro de 2024



Fonte: Acervo pessoal, 2024.

Outro aspecto relevante da pesquisa, que contribuiu significativamente para a compreensão da dinâmica dos circuitos e das relações investigadas, foi a aproximação direta com os agricultores. Esse contato foi facilitado por uma relação de confiança e colaboração já estabelecida entre a universidade (UNESP) e os assentamentos rurais visitados, o que tornou os entrevistados mais receptivos e dispostos a compartilhar suas experiências.

As visitas a alguns lotes de produção agroecológica permitiram observar, na prática, o cuidado dedicado ao cultivo e a forte conexão dos agricultores com a terra. Foi possível perceber que a agroecologia vai além de uma técnica de produção: trata-se de um modo de vida pautado no respeito à natureza e na valorização dos saberes locais.

Durante o trabalho de campo, um dos pontos que chamou atenção foram os receios manifestados pelos agricultores em relação à contaminação indireta por agrotóxicos, oriunda de propriedades vizinhas que ainda adotam práticas convencionais. Essa preocupação revela os desafios enfrentados para manter a integridade da produção agroecológica em contextos de transição ou convivência com modelos produtivos distintos.

Além disso, foram observadas algumas práticas agroecológicas importantes, como o consórcio de culturas, o uso de cobertura vegetal do solo e outras técnicas de manejo que visam a conservação ambiental e a saúde do solo. Esses registros evidenciam o comprometimento dos agricultores com uma produção ambientalmente responsável, reforçando os valores éticos, ambientais e sociais que sustentam a agroecologia. A Figura 29 reúne alguns dos registros realizados durante as visitas de campo aos lotes.

Figura 29 – Registros das visitas realizadas em dois lotes de agricultores inseridos nos circuitos de comercialização estudados



Fonte: Acervo pessoal, 2024.

Diante dos dados apresentados, observa-se que a agroecologia — e, em certa medida, a agricultura orgânica — está intrinsecamente conectada ao escoamento local, manifestando-se de forma concreta nos circuitos curtos de comercialização. Em Presidente Prudente, essa dinâmica ganha força por meio de sua influência regional e do suporte institucional oferecido pela UNESP, que se consolidam como pilares fundamentais para a continuidade e fortalecimento dessas iniciativas.

Mais do que práticas comerciais, o que se revela nos espaços analisados é uma rede de relações que transcende o mercado. O compromisso social dos agricultores com os territórios que habitam e cultivam, bem como o engajamento sensível dos consumidores que frequentam essas feiras, estabelecimentos e projetos, traduzem uma forma de resiliência cotidiana. É ali, no gesto simples de uma entrega, na troca de olhares e palavras entre quem planta e quem se alimenta, que floresce uma economia do cuidado — enraizada no afeto, na confiança e na construção coletiva de um outro modo de produzir e viver.



Ilustração elaborada pela autora com auxílio da inteligência artificial do Canva Pro (2025)

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tensionar debates sobre as práticas da agricultura orgânica e agroecológica é, antes de tudo, um exercício de escuta atenta às múltiplas vozes que compõem o campo. Trata-se também de um gesto político e acadêmico que busca compreender os entraves históricos, sociais, econômicos e culturais que atravessam sua adesão, expansão e consolidação enquanto alternativa concreta ao modelo hegemônico de produção e consumo. Neste trabalho, o propósito central foi iluminar essas práticas no contexto de Presidente Prudente (SP) e da região do Pontal do Paranapanema, tendo como eixo os circuitos curtos de comercialização e, como fio condutor, a análise das relações sociais e dos desafios cotidianos que moldam tais experiências.

O processo histórico de ocupação e conformação territorial da região pesquisada revela as marcas de um modelo de desenvolvimento alicerçado na concentração fundiária, na imposição dos monocultivos e na apropriação do espaço rural em favor de interesses econômicos dominantes. Essas dinâmicas, embora muitas vezes naturalizadas, permanecem no presente e influenciam diretamente a constituição — e frequentemente a limitação — das experiências agroecológicas locais. O Pontal do Paranapanema, com seu denso histórico de conflitos agrários e resistência camponesa, apresentou-se, nesse sentido, como território de tensões, mas também de possibilidades e reinvenções. A própria existência de assentamentos da reforma agrária e de coletivos agroecológicos é expressão viva do enfrentamento às lógicas de exclusão, à devastação ambiental e ao avanço da monocultura.

Nesse cenário, um aspecto se destacou: o número reduzido de certificações formais de produtos orgânicos em Presidente Prudente e na região. À primeira vista, esse dado causa estranhamento, pois contrasta com a presença de diversos espaços de comercialização voltados à oferta de alimentos orgânicos e agroecológicos — como a Feira dos Pequenos Produtores Rurais do SESC Thermas, a Feira da Reforma Agrária no Galpão da Lua, o Projeto de Extensão Raízes do Pontal e os empreendimentos Vida Orgânica e Sinal Verde. Essa realidade conduziu a questionamentos sobre o que define o “orgânico”, quem valida essa identidade e a quem, de fato, serve a certificação formal.

As observações realizadas evidenciaram que a agroecologia ultrapassa a chancela de um selo. Ela se manifesta como prática viva, construção coletiva, saber ancestral, tecnologia social e resistência cotidiana. As feiras e os projetos de cestas, por exemplo, revelaram-se não apenas canais de escoamento da produção, mas

também territórios simbólicos e afetivos, nos quais produtores e consumidores se encontram, se reconhecem e compartilham valores. Nesses espaços, a confiança na procedência dos alimentos, a relação direta entre quem cultiva e quem consome e o conhecimento mútuo funcionam como formas de validação social que, muitas vezes, substituem a certificação formal. Ainda assim, sua ausência segue como barreira concreta à ampliação da produção e à geração de renda.

Os relatos dos agricultores indicam que a baixa adesão à certificação se deve, sobretudo, aos altos custos, à burocracia e à carência de apoio técnico e financeiro. Constatou-se, inclusive, que, pela falta de incentivos governamentais, ocorreu uma diminuição no número de propriedades certificadas na região. Essa tendência é resultado direto da ausência de políticas públicas municipais e estaduais capazes de facilitar tanto a aquisição quanto a manutenção das certificações. Assim, ao mesmo tempo em que cresce a demanda social por alimentos de base agroecológica, falta o suporte institucional necessário para consolidar e expandir tais práticas.

Outro ponto de destaque foi o perfil dos agricultores e os desafios logísticos enfrentados. A maioria dos produtores entrevistados encontra-se na faixa etária entre 40 e 50 anos, sendo predominantemente homens — o que suscita reflexões sobre a participação feminina nos processos produtivos e de comercialização. Além disso, mesmo deslocamentos curtos até os pontos de venda mostraram-se obstáculos significativos, em razão da precariedade do transporte e da ausência de apoio logístico. Garantir acesso regular aos canais de comercialização, portanto, constitui condição essencial para a sustentabilidade dos circuitos curtos.

No caso dos consumidores, observou-se maior concentração no bairro Jardim das Rosas, próximo à UNESP. Esse dado é relevante porque evidencia o papel da universidade como núcleo irradiador de saberes, práticas e valores associados ao consumo consciente e à agroecologia. Projetos de extensão, ações educativas, pesquisas e parcerias com movimentos sociais fortaleceram os vínculos e a legitimidade das práticas agroecológicas. A acolhida dos consumidores nas feiras e no projeto de cestas reflete essa relação de confiança e colaboração mútua.

Contudo, nem todos os espaços se mostraram igualmente acessíveis. A recusa dos estabelecimentos Vida Orgânica e Sinal Verde em permitir entrevistas e os preços mais elevados praticados nesses locais revelam tensionamentos entre princípios agroecológicos e lógicas capitalistas. Ainda que os valores possam ser justificados por fatores como distância, logística e sazonalidade, a elitização do acesso a alimentos

saudáveis persiste como desafio para que os orgânicos se consolidem como direito de todos e como política pública efetiva.

Apesar desses limites, os consumidores das feiras e do projeto de cestas demonstraram alto grau de consciência sobre a importância do consumo agroecológico, mesmo sem a certificação formal. Essa confiança direta constitui a essência dos circuitos curtos de comercialização — que se configuram como estratégias potentes não apenas do ponto de vista econômico, mas também social, cultural e político.

De modo geral, os resultados desta pesquisa indicam que a agroecologia, articulada aos circuitos curtos, representa uma alternativa concreta para a promoção da segurança alimentar e nutricional, ao mesmo tempo em que redefine as relações entre sociedade e natureza. Contudo, seu fortalecimento exige tempo, integração de saberes, vínculos comunitários e, principalmente, políticas públicas permanentes que garantam renda, estabilidade econômica e apoio técnico aos agricultores familiares.

Encerrar esta investigação é, paradoxalmente, reconhecer que ela não se encerra. Pelo contrário, ela abre novas perguntas, amplia horizontes e convida à continuidade do diálogo. É necessário fortalecer as redes de apoio aos pequenos produtores, aprimorar os canais de comercialização, fomentar a formação de consumidores conscientes e ampliar o acesso a produtos agroecológicos para além das classes médias e altas, alcançando também os segmentos mais vulneráveis da sociedade.

Que este trabalho possa servir como instrumento de reflexão, inspiração e mobilização para outros olhares e outras mãos que, assim como as que cultivam a terra, trabalham por um mundo mais justo, saudável e solidário. Afinal, como afirmam os próprios agricultores, “a agroecologia é sinônimo de coletividade”. E essa prática, mesmo sem selo oficial, carrega o reconhecimento mais legítimo: o da confiança, da resistência e da vida.

REFERÊNCIAS

ABREU, D. S. **Formação histórica de uma cidade pioneira paulista: Presidente Prudente**. Presidente Prudente: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente, 1972.

Agência Estadual de Notícias do Paraná. Tecpar orienta população a identificar produtos orgânicos não certificados. Secretaria de Comunicação do Paraná, 12 fev. 2024. Disponível em: <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Tecpar-orienta-populacao-identificar-produtos-organicos-nao-certificados>. Acesso em: 03 mar. 2025.

Agência Senado, Jornal do Senado. Brasília: Senado Federal, 2001. Disponível em: www.12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/ha-170-anos-lei-de-terras-desprezou-camponeses-e-oficializou-apoio-do-brasil-aos-latifundios. Acesso em: 06 ago. 2024.

Agroecologia em Rede. Mapeamentos. Disponível em: <https://agroecologiaemrede.org.br/mapeamentos/>. Acesso em: 30 maio 2025.

ALTIERI, M. Agroecologia, Agricultura Camponesa e Soberania Alimentar. **Revista NERA**, (16), 22–32, 2010.

ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. 3ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

ALVARISTO, S. S. et al. Alternativas às Cadeias Longas: O Papel da Feira de Produtos da Agricultura Familiar de São Lourenço do Oeste/SC. **Informe Gepec**, v. 26, n. 1, 2022.

ASSIS, R. L.; ROMEIRO, Adernar Ribeiro. Agroecologia e agricultura orgânica: controvérsias e tendências. **Desenvolvimento e meio ambiente**, 2002.

Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (ABIA). Brasil bate recorde na exportação de alimentos industrializados. 22 set. 2024. Disponível em: <https://www.abia.org.br/noticias/brasil-bate-recorde-na-exportacao-de-alimentos-industrializados>. Acesso em: 01 mar. 2025.

Associação Brasileira de Defesa do Consumidor. Pesquisa revela que a feira livre é uma boa opção de economia. Momento Proteste, 29 mar. 2022. Disponível em: <https://www.proteste.org.br/momento-proteste/noticias/noticia/feira-livre>. Acesso em: 01 mar. 2025.

BALEM, T. A.; SCHMELIG, Guilherme dos Santos. **Compra de produtos agroecológicos: a entrega de cestas como prática de mercado de circuito curto**. 2017. Disponível em: <http://icongresso.itarget.com.br/tra/arquivos/ser.7/1/7908.pdf>.

BARRETO, M. J.; JUNIOR, Antonio Thomaz. Os impactos territoriais da monocultura da cana-de-açúcar no Pontal do Paranapanema-SP. **PEGADA-A Revista da Geografia do Trabalho**, v. 13, n. 2, 2012.

BOMBARDI, L. M. **Geografia do uso dos agrotóxicos no Brasil e conexões com a união européia**. São Paulo: FFLCH – USP, 2017.

BORGES, M. C. No extremo-oeste paulista: o extermínio e a resistência indígena. **FRONTEIRAS: Revista de História**, v. 9, n. 16, p. 73-81, 2007.

BRASIL (1989). **Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989**. Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17802.htm. Acesso em: 25 abr. 2023.

BRASIL (2007). **Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007**. Lei n.º 10.831, de 23 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências. [cit. 2015.04.20]. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Decreto/D6323.htm.

BRASIL, Banco do; AGRONEGÓCIOS, Diretoria de. Evolução histórica do crédito rural. **Revista de Política Agrícola**, v. 13, n. 4, p. 4-17, 2004.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 25 jul. 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. *Exportações de produtos orgânicos: agosto de 2006 a janeiro de 2007*. Brasília: MDIC, 2007. Disponível em: <ftp.sp.gov.br>. Acesso em: 18 maio 2025.

BTG PACTUAL. Commodities. Disponível em: <https://www.btgpactual.com/commodities>. Acesso em: 05 mar. 2025.
Câmara dos Deputados: Coleção Leis do Império do Brasil. Disponível em: www.camara.gov.br. Acesso em: 06 ago. 2024.

CAMPANHOLA, C.; VALARINI, P. J. **A agricultura orgânica e seu potencial para o pequeno produtor**. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 8, n. 3, p. 69-101, 2001.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia: enfoque científico e estratégico. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável**, v. 3, n. 2, p. 13- 16, 2002.

CASTRO, J. **Geografia da fome: a fome no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1946.

CERVEIRA, R.; CASTRO, M. C. Consumidores de produtos orgânicos da cidade de São Paulo: características de um padrão de consumo. **Informações Econômicas-Governo Do Estado De São Paulo Instituto de Economia Agrícola**, v. 29, n. 12, p. 7-20, 1999.

CMMAD. **Nosso futuro comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1988

COMUNELLO, F. J. Movimentos sociais, agroecologia e circuitos no capitalismo. **Ruris (Campinas, Online)**, [S.L.], v. 6, n. 1, p. 45-72, 19 mar. 2014.

CORRÊA, R. L. **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

DAROLT, M. R. Circuitos Curtos de Comercialização de alimentos ecológicos: Reconectando produtores e consumidores. In: NIERDELE, P. A.; ALMEIDA, L.;

DA SILVA, C. A. **La configuración de los circuitos de proximidad en el sistema alimentario**: tendencias evolutivas. Documents d'anàlisi geogràfica, n. 54, p. 11-32, 2009.

EHLERS, R. **Agricultura sustentável**: origens e perspectivas de um novo paradigma. 2.ed. Guaíba: Agropecuária, 1999.

EMBRAPA. *Conservação de solos para pequenos produtores*. Brasília: Embrapa Solos, 2006.

EMBRAPA. **Mapa Pedológico do estado de São Paulo**. 2020. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/216499/1/Doc-357-Luiz-Adriano.pdf>. Acesso em: 11 set. 2024.

EMBRAPA. *Sobre a Embrapa*. Disponível em: <https://www.embrapa.br/sobre-a-embrapa>. Acesso em: 28 abr. 2025.

FAO. Organização das Nações Unidas Para Alimentação e Agricultura. **FAO reconhece Agroecologia**. 2018. Disponível em: <https://agroecoculturas.org/fao-reconhece-agroecologia/>. Acesso em: 06 set. 2024.

FELICIANO, Carlos Alberto; NEGRAO, Gustavo Caique Pereira ; SILVA, Lucas Souza. **Educação do Campo, Soberania Alimentar e Agroecologia: o papel das tecnologias**, p. 137, 2023.

FERNANDES, B. M.; RAMALHO, C. B. Luta pela terra e desenvolvimento rural no Pontal do Paranapanema (SP). **Estudos avançados**, v. 15, p. 239-254, 2001.

FERRARINI, O. G.; MARQUES, P. E. M. **Projetos agroecológicos no Pontal do Paranapanema: a visão de agricultores assentados e o papel das políticas públicas**. Revista Retratos de Assentamentos, 2019.

FUSHIMI, M.; NUNES, J. O. R. Principais classes de solos no Município de Presidente Prudente - SP: identificação e caracterização. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 32, n. 1, 2012. p. 45-58. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/bgg.v32i1.18955>. Acesso em: 17 jan. 2024.

G1 Espírito Santo. Com preço baixo no ES, produtores descartam 20 mil caixas de tomate. 2015. Disponível em: <https://g1.globo.com/espirito-santo/agronegocios/noticia/2015/01/com-preco-baixo-no-es-produtores-descartam-20-mil-caixas-de-tomate.html>. Acesso em: 10 mar. 2025

GELBCKE, Daniele Lima et al. A “proximidade” nos circuitos de abastecimento de alimentos orgânicos da Grande Florianópolis–SC–Brasil: “Proximity” in organic food products sourcing channels in the Grande Florianópolis region–SC–Brazil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 26, n. 3, p. 539-560, 2018.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre, Brasil: Editora da UFRGS.

GIL, A. C. Metodologia da pesquisa científica. **São Paulo: Atlas**, 2004.

GLIESSMAN, S. R.; ROSEMEYER, M. **The conversion to sustainable agriculture: principles, processes, and practices**. CRC Press, 2009.

GLIESSMAN, S. Defining agroecology. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, v. 42, n. 6, p. 599-600, 2018.

GUIMARÃES, A. P. **A Crise Agrária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GUZMÁN, E. S. A perspectiva sociológica em Agroecologia: uma sistematização de seus métodos e técnicas. **Agroecol. e Desenvol. Rural Sustent**, v. 3, p. 18-28, 2002.

HESPAÑHOL, R. A. M.; BARBOSA, S. A. FORMAS ALTERNATIVAS DE PRODUÇÃO: a agricultura orgânica no Município de Presidente Prudente-SP. **CAMPO TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v. 6, n. 12, p. 200-223, 2011.

HESPAÑHOL, R. A. M.; HESPAÑHOL, A. N. A agricultura urbana e os circuitos curtos de comercialização de alimentos: estudo da Cidade de Álvares Machado-SP. **Revista de Tecnologia & Gestão Sustentável**, v. 1, n. 2, 2022.

HESPAÑHOL, R. A. M. Agroecologia: limites e perspectivas. In: ALVES, A. F.; CARRIJO, B. R.; CANDIOTTO, L. Z. P. (org.). **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 117-136.

HESPAÑHOL, R. A. M. **Produção Familiar: Perspectivas de análises e inserção na microrregião geográfica de Presidente Prudente – SP**. 2000. Tese (Doutorado em Geografia). UNESP – Rio Claro, São Paulo.

HOFFMANN, R. Estimativas das elasticidades-renda de várias categorias de despesa e de consumo, especialmente alimentos, no Brasil, com base na POF de 2008-2009. **Revista de Economia Agrícola**, v. 57, n. 2, p. 49-62, 2010.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso em 07 mar. 2024.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2006>. Acesso em 07 mar. 2025.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico**: população. Rio de Janeiro, 2022.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico**: população. Rio de Janeiro, 2010.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico**: população. Rio de Janeiro, 2000.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico**: população. Rio de Janeiro, 1991.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico**: população. Rio de Janeiro, 1980.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico**: população. Rio de Janeiro, 1970.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico**: população. Rio de Janeiro, 1960.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico**: população. Rio de Janeiro, 1950.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico**: população. Rio de Janeiro, 1940.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Presidente Prudente. **Rio de Janeiro: IBGE, 2025**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/presidente-prudente/panorama>. Acesso em: 9 mar. 2025.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Produto Interno Bruto dos Municípios: **Produto Interno Bruto dos Municípios, 2017-2024**. Rio de Janeiro, 2024.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Regiões de Influência das Cidades:** Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias. Rio de Janeiro, 2019.

IBGE. **PAM – Produção Agrícola Municipal.** Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9117-producao-agricola-municipal-culturas-temporarias-e-permanentes.html>. Acesso em: 26 jul. 2024.

IFOAM - International Federation of Organic Agriculture Movements. 1998. Disponível em: <https://www.ifoam.bio/>. Acesso em: 15 fev. 2024.

ILBERY, B. et al. Forecasting food supply chain developments in lagging rural regions: evidence from the UK. **Journal of rural studies**, v. 20, n. 3, p. 331-344, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). 25 de julho: Dia Internacional da Agricultura Familiar. Disponível em: <https://www.gov.br/mda/pt-br/noticias/2024/07/25-de-julho-dia-internacional-da-agricultura-familiar>. Acesso em: 20 fev. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa de Orçamentos Familiares: 2017-2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=2101704&view=detalhes>. Acesso em: 05 mar. 2025.

ITESP – INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. Pontal do Paranapanema: maior número de assentamentos rurais do estado. São Paulo: ITESP, 2017. Disponível em: <https://www.itesp.sp.gov.br>. Acesso em: 9 fev. 2025.

KRUGMAN, Paul; WELLS, Robin. **Microeconomics**. Worth Publishers, 2018.

LAMINE, C. et al. The civic and social dimensions of food production and distribution in alternative food networks in France and Southern Brazil. **The International Journal of Sociology of Agriculture and Food**, v. 19, n. 3, p. 383-401, 2012.

LUCENA, R. B.; SOUZA, N. J. Políticas agrícolas e desempenho da agricultura brasileira: 1950-00. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 29, n. 2, p. 180-200, 2001.

LUTZENBERGER, J. A. O absurdo da agricultura. **Estudos avançados**, v. 15, p. 61-74, 2001.

MACIEL, A. J. Estudo da USP mostra que população mais pobre consome mais alimentos industrializados. AUN-Agência Universitária de Notícias. Disponível em: <https://aun.webhostusp.sti.usp.br/index.php/2022/10/20/estudo-da-usp-mostra-que-populacao-mais-pobre-consome-mais-alimentos-industrializados/>. Acesso em: v. 27, p. 12, 2022.

MALUF, R. S. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. **Ensaio FEE**, v. 25, n. 1, 2004.

MAPA. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. **Orgânicos: Cadastro Nacional de Produtores**. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos/cadastro-nacional-produtores-organicos>. Acesso em: 20 jun. 2024.

MAPA. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. **Orgânicos: Cadastro Nacional de Produtores**. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos/cadastro-nacional-produtores-organicos>. Acesso em: 20 jun. 2024.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa. *In*: MARCONI, M. DE A.; LAKATOS, E. M. (Eds.). **Fundamentos da metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. p. 174–214.

MARX, K.; ENGELS, F. **O capital: crítica da economia política**. 1. Ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

Ministério da Agricultura e Pecuária. Secretaria de Comércio e Relações Internacionais. Departamento de Negociações e Análises Comerciais. Coordenação-Geral de Estatística e Análise Comercial. Balança Comercial do Agronegócio – Junho/2024. Brasília, DF: MAPA, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/relacoes-internacionais/Notaimprensa06_2024.docx. Acesso em: 10 mar. 2025.

Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise em Saúde e Vigilância de Doenças Não Transmissíveis. Pesquisa Nacional de Saúde – 2013: Módulo de Estilo de Vida – Consumo de Alimentos. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?pns/pnsa.def>. Acesso em: 10 mar. 2025.

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Secretaria de Comércio Exterior. Circular nº 71, de 21 de dezembro de 2007. Disponível em: https://www.gov.br/mdic/pt-br/arquivos/dwnla_1199971490.pdf. Acesso em: 26 fev. 2025.

MONBEIG, P. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. 2. ed. São Paulo: Hucitec/Polis, 1998.

MOREIRA, R. J. Economia política da sustentabilidade: uma perspectiva neo-marxista. *In*: COSTA, L. F. C.; MOREIRA, R. J.; BRUNO, R. (orgs.). **Mundo rural e tempo presente**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999a.

MOREIRA, R. J. Críticas ambientalistas à revolução verde. **Estudos sociedade e agricultura**, 2000.

MST. Há 32 anos, o MST fazia a primeira ocupação de terras no Pontal do Paranapanema. 2022. Disponível em: <https://mst.org.br/2022/07/14/ha-32-anos-o-mst-fazia-primeira-ocupacao-de-terras-no-pontal-do-paranapanema/>. Acesso em: 9 fev. 2025

NEGRÃO, G. C. P.; SILVA, L. S.; FELICIANO, C. A. Cestas agroecológicas e solidárias raízes do pontal: a extensão como forma de fortalecimento da relação entre a comunidade acadêmica e os movimentos sociais de luta pela terra. In: FERNANDES, S. A. S.; FERNANDES, B. M.; SAN SOLO, D. G. **Educação do Campo, Soberania Alimentar e Agroecologia: o papel das tecnologias sociais no fortalecimento das comunidades locais**. Marília: Editora Oficina Universitária, 2023. p. 137-150.

OCTAVIANO, C. Muito além da tecnologia: os impactos da Revolução Verde. **ComCiência**, n. 120, p. 0-0, 2010.

OLIVEIRA, A. U. **A mundialização da agricultura brasileira**. São Paulo: Iandê, 2016.

OLIVEIRA, J. G. R. et al. Práticas de Educação Ambiental nas Aulas de Geografia: Uma Abordagem sobre os Resíduos Sólidos Urbanos em Cornélio Procopio-PR. **Revista Geomae-Geografia Meio Ambiente e Ensino**, v. 11, n. 1, p. 171-182, 2020.

Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. FAO: **Preservar variedade genética dos alimentos é fundamental para combater fome e desnutrição**. 15 abr. 2013. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/62289-fao-preservar-variedade-genetica-dos-alimentos-e-fundamental-para-combater-fome-e-desnutricao>. Acesso em: 25 fev. 2025.

PALMEIRA, M. Modernização, Estado e questão agrária. **Estudos Avançados**, vol.3, n.7, 1989.

PEIXOTO, M.; PINTO, H. S. **Desperdício de alimentos: questões socioambientais, econômicas e regulatórias**. 2016.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA (PNAD - C). Segurança alimentar nos domicílios brasileiros volta a crescer em 2023. Agência de Notícias IBGE, 25 abr. 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39838-seguranca-alimentar-nos-domicilios-brasileiros-volta-a-crescer-em-2023>. Acesso em: 20 fev. 2025.

POULAIN, J. P.; PROENÇA, R. P. C. O espaço social alimentar: um instrumento para o estudo dos modelos alimentares. **Revista de Nutrição**, v. 16, p. 245-256, 2003.

PRIMAVESI, A. **Manual do solo vivo**. São Paulo: Nobel, 1979.

RENTING, H.; MARSDEN, T.; BANKS, N.. **Compreendendo as redes alimentares alternativas: o papel das cadeias curtas de abastecimento de alimentos no desenvolvimento rural**. In: SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. (Org). **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas** Porto Alegre: UFRGS, 2017. p. 27-51.

ROEL, A. R. Organic or ecological agriculture and the sustainability of agriculture. La agricultura orgánica o ecológica y la sustentabilidad de la agricultura.

ROEL, A. R. A agricultura orgânica ou ecológica e a sustentabilidade da agricultura. **Interações (Campo Grande)**, 2002.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. **Meio ambiente e dinâmica de inovações na agricultura**. São Paulo: Annablume, FAPESP: 2007.

ROSSIN, B. G.; TOMMASELLI, José Tadeu Garcia. Efeitos do clima sobre a produção da cana-de-açúcar na região de Presidente Prudente-SP. **Observatório Geográfico da América Latina**, 2005.

ROVER, O. J.; RAMOS, F. A. Desenvolvimento sustentável na produção agroalimentar. Florianópolis: CCA/UFSC, 2019. p. 51-9. Disponível em: <https://lacaf.paginas.ufsc.br/files/2020/03/Rover-and-Ramos-2019.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2025.

SANCHEZ, M. Â. D’Incao Ma.. D, M. **“O Empresário Rural na Alta Sorocabana”**. 1973. 268 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente, Presidente Prudente, 1973.

SANTOS, M. 1979. **Economia Espacial: críticas e alternativas**. Hucitec. São Paulo- - Brasil.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 13 ed. Rio de Janeiro: Record, 2013.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Agricultura e Abastecimento; Instituto de Economia Agrícola; Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – CATI. **Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo (LUPA)**, 2007/2008. São Paulo: SAA / IEA / CATI, 2009. Disponível em: <https://www.cati.sp.gov.br/projetolupa/dadosmunicipais/pdf/t459.pdf>. Acesso em: 5 set. 2025.

SCHMITT, C. J. Economia solidária e agroecologia: convergências e desafios na construção de modos de vida sustentáveis. 2010.

SCHMITT, C. J.; TYGEL, D. Agroecologia e Economia Solidária: trajetórias, confluências e desafios. **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 18, nº. 51, fevereiro/2003. SCHNEIDER, Sergio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. 2º ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

Secretaria de Comércio Exterior. Monitor do Comércio Exterior Brasileiro. Disponível em: <https://balanca.economia.gov.br/balanca/IPQ/index.html>. Acesso em: 28 fev. 2025.

Secretaria de Comércio Exterior. Nota de Imprensa nº 06/2024. Brasília, DF, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/relacoes-internacionais/Notaimprensa06_2024.docx. Acesso em: 18 fev. 2025.

SESC – Serviço Social do Comércio. *Quem somos*. São Paulo: Sesc, 2024. Disponível em: <https://www.sescsp.org.br/institucional/>. Acesso em: 26 maio 2025.

Silva, D. O. (2018). *A feira livre de Cruz das Almas-BA: dinâmica espacial, planejamento e gestão municipal*. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Esta dissertação aborda como a gestão municipal das feiras livres pode impactar positivamente a economia local e os pequenos produtores

SILVA, G. B.; BOTELHO, M. I. V. O processo histórico da modernização da agricultura no Brasil (1960-1979). **Revista Campo-Território**, v. 9, n. 17 Abr., p. 362-387, 2014.

SILVA, P. S. Tecnologia e meio ambiente: o processo de modernização da agricultura familiar. **Revista da FAPese**, v.3, n. 2, p. 87-100, jul./dez. 2007.

SINGER, P. Economia solidária. **Estudos avançados**, v. 22, n. 62, p. 289-314, 2008.

SOBREIRO FILHO, J. O movimento em pedaços e os pedaços em movimentos: da ocupação do Pontal do Paranapanema à dissensão nos movimentos socioterritoriais camponeses. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente. 2013.

SORRE, M. Geografia dos regimes alimentares (*Géographie des Régimes Alimentaires*). **Geografares**, Vitória, n. 25, p. 21-59, 2018. [Tradução e notas feitas por Ana Letícia Espolador Leitão e José Carlos Braz Machado].

SOUZA, M. L.; TOMA, P. S. O Pequeno Produtor Rural numa Região Pecuária. **Boletim**, Presidente Prudente, nº 4, p. 103-108, set. 1975.

SPOSITO, M. E. B. **O Chão em Presidente Prudente:** a lógica da expansão territorial urbana. 1983. 230 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, 1983.

SPRING, V. **Agroecologia e cooperação na Comunidade de Países de Língua Portuguesa**. 2022. 100 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Agricultura Biológica, Instituto Politécnico de Coimbra, Escola Superior Agrária, Coimbra, 2022.

STEINBERGER, M.; BRUNA, G. C. Cidades Médias: elos do urbano-regional e do público-privado. ANDRADE, T. e SERRA (org.). **Cidades Médias**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001, p. 35 – 78.

TEIXEIRA, M. A. **Organização do Espaço Rural no Município de Paraguaçu Paulista**. 1979. 256 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1979.

TERRAZZAN, P.; VALARINI, P. J. Situação do mercado de produtos orgânicos e as formas de comercialização no Brasil. **Informações econômicas**, v. 39, n. 11, p. 27-40, 2009.

VEZZANI, F. M. (Org.) **Agroecologia**: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura. Curitiba: Kairós Edições, 2013. p. 139-170.

VILLANI, C. **Hypocoercivity**. American Mathematical Society, 2009.

APÊNDICE

APÊNDICE A – QUADRO SÍNTESE COM OS PRINCIPAIS RESULTADOS DOS TRABALHOS DE CAMPO REALIZADOS NOS ESTABELECIMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO PESQUISADOS

Principais resultados da pesquisa

<i>Feira da Reforma Agrária</i>	<i>Feira do SESC</i>	<i>Projeto de cestas “Raízes do Pontal”</i>	<i>Estabelecimentos comerciais – Sinal Verde e Vida Orgânica</i>
• A Feira da Reforma Agrária integra o coletivo cultural do Galpão da Lua, o que contribui para atrair visitantes interessados tanto nos produtos comercializados quanto nas atividades culturais e artísticas realizadas simultaneamente. • O público que frequenta esse espaço é mais diverso, abrangendo moradores de diferentes bairros e até de outros municípios — como o caso de um consumidor entrevistado residente em Regente Feijó/SP. • Entre os aspectos que chamam atenção estão a circularidade do público, formado em grande parte pelos mesmos grupos, e a presença constante de veículos circulando entre as barracas, já que a via não é interditada durante a feira, realizada em uma área central de Presidente Prudente/SP.	• A Feira do SESC é uma das iniciativas mais recentes entre as pesquisadas, mas já reúne um número expressivo de agricultores e consumidores. • Apesar de ser um espaço aberto ao público em geral, sua abrangência mostrou-se limitada, uma vez que a maioria dos frequentadores reside nas proximidades. Em contrapartida, moradores de áreas mais distantes raramente participam. • Os preços praticados apresentam variação considerável: alguns se aproximam dos valores das cestas e das feiras da Reforma Agrária (um pouco mais acessíveis), enquanto outros se equiparam aos praticados pelos estabelecimentos comerciais. • Contudo, a estrutura oferecida pela feira e o suporte destinado aos agricultores mostraram-se os mais adequados entre os espaços analisados, cobrindo integralmente os custos de deslocamento e garantindo condições de organização para sua realização tanto em dias de sol quanto de chuva.	• O projeto, realizado em parceria com a UNESP – campus de Presidente Prudente, reforça a importância de estreitar vínculos entre a comunidade acadêmica, os agricultores e a sociedade em geral, contribuindo para a promoção dos princípios intrínsecos à agroecologia. • Apesar de envolver um número reduzido de agricultores — já que a maior adesão ocorre nas feiras e nos editais de aquisição de alimentos —, as Cestas Raízes do Pontal se configuram como um ato simbólico e, ao mesmo tempo, como uma estratégia complementar de geração de renda. Cabe destacar que sua criação ocorre em um contexto de desmonte de políticas públicas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o que reforça ainda mais sua relevância simbólica e econômica para os agricultores.	• Embora não tenha sido possível realizar entrevistas diretas com os consumidores em ambos os estabelecimentos pesquisados, constatou-se que o acesso aos produtos era mais restrito, sobretudo em razão dos preços elevados. • Observou-se, ainda, que esses estabelecimentos também comercializavam produtos de terceiros, reproduzindo a lógica do varejo e ofertando mercadorias de diferentes origens geográficas. • Até o início da pesquisa, os responsáveis pelos estabelecimentos detinham as duas únicas certificações de orgânicos em Presidente Prudente/SP. Contudo, em 2025 esse número foi reduzido e apenas um deles permaneceu certificado, o que evidencia os desafios não apenas para obter, mas também para manter a certificação, até mesmo em um mercado mais restrito e elitizado.

APÊNDICE B – ROTEIROS DAS ENTREVISTAS

Roteiro de entrevista – Produtores e Consumidores de produtos orgânicos e agroecológicos em Presidente Prudente/SP

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO - UNESP CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA GRUPO DE ESTUDOS DINÂMICA REGIONAL E AGROPECUÁRIA (GEDRA) Pesquisadora: Camila de Souza Pereira (Mestrado) Orientadora: Prof.^a Dr.^a Rosangela Aparecida de Medeiros Hespanhol	
INFORMAÇÕES GERAIS	
Entrevistado	☐ Consumidor ☐ Produtor
Idade	
Sexo	☐ Masculino ☐ Feminino ☐ Outro
Estado Civil	☐ Solteiro ☐ União Estável ☐ Casado ☐ Divorciado ☐ Viúvo
Quantas pessoas moram com você na mesma residência?	
Em qual município você reside?	

Sua residência fica localizada em:	☐ Zona Rural ☐ Zona Urbana
Em qual bairro você reside?	
Sua habitação é:	☐ Própria ☐ Alugada/Arrendada ☐ Cedida ☐ Outra

***Roteiro de entrevista semiestruturada
(direcionada aos produtores declarados agroecológicos)***

Os alimentos e produtos comercializados neste espaço (feira/cesta/estabelecimento) são produzidos por você? Em caso afirmativo, como se dá o processo produtivo e o deslocamento até o consumidor final? Em caso negativo, quem são os responsáveis pelo fornecimento desses produtos e de que forma você os acessa?
Seu meio de comercialização é: ☐ Individual ☐ Coletivo ☐ Ambas as formas
Qual é o local de cultivo dos produtos (município, bairro ou comunidade)? Quais são as variedades de alimentos/produtos que você cultiva e comercializa?
Para qual ou quais municípios os produtos são destinados para comercialização? A venda é realizada diretamente ao consumidor final ou envolve intermediários (como outros feirantes, quitandas, mercados, supermercados, entre outros)?

Você participa de algum edital ou programa institucional de comercialização, como, por exemplo, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)?

- **Em caso afirmativo, como funciona sua participação? Quais são as principais vantagens e dificuldades encontradas?**
- **Em caso negativo, por que não participa?**

O cultivo dos produtos que você comercializa neste espaço (feira/cesta) é de base agroecológica?

☐ **Não.**

☐ **Sim.** Poderia citar alguns exemplos de práticas adotadas no sistema produtivo?

Você possui produção certificada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)?

☐ Sim ☐ Não

Caso afirmativo:

- Quais são as principais vantagens de ter a produção certificada?
- Como foi o processo para obter a certificação? Enfrentou dificuldades?

Caso negativo:

- Por que não buscou a certificação?

Em relação às produções agroecológicas, em que ano foi realizada a transição para esse tipo de cultivo?

Hoje, a principal fonte de renda da sua família é a produção e comercialização de produtos agroecológicos?

☐ **Sim**

☐ **Não.** Se não, quais são as outras fontes de renda? (aposentadoria, aluguel, comércio, etc.)

Sua produção também é destinada ao autoconsumo?

() Sim. Qual a importância dessa produção para sua família?

() Não

Quais cuidados e práticas são adotados ao longo de todo o processo produtivo e comercial para garantir que a produção seja realmente agroecológica?

Em quais estabelecimentos ou espaços ocorre a comercialização dos seus produtos?

() Feiras

() Estabelecimentos comerciais (lojas, mercados, empórios)

() Cestas (venda por encomenda ou assinatura)

() Outro. Qual? _____

Qual dos espaços de comercialização que você utiliza é o mais rentável? Por quê?

De que maneira ocorre o transporte e o escoamento dos produtos?

É necessário algum cuidado específico, como refrigeração, durante o transporte?

() Sim. Qual? _____

() Não

Você acredita que o deslocamento até Presidente Prudente e o transporte da produção encarecem o produto e afetam sua rentabilidade?

() Sim. Se sim, como? Por favor, explique.

() Não

De acordo com a sua experiência, quais fatores, além do transporte, podem afetar a rentabilidade da comercialização dos produtos agroecológicos? Marque todas as opções que se aplicam:

- ☐ Embalagem e empacotamento dos produtos
- ☐ Insumos agrícolas (como esterco, adubo, sementes, entre outros)
- ☐ Custos com marketing e divulgação
- ☐ Transporte dos produtos
- ☐ Outros. Quais? _____

**Atualmente, quem são os principais consumidores dos seus produtos?
E qual município ou polo de consumo é o mais atendido pela sua produção?**

Como os consumidores ficaram sabendo dos seus produtos?

- ☐ Por meio de outros consumidores
- ☐ Pelas redes sociais
- ☐ Outro. Qual? _____

Você possui ligação ou vinculação com movimentos sociais, associações, cooperativas ou organizações similares?

- ☐ Sim. Qual(is)? Em qual(is) município(s) estão localizados?
- ☐ Não

***Roteiro de entrevista semiestruturada
(direcionada aos produtores orgânicos com certificação)***

Em que ano você conquistou a certificação da sua produção? Há quanto tempo mantém essa certificação ativa?

Qual é o tipo de certificação da sua produção?

- ☐ Organização de Controle Social (OCS) – para venda direta sem selo
- ☐ Certificação por auditoria (certificadora privada)

☐ Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade Orgânica (OPAC)
Qual é a agência ou entidade certificadora? ☐ ECOCERT ☐ Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR) ☐ Vida Orgânica ☐ Organização de Controle Social (OCS) ☐ Outra. Qual? _____
Quais produtos da sua produção estão certificados atualmente? Poderia listá-los?
Você cultiva algum produto que não está incluído na certificação? ☐ Não ☐ Sim. Quais? _____
Seu meio de comercialização é realizado de forma: ☐ Individual ☐ Coletiva ☐ De ambas as formas (individual e coletiva)
Como você comercializa seus produtos? ☐ Feiras ☐ Estabelecimentos comerciais (mercados, empórios, quitandas, etc.) ☐ Cestas (por encomenda ou assinatura) ☐ Outro. Qual? _____ Dentre esses meios, qual considera ser o mais rentável? Por quê?

Atualmente, a sua principal fonte de renda é a produção e comercialização de produtos orgânicos? () Sim () Não. Caso não, quais são as outras fontes de renda? (Ex.: aposentadoria, aluguel de imóveis, outras atividades, etc.)
Sua produção também é destinada ao autoconsumo? () Sim. Qual é a importância dessa produção para sua família? () Não
Como foi o processo para obtenção da certificação dos seus produtos orgânicos? E quanto tempo esse processo levou até a sua conclusão?
Quais foram as principais mudanças e os investimentos realizados no seu processo produtivo e comercial para obter e/ou manter a certificação dos produtos orgânicos? Esses investimentos representaram um desafio financeiro? Houve apoio de alguma instituição, programa ou linha de crédito?
Quais cuidados e práticas são adotados ao longo de todo o processo produtivo e comercial para garantir a manutenção da certificação dos seus produtos?
De que maneira ocorre o transporte e escoamento dos produtos? Você realiza o transporte por conta própria ou utiliza serviço de terceiros?
É necessário manter os produtos refrigerados ou adotar algum outro cuidado específico durante o transporte e armazenamento? () Não () Sim. Quais? _____

Você sabe informar qual a porcentagem aproximada de perda dos produtos durante o processo produtivo, transporte ou comercialização?

Você acredita que o deslocamento e o transporte da produção encarecem o produto e afetam sua rentabilidade?

() Não

() Sim. Se sim, como? _____

De acordo com a sua experiência, quais fatores, além do transporte, podem afetar a rentabilidade da produção e comercialização dos produtos orgânicos? Marque todas as opções que se aplicam:

() Embalagem e empacotamento dos produtos

() Insumos agrícolas (esterco, adubo, sementes, etc.)

() Custos com marketing e divulgação

() Outros. Qual ou quais? _____

A produção atende diferentes localidades (municípios)?

() Não

() Sim. Quais? _____

Como os consumidores ficaram sabendo dos seus produtos?

() Por meio de outros consumidores

() Pelas redes sociais

() Outro. Qual? _____

***Roteiro de entrevista semiestruturada
(direcionada aos consumidores)***

Desde que ano você frequenta a Feira da Reforma Agrária, a Feira do SESC ou realiza encomendas de cestas agroecológicas?
Com que regularidade você costuma frequentar a feira? ☐ Semanalmente ☐ Quinzenalmente ☐ Mensalmente ☐ Esporadicamente (sem frequência regular) ☐ Esta foi a minha primeira visita
Caso esta tenha sido sua primeira visita, você pretende retornar? ☐ Sim ☐ Não ☐ Talvez
Quais produtos você costuma adquirir nesses espaços de comercialização?
Como você conheceu a Feira da Reforma Agrária? ☐ Por meio de outros consumidores ☐ Pelas redes sociais ☐ Por cartazes em espaços públicos ☐ Outro. Qual? _____
Você frequenta outros espaços de comercialização de produtos agroecológicos? ☐ Não ☐ Sim. Qual(is)? _____

Você frequenta espaços de comercialização de produtos orgânicos certificados?

() Sim. Quais locais você costuma frequentar? _____

() Não

O que te motivou ou motiva a consumir esses produtos? Marque todas as opções que se aplicam:

() Saúde

() Preocupação ambiental

() Qualidade dos produtos

() Preço

() Estimular e fortalecer os produtores

() Outros. Quais? _____

Em relação aos valores dos produtos agroecológicos, você percebe grande diferença ou variação em comparação com os produtos convencionais comercializados em redes de supermercados, por exemplo?

() Sim

() Não

() Não sei

Como você percebe a variação dos preços entre produtos agroecológicos e convencionais?

() Não percebo diferença ou oscilação nos preços

() Os produtos agroecológicos costumam custar menos que os convencionais

() Os produtos convencionais costumam custar menos que os agroecológicos

Você percebe grande diferença ou variação nos preços entre os produtos orgânicos e os produtos agroecológicos?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Não sei

Como você percebe a variação dos preços entre produtos orgânicos e agroecológicos?

- ☐ Não percebo diferença ou oscilação nos preços
- ☐ Os produtos orgânicos costumam custar menos que os agroecológicos
- ☐ Os produtos agroecológicos costumam custar menos que os orgânicos